

Ulysses Cidade Semeghini

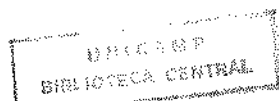
CAMPINAS (1860 A 1980) :

Agricultura, industrialização e urbanização.

*exemplar
corresponde ao original
do livro defendido pelo aluno
Ulysses Cidade Semeghini defendido
em 24/08/77 e orientado pelo prof.
Dr. Wilson Cano.*

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
sob a orientação do Prof. Wilson
Cano.

CAMPINAS
JUNHO - 1988



A large, stylized handwritten signature in black ink, likely belonging to the author or a reviewer.

715

Para Te, Moara e Uirá



AGRADECIMENTOS

Esta tese é produto de esforço coletivo de pesquisa, desenvolvido no âmbito do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e do Departamento de Economia da UNESP, embora obviamente a responsabilidade por eventuais falhas e omissões seja exclusivamente minha.

Aos pesquisadores desses dois centros, e em particular a *Pacheco, Flora, Barjas, Gustavo, Osvaldo e Tartaglia*, colegas e grandes amigos, expresso aqui meus agradecimentos e o registro de sua contribuição fundamental para a consecução do trabalho.

Aos *professores, pesquisadores e funcionários do Centro de Memória* da UNICAMP, dedicados a esse fascinante objeto de estudos que é a cidade e região, aos *técnicos da Fundação SEADE*, e aos *técnicos e funcionários da Secretaria Municipal de Planejamento*, onde a tese começou a nascer com o nosso "Diagnóstico de Campinas", expresso também meus agradecimentos pelo apoio e contribuições.

Para com os *professores do Instituto de Economia*, registro uma grande dívida no que se refere à minha formação intelectual. E à orientação, confiança e estímulo de *Wilson Cano*, que estreitaram ainda mais uma velha amizade, quero manifestar minha profunda gratidão e reconhecimento.

O apoio dos *funcionários do Instituto de Economia* foram também muito importantes. Em particular, meus agradecimentos ao *personal da FECAMP*, à *Francis*, coordenadora do pool de datilografia, e à *Maria Aparecida Fernandes* que a executou com grande eficiência.

O amor e confiança da *Te, Moara e Uirá* viabilizaram a elaboração do trabalho. Sem a sua paciência e compreensão não teria sido possível chegar ao final. A eles esta tese é dedicada.

INDICE

INTRODUÇÃO	01
------------------	----

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE CAMPINAS	07
1.1. Campinas: Antecedentes Históricos	09
1.2. A Produção Cafeeira Escravista e a Gestaçao da Transi- ção	14
1.2.1. A Década de 1850	17
1.2.2. A Década de 1860	20
1.3. Transformações nas Relações de Produção e Primeiro Grande "rush" Cafeeiro (1870-1886)	35
1.3.1. A emergência do complexo capitalista	35
1.3.2. Campinas, "Capital Agrícola" da Província, 1870/1886	39

CAPÍTULO 2

COMPLEXO CAFEEIRO CAPITALISTA	56
2.1. Segunda Expansão cafeeira e mudanças econômicas e po- pacionais em Campinas	59
2.2. Período 1897/1930: mudanças na base agrícola e desempe- nho industrial	68
2.2.1. O desenvolvimento da agricultura	69
2.2.2. Evolução Industrial	84
2.3. A evolução das funções urbanas, 1860/1930	96

CAPÍTULO 3

DA "CRISE DE 1929" à IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA	111
3.1. Crise, Recuperação e Mudanças no Padrão de Acumulação	112
3.2. Indústria, Agricultura e Evolução Populacional no Esta- do de São Paulo, 1933/1955	115
3.3. Evolução Regional e Urbana	124

3.4. Campinas - 1930/1960: Respostas à Crise Cafeeira e Consolidação das Funções Urbano/Industriais	129
a) Agricultura	129
b) Indústria	137
c) Evolução Populacional e Mudanças no Padrão de Urbanização	149
d) Industrialização e Evolução dos Padrões Urbanísticos	158

CAPÍTULO 4

EXPLOÇÃO URBANA: 1970/1980	172
4.1. Industrialização pesada: mudanças na dinâmica econômica e no processo de urbanização	173
- Evolução Industrial no Estado de São Paulo, 1970/80 ..	177
- As transformações na agricultura	179
- Industrialização pesada e urbanização	181
4.2. Industrialização pesada e dinâmica regional no Estado de São Paulo	185
4.2.1. A interiorização da indústria.....	186
4.2.2. Agricultura: dinâmica regional	192
4.2.3. Dinâmica populacional e urbanização	194
4.3. Expansão e diversificação da base econômica, em Campinas e Região	200
4.3.1. A Região de Campinas no começo dos anos 60	200
4.3.2. Evolução agrícola e industrial, 1960/1980	203
- Evolução Agrícola Regional	203
- Evolução Industrial Regional	210
- Município de Campinas: evolução industrial	216
- As transformações no setor terciário	223
4.4. Evolução Urbana e Metropolização, 1960/1980	227
4.4.1. Industrialização e Estrutura Social	228
4.4.2. Características da Expansão Urbana, 1960/1980	233
4.4.3. Evolução de Alguns Indicadores da Qualidade de Vida em Campinas	240
4.4.4. O Processo de Metropolização	247
CONCLUSÕES	261
BIBLIOGRAFIA	268

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Embora a intensa urbanização brasileira das três últimas décadas reflita as transformações estruturais de sua base produtiva, especialmente o crescimento e diversificação de seu grande parque industrial e a modernização de sua agricultura, por outro lado, revela também um quadro de sério agravamento relativo das condições e da qualidade de vida da população e de aumento absoluto da pobreza e de problemas sociais de toda ordem.

As reflexões sobre nosso processo de desenvolvimento, sua especificidade e contradições, constituem, como se sabe, o cerne do "pensamento econômico da escola de Campinas", onde o estudo do processo de urbanização no Brasil e suas consequências econômicas e sociais, passou recentemente, a merecer grande esforço coletivo de pesquisa e ensino (1).

Isto decorreu não só da necessidade acadêmica de se penetrar numa área pouco frequentada pelo Economista, mas, sobretudo, do agravamento do "caos" urbano e do processo social em curso, num quadro fortemente comprometido pela "ausência" de vontade política do Estado em enfrentar seriamente o resgate das enormes carências sociais acumuladas por nossa sofrida população de baixa renda.

Esta tese se insere nesse esforço coletivo de pesquisa, que teve como tema o processo de urbanização no estado de São Paulo (o qual em 1980 atingiu grau de urbanização de 89%), como um laboratório inicial, e consiste num estudo de caso de um dos principais centros econômicos do estado e do país, a cidade de Campinas.

(1) Além de outros trabalhos, ver o relatório final de nossa pesquisa recentemente publicada pela Fundação Seade (1988): "A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo - 1920-1980", coordenação de Wilson Cano, Fundação Seade (1988).

Atualmente, o aglomerado urbano de Campinas tem cerca de 1.350.000 habitantes, e é o segundo polo manufatureiro do estado. A produção industrial de sua Região é menor apenas que as do Estado de São Paulo, da Grande São Paulo e do Estado do Rio de Janeiro, superando as de todos os demais estados brasileiros. Sua produção agropecuária é a segunda de São Paulo, e no cenário brasileiro é superada apenas pelas dos estados sulinos e de Minas Gerais. Como polo de comércio e serviços a cidade também alcança grande relevo nacional (por exemplo, é a terceira praça do país em movimento bancário e a agência local da Cacex registra anualmente movimento de exportações que atinge mais de 15% do total brasileiro). A importância da cidade no cenário paulista e brasileiro não é, fenômeno recente. Ao contrário, o município possui uma rica história, no que se refere às transformações econômicas, políticas e sociais, especialmente ao processo de urbanização. Teve papel central na gestação do complexo cafeeiro capitalista, e na formação da burguesia paulista ligada aos negócios do café. Sua influência política, no Império e na 1ª República, é por demais conhecida, notadamente pelo grande número de políticos de nível nacional que nela se forjou.

Depois de 1930, graças ao grau de desenvolvimento alcançado com a economia cafeeira e à sua posição estratégica no sistema de transportes, manteve-se como um dos mais importantes centros urbanos e regionais do estado.

Entretanto, tal como ocorreu no país como um todo, após um quarto de século de avanço da industrialização pesada, persiste hoje do ponto de vista social, um largo atraso, visível no contexto caótico que vem adquirindo o processo de urbanização, que fez deteriorar o anteriormente elevado padrão de vida oferecido pela cidade.

Essa é a problemática geral cujo estudo este trabalho pretende fazer avançar. Nossa hipótese central é a de que, embora defasada no tempo, e não por processo idêntico, a trajetória local guardou semelhanças com as linhas gerais do agravamento urbano da metrópole paulista, no que tange à degeneração do nível qualitativo de vida de sua população e da atitude do Estado - entendido em seu sentido mais amplo e complexo - diante desse quadro do capitalismo selvagem brasileiro.

Ao lado do desenvolvimento de fatores positivos próprios de uma dinâmica urbanização, entre eles, o da crescente incorporação produtiva de

trabalhadores com salários mais elevados, a incorporação de maiores contingentes das "novas" classes médias e da diversificação industrial e terciária, aqui também se reproduziram as perversas condições de habitabilidade e a impossibilidade de acesso aos resultados do desenvolvimento para amplas parcelas da população da cidade.

Assim, na década de setenta, enquanto aumentava o contingente de pessoas e famílias pobres, dado o enorme fluxo migratório que demandou o município, deteriorou-se o serviço público, tanto na qualidade do atendimento quanto principalmente em sua capacidade de acompanhar o crescimento da demanda. Ampliou-se o número absoluto de analfabetos na população; cresceu o número de domicílios sem atendimento de água e esgotos; agravaram-se as carências educacionais. A manifestação especulativa da ação dos capitais mercantis urbanos produziu uma periferia carente, onde são precárias as condições de habitação, ao mesmo tempo em que multiplicavam-se os espaços vazios na malha da cidade, reproduzindo-se um padrão de expansão urbana no qual são crescentes os custos de implantação e operação da infra-estrutura e dos transportes.

Esse lado perverso do processo manifesta-se diante de uma industrialização tão avançada quanto a verificada na metrópole paulista, e de uma urbanização que teve um erário público municipal beneficiado pela Reforma Tributária de 1965/66: a receita total real per capita cresceu 57% entre 1965 e 1975, experimentando desaceleração no crescimento entre 1975 e 1980, mas mesmo assim, nesse último ano, ainda era 12% superior à de 1965.

Neste trabalho, procuramos reconstituir a trajetória econômica e a evolução urbana do município de Campinas, do complexo cafeeiro à industrialização pesada. Acreditamos que o exame histórico é uma peça fundamental para a reflexão sobre a situação social atual.

Adotamos, como grandes marcos de periodização, fases demarcadas pelos distintos padrões de acumulação características da economia brasileira, tendo como ponto de partida a economia cafeeira. No âmbito de cada grande período, procuramos estabelecer sub periodizações correspondentes à evolução histórica particular da região. Como pano de fundo da análise em cada período procuramos destacar as principais transformações econômicas que se manifestaram no estado, dando ênfase às dinâmicas regional e urbana que acompanharam essas transformações.

O tema do capítulo inicial desta Tese, destaca o papel que Campinas

teve na gestação do complexo cafeeiro capitalista. O primeiro grande "rush" cafeeiro (1870/1883) transformou Campinas na "capital agrícola" da província, com uma vida urbana que lhe dava grande destaque no cenário paulista da época. Sua população, na década de 1880, era equivalente à da capital. Na cidade nasceram as duas mais importantes ferrovias do café, as primeiras fábricas de máquinas de beneficiamento e algumas das principais iniciativas para a imigração em grande escala.

O segundo capítulo da tese estuda o período 1886/1930, durante o qual as funções econômicas e urbanas da cidade passariam por profundas mudanças. Durante as duas últimas décadas do século XIX a capital consolidaria sua posição de núcleo urbano central do complexo cafeeiro, e, por outro lado, a primazia na produção deslocava-se de Campinas para a região Oeste. Não houve, porém, decadência ou involução, econômica ou populacional. A cidade tornou-se importante centro regional, espécie de "porta de entrada" para o rico "hinterland", sua produção de café estabilizou-se e, mais importante, sua base produtiva diversificou-se com o crescimento da agricultura mercantil de alimentos e um implante industrial significativo.

No capítulo três, estudamos a evolução econômica e urbana durante o período da industrialização restringida: da crise cafeeira de 1929 aos meados da década de 1950. A base produtiva e o porte urbano herdados do período cafeeiro, e a posição da cidade no sistema de transportes asseguraram a rápida superação da crise e a integração à dinâmica própria do novo padrão de acumulação. Em meados da década de 1930, Campinas erradicara boa parte de seus velhos cafeeiros e tornava-se a principal produtora estadual de algodão. As funções urbanas e industriais passavam agora ao primeiro plano, na vida da cidade, que já em fins dos anos quarenta constituía-se no maior polo industrial do interior. Nos anos cinquenta, começam a instalar-se grandes empresas industriais estrangeiras e nacionais, antecipando-se o movimento típico da industrialização pesada, as taxas de incremento populacional aceleram-se acentuadamente e emerge o novo padrão de expansão urbana. A partir de então, o perverso processo de uso e ocupação do solo passaria a ser marcante na cidade, caracterizando o crescimento posterior. Contudo, seu alto padrão de infra-estrutura urbana, pode suportar o crescimento até fins dos anos sessenta, oferecendo até aí, bom padrão de serviços públicos urbanos.

Finalmente, o último capítulo é dedicado ao período 1960/1980. Com a industrialização pesada, Campinas foi palco de um dos mais dinâmicos

processos de urbanização do país. Tornou-se um centro industrial e terciário cujas dimensões e importância extrapolam de muito o âmbito regional, e desenvolve aceleradamente funções metropolitanas. O extraordinário progresso recente foi acompanhado, entretanto, de progressiva deterioração nas condições de vida da maioria dos habitantes da cidade.

CAPÍTULO 1

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE CAMPINAS

1.1. Campinas: Antecedentes Históricos

1.2. A Produção Cafeeira Escravista e a Geração da Transição

1.2.1. A Década de 1850

1.2.2. A Década de 1860

1.3. Transformações nas Relações de Produção e Primeiro Grande "rush" Cafeeiro (1870/1886)

1.3.1. Emergência do Complexo Capitalista

1.3.2. Campinas, "Capital Agrícola" da Província

CAPÍTULO I

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE CAMPINAS

O primeiro marco importante, no estudo da evolução econômica da região onde se localiza Campinas é o período do "ciclo do açúcar paulista", que vai de fins do século XVIII até a primeira metade do século XIX, cujo impulso inicial foi dado no governo do Morgado de Mateus (1765/1775)^(1).

O aumento da demanda na Europa e a desorganização da produção nas colônias francesas, na última década do século XVIII, criaram as circunstâncias externas favoráveis à exportação, e no começo do século XIX, a produção e exportação do açúcar já era a mais importante atividade econômica paulista. A primeira área produtora na capitania foi uma parcela do território situada a Oeste da capital, o chamado "quadrilátero do açúcar", compreendendo Mogi-Guaçu, Jundiaí, Sorocaba e Piracicaba.

Em 1792, foi concluído um importante melhoramento no caminho que ligava a cidade de São Paulo ao porto de Santos: a calçada do Lorena. Com isso, resolvia-se em parte um grande problema para a comercialização do produto, que era o transporte (embora persistisse a dificuldade de ligação do pé da Serra - Cubatão - com o local de embarque).

Em 1817, haviam em São Paulo 458 engenhos de açúcar e aguardente e 100 desses engenhos localizavam-se em Itu. Em Campinas, registrava-se nesse ano 60 engenhos com produção de 100 mil arrobas de açúcar e 15 de aguardente. A população total da província, que era de 209.218 pessoas em 1813, alcançava 281.175 em 1829. Em 1836, a população aumentara para 284.312 habitantes e a produção de açúcar atingia 563.108 arrobas.

Com duração relativamente pequena, o "ciclo do açúcar paulista" liga historicamente o período do bandeirismo (de apresamento e de mineração) ao do café. Primeira atividade econômica mais importante a fazer a conexão da província de São Paulo com o comércio internacional, a exploração açucareira promoveu o povoamento do primitivo "Oeste Paulista", a criação e crescimento dos núcleos urbanos e a diversificação dos sistema viário. De

(1) PETRONE, 1868, pag.12.

acordo com Sergio Buarque de Holanda: "Sem ter atingido então a importância que assumiu no Nordeste, por exemplo, ou no Rio de Janeiro, a economia açucareira foi a responsável, na área paulista, pelo início de um autêntico processo revolucionário, estabelecendo-se ali pela primeira vez em escala considerável, uma lavoura de cunho comercial sustentada no trabalho escravo. Com isso, não só se firmará a estrutura agrária, que passa depois a sustentar por longo tempo a produção cafeeira, mas se formarão e consolidarão os cabedais necessários à exploração da nova e mais pujante fonte de riqueza" (2).

O auge da produção açucareira na província ocorre por volta de 1850. A partir daí, a produção e exportação do café iria superar (e substituir) a do açúcar.

1.1. Campinas: Antecedentes Históricos

A cidade de Campinas está localizada numa área de nítido contato entre as formações cristalinas do Planalto Atlântico e as sedimentares da Depressão Periférica. Historicamente, o município tem seus limites a leste na Serra das Cabras (Planalto Atlântico); a oeste sofreu sucessivos desmembramentos, todos na área da Depressão Periférica.

As origens de Campinas remontam a meados do século XVIII, como passagem do então "caminho de Goiás". Desenvolveu-se ali, a partir dessa época, uma rudimentar agricultura de subsistência, e um incipiente comércio com as tropas que transitavam para Minas, Goiás e Mato Grosso.

O primeiro impulso importante de povoamento ocorre com a introdução da cana em suas terras. Composta de 266 pessoas em 1775 a população passa, em 1836, para cerca de 6600 das quais 3950 eram escravos (3). Em 1774, haviam três engenhos na povoação, tendo esse número subido

(2) Holanda, apresentação, in Petrone, op. cit.

(3) Matos, "Campinas no recenseamento do Mal. Muller", Revista, Bibliografica e Histórica, 1985.

MP

para 93 em 1836, quando Campinas já era o maior produtor de açúcar de São Paulo^(4).

A estruturação de muitas das grandes propriedades do Oeste primitivo data dessa época. A ocupação das terras na região desenvolveu-se a partir da segunda metade do século XVIII, com a compra ou concessão de sesmarias e sua subdivisão. Alfredo Ellis Jr. estudando o problema, relaciona o que chama de "feudos patriarcais paulistas", entre 1847/1857, situados nas áreas de Jundiaí, Campinas, Limeira, Piracicaba, Rio Claro e Pirassununga^(5). A biografia dos futuros "barões do café" revelaria também que, na maioria dos casos, eles surgiram como senhores rurais na região no final do século XVIII e primeiro quartel do século XIX^(6), como produtores de açúcar. São conhecidos vários casos de negociantes, enriquecidos com o comércio e os transportes, que adquiriram terras e se tornaram plantadores de cana e proprietários de engenhos^(7). O capital acumulado no comércio com as minas, o "bandeirismo" e o tropeirismo foram a origem dessa riqueza.

Não obstante, a hipótese de Petrone é de que a maioria dos capitais necessários para o desenvolvimento da cultura canavieira teve origem nessa mesma atividade: "Na época em que o açúcar paulista começou a adquirir importância comercial, não havia muita necessidade de capital. Terras adquiridas sem empate de capital e instalações modestíssimas permitiram ao agricultor paulista transformar-se em senhor de engenho; além disso, o número de escravos a princípio era bem reduzido"^(8). Segundo ela, uma conclusão mais precisa sobre a origem dos capitais e a estrutura fundiária da região, na época, torna-se bastante difícil, em virtude da ausência de melhores informações.

Outra importante consequência do "ciclo do açúcar" foi o crescimento, melhoria e diversificação do sistema viário. Até fins do século

(4) Petrone, 1968. O município produziu, em 1834, 302 mil arrobas, quase 1/3 da produção de São Paulo.

(5) Ellis Jr. Alfredo, "Um parlamentar na República", SP, 1980. Citado em Saes, 1986. Ver também Petrone, 1968.

(6) IBGE, 1952.

(7) Saes, 1986.

(8) Petrone, op. cit., pag. 58.

XVIII, as principais vias de comunicação em São Paulo eram a ligação com o Vale do Paraíba e o Rio de Janeiro (norte); o caminho do Sul, para Curitiba, passando por Sorocaba; a via das monções, para Mato Grosso, usando o rio Tietê a partir de Porto Feliz e o caminho de Goiás, que ligava São Paulo a Jundiaí, Campinas, Mogi-Mirim, Casa Branca e Franca. Uma ligação de Porto Feliz e Itu com Piracicaba estabeleceu-se no começo do século XIX.

As duas últimas estradas - e as ligações de Itu e Jundiaí com a capital - constituíram o essencial do sistema viário no "quadrilátero do açúcar". A partir da capital, descia ele para o porto, constituindo-se a Serra do Mar no maior obstáculo para o transporte na época.

O açúcar era transportado por tropas e as más condições das estradas causavam graves prejuízos, comprometendo muito a qualidade do produto. Novamente de acordo com Petrone "As más estradas causavam o desperdício do açúcar paulista. Não conseguiram ser um entrave ao desenvolvimento dos canaviais. Contribuíram porém para sua substituição pelos cafezais"^(9). A Profa. Petrone enfatiza que a economia canavieira diversificou o sistema viário da província, dotando-o de variantes e ligações mais numerosas e melhores, apesar de persistirem até muito mais tarde os percalços causados por tal sistema de transportes.

Na região de Campinas, anotamos para a época a citada estrada de Piracicaba a Itu e Porto Feliz; a construção de nova ligação de Campinas com Jundiaí e referências de diversas ligações locais, com engenhos e "bairros" (alguns dos quais, mais tarde, se tornariam municípios).

Esse sistema viário regional desenvolvido no período, iria desempenhar importante papel na viabilização do surto cafeeiro. Segundo Hogueira de Matos, já em 1840 Campinas era importante centro de dispersão de caminhos, verdadeiro "nó" de comunicações, centralizando a produção agrícola e o transporte da parte mais importante do "quadrilátero" do açúcar, além de receber o tráfego oriundo das regiões de Franca, sul de Minas e Goiás^(10) (o mercado das minas, embora decadente parece ter tido alguma importância para o açúcar paulista).

(9) Petrone, 1968, pag. 188.

(10) Hogueira de Mattos, 1985.

A atividade açucareira também estimulou o surgimento da rede urbana, como já foi dito. Dos 83 municípios que hoje compõem a Região Administrativa de Campinas, foram fundados antes de 1850: Mogi-Mirim (1769), Bragança (1797), Campinas (1797), Piracicaba (1821), Capivari (1832), Limeira (1832), Amparo (1839), Limeira (1842), Rio Claro (1845), Casa Branca (1841) e Jundiaí (1655). Desses, apenas Jundiaí estruturou-se como município, antes do período do "ciclo do açúcar paulista", entre os séculos XVIII e XIX^(11).

A condição de maior centro produtor, e de núcleo estratégico no sistema de transportes, impulsionou o crescimento urbano de Campinas e a diversificação de sua estrutura social. Eisenberg em recente trabalho estuda esse processo^(12). Levantando informações anuais de população da época, o autor construiu uma série que vai de 1767 a 1829. Nesse último ano, a população local registrada era de 8543 pessoas, maior, portanto, que a computada no recenseamento do Mal. Muller, de 1836. Os escravos constituíam cerca de 56% daquele total.

Comparando os dados populacionais de 1809 (população de 3741, com 1800 escravos) e de 1829, Eisenberg verifica, em primeiro lugar, a transformação na atividade agrícola: no primeiro ano, a maior parte das famílias dedicava-se ainda à produção de alimentos, e em 1829 apenas 21,8% o faziam, estando outros 56% envolvidos com a produção de cana e de açúcar.

Essa transformação na base agrícola local gerou uma série de mudanças no núcleo urbano. Os artesãos, apenas 2,8% da população em 1809, dobram sua participação, atingindo 5,6% em 1829. O crescimento mais intenso ocorreu no setor de serviços: de 5,7% para 15,5%. Enquanto em 1809 apenas 1,8% dos chefes de famílias eram comerciantes, em 1829 eles somavam 13,4%. Trabalhadores em transportes passam de 0,2% para 3,6% e, expressivo, os "rentiers" que eram 0,6% em 1809, em 1829 atingiam 2,4%.

Sumarizando essas mudanças, diz o autor: "Primeiro, a economia em crescimento ... produziu uma estrutura social muito mais diversificada. Os escravos cresceram tanto (em número) que os habitantes livres viviam com a obsessão de que pudessem romper a ordem social. Emergiu um grupo

(11) Além dos municípios citados, o recenseamento do Mal. Muller (1836) registra mais sete freguesias, futuros municípios, na região. Ver Matos, 1985, pag. 41.

(12) Eisenberg, 1986.

ponderável de artesões e ... de pessoas trabalhando nos serviços. Enquanto a sociedade agrária de subsistência de 1770, relativamente homogênea e não conflitiva, diminuía de importância, outros setores, principalmente (mas não exclusivamente) os ligados à produção do açúcar, expandiam-se. Na consequente sociedade mais complexa, a divisão do trabalho aparente tornou-se mais acentuada^(13).

QUADRO 1 - Produção de Açúcar, Campinas

	Nº- Engenhos	Açúcar (Arrobas)	Aguardente (Canadas)
1775	3	-	150
1798	37	15.139	460
1799	37	16.875	381
1818	60	100.000	-
1834	82	302.100	-
1836	93	158.447	7.399
1852	51	-	-
1854	44	62.290	-

FONTE: Maria Tereza S. Petrone, op. cit., pag. 48.

O Quadro I resume a evolução da produção açucareira. Coincidindo com seu auge, começava a ganhar impulso o plantio do café. Em 1836, colheram-se no município apenas 8000 arrobas, mas em 1854 sua produção - 335.500 arrobas - já superaria largamente a do açúcar^(14).

(13) Eisenberg, 1986. Tradução nossa, UCS.

(14) Milliet da Costa e Silva, 1982, p. 48.

1.2. A Produção Cafeeira Escravista e a Gestação da Transição

Embora o café tivesse sido introduzido no Brasil no começo do século XVIII, sua cultura para exportação ganharia impulso na década final daquele século e começos do século XIX, ocupando inicialmente a região oriental do Vale do Paraíba próxima ao Rio de Janeiro, entendendo-se depois pelo lado ocidental, e atingindo a parte paulista do Vale do Paraíba. De acordo com Sergio Milliet: "Dito lustros (1797/1836) bastam para abarrotar de cafeeiros todo o Vale do Paraíba e parte das regiões mais férteis próximas da capital, colonizadas pelo açúcar"^(15).

De acordo com Wilson Cano, o estudo da dinâmica da economia cafeeira no Estado de São Paulo pode ser dividida em quatro períodos distintos:^(16)

O primeiro período   o da exploração escravista, onde a unidade típica é o latifúndio, produzindo em grande escala com margens de lucro reduzidas e cuja característica fundamental é o uso predatório e extensivo da mão-de-obra e das terras, com técnicas de cultivo e beneficiamento muito atrasadas e sistema de transportes (o de tropas de mula) precário e ineficiente.

No segundo período, ainda escravista, já se introduz o trabalho livre (nos regimes de parceria e s l rio fixo) e algumas técnicas mais modernas de cultivo e beneficiamento. Grosso modo, pode-se delimitá-lo entre meados da década de 1850 e meados da década de 1870.

O período seguinte caracteriza-se pelo predomínio da mão-de-obra livre, agora em grande parte trabalhando no regime de colonato, pela presença das ferrovias e pela disseminação das máquinas de beneficiamento. Finalmente, a última etapa é a do complexo cafeeiro capitalista, a partir de 1886.

(15) Milliet, op. cit., pag. 24.

(16) Cano, 1977, pag. 19 e seguintes.

No transcorrer desta parte do trabalho, relativa à fase anterior a 1930, utilizaremos como referência esta periodização. Geograficamente, a primeira daquelas etapas corresponde à ocupação do Vale do Paraíba, e as demais situam-se basicamente na região então conhecida como "Oeste Paulista".

No início do século XIX, a designação Oeste Paulista referia-se à parcela do território próxima à capital que tem como limites as vizinhanças de Bragança, Sorocaba, Campinas e Piracicaba. Na classificação de Milliet, é a Zona Central (enquanto o Vale do Paraíba é a Zona Norte)^(17).

QUADRO II - Produção de Café, em Arrobas

	1836	1854	1886
Zona Norte	510406	2737639	2074267
Zona Central	70378	491397	3008350
Zona Paulista	8461	223470	2458134
Zona Mogiana	821	81750	2262599
Zona Araraquarense	-	-	-
Zona Noroeste	-	-	-
Zona Alta Sorocabana	-	-	151000

FONTE: Milliet, op. cit., pag. 21, 22 e 23.

A Zona Central, que em 1836 produzia 70000 arrobas, correspondendo a 12% do total da província, em 1854 produzia 491000, 14% daquele total. No município de Campinas, principal produtor da zona, foram colhidas naquele ano 335000 arrobas.

(17) Do ponto de vista da localização geográfica, esta nomenclatura toda parece um pouco esdrúxula, mas devemos lembrar que ela se referencia na porção então conhecida e povoada - do estado.

A Zona Norte, maior produtora até 1854, entraria em declínio em seguida, com o esgotamento de suas terras, a queda da produtividade dos cafezais e as restrições ao tráfico de escravos (sobretudo após 1850) que elevaram muito seu custo. Como se observa no Quadro II, em 1886 a região já produzia menos do que em 1854; a decadência da cafeicultura provocaria ali uma regressão econômica e populacional, que iria se prolongar por quase um século^(18).

O café encontraria no Oeste condições acentuadamente distintas das prevalentes na região do Vale do Paraíba. A topografia menos acidentada, o clima e a fertilidade do solo proporcionavam um rendimento físico muito mais elevado, e havia abundância de terras aproveitáveis^(19).

Viajantes que estiveram na região no início do século XIX registraram a presença de culturas^(20); de acordo com Paulo Pestana, as primeiras plantações datam de 1807/1809 e 1817, mas até 1835 não houve muito progresso. A partir dessa data, "reanimando-se o comércio de café, os fazendeiros de Campinas começaram a substituir as plantações de cana pelos cafeeiros. As colheitas de 1842 e 1843 foram importantes e anunciaram que, dentro em breve, o novo município do Oeste tornar-se-ia o maior centro produtor do Brasil^(21).

O avanço do café, na região, em substituição à cana e às culturas alimentares, aproveitou-se de terras já desbravadas e ocupadas, e do estoque de escravos nelas alocado.

O capital necessário para financiar o plantio e a formação dos cafezais teve como origem a atividade canavieira - muitos cafeicultores foram antigos plantadores de cana - e crescentamente, o comércio e mesmo o capital cafeeiro oriundo de outras regiões.

(18) Sobre a economia cafeeira escravista do Vale do Paraíba, suas condições de operação e crise, ver Cardoso de Mello, 1975, e Cano, 1977.

(19) Cano, op. cit., pag. 31 e seguintes.

(20) D'Alincourt, Saint-Hilaire, Hercules Florence.

(21) Pestana, 1927.

A rede viária, e o sistema de comercialização desenvolvidos para o açúcar foram estratégicos na substituição.

Do ponto de vista dos produtores, o plantio do café passara a ser mais atrativo do que o de cana (e fabrico do açúcar). A demanda mundial em expansão, na 1ª metade do século XIX garantia-lhes mercado crescente. O café também exigia menos capitais do que o açúcar, menores cuidados no plantio e tinha custos de produção mais baixos. As margens de lucro eram maiores, e menores as perdas com o transporte.

Apesar disso, a cana não deixou de ter importância no Oeste. Mesmo em Campinas, Rio Claro e Limeira ela não desapareceu completamente e em outras regiões, como Piracicaba, seu cultivo prosseguiu, ombreando-se com o café.

1.2.1. A Década de 1850

As experiências com o café no Oeste, realizadas nas décadas de 1830 e 1840 já haviam atestado sua viabilidade, demonstrando suas possibilidades de lucratividade e seu potencial de expansão.

O crescimento do plantio e a ocupação de novas terras enfrentava no entanto obstáculos sérios, cuja superação definitiva exigiria profundas transformações, que só estariam completas quase quarenta anos depois, com a consolidação do complexo cafeeiro capitalista.

O primeiro, e mais grave desses obstáculos, dizia respeito ao suprimento de mão-de-obra. (22)

Enquanto o tráfico de escravos desenvolveu-se livremente, foi possível suprir na escala adequada, a preços baixos, as necessidades da cafeicultura. Mas, a partir de 1830, as restrições ao tráfico provocam progressivo aumento de preços, que se intensificam após 1850 quando ele é definitivamente abolido.

(22) Para a discussão sobre a mão-de-obra no complexo cafeeiro, e a constituição do mercado de trabalho livre, baseamo-nos nas obras de Furtado, 1972; Viotti da Costa, 1982; Mello, 1975 e Cano, 1977. Ver também Spindel, 1980.

Como consequência, precipita-se a crise na economia do Vale do Paraíba, que operando com produtividade decrescente, num sistema de exploração que impunha o aproveitamento de terras de pior qualidade e cada vez mais distantes dos portos de embarque, não foi capaz de superar a brutal elevação nos seus custos de produção.

No Oeste, entretanto, o encarecimento dos preços dos escravos, não provocou a crise. O quadro abaixo, com o total da produção no estado, atesta isso: entre 1850 e 1880, ela quintuplica.

As transformações internas no complexo escravista, que se desenvolveram no período naquela região, possibilitaram a continuidade da acumulação cafeeira num nível relativamente elevado.

QUADRO III - Produção de Café e Número de Cafeeiros, Estado de São Paulo

Anos	Cafeeiros	Produção (em arrobas)	Variação Percentual(%)
1849/50	26.800.000	1.344.700	-
1859/60	60.462.000	3.627.737	169,8
1869/70	69.540.000	4.172.451	15,0
1879/80	106.300.000	6.590.250	57,9

FONTE: Pestana, 1927.

Territorialmente, até o início da década de 50, o plantio desenvolve-se pela região próxima a Jundiaí e Campinas. De acordo com Sergio Milliet, em 1854 os municípios principais produtores no Oeste eram Campinas (335.000 arrobas); Limeira (121.000); Rio Claro (99.000); Mogi Mirim (88.000); Jundiaí (60.000) e Bragança (36.000).

Durante a década de 1850, ganharam impulso diferentes tentativas, por parte dos fazendeiros de café, de promover a vinda e fixação nas fazendas de imigrantes europeus, trabalhando no regime de parceria. O pioneiro, nessa empreitada, foi o senador Vergueiro, grande proprietário em Limeira e Rio Claro, que em 1842 trouxe a primeira leva de portugueses,

MP

ainda para trabalhar na lavoura de cana. Em 1847, chegaram os primeiros colonos suíços e alemães. No início dos anos 50, Vergueiro obtém subvenção do governo para o transporte, e começa a imigração sistemática de colonos.

O exemplo de Vergueiro animou outros fazendeiros, o que fez aumentar os núcleos coloniais de parceria^(23) e, entre 1850 e 1860 são criados 67 novos núcleos, principalmente de alemães e suíços^(24).

Mas a experiência não dá certo. Nos anos 60, poucos núcleos remanesciam. Os cafeicultores, com algumas exceções, consideram negativo os resultados, e por outro lado reclamações e denúncias dos imigrantes levam os governos europeus a proibir ou criar entraves à vinda de seus cidadãos para trabalhar no Brasil.

As condições de operação da economia cafeeira na época inviabilizaram o sistema. Os baixos preços do café, nas décadas de 50 e 60, aliados aos custos de transportes, faziam com que permanecessem baixas as margens de lucro, forçando os fazendeiros a comprimir os gastos com mão-de-obra, num estágio em que o processo de trabalho baseava-se em sua exploração extensiva e em grande escala, com mínima divisão de tarefas e incorporação do progresso técnico. Era muito difícil, nesse quadro, substituir a mão-de-obra escrava.

Outros fatores que concorreram para agravar a situação do imigrante foram as despesas de transporte e instalação, cujo montante adiantado pelo fazendeiro era descontado com juros; as condições de vida na fazenda, as diferenças religiosas, a ausência de instrumentos de amparo e proteção legais e a coexistência com o regime escravista.

Frustradas as expectativas do imigrante (que se fundamentavam no pressuposto jurídico da "divisão dos lucros"), passam a multiplicar-se os desentendimentos, fugas e revoltas - uma das quais, justamente na Fazenda

(23) Bem antes disso, o governo imperial começara a tentar a implantação, em diversas regiões, de núcleos coloniais, visando incenivar o povoamento, desenvolver a pequena propriedade e garantir trabalhadores para as obras públicas. Essas tentativas, que não contavam com a simpatia dos fazendeiros, não prosperaram. Ver Viotti da Costa, op. cit.

(24) Spindel, 1980.

Ibicaba em 1857, "atingiu tais proporções que suscitou inquéritos, dos governos provincial e imperial, e o envio de um emissário do governo da Confederação Helvética especialmente para averiguar a situação" (25).

Apesar do malogro, os núcleos coloniais do regime de parceria deixariam importantes marcas na região, como veremos mais à frente.

O resultado dessa primeira tentativa com a imigração europeia serviu de experiência aos fazendeiros, e assim contribuiu para a posterior adoção do sistema de colonato (26). Mostrou também a conveniência da participação mais ampla do estado na promoção da imigração, para subsidiar o transporte e a instalação dos colonos.

O principal saldo dessa etapa, no entanto, foi deixar claro que a continuidade da acumulação seria inviável sem o aumento do fluxo de cativos. Sua substituição pelo trabalho livre só seria possível com transformações profundas na dinâmica da economia cafeeira.

Os dois processos seriam implementados no Oeste, a partir da década seguinte. Ao mesmo tempo em que aumentava muito o fluxo de escravos, desenvolviam-se as condições internas que viabilizariam a substituição.

1.2.2. A Década de 1860

No início dos anos 60, o município de Campinas já é o principal produtor de café na província (27). Em menos de 10 anos, a partir de 1854,

(25) Viotti da Costa, op. cit., pag. 71. Sobre o regime de parceria, as condições de vida e trabalho dos imigrantes e a revolta da Fazenda Ibicaba, ver também Davatz, 1972 e Tschudi, 1953.

(26) A parceria, foi substituída em alguns lugares pelo regime de salário fixo. Mas ele também não prosperou, porque os fazendeiros atribuíam aos contratados nesse regime as tarefas mais pesadas (visando preservar seus escravos) e os salários eram ínfimos, chegando a ser menores que o custo de reprodução de um escravo.

(27) As fontes para informações sobre Campinas nessa época são o relato de Augusto Emilio Zaluar, "Peregrinação pela província de São Paulo", e o Almanaque Província - SP, 1858.

a produção mais do que dobra, passando de 300 para 700 mil arrobas. Segundo Zaluar, eram 189 as fazendas de café (dado confirmado pelo Almanaque de 1858, que se refere a "uma exportação de mais de 500.000 arrobas de café").

A cana continua mantendo certa importância na atividade agrícola: existem vinte fazendas produtoras, e fabricam-se 60.000 arrobas de açúcar. Além disso, não é desprezível a produção de gêneros alimentícios, que comporta inclusive a participação de algumas propriedades de maior porte.

A feição econômica local é dada pelo predomínio das grandes propriedades rurais. Na época, essas propriedades ainda são praticamente auto-suficientes, elaborando internamente a maior parte do que necessita seu consumo corrente.

Warren Dean, (referindo-se a Rio Claro) diz que elas eram auto-suficientes pelo menos quanto a alimentos, materiais de construção, animais de tração e alguns artefatos. Plantava-se também algodão, fiado e tecido pelos escravos, mas já começava a ganhar terreno a importação dos tecidos ingleses (28).

"As ferragens para construção, arame farpado, enxadas, machados, ferramentas, material de cozinha, remédios e querosene são importados. A cidade fornece à fazenda alguns produtos manufaturados, arreios, carroças, e trabalhos de carpintaria e ferro batido" (29).

Isso nos remete às características do núcleo urbano de Campinas, num momento em que ainda não se desenvolveram as mais importantes transformações internas do complexo cafeeiro. As informações das duas fontes anteriormente citadas permitem algumas conclusões, quanto ao porte e às funções da cidade.

No comércio, existem 70 lojas de fazendas e ferragens, 126 armazéns de secos e molhados, e pelo menos outros 25 estabelecimentos diversos. Os "armazéns de gêneros de fora" eram 20. As casas de "comissões de importação" ("em ponto grande", segundo Zaluar) eram 3. Registram-se também 3 hotéis.

(28) Dean, 1977, pag. 51.

(29) Dean, loc. cit.

Aparecem duas fábricas de cerveja, uma de velas, uma de chapéus (dos irmãos Bierrembach, a primeira fábrica de Campinas ao que consta), três de licores. Os estabelecimentos de "artes e ofícios diversos" (caldereiros, ferreiros, carpinteiros, entalhadores, marceneiros) eram mais de 60. Há uma tipografia e os bacharéis em Direito, que oferecem seus serviços, são 16.

Funcionam na cidade sete escolas primárias e três secundárias. No campo cultural, há um teatro (melhor que o da capital, diz Zaluar) e duas "associações científicas", o Recreio Literário e o Gabinete de Leitura. Destaque merece a Matriz Nova, por sua arquitetura e obras de arte.

Conforme se verifica do exposto, a vida urbana revela já certa expressão (30). Chama atenção o comércio, pelo número de estabelecimentos, a presença do relativamente diversificado segmento de artesões e artífices, e um embrião do setor de serviços e associativo.

Nessa fase, dadas as características de atividade predominante (a exploração cafeeira escravista) as cidades ainda não desempenham função central no processo de acumulação. Seu papel é antes de complemento da grande propriedade rural. Só mais tarde, com a implantação ferroviária, a imigração, a disseminação dos equipamentos mecânicos de beneficiamento e o avanço do sistema de crédito, é que sua função vai se transformar.

No caso de Campinas, é preciso considerar porém que a cidade é apêndice da maior produção agrícola da província. As fazendas de café, e as fazendas e engenhos de açúcar são certamente os responsáveis principais pelo citado segmento de artesões e artífices, bem como por parcel aponderável do comércio.

Mas a vida da cidade é condicionada também por outra antiga função: a de centro comercial e de comunicações, na antiga rota de Goiás e para uma parte do "quadrilátero do açúcar" (eixos que, pouco depois, serão trilhados pela Mogiana e pela Paulista).

(30) As impressões registradas no relato de Zaluar sobre a cidade são francamente elogiosas e otimistas. Outro relato um pouco posterior (fim da década de 60) do jornalista Henrique Barcelos é bem mais crítico quanto às condições da cidade. Ver Ricci, Maria Lucia Souza Rangel, "Campinas vista por alguns viajantes estrangeiros no século XIX", Notícia Bibliográfica e Histórica, ano XIV, nº 105, 1982.

Zaluar registra que "o comércio é ativo e florescente, pois Campinas é entreposto de Goiás, Uberaba, Franca e outras povoações do interior, com a corte".

Finalmente, quanto ao porte populacional, no município residem 12.000 escravos e 8.000 homens livres em 1858, de acordo com o citado Almanaque, ou 14.000 escravos e 10.000 homens livres, segundo Zaluar que, recordamos, passou por Campinas em 1860/61.

Confrontando essas informações com dados do início dos anos 1870 (ver Quadro V e VI), e com as estimativas de emprego de trabalhadores no café feitas por Cano^(31), consideramos muito provável que os números fornecidos por Zaluar estejam algo superestimados. Parecem mais realistas as estimativas do almanaque: o município tem então, em 1860, cerca de 20.000 habitantes, mais de 50% dos quais são escravos.

Até o início dos anos 60, a produção cafeeira na região de Campinas não apresentava diferenças essenciais, no que tange à técnica agrícola, relações de trabalho e formas de comercialização, de outras culturas de exportação, nem com a cafeeicultura do Vale do Paraíba.

O que então já dava ao café no Oeste lucratividade e potencial de crescimento maiores eram a qualidade e disponibilidade das terras, o clima e a topografia, e em algum grau a experiência acumulada pelo cultivo na região mais antiga.

A década de 60 é o período em que ganha impulso a diferenciação regional: no Oeste, desenvolvem-se os elementos que possibilitariam a constituição daquilo que Cano chamou de "complexo cafeeiro capitalista", base de uma potente economia de mercado interno, e da posterior industrialização.

As principais mudanças, que caracterizam o decênio, dizem respeito ao processo de trabalho, ao sistema de transportes e às técnicas de cultivo e beneficiamento.

(31) Cano, op. cit., pag. 35 e seguintes.

QUADRO IV - IMIGRACAO - CAMPINAS E ESTADO DE SAO PAULO

	ESTADO DE SAO PAULO	CAMPINAS	ESTIMATIVA DOS SALDOS DECENAIS CAMPINAS
1850/1860	6850	-	-
1860/1870	2000	-	-
1870/1886	42800	-	1886/1900: 4000 A 5000
1875/1886	42000	-	-
1882	2743	-	1891/900 : 15000 (1)
1883	4912	1342	-
1884	4879	603	1901/1910 : 6659 (2)
1885	6000	-	-
1886	9530	584	1911/1920 : 6398 (3)
1888/1900	+ DE 800000	-	-
1893	-	1478	-
1894	-	1091	-
1895	-	3143	-
1897	-	3880	-
1898	-	1164	-
1899	-	439	-
1900	-	246	-
1901	-	2195	-

FONTE: CAMARGO, op.cit.; CANO, op. cit.; VIOTTI DA COSTA, op. cit. Boletins do Servico de Imigracao e Anuarios estatisticos do Estado de Sao Paulo.

(1) foram estimados, pela media, os anos de 1891, 1892 e 1896.

(2) A fonte e Camargo, op. cit. Provavelmente, subestimado. A media, utilizando-se os dados anuais existentes, daria 8880.

(3) Dados dos Anuarios Estatisticos.



	1836	1854	1874	1886	1906	1918	1920	1934	1944
	POP. TOTAL	ESCRAVOS	POP. TOTAL	ESCRAVOS	POP. TOTAL	ESCRAVOS	POP. TOTAL	ESCRAVOS	POP. TOTAL
CHAMPINS	6889	3917	14241	8198	31397	13685	41253	9986	67694
AMERICANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- SOMA	6889	3917	14241	8198	31397	13685	41253	9986	67694
AMPARO	-	-	3840	986	11756	2139	17325	3524	34192
PEDREIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- SOMA	-	-	3840	986	11756	2139	17325	3524	34192
E.S. FIMIAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.J. DOA VISTA	-	-	3460	1183	7575	2838	9555	1516	17957
VARGEM GRANDE DO SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ASBUS DA PRATA	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- SOMA	-	-	3460	1183	7575	2838	9555	1516	17957
MOGI-MIRIM	9677	1122	12636	5873	21488	5866	14935	2380	19632
PIRACICABA	18291	3647	5895	1345	15753	5142	22158	3416	25374
RIO DAS PEDRAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- SOMA	14,291	3647	5895	1345	15753	5142	22158	3416	25374
RIO CLARO	-	-	6564	1814	15835	3925	28133	3344	31881
ANAPOLIS (ANAPOLIS)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ITIPORINA	-	-	-	141	-	-	-	-	-
- SOMA	-	-	6564	1955	16035	3925	28133	3344	31881
LINCEIRA	-	-	5845	1583	14283	3854	15879	2374	23898
ARARAS	-	-	-	-	5495	2865	9519	1623	11663
TOTAL DA REGIAO	26657	8686	58841	28315	117762	37855	161264	29356	266642

Em 1974 a Pop= de Nogi foi de 1.140 e Nogi-Bacu.

FUNTES: CHAREBO, J. Francisco - Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos, vol. II (1836, 1854, 1874, 1886, 1900, 1934).

Sao Paulo (Estado), 1919 (1918).

Census Demographic, 1920 (1920)

Census Bureau, 1940-1948

QUADRO VI - POPULACAO ESTRANGEIRA - REGIAO DE CAMPINAS

	1886		1918		1920		1940	
	POP. ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL	POP. ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL	POP. ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL	POP. ESTRANGEIRA	% SOBRE POP. TOTAL
CAMPINAS	-	-	24515	20.3	23516	20.34	11009	8.4
AMERICANA	-	-	-	-	-	-	1073	7.5
- SOMA	-	-	24515	20.3	23516	20.34	12082	8.4
ANPARO	1540	8.89			7268	15.23	1729	4.5
PEDREIRA	-	-			1115	20.38	377	5.7
- SOMA	1540	8.89			8383	15.76	2106	5.6
E.S. PINHAL	704	6.7			4678	15.26	1433	4.5
S.J. DOA VISTA	-	-			-	-	1764	4.5
VARGEM GRANDE DO SUL	-	-			-	-	632	5.5
AGUAS DA PRATA	-	-			-	-	255	4.6
- SOMA	-	-			-	-	2651	4.7
MOGI MIRIM	-	-			5661	15.02	1866	4.5
PIRACICABA	1735	7.83			12085	17.84	4632	6.6
RIO DAS PEDRAS	154	-			2236	21.57	645	7.6
- SOMA	1899	-			14321	18.34	5277	6.5
RIO CLARO	-	-			8378	16.62	3165	6.6
ANALANDIA (ANAPOLIS)	-	-			1512	20.45	371	7.5
ITIRAPINA	-	-			-	-	348	4.6
- SOMA	-	-			9890	17.11	3884	6.5
LINEIRA	1610	10.14			4353	13.37	2118	4.7
ARARAS	1341	14.09			4018	15.69	1109	4.5
-TOTAL REGIAO	7084	9.4			74820	17.35	32526	6.5
- TOTAL ESTADO							761991	

FONTE:

1886 - CAMARGO, J. Francisco, op. cit.

1920 - Recenseamento do Brasil, vol. IV, tomo - 2a. parte.

1940 - Censo Demografico.

1918 - Recenseamento de Campinas, 30/04/1918 in Sao Paulo (Estado), 1919.

(1) Desse total, 14.529 era italianos.

QUADRO VII - PRODUÇÃO DE CAFÉ - CAMPINAS E REGIÃO (1836/1905)
(PROD. EM MIL ARROBAS; CAFEEIROS EM MIL PES, PRODUTIVIDADE EM ARROBAS/MIL PES).

	1836	1854	1869	1872	1886	1897			1905			
	PROD.	PROD.	PROD.	PROD.	PROD.	PROD.	No. CAF. P	F	PRODUTIV.	PRODUTIV.	No. CAF.	PRODUTIV.
CAMPINAS	8.00	335.5	799	1300	1500	987.5(1)	25708.6	-	38.4	1227.4	28510.0	43.0
AMPARO	-	-	-	-	933.3	598.2	16168.2	-	37.0	-	18763.8	-
M. MIRIM	-	80.0	-	-	-	182.3(3)	3000	-	60.7	326.1	6114.5	53.3
S. J. BOA VISTA	-	-	-	-	150	-	-	-	-	307.5	10019.1	30.7
E.S. PINHAL	-	-	-	-	150.6	-	-	-	-	800.0	7700.0	103.0
RIO CLARO	-	97.6	-	-	600	620	8000	5000	77.5	686.3	13391.0	51.2
ARARAS	-	-	-	-	500	235.2	5068.7	1579.7	46.4	643.6	7263.5	80.6
LIMEIRA	-	121.8	-	-	200	226.6(2)	6000	-	37.8	500.0	8000.0(4)	62.5
PIRACICABA	-	-	-	-	300	300	-	-	-	301.9	6245.4	40.3
TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO	-	-	-	-	10374.35	-	-	-	-	-	-	-

OBS:

- Para os anos de 1836, 1854, 1869 a fonte é Camargo.
- Para 1869, a fonte é Zaluar "Peregrinação pela província de São Paulo".
- Para 1872, a fonte é Pestana, op. cit., Também Almanaque Campinas, 1914
- Para 1895, 1896, 1897, 1898 a fonte são os Relatórios, Arquivo Público do Estado de São Paulo.
- Para 1905 a fonte é a Estatística Agrícola e Zootécnica, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

(1) Refere-se a média de 1896, 1897, 1898.

(2) Refere-se a 1898.

(3) Refere-se a média de 1896 e 1897.

(4) Refere-se a 1906.

Com o malogro relativo das experiências com o sistema de parceria, desacelera-se o fluxo de imigrantes para a província. Ao mesmo tempo, começa a aumentar o deslocamento inter e intra-provincial de escravos, das zonas economicamente menos dinâmicas (ou estagnadas) para as novas regiões cafeeiras. De acordo com Taunay o número de escravos em São Paulo sobe de pouco mais de 117.000 em 1854 para 156.000 em 1872. Esse contingente novo concentra-se principalmente nas zonas em expansão: Campinas iria deter, durante os vinte anos seguintes, o principal plantel da província.

Acompanhou esse aumento do número de escravos o crescimento da quantidade de trabalhadores livres. A população livre em São Paulo mais do que dobra entre 1850 e 1870, passando de 300 mil para 680 mil pessoas⁽³²⁾. Novamente esse processo é mais intenso no Oeste: segundo Camargo, na 3ª zona (a região Central do trabalho de Milliet) em 1854 a população livre correspondia a 69% do total, e a 77,2% em 1874, (apesar do citado crescimento do plantel de escravos⁽³³⁾). Mesmo considerando que parte daquele aumento deveu-se à imigração estrangeira, é preciso lembrar que a intensificação maior do fluxo migratório ocorreu só a partir de 1875; isso indica que o aporte de mão-de-obra livre nacional à região deve ter sido significativo.

A fim de obter uma dimensão dessa entrada de trabalhadores livres nacionais, tomamos os municípios de Bragança, Piracicaba, Amparo, Limeira, Rio Claro e Campinas, e elaboramos o quadro abaixo, relativo ao período 1854/1874, e que se refere ao total daqueles municípios.

(32) A taxa geométrica anual de crescimento vegetativo seria 4.5%, muito alta para a época. Ver Spindel, op. cit. Isto é, a migração foi intensa.

(33) Cano, op. cit., e Camargo, op. cit.

QUADRO VIII

 CRESCIMENTO POPULACIONAL, 1854/1874, MUNICÍPIOS SELECIONADOS

ANOS	POPUL.	POPUL.	ESCRAVOS	E	AUMENTO DA		
					POPUL.	SALDO	
SALDO	TOTAL	LIVRE			LIVRE	VEGET.	MIGR.
1854	43538	27938	15600				
1874	113495	82542	30953	15353	54604	9690	44914

FONTE: Quadro V.

Como se observa, o número de cativos dobra. A população livre, entretanto, triplica. Admitindo-se uma taxa anual de crescimento vegetativo de 1,5 a.a., o saldo vegetativo seria cerca de 10.000 pessoas, o que significa um saldo migratório de 44 mil. O número total de imigrantes estrangeiros para a província no período 1854/1874, foi de menos de 7 mil, segundo várias fontes (Boletins da diretoria de Terras, Colonização e Imigração; Relatórios aos Presidentes Provinciais, citados por Cano, Viotti da Costa e Camargo). Portanto, no caso daqueles municípios, as cifras acima indicam uma entrada de mão-de-obra livre nacional de 37 a cerca de 40 mil pessoas. No município de Campinas, os mesmos cálculos apontam um saldo migratório superior a 9 mil pessoas: embora não seja possível determinar a proporção de estrangeiros entre eles, a entrada de nacionais certamente superou cinco mil.

Cano, respaldado em Taunay e Roberto Simonsen, pondera que os dados relativos à entrada de imigrantes estrangeiros estão algo subestimados^(34). Mesmo assim, parece fora de dúvida que o aporte de mão-de-obra livre nacional, nos municípios examinados, no período, superou a imigração estrangeira e mesmo o afluxo de escravos.

Sobre o destino dessa mão-de-obra nacional, só é possível estabelecer conjecturas. Parcela substancial dela foi, sem dúvida, usada na derrubada de matas e formação de novos cafezais, ocupação em que os

(34) Cano, op. cit., pag. 38.

fazendeiros preferiam não utilizar os escravos. O surto algodoeiro e a Guerra do Paraguai, durante a década de 60, estimularam o emprego de mão-de-obra livre, e devem ter absorvido outra parcela. Muitas das famílias migrantes simplesmente transferiam-se de um setor de subsistência para outro - embora na época a ocupação de terras pelo café, na região, devesse estar reduzindo o espaço daquele tipo de atividade^(35). Finalmente, em algum grau essa mão-de-obra deve ter sido absorvida nas próprias fazendas de café, suplementando o braço escravo e o imigrante.

Portanto, ainda sem o recurso à imigração em grande escala, foi possível garantir o manancial de força de trabalho indispensável à continuidade da acumulação cafeeira, via aumento do contingente servil e de mão-de-obra livre^(36).

A segunda mudança importante que então começa a se generalizar é a das técnicas de cultivo e de beneficiamento.

Utilizando terras mais planas, sem declividades muito acentuadas, contando com a experiência acumulada anteriormente, e premidos pela ameaça de escassez de mão-de-obra, os fazendeiros do Oeste introduzem crescentamente o arado, as grades, rodos e cultivadores no plantio do café.

No beneficiamento, até então feito à base do trabalho humano ou animal, começa a disseminar-se o uso de engenhos mecânicos, inicialmente importados (principalmente dos Estados Unidos). Nas décadas seguintes, sua produção vai internalizar-se, constituindo-se num dos principais segmentos da indústria nascente.

Porém, a mais importante novidade do período foi a inauguração da E.F. Santos a Jundiaí (São Paulo Railway, em 1867), acompanhada, no ano seguinte, pela constituição e incorporação da Cia Paulista de Estradas de Ferro.

(35) As principais áreas expulsadoras parecem ter sido o sul de Minas, as antigas regiões cafeeiras do RJ, e áreas de subsistência de S.P. Viotti da Costa, op. cit., e também Spindel, op. cit.

(36) Apesar de pouco expressivos, os novos contratos com imigrantes, nos anos 60 introduzem importante mudança: as experiências com o colonato.

Desde a década de 1850 intensificavam-se as manifestações de fazendeiros e do governo provincial a respeito do mau estado das estradas, da insuficiência da rede viária e em geral do sério obstáculo que representava o sistema de transportes para a expansão econômica de São Paulo^(37).

Altamente ineficiente, acarretando aos produtores grandes perdas, o transporte por tropas de mulas revela-se incapaz de dar vazão à crescente produção cafeeira. Cálculos da época mostram que 1 lote (6 ou 7 bestas) era capaz de transportar 1000 arrobas/ano de café. Como haviam na época municípios cuja produção anual superava 500.000 arrobas, apenas num desses municípios tornava-se necessário alocar mais de 500 lotes, ou mais de 3.000 animais.

Além disso, cada lote requeria um homem apenas para tocar os animais; nas fazendas, no mínimo 20% da força de trabalho tinha de ser alocada nos transportes. Eram grandes as despesas com aluguel ou aquisição e manutenção das tropas. Elas exigiam a imobilização de ponderável parcela do capital dos produtores, e da força de trabalho disponível.

Os fretes chegavam a consumir mais de um terço do valor do café. Viotti da Costa, usando relatos da época, mostra que em 1863 o frete Campinas/Santos ficava em 2\$500 por arroba, quando o preço da arroba do café oscilava entre 4\$000 o café ordinário e 7\$000 o superior. Esse alto valor do frete era um poderoso obstáculo à incorporação de novas terras.

Compreende-se assim a revolução que iria representar a rede ferroviária para a dinâmica cafeeira.

Esses três elementos, o trabalho livre, as máquinas de beneficiamento e as ferrovias, com seu impacto sobre o processo de trabalho (via economia e racionalização do uso da mão-de-obra) seriam fundamentais na expansão das décadas seguintes.

O município de Campinas foi o epicentro das mudanças da década de 60. Como foi visto, já no decênio anterior o município tornara-se um dos principais (senão o principal) produtores agrícola e sobretudo cafeeiros da província.

(37) Aqui, estaremos mais uma vez referidos à citada obra da Profa. Emília Viotti da Costa, especialmente ao cap. IV, parte I.

Com a desorganização do mercado internacional do algodão produzida pela Guerra Civil Americana, o novo negócio vai desempenhar importante papel na região. Os preços externos do produto, em queda desde os anos 20, sobem 110% na média da década em relação à anterior (38).

O valor das exportações de algodão praticamente desprezível face ao montante das exportações do café do Estado de São Paulo em 1860/63, chegam a representar 44% daquele montante entre 1869 e 1872 (39).

Esse surto algodoeiro teve duas importantes consequências. Primeiro, potencializou a acumulação de capitais, num momento em que começavam a desenvolver-se as citadas transformações no complexo escravista. Segundo, sendo o algodão, uma cultura temporária, que se caracteriza por "picos" de utilização de mão-de-obra, e não exigindo, ao contrário do café, a utilização permanente de grande volume de trabalho, deu poderosa contribuição ao emprego de trabalhadores livres na região, desempenhando também por esse lado relevante função na posterior expansão cafeeira (40).

De passagem, vale a pena assinalar aqui o dinamismo capitalista que a agricultura regional apresentava já nessa época, sendo capaz de responder com rapidez aos estímulos do mercado internacional.

No bojo do crescimento algodoeiro, outro acontecimento de marcantes repercussões na feição agrícola de Campinas foi a instalação, em meados dos anos 60, de um núcleo de imigrantes norte-americanos confederados, na localidade que mais tarde viria a ser a cidade de Americana.

Esses imigrantes, após cuidadosa investigação (41) adquiriram

(38) Cano, op. cit., pag. 270.

(39) Granziera, 1979, pag. 165.

(40) Granziera, op. cit., e Gebara, 1987.

(41) O governo imperial ofereceu-lhes, entre outros lugares, terras no atual bairro paulistano do Brás e em São Caetano, recusados por não se prestarem à plantação de algodão. Ver Americana, Ed. Histórica, 1975.



terras de uma grande fazenda do município que aparentemente não se prestavam ao café, tendo anteriormente abrigado canaviais.

Trouxeram com eles novas técnicas e instrumentos agrícolas, exercendo com isso grande influência sobre os plantadores locais. Depoimentos da época registram a enorme procura que tinham suas demonstrações desses novos métodos, para lá afluindo gente de várias localidades. Um coronel norte-americano, recém-chegado, pode sobreviver alguns anos (e cultivar praticamente de graça suas terras) apenas ensinando as novas técnicas^(42).

Contribuição também importante do núcleo da então Vila Americana foi seu papel na diversificação agrícola regional. Além do algodão,^(43) cultivavam novas variedades de frutas e de milho, e impulsionaram a criação de gado.

Ademais do surto algodoeiro, outros acontecimentos relevantes que afetaram a economia da região foram a crise bancária de 1864, a reforma bancária de 1866, e a Guerra do Paraguai^(44).

A crise e a reforma bancária causaram, por um lado, a débauche de antigas Casas Bancárias e, por outro, o fim (temporário) da conversibilidade, aumento da emissão de papel moeda e a proibição da emissão pelos bancos particulares. Esses efeitos, aos quais simultaneamente se juntaram os produzidos pela guerra, foram altamente recessivos para a economia cafeeira do Vale do Paraíba, em virtude de suas condições estruturais e de seu sistema de financiamento (que foi muito abalada com a crise).

No Deste, as consequências foram muito diversas.

(42) Americana, op. cit.

(43) Cujá produção ali declinará muito a partir do final da década de 70, com a disseminação da praga da lagarta.

(44) Uma análise ampla das consequências da reforma bancária e da guerra e de seu significado para a dinâmica cafeeira encontra-se no referido trabalho do prof. Granziere.

A Guerra do Paraguai começa em 1865. Campinas era parada necessária (como já assinalamos) no longo trajeto para Mato Grosso, então a frente de batalha. Uma das mais importantes pagadorias do exército estabeleceu-se na cidade. Seu efeito dinamizador sobre a economia local foi grande, coincidindo, convém repetir, com um surto de progresso já em desenvolvimento. Inclusive, houve incentivo ao emprego assalariado nas fazendas, já que quem trabalhasse na lavoura não podia ser convocado.

A guerra cumpriu o duplo papel de exigir a ampliação das emissões para seu custeio, e de carrear para a região grande parte desse papel moeda. Assim, ao mesmo tempo em que se desorganizava o esquema de financiamento ao café no Vale do Paraíba, ela proporcionava liquidez e estimulava a circulação na economia do Oeste.

Outro efeito importante dessa conjuntura foi apontado por Branziera: a possibilidade de reconversão e mobilização de capitais. Especificamente o capital empatado nos muares (bastante ponderável, como vimos), que estaria ameaçado com a chegada (na mesma época) das ferrovias (45) pôde ser transformado em capital-dinheiro, dada a demanda de guerra, e assim foi mais um fator dinamizador da economia local (46).

A elevação do preço do café, portanto, encontra na região um cenário em desenvolvimento que, absorvendo esse estímulo, pôde ser o ponto de partida da vigorosa expansão (e das mudanças) das duas décadas seguintes.

No município de Campinas, entre 1860 e 1872, a produção quase dobra, passando de 700 para 1300 mil arrobas (quadro V). É importante assinalar que isso ocorre antes do início da grande vaga expansiva de 1876/1883. Convém notar que no mesmo período o aumento da produção, na província foi relativamente modesto (15%) se comparado com o da década anterior, que fora de 170% (quadro III). A explicação, é claro, é a estagnação da cafeicultura no Vale do Paraíba, até então a maior região

(45) Como aliás ocorreu no V. Paraíba. Ver Cano, op. cit.

(46) No mesmo sentido atuaram as ferrovias ao possibilitar a acumulação financeira com as terras.

produtora^(47).

Encerrando este tópico, consideramos necessário fazer um breve resumo do significado do período 1860/1870. Em primeiro lugar, nessa década começam a ser gestadas as transformações que, completando-se e ganhando impulso nos dois decênios seguintes, consolidariam o complexo cafeeiro capitalista.

Em segundo lugar, nesses anos estrutura-se de fato a diferenciação regional, tanto a nível da economia paulista quanto da brasileira^(48). No Oeste de São Paulo, que tinha Campinas como seu polo principal, é que aquelas transformações mais se fazem notar. Vale assinalar aqui três iniciativas que ocorrem no final da década e que atestam isso: a fundação em Campinas da Cia. Paulista de Estradas de Ferro, como se sabe com importante aporte de capital dos fazendeiros de café (1868); a instalação na cidade, também em 1868, da Cia Lidgerwood, montando máquinas importadas dos EUA para o beneficiamento do café (pouco depois, a empresa se instalaria também em São Paulo) e a formação em 1871 da Associação Auxiliadora da Colonização, por grandes fazendeiros e capitalistas do Oeste.

Em terceiro lugar, o estudo desse período é de grande importância porque permite afastar as interpretações que atribuem a expansão cafeeira no Oeste a um "determinismo geográfico" que caminharía junto com uma "notável coincidência" de fatores históricos.

1.3. Transformações nas Relações de Produção e Primeiro Grande "rush" Cafeeiro (1870/1886)

1.3.1. A emergência do complexo capitalista

Os últimos anos da década de 60 assistem à crise da economia

(47) Sobre o comportamento dos preços externos e o movimento da produção na década de 60, ver Cardoso de Mello, op. cit.

(48) Ver, sobre esse ponto, Gebara, 1987.

mercantil escravista cafeeira^(49), e a fase seguinte, que se estende até 1886, caracteriza-se pela emergência dos elementos decisivos na conformação do complexo cafeeiro: a implantação ferroviária, a disseminação nas fazendas do Oeste dos processos mecânicos de beneficiamento e a viabilização da imigração estrangeira em grande escala.

A chegada da ferrovia representou verdadeira revolução na economia do Oeste. No processo de produção, ela permitiu o aumento das margens de lucro por reduzir o custo do frete e eliminar perdas. Liberou parcela do capital antes imobilizado em muares, e permitiu aproveitar diretamente na lavoura os escravos que antes dedicavam-se às tropas, com isso concorrendo poderosamente para a continuidade do processo de acumulação, numa situação de escassez dessa mão-de-obra. A nível da circulação, não foram menos importantes as mudanças. Potencializando o intercâmbio de mercadorias, ela permitiu a diferenciação interna da economia cafeeira e a especialização produtiva (constituição dos demais segmentos do complexo, como a agricultura de alimentos e a indústria); isso acelerou o fim dos grandes latifúndios tradicionais e o surgimento de verdadeiras empresas agrícolas do café. A ferrovia facilitou também o deslocamento da mão-de-obra, requisito essencial na formação do mercado de trabalho, e estimulou ainda a acumulação, ao viabilizar a incorporação crescente de novas terras ao circuito de valorização do capital no complexo.

O surto ferroviário alteraria radicalmente as feições da economia cafeeira, sua estruturação no território. Tendo como vetores as linhas da estrada de ferro, surgiria a rede urbana do estado, definindo-se em grande parte em função da ferrovia os municípios que desempenhariam as funções de centros e polos regionais.

A disseminação das máquinas de beneficiamento a partir dos anos 70 no Oeste teve dois efeitos básicos: o de poupar trabalho escravo e o de melhorar sensivelmente a qualidade do produto, que podia assim alcançar melhores preços internacionais.

Portanto, as ferrovias e máquinas de beneficiamento, reduzindo custos, aumentando a produtividade e poupando mão-de-obra, estimularam

(49) Sobre esse período, crise da economia escravista e emergência do complexo capitalista, ver Cardoso de Mello, op. cit. e Cano, op. cit., também Viotti da Costa, op. cit.

poderosamente a acumulação cafeeira. O estímulo à acumulação recolocava crescentemente, à medida em que se ampliava o plantio, o problema da falta de braços. A solução plena desse problema, que implicava "o afluxo em grande número de homens pobres" nas palavras de Cardoso de Mello, foi engendrada sob a liderança dos cafeicultores do Oeste, cujas iniciativas durante as décadas de 70 e 80 levaram à constituição do mercado de trabalho livre e viabilizaram o fim do regime servil.

Pelo lado das relações de trabalho, outro sistema, o colonato, se generalizaria nas fazendas, evoluindo a partir das experiências com a parceria. Segundo Cano, esse sistema apresentava "grandes vantagens para os fazendeiros e relativas vantagens para o colono" (50). Para os fazendeiros, as vantagens consistiam na redução das imobilizações financeiras e do montante de juros exigidos pela compra dos escravos, justamente quando começavam a apresentar-se outras alternativas de investimento (ferrovias, empresas de serviços públicos, indústrias). O possível aumento dos custos variáveis eram compensados pela elevação da produção física e da produtividade, reduzindo-se o peso dos salários nos custos unitários. Os colonos, que recebiam uma parcela fixa pelo trato dos cafezais e outra variável, pela colheita podiam ainda cultivar cereais nas ruas dos cafezais ou em outras terras cedidas pelo fazendeiro, o que lhes complementava a renda e garantia alimentação satisfatória, constituindo-se em elemento decisivo na sua fixação. Encontrava-se, assim, a solução para os contratos com os imigrantes.

Por outro lado, na década de 70 os governos provincial e imperial passam a subsidiar a imigração. Ao mesmo tempo, os fazendeiros do café participam diretamente do processo, procurando na Europa fontes para o suprimento de braços, e organizando-se em sociedades que promovessem a imigração. Para completar, a Cia Paulista transporta de graça os imigrantes, até o ponto de destino.

Entre 1874 e 1880, entram em São Paulo cerca de 6 mil imigrantes. A partir de 80, seu número cresce mais: até 1886, entram outros 36 mil. Mas o grande marco do processo migratório é 1886, quando é formada (pelos

(50) Cano, op. cit., pag. 40.

fazendeiros do Oeste) a Sociedade Promotora da Imigração e o governo provincial, com Antonio Prado na pasta da Agricultura e o Barão de Parnaíba na presidência, destina grande verba para a imigração, feita através daquela sociedade^(51). A partir daí, o fluxo é impressionante: em 1887, entram 32 mil imigrantes, em 1888, 92 mil, e de 1888 a 1900, mais de 800 mil^(52).

O crescimento da produção cafeeira e do plantio, no período, foi notável. No primeiro grande surto expansivo entre 1876 e 1883, plantam-se 105 milhões de novos pés, dobrando-se a capacidade produtiva existente. Incorporam-se ao café mais 150 mil hectares (contra 135 mil cobertos até 1875); a produção atingia 10.300 mil arrobas em 1886, tendo sido de 4.100 mil em 1870.

No final do "rush", a geografia do café no estado sofrera mudanças consideráveis.

A Zona Norte (U. Paraíba), cuja produção diminuía, em 1886 produzia 20% daquele total. As zonas novas, Mogiana e Paulista, produziam 21% e 23% respectivamente. Como grandes produtores, destacam-se Amparo (930.000 arrobas) e Casa Branca (300.000 arrobas) na Mogiana e Rio Claro (600.000), Araras (500.000) e Descalvado (416.000) na Paulista.

A Zona Central era a principal produtora, com 29% do total (3.000.000 de arrobas). O município de Campinas, com 1.500 mil arrobas, era responsável por 50% daquele total, e continuava detendo a primazia em São Paulo, com quase 15% da produção provincial.

Principal base territorial do processo de transformações internas do complexo cafeeiro, Campinas desempenharia importante papel naquele primeiro grande "rush".

(51) Como nota o Prof. Rui Granziera, o superávit comercial da província, decorrente da forte expansão cafeeira anterior, foi fundamental para isso. Ver Granziera, op. cit.

(52) Viotti da Costa, op. cit. Naturalmente, esse processo se explica também pelos fatores atuantes do lado da oferta, a que não faremos referência aqui.

Como vimos, no início da década de 70 a produção de café no município atingia 1.300 mil arrobas. Tomando-se o preço da arroba naquele momento (entre cinco e oito mil réis^(53)), o valor daquela produção seria de cerca de oito mil contos, no mínimo. A título de comparação, o capital realizado da Cia paulista de Estradas de Ferro era de quatro mil contos e o da Cia Mogiana, de três mil contos^(54).

Se admitirmos uma margem de lucro bruta de 19% para os fazendeiros (metade da que foi encontrada por Cano, trabalhando dados de Taunay para um fazendeiro de Jau em 1927^(55)), ainda assim teríamos um saldo de mil e quinhentos contos, disponível apenas com a colheita de um ano, o que correspondia à metade do capital da Mogiana. Isso considerando apenas Campinas; lembrando que já nessa época alguns municípios próximos eram também grandes produtores, fica clara a indicação de que a dimensão do excedente então gerado a nível regional era grande.

O elevado porte desse excedente, as transformações na produção, beneficiamento e transportes então em curso e a disponibilidade de terras conferiam à cafeicultura enorme potencial de acumulação e expansão, que está na base do "rush" que se seguiu.

A partir dessa época (meados dos anos 70) o capital acumulado no café começa a diversificar-se, com os investimentos nas ferrovias, nas empresas de serviços públicos, na indústria e nos bancos. Em paralelo, vão sendo constituídos os demais segmentos componentes do complexo capitalista.

1.3.2. Campinas, "Capital Agrícola" da Província, 1870/1886

No final dos anos sessenta, em paralelo à vigorosa expansão da produção que se verifica no município e região, o capital cafeeiro inicia seu primeiro movimento importante de diversificação, com consequências de grande

(53) Cano, op. cit., pag. 32.

(54) Saes, 1981, pag. 155/6.

(55) A fazenda de Jau usada nos cálculos apresentava produtividade excepcional, 150 arrobas/mil pés. Ver Cano, op. cit., pag. 82.

alcance para a fisionomia econômica local e para a dinâmica futura do complexo^(56).

O marco inicial dessa diversificação é a incorporação da Companhia Paulista, em 1867. O horizonte de expansão para o café colocado pela recuperação dos preços externos e pela disponibilidade de terras, e a acumulação anterior estão na raiz dessa incorporação, e também no da Cia Mogiana pouco mais tarde. O fato de terem ambas ocorrido em Campinas marca bem a importância do município no panorama cafeeiro da época, bem como reflete o elevado porte do excedente gerado localmente.

Ainda na década de 70 seriam incorporadas um banco agrícola e comercial (Banco de Campinas, em 1872 com capital de 2 mil contos), a tecelagem Carioba em Americana em 1875^(57) e uma companhia de iluminação pública (a Cia Campineira de Iluminação a Gás, capital de 360 contos em 1872). A testa dessas companhias e do banco encontram-se os grandes fazendeiros. Como se observa, três das novas empresas da década de 70 (as duas citadas e a Mogiana) são incorporadas em 1872, ano em que a safra de café parece ter sido muito boa. Coincidiu, assim, o auge cafeeiro com a "drenagem" de recursos para outras atividades, inaugurando-se um movimento que se intensificaria nas décadas seguintes através do qual o capital cafeeiro assumiria suas "várias faces", na constituição dos outros segmentos do complexo-capitalista^(58).

Acreditamos que os determinantes a nível local daquele primeiro movimento podem ser explicados como segue. Na primeira metade dos anos setenta, os lucros do café estavam em ascensão, dados os aumentos da produção e dos preços^(59). Entretanto, a expansão das ferrovias para

(56) Neste tópico, utilizaremos como fontes os almanaques e outras publicações da época, cuja relação está na bibliografia anexa.

(57) Esse banco não teve vida longa. O Almanaque de Campinas de 1878 registra na cidade apenas uma agência bancária, filial do Banco Mercantil de Santos.

(58) Sobre esse movimento, ver Cano, op. cit., p. 65 e seguintes e 121 e seguintes.

(59) o período 65/75 a exportação de café por Santos cresce de 20 para 45 mil toneladas. Saes, 1986, p.47.

além de Campinas ainda não se efetivara, tendo a polêmica em torno da extensão do traçado da Paulista durando de 1869 até o segundo semestre de 1871^(60) (a Mogiana, incorporada no ano seguinte, iria servir à zona preterida pela outra). Dessa forma, ao mesmo tempo em que deve ter se intensificado a inversão em terras, parcela do excedente cafeeiro dirigiu-se para as novas aplicações. A partir de 1875, com a continuidade da expansão ferroviária, cresce o plantio e portanto o investimento na própria atividade cafeeira.

Nos anos 80, o número de novas companhias fundadas em Campinas é bem maior, abrangendo diversos setores de atividade: Companhia Campineira de Carris de Ferro (bondes a tração animal, 1881); Companhia Telefônica Campineira (1884) Companhia de Aguas e Esgotos (1887) (empresas de serviços públicos), e ainda, no setor de transportes, duas outras no início da década de 90: a Cia Estrada de Ferro Funilense e o Ramal Férreo Campineiro. Nos outros setores, surgem: a Cia Industrial Campineira, a Cia de Avicultura, a Cia Pastoril Campineira (gado) e a Cia Construtora Campineira; a Cia McHardy fundada em 1875 transforma-se em Sociedade Anônima em 1891.

Novamente, como grandes acionistas de todas essas empresas aparecem os fazendeiros e capitalistas ligados ao café. O Barão de Ataliba Nogueira, por exemplo, tornou-se presidente da Cia McHardy, que fabricava máquinas de beneficiamento.

Quatro delas (Industrial, Avicultura, Pastoril e Construtora) podem ser indicativas de uma maior diversificação econômica, no final da década de 80, no município, começando a ganhar impulso outras alternativas de investimento. Mas é possível também que elas representem o reflexo local do "encilhamento", período de enorme expansão do crédito, quando proliferaram no Rio e São Paulo empresas que em pouco tempo tiveram que fechar, não conseguindo sustentar-se^(61).

(60) Essa polêmica pode ser acompanhada através dos exemplares da Gazeta de Campinas, da época. Ela começou muito antes da ferrovia alcançar Campinas. Uma transcrição do debate está em Saes, 1981, p. 57 e seguintes.

(61) Wilson Cano, em seu citado livro, aponta os desdobramentos desse período para a acumulação diversificada de capital no complexo cafeeiro. Ver Cano, op. cit.

As empresas citadas aparecem registradas no Almanaque para a Província de São Paulo, de J. Seckler, 1891, e não conseguimos outras informações sobre elas^(62).

Ainda nos almanaques de 1890-1891, é possível obter a relação de Bancos que operavam na cidade: ao todo, são quatro em 1890 e sete em 1891 um dos quais com sede em Campinas, o Banco dos Lavradores. O crescimento do número de bancos ocorreu na segunda metade da década de 80: em 1885, registraram-se apenas duas agências na cidade, a do citado Banco Mercantil de Santos e a caixa filial do Banco do Brasil. Provavelmente, a instalação daquelas agências após 1890, se explica com a Reforma Bancária, quando surgem no estado vários novos estabelecimentos^(63). Durante todo o período (até 1901) os almanaques estampam uma relação, extensa, de "capitalistas". Entre eles, como seria de se esperar, estão os principais fazendeiros e comerciantes. Acreditamos com base na literatura a respeito, que não obstante a ampliação do setor bancário, tenham sido esses capitalistas os principais responsáveis pelo crédito aos pequenos e médios lavradores, comerciantes e industriais. Além destes, com papel importante no financiamento ao café, aparecem as casas comissárias, que eram em número de oito em 1872, e de 10 em 1885^(64).

O setor industrial, que se desenvolve em Campinas nos anos 70 e 80, foi estimulado por três ordens de fatores: o dinamismo da base agrícola regional então em acelerado processo de transformação e expansão, a ampliação concomitante do mercado (tanto rural quanto urbano) para bens de consumo e a implantação ferroviária.

Até a década de 60, a presença na cidade de um núcleo de artesãos e artifices esteve ligada à evolução da agricultura local, primeiro com o açúcar e depois com o café.

As mudanças internas no complexo escravista, que ganham força na década de 60, estimularam a ampliação e diversificação desse núcleo, e

(62) Pode também ter ocorrido que o surto de febre amarela, que devastou a cidade entre 1889 e 1896, tenha sido responsável por seu desaparecimento.

(63) Ver, a respeito, Cano, op. cit., p. 72.

(64) Almanaque de Campinas, 1872 e 1886.

fizeram surgir as primeiras indústrias. Nesse período, instalaram-se duas fundições e algumas fábricas e bens simples de consumo: chapéus, calçados e bebidas. A chegada das ferrovias e o aumento do emprego de trabalhadores livres intensificaram esse processo (ainda nos anos sessenta e começo dos setenta, outros fatores, de que já falamos, tiveram importância para o crescimento do segmento manufatureiro local: o surto algodoeiro e a guerra do Paraguai. O surto algodoeiro seria responsável pela fundação das primeiras tecelagens^(65).

Em 1872, haviam na cidade 22 estabelecimentos fabris, como se vê no quadro a seguir: fábricas de cerveja, de cigarros, de chapéus, de sabão, carros e carroças, louças, máquinas agrícolas, fundições e um descaroador e enfardador de algodão.

QUADRO IX - Estabelecimentos Manufatureiros em Campinas

	1872	1878	1882	1886	1890
Número de estabelecimentos manufatureiros em Campinas	22	20	21	41	42

FONTE: Almanagues e Feitosa, 1886^(66).

Na década de 70, merece registro a citada fundação em 1875 da fábrica Carioba, que contava na época 540 fusos, 20 teares e 35

(65) Sobre o surto algodoeiro nessa época, ver o clássico trabalho de Canabrava, 1951, sobre os efeitos da Guerra do Paraguai, do surto algodoeiro e da conjuntura econômica do período sobre a indústria, ver Suzigan, 1986, p. 79.

(66) Os almanagues são uma fonte problemática, principalmente quanto aos critérios de classificação de estabelecimentos como "indústrias", mas são a única fonte disponível na maioria dos anos. Checamos, quando possível suas informações com outras fontes. A publicação de Miguel Alves Feitosa, "A volta da exposição", referente à Exposição de Campinas de 1885 é a melhor fonte sobre a indústria local no período.

operários(67).

Mas o primeiro impulso industrial importante ocorre na segunda metade dos anos 70 com a instalação dos principais fabricantes de máquinas para o beneficiamento do café, e com a chegada das ferrovias.

As experiências com as máquinas de beneficiamento vinham se multiplicando, no Oeste, desde o final dos anos 50. Almanques de Campinas de 1872 e 1873 registram três fabricantes, dos quais não foi possível depois obter referências: provavelmente, tratava-se de pequenas oficinas artesanais.

No seu lugar, vão surgir outras três empresas que alcançariam grande desenvolvimento nos anos seguintes: a Cia Lidgerwood, americana, que se instalara em 1868 montando as máquinas importadas, e que passa a produzi-las aqui. Em 1875, um imigrante, Samuel MacHardy, funda a Cia McHardy (que teria mais de 300 operários na virada do século), e em 1876 começa a operar a Cia Arens(68).

Importante assinalar como esse setor da indústria conseguiu se desenvolver internamente, superando inclusive a concorrência estrangeira. A barreira representada pelo sistema de transportes, e ao mesmo tempo as necessidades de economizar mão-de-obra e aumentar a produtividade, incentivaram a criação e adaptação interna daquelas máquinas. Com as ferrovias, começam elas a disseminar-se nas fazendas, sobretudo a partir da década de 80, vindo sua produção a se constituir em importante alternativa de investimentos no complexo cafeeiro: como já referimos, a Cia McHardy, por exemplo, transforma-se em sociedade anônima em 1891, sob controle do capital cafeeiro.

A operação das estradas de ferro, a partir de Campinas, teve enorme efeito indutor direto sobre as indústrias locais. Parte do setor

(67) No mesmo ano, a família Souza Queiroz, sócia da Carioba, abre outra tecelagem, maior, em Piracicaba.

(68) Além dos aparelhos fabricados por essas três maiores, existem referências a outros, também produzidos localmente, nos almanques do período. Ao que parece, eram máquinas criadas por artesãos que usavam as instalações daquelas empresas (e de duas outras fundições) para fabricá-las.

metal/mecânico, então em formação, na cidade, produzia peças e equipamentos para elas. Por exemplo, a fundição Faber fornecia todo o material de ferro fundido e bronze para a Cia Paulista, de 1872 até pelo menos a segunda metade dos anos 80. Outras atividades foram também incentivadas: a fábrica Pacheco e Silva, além de sabão e velas, passou a fabricar óleo vegetal (lubrificante) para fornecer à Mogiana (e outras estradas de ferro).

Com os trens, diversas indústrias locais passam a ter acesso a um mercado mais amplo. Algumas abriam filiais em outros pontos de São Paulo e diversas atingiam mesmo outras províncias. As matérias-primas, combustível e máquinas importadas podiam ser trazidas mais depressa, com frete mais barato^(69).

E, pouco mais tarde, as oficinas montadas pelas estradas de ferro - em especial, em Campinas, a da Mogiana - iriam constituir um dos principais núcleos manufatureiros regionais.

Como se vê no quadro VIII, verifica-se expressivo aumento do número de estabelecimentos na década de 80 ^(70), concentrando-se especialmente esse crescimento na sua primeira metade, até 1886.

A explicação geral para essas implantações industriais é conhecida (de acordo com Cano, data daí a gênese do capital industrial). O aumento da

(69) As informações sobre a indústria nessa época foram tiradas principalmente de Feltosa, 1886, op. cit. Agradecemos sua menção ao Prof. Dr. José Roberto Amaral Lapa, Diretor do Centro de Memória da UNICAMP, e à Profa. Ema Elizabete Rodrigues Camilo, daquele Centro, que atualmente pesquisa o tema. Somos gratos também à Profa. Dra. Terezinha Aparecida del Fiorentino pelo acesso a seu trabalho "O processo de industrialização em Campinas, origem e evolução: 1850-1930", Campinas, 1972, mimeo.

(70) A citada implantação de novas empresas entre 1875 e 1882 não se reflete no quadro. Possivelmente, porque muitos dos estabelecimentos existentes em 1872 e mesmo em 1878 tenham desaparecido, já que a segunda metade dos anos 70 foi um período desfavorável à implantação industrial. Ver, sobre isso, Suzigan, op. cit., p. 80. Um setor que aparentemente desaparece é o de enfiamento e descaroçamento de algodão.



renda interna, com a expansão cafeeira, o mencionado impacto ferroviário e a imigração, com a constituição do mercado de trabalho livre, constituem as variáveis do processo.

Campinas era, na época, o principal centro agrícola da província e o polo da expansão para o oeste.

Assim, aquele surto de crescimento industrial teria que manifestar-se aqui de maneira expressiva.

No Quadro IX, transcrevemos os setores industriais existentes na cidade em 1886, de acordo com o Almanaque de Campinas daquele ano e com as informações do citado livro de Feitosa.

Quadro X. Campinas, 1886. Estabelecimentos Industriais

Setores	Número de Estabelecimentos
Calderarias	2
Cervejas	4
Chapéus	3
Carrões e Carroças	8
Fundições	3
Máquinas Agrícolas	5
Licores	1
Vinagre	1
Olarias	3
Sabão, Velas, Oleos Vegetais	1
Massas	2
Móveis e Marcenaria	3
Fiação e Tecelagem	1
Moagem de Trigo	1
Refinação de Açúcar	1
Calçados	2
Total	41

Nessa estrutura, ressalta-se em primeiro lugar o segmento metal/mecânico (máquinas agrícolas, fundições, calderarias) que ademais contava com outras oficinas, artesanais, não relacionadas. Esse segmento

produzia, além das mencionadas máquinas para o café, outras máquinas agrícolas simples e equipamentos para fabrico de açúcar e aguardente (moendas, caldeiras, evaporadores, secadores, etc.); caldeiras, moinhos e alguns outros equipamentos e encanamentos de cobre para indústrias; atendia às encomendas das ferrovias e fabricava artigos diversos de serralheria e hidráulicos, para residências e fazendas.

Os demais estabelecimentos estão claramente ligados à expansão da renda e do mercado interno no período, fabricando bens de consumo. Interessante registrar a presença do moinho de trigo (sobre o qual não dispomos de maiores informações) e da refinação de açúcar, que processava produto da região, e trazia-o também do Nordeste e do Estado do Rio.

Quanto ao porte, não dispomos de informações completas. Do relato de Feitosa - que se refere à exposição agrícola e industrial de Campinas de 1885, e menciona 29 estabelecimentos - conseguimos identificar 12 com menos de 20 operários, três com vinte a quarenta, dois com pouco mais de quarenta, e, de acordo com o citado texto da Profa. Fiorentino, havia um com mais de 100.

Dado o porte relativamente modesto da maioria dessas fábricas, é surpreendente o número de máquinas empregadas, particularmente o de máquinas a vapor, que transparece no relato de Feitosa. A matéria-prima era quase totalmente importada. As exceções eram a madeira (e assim mesmo, parte dela vinha do exterior), o couro (o mais fino e elaborado era também importado) e as matérias-primas agrícolas: açúcar, algodão, mamona, amendoim. O fato das culturas de cana e de algodão entrarem em declínio na região nos anos 80 era a causa de dificuldades sérias de abastecimento dessas matérias-primas para algumas indústrias locais (71).

A quase totalidade das indústrias era de propriedade de imigrantes estrangeiros: italianos, ingleses, suíços, franceses, portugueses, mas sobretudo alemães (apenas 20% dos proprietários eram brasileiros).

mas não viviam da lavoura!

Esses imigrantes estrangeiros eram na maioria artesãos, que trabalhavam no ofício em suas pátrias, e em vários casos já chegaram ao

(71) A Tecelagem Carioba chegaria a fechar, logo depois, após ter mudado de dono, recuperando-se apenas no início do século XX. Ver Americana, edição histórica, 1975.

Brasil com algum capital e aqui montavam oficinas. Haviam também negociantes, que antes de se fixar na região tinham estado em outros países, onde também puderam acumular recursos. Apenas dois proprietários estrangeiros, dos citados por Feitosa, tinham antes trabalhado em fazendas, e assim mesmo não diretamente na lavoura.

O capital cafeeiro local parece ter tido pouca participação direta nessas pequenas fábricas. Os únicos casos conhecidos são os citados: o da família Souza Queiroz nas tecelagens de Americana e Piracicaba, e mais tarde o da Cia McHardy.

Também a mão-de-obra nas indústrias era, como seria de esperar, predominantemente estrangeira, alemã. Fica clara assim, a importância que tiveram para essa primeira fase da industrialização e urbanização de Campinas aquelas primitivas tentativas de estruturação dos núcleos coloniais na região.

Cade os pretos?

Finalmente, quanto à descrição dessa expansão industrial local, cabe referir de passagem algumas dificuldades mencionadas pelos empresários, e transcritas por Feitosa.

Um problema dizia respeito à obtenção da matéria-prima. A nacional, que não era mais (ou nunca fora) produzida na região, refletiu-se particularmente na têxtil, na de beneficiamento de algodão e na indústria de óleos vegetais, que dependia do fornecimento de mamona e amendoim trazidas da zona pioneira do café; Feitosa procura no texto incentivar essa produção ali. Quanto à estrangeira, a questão era, naturalmente, o da taxa cambial e das tarifas aduaneiras.

Uma segunda dificuldade advinda da postura de setores das classes dominantes na sociedade de Campinas na época, que se posicionavam contra a industrialização. Pelo menos uma das fábricas, a de óleos e sabão, teve dificuldades para se implantar, só o fazendo depois que seu proprietário conseguiu que o presidente da província intercedesse junto à Câmara de Vereadores. Além disso, a Gazeta de Campinas iniciou uma campanha contra a indústria, através de editoriais, em 1983^(72).

(72) Não sabemos se essa postura teve efeitos maiores sobre a implantação industrial local. Em todo caso, o próprio livro de Feitosa francamente favorável à indústria, mostra que haviam outros setores na cidade dispostos a defendê-la.

MP

A dificuldade mais grave, entretanto, dizia respeito à concorrência estrangeira. Feitosa refere-se a isso diversas vezes. Ainda incipiente, produzindo em escala modesta e dependendo da matéria-prima importada, a indústria local nascente teria que ressentir-se daquela concorrência, mormente quando se recorda que nos países industrializados os novos processos de produção barateavam muito os preços. Um caso citado por Feitosa é o da fábrica Carioba, cujo principal produto, o saco de algodão para embalar a produção agrícola, não podia concorrer com os sacos de aniagem, importados, usados no café. O fornecimento da embalagem para outros produtos, como açúcar ou cereais, via-se prejudicada pelo peso crescente do café na agricultura regional, e por outro lado a mudança nas linhas de produção para a confecção de panos mais finos enfrentaria, em desvantagem, o similar estrangeiro.

Essas dificuldades, que correspondiam a uma implantação manufatureira ainda embrionária, iriam sendo superadas no contexto do estado com a constituição do setor industrial no bojo do complexo cafeeiro capitalista, processo que se estenderia até o início da década de 1930.

A implantação industrial em Campinas na época corresponde ao "primeiro momento" no processo de diversificação do capital cafeeiro. É o momento da constituição das ferrovias, de disseminação das máquinas de beneficiamento, do aparecimento das primeiras empresas de serviços públicos e das primeiras indústrias. Seus efeitos urbanizadores ainda são modestos. Em 1886, a escravidão não havia sido abolida, a expansão ferroviária estava no início, grande parte do território não havia ainda sido ocupada. Mas as transformações que acompanharam esse primeiro ciclo expansivo proporcionaram a geração de um excedente de elevado porte, cujo investimento se fará na própria atividade nuclear do complexo, proporcionando o extraordinário surto de crescimento de 1886 a 1897, quando foram plantados 315 milhões de novos pés (contra 105 milhões no ciclo anterior).

O segundo ciclo expansivo traria mudanças mais profundas nas relações de produção e no processo de acumulação, inaugurando o "segundo momento" da diversificação do capital cafeeiro. A constituição do mercado interno (com a imigração) e as exigências da acumulação cafeeira ampliada impõe a diversificação no interior do complexo e com ela é impulsionada a urbanização. Na década de 90, em pleno auge cafeeiro, ganha força o "vazamento" do excedente da atividade nuclear em direção a outras atividades, como a indústria e os bancos.

Esse impulso à diversificação é abalado quando, a partir do final do século XIX, é colocada em prática uma política econômica contracionista, mas acaba sendo reforçada no período seguinte (até 1910), já que os preços externos e a superprodução interna estancam a expansão do plantio. A partir daí é que vai se manifestar com mais força o processo de diversificação, constituindo-se os demais segmentos do complexo e desenvolvendo-se a urbanização^(73).

Voltando a Campinas, sua população evoluiu de 31.397 pessoas em 1874 para 41.253 em 1886.

O plantel de escravos, o maior da província, atinge o máximo em 1883 (15.665), diminuindo depois para 9.986 em 1886). Essa população dava ao município, na época, o mesmo porte urbano da capital: São Paulo tinha respectivamente 31.385 e 47.697 habitantes em 1874 e 1886.

Quanto à composição da população, em 1874 (pela primeira vez no século XIX) o número de homens livres superava o de escravos. Em 1886, os escravos eram aproximadamente 1/4 da população total de Campinas.

Com base nos quadros que contém os dados sobre população e imigração para o município e região, podemos obter uma idéia da ordem de grandeza da população imigrante e da estrangeira.

Por ali se vê que em 1854 haviam em Campinas 6.011 habitantes livres e 8.190 escravos. Se admitirmos uma taxa de crescimento vegetativo anual de 2,0% (elevada para a época) para a população livre, teríamos em 1874 um saldo de 8.932 pessoas: subtraindo-se isso da população livre naquele ano, que era de 17.712, o saldo de migrantes é de 8.780^(74). Desses, uma parte seria evidentemente de brasileiros livres e ex-escravos, cuja absorção na lavoura fora incentivada, como vimos, a partir dos anos 60.

(73) A manipulação da taxa cambial e depois a política de valorização defendem a renda do setor cafeeiro, impedindo que a crise o alcance com todo o impacto. Além disso, como explica Cano "enquanto o todo cafeeiro aparentemente vai mal, algumas de suas partes (as de maior produtividade) vão muito bem". Ver sobre esse processo, Cano, op. cit., p. 140 e seguintes.

(74) O mesmo cálculo, admitindo-se taxa de 1,5% a.a., fornece 9.580 imigrantes para o período, até 1874.

No período 1874/1886, admitindo-se a mesma taxa de 2% a.a., o saldo migratório para o município seria cerca de 8.800 pessoas. Desses, no mínimo uns 2.500 estrangeiros se fixaram entre 1880 e 1886. Outra parcela considerável constituía-se de ex-escravos, a julgar pelo quadros IV, V e VI.

Raciocinando agora com a população estrangeira, daquele contingente de 8.780 migrantes do período 1854/1874 parece-nos razoável estimar que três mil e quinhentos fosse de estrangeiros, dadas as entradas totais no estado no período e a posição do município na acumulação cafeeira. Somando-se esse contingente e seu aumento vegetativo com os estrangeiros fixados entre 1874 e 1886 (que estimamos no mínimo, em 4 mil), chegamos a uma cifra de 7 a 8 mil estrangeiros e descendentes diretos na população do município em 1886 - o que significa cerca de 1/4 da população livre.

Essa estimativa encontra apoio nas informações dos almanaques da época, e não está distante da proporção registrada em 1918 e 1920, quando só os estrangeiros eram mais de 20% da população total (ver Quadro VI)⁽⁷⁵⁾.

No que se refere à população da cidade em 1886, não dispomos, mais uma vez, de informações precisas. Para avaliar sua dimensão, vamos valer-nos dos dados sobre produção de café e sobre as atividades urbanas.

A colheita de 1886 (1.500 mil arrobas) deviam corresponder cerca de 18 milhões de cafeeiros, o que daria um a produtividade de umas 80 arrobas/mil pés, compatível com a idade média daqueles cafeeiros, a maior parte dos quais deve ter sido plantada depois da segunda metade da década de 60.

Isso requeriria uma cifra de cerca de 18 mil pessoas trabalhando na lavoura de café⁽⁷⁶⁾, o que permite estimar, para a população rural um valor entre 25 e 27 mil pessoas, sendo portanto a população urbana de 14 a 16 mil pessoas.

(75) No mesmo quadro, vê-se que em 1886 a população estrangeira de Amparo era 9% do total, em Limeira, 10%, e em Piracicaba, 8%.

(76) O almanaque de Campinas de 1901 informa que naquele ano para 26.480.382 cafeeiros haviam 25.600 trabalhadores. Da mesma forma, na Fazenda Santa Genebra em 1899 haviam 597 empregados, para 372.587 cafeeiros em produção e 119.655 cafeeiros novos. Ainda, Cano utiliza a razão 1.050 cafeeiros/trabalhador, para a época. Ver Cano, op. cit., p. 35.

As atividades urbanas em 1885 aparecem resumidas na "Monografia Histórica do Município de Campinas", editada pelo IBGE em 1952, e cujo redator para a parte de comércio e serviços foi o senhor João Amendola.

De acordo com essa publicação, os depósitos diversos e estabelecimentos atacadistas eram cerca de 50; as casas comissárias de café eram 10; hotéis e restaurantes, 17; o total de estabelecimentos comerciais era de 579.

Havia 29 colégios, 2 teatros, 2 bibliotecas públicas, 1 orquestra e 2 bandas.

As sociedades diversas eram 17, ressaltando-se entre elas as de socorros mútuos^(77), as literárias/científicas e as que congregavam outras nacionalidades. O número dessas últimas é surpreendente, aliás, no período: em 1890, por exemplo, haviam na cidade sociedades alemãs de canto, de dança, de ginástica e de tiro (duas), além de um colégio e uma biblioteca; sociedade italianas, inglesas, francesas, suíças, espanholas e portuguesas. Essas colônias mantinham clubes, colégios e hospitais.

Com base na citada publicação do IBGE, e em almanaques do período, elaboramos o quadro abaixo, resumindo as principais atividades urbanas em Campinas, em 1886.

(77) Duas, ao que parece: as de empregados das Cias. Paulista e Mogiana, e da Chapalaria Hempel.

QUADRO XI - Principais Atividades Urbanas, Campinas, 1886

Atividade (estabelecimentos)	Número
Indústrias diversas	39
Bancos e casas de desconto	3
Capitalistas (indivíduos)	65
Comissários e compradores de café	10
Depósitos e casas atacadistas	40
Artigos importados	7
Sociedades anônimas	7
Secos e Molhados	177
Fazendas e armazinhos	22
Ferragens	8
Joalherias	4
Agências comerciais e leilões	5
Hotéis e restaurantes	17
Colégios	29
Teatros	2
Jornais	3
Sociedades Diversas	17
Casas de Saúde	5
Comércio e serviços diversos	333

FONTE: Almanaque do Correio de Campinas, 1886.
 Almanaque da Província de São Paulo, 1886.
 Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE, 1952.

Como se observa, as diferenças em relação ao núcleo de 1860, que examinamos anteriormente, são substanciais após quase três décadas de progresso cafeeiro.

Em 1886, Campinas era a "capital agrícola" da província.

O fluxo de renda gerado na lavoura desenvolvera na cidade uma estrutura de serviços e um aparato cultural que em São Paulo só encontrava paralelo na capital.

A rede de serviços públicos, ponto de partida do processo de diversificação do capital cafeeiro, dava a ela uma fisionomia igualada por muito poucas cidades do país.

Por outro lado, as mudanças que vimos analisando na estrutura interna do complexo cafeeiro integrariam as cidades diretamente ao processo de acumulação, dando-lhes o comando sobre ele. As suas tradicionais funções comercial e financeira, agora potencializadas com o crescimento da produção, somavam-se a ferrovia e a indústria, ao mesmo tempo em que a formação de um amplo mercado interno impulsionava de muitas formas os setores urbanos de produção e distribuição e de prestação de serviços. É essa dinâmica, característica do novo padrão de acumulação, que num certo grau se antecipa em Campinas, em 1886.

Além da classe dirigente de fazendeiros, comerciantes e capitalistas ligados ao café, consolidavam-se na sociedade local os segmentos intermediários de comerciantes, profissionais liberais, artesãos e industriais, que como mostra o quadro XI, eram já então numerosos, com forte presença estrangeira.

O nascente operariado fabril, acompanhado pelos trabalhadores das ferrovias, também já tinham peso ponderável na população, ensaiando (como já referido) suas primeiras formas de organização autônoma^(78).

O grosso da força de trabalho urbana constitui-se dos empregados no setor de comércio e serviços. No quadro, excluídas as indústrias, os capitalistas e as sociedades diversas obtemos 672 estabelecimentos. Se admitirmos três trabalhadores em média por estabelecimento, teremos cerca de 2.000 empregados, correspondendo ao maior contingente de trabalhadores urbanos.

Para finalizar este tópico, é preciso assinalar uma função do município que seria fundamental no desenvolvimento, e nas características, do seu núcleo urbano: seu papel de centro ferroviário.

(78) Apesar da ausência de dados completos, o número de trabalhadores industriais e de ferroviários certamente superava os 700 indivíduos. Considerando seus dependentes, corresponderiam a mais de 15% da população urbana.

.MP

Enquanto a Cia Paulista estendia seus trilhos a partir de Campinas pela região central do estado, tendo atingido Limeira e Rio Claro em 1876, Descalvado em 1881, São Carlos em 1884 e Araraquara no ano seguinte, a Mogiana chegava a Casa Branca em 1878, daí infletindo para Ribeirão Preto, cuja estação é inaugurada em 1886. A Mogiana, através de ramais, chegara também a São José do Rio Pardo, Pinhal, São João da Boa Vista e Poços de Caldas.

Esses eixos ferroviários consolidavam a centralidade do município sob uma parcela do território paulista, então em acelerado processo de crescimento da produção cafeeira, com o concomitante aumento da população.

Potencializava-se assim a antiga função do "nó" de transportes que caracterizava Campinas.

Além dos importantes efeitos dessa função de polo regional sobre o comércio, atacadista e varejista, e sobre a indústria, cujos mercados se ampliavam, o meio urbano local seria estimulado pela crescente demanda de serviços, que o aumento da população e da renda naquelas regiões do interior articuladas pelas ferrovias proporcionavam.

Assim, ademais dos chamados serviços de apoio à produção (como a intermediação financeira e os transportes) a cidade passaria a ser importante polo educacional, de saúde e cultural, e também passaria a centralizar uma série de atividades administrativas e burocráticas, exercidas sobre aquele território.

Esse conjunto de funções deriam a Campinas uma feição urbana característica e explicam muito do seu dinamismo posterior.

A imigração em grande escala, a presença das ferrovias e das máquinas de beneficiamento representaram, como foi visto, verdadeira revolução no processo produtivo e nas relações de produção, e o Oeste paulista diferencia-se claramente, a partir daí, das demais regiões cafeeiras do estado e das outras economias agrícolas do país. O segundo grande surto expansivo, de 1886 até 1897, já inteiramente baseado no trabalho livre, marcaria a emergência plena do complexo cafeeiro capitalista. Nesse período, acompanhando o enorme avanço do plantio, da incorporação de novas terras e do povoamento do território, começam a estruturar-se os principais segmentos componentes do complexo.

Desenvolvendo um potente mercado interno, a dinâmica cafeeira capitalista exigiu a formação de atividades comerciais e financeiras, e, ainda, fez nascer a indústria (que viria a se tornar o motor do processo de acumulação a partir da década de 1930). Ao mesmo tempo, possibilitou o desenvolvimento de uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas, e impulsionou o crescimento e a consolidação de vários centros urbanos no território. O principal destes, a cidade de São Paulo, atingiria 580 mil habitantes em 1920 (e pouco mais de 1 milhão em 1934) e passaria a concentrar a parcela mais importante das atividades secundárias e terciárias induzidas no complexo (1).

Antes de proceder ao estudo específico da evolução econômica, populacional e urbana de Campinas nesse transcurso, cabe lembrar aqui que, sendo o município parte do espaço econômico do complexo, nem todos os estímulos econômicos gerados pela manifestação local de sua dinâmica ficariam aqui represados. Em boa medida, os estímulos urbanos, por exemplo, "vazariam" para São Paulo (2). Na urbanização gerada pelo café em Campinas não se observaria, dessa forma, a mesma densidade econômica, nem a mesma teia de relações que caracterizaram o crescimento paulistano. Esse fato coloca alguns problemas metodológicos. No capítulo anterior, referente ao período que vai até 1886, a análise da formação econômica de Campinas confundiu-se com a história das transformações no complexo escravista e da

(1) A conceituação precisa de "complexo econômico", bem como a análise detalhada da estruturação do complexo cafeeiro capitalista encontram-se em Cano, 1977, Cap.1.

(2) No item 3.2, a seguir, procuramos discutir a evolução diferenciada das duas cidades depois de 1886.

Nota de seq.

emergencia do complexo capitalista, dado que o município foi o "locus" principal desse processo. Para o período posterior a 1886, a ênfase da análise terá que mudar. Por um lado, a primazia nas funções urbanas da economia cafeeira (que cresciam de importância) deslocava-se definitivamente para São Paulo; por outro lado, a ocupação do território desloca a fronteira da acumulação cada vez mais para Oeste definindo-se novos e importantes centros regionais (Ribeirão Preto, Bauru, entre outros).

Em suma, Campinas deixaria de ser, ao mesmo tempo, a "capital agrícola" do estado e o centro de convergência do processo de expansão territorial.

Sua história econômica e urbana continuaria, obviamente, condicionada pela evolução do complexo, onde sua inserção se redefiniria, mas os determinantes de ordem local e regional, que se desdobrariam a partir das características geradas na fase anterior, passariam a ter o maior peso. Essas características traduziam-se pela conformação de uma agricultura pujante (para a época) estruturada em bases capitalistas, e num núcleo urbano onde as funções secundárias e terciárias (indústria, comércio, transportes e serviços) tinham alcançado importante grau de implantação e diferenciação. No entorno da cidade, desenhavam-se duas regiões, colocadas sob sua área de influência, nos eixos das estradas de ferro (Mogiana e Paulista), cuja evolução traria importantes reflexos para a vida econômica e urbana local.

Por essa razão, neste capítulo 2 que trata do período 1886/1930, a ênfase será dada à evolução local e regional da agricultura, da indústria e das funções urbanas. Paralelamente, em cada tópico procuramos resumir os aspectos fundamentais da dinâmica do complexo cafeeiro que condicionam essa evolução local e regional. O capítulo 2 divide-se em três partes. A primeira corresponde ao estudo do período 1886/1897, caracterizado pelo grande "rush" cafeeiro, e durante o qual Campinas perde sua posição de "capital agrícola" de São Paulo. Na segunda, relativa ao período 1897/1930, examinamos as principais mudanças econômicas de âmbito local e regional; Na terceira parte, é estudada a evolução das funções urbanas da cidade, entre 1860 e 1930.

2.1. Segunda Expansão cafeeira e mudanças econômicas e populacionais em Campinas

Entre 1886 e 1897, são plantados no estado 495 milhões de cafeeiros, quadruplicando-se seu estoque inicial. A área total incorporada à cultura salta de 285 mil para 885 mil hectares, e a produção passa de 2,6 para 8,9 milhões de sacas (1888/1901). Após 1897/98, e até 1910/11, foi relativamente pequeno o novo plantio, sendo este um período de crise dos preços externos e internos (3).

Para os nossos propósitos, é importante destacar os efeitos territoriais desse segundo surto expansivo. Monbeig, utilizando as estatísticas agrícolas de 1905, distingue naquele ano três grandes zonas cafeeicultoras (4). Na primeira, a do Vale do Paraíba, embora fosse grande o estoque de cafeeiros, a produção diminuía continuamente, denunciando a idade dos cafeeiros e a falta de condições da região para reagir à decadência. A segunda zona "forma no mapa um arco de círculo, que vai de Itu no sul até Mococa ao norte, passando por Campinas e abrangendo os contrafortes ocidentais da Mantiqueira" (5). Essa zona incluía municípios de cafeicultura mais antiga, e estabilizada, como Campinas, Itu, Bragança, Jundiaí e Amparo, mas também municípios ao Norte, na linha da Mogiana onde a produção crescia muito, como em Pinhal, S. João da Boa Vista, Mococa e S. José do Rio Pardo, sobretudo. Entretanto, a expansão do cultivo na zona estava limitada pela altitude crescente na região vizinha a Minas Gerais.

A Depressão Periférica formava a terceira zona. A expansão do café aí aproveitava as manchas de terra roxa ao norte de Campinas: Rio Claro, Limeira, Araras, até Piracicaba e Descalvado. Essa região detinha boa produtividade e a produção era crescente.

Mas, os grandes produtores da época já haviam atingido pontos mais distantes, nos maciços de Araraquara e Ribeirão Preto, separados pelo rio Mogi Guaçu (Rib. Preto produziu 2 milhões de arrobas em 1905, e somando-se Sertãozinho e Cravinhos o total ultrapassa 3400 mil). Outros

(3) Cano, op.cit., pág.46.

(4) Ver Relatório da Agricultura, 1906, SAESP, in Monbeig, op.cit., pág. 167 e seguintes.

(5) Monbeig, 1984, pág. 168.

produtores importantes eram Jaú-Brotas, São Manoel e Botucatu, cujos totais aumentam após 1886. Eram as zonas de maior rendimento, indicando a juventude dos cafezais.

Indicador importante das tendências territoriais, utilizado por Monbeig é a direção do fluxo migratório entre 1898/1902. Os maiores receptores foram os municípios de Ribeirão Preto, São Simão, São Carlos, Araraquara, Jaú e Jaboticabal. Na Mogiana, continua o fluxo mas sua intensidade diminuía: Campinas recebeu contingente considerável (mais do que Jaboticabal) mas Mococa, Amparo e Rio Pardo, não exerceram atração mais significativa. Também na Depressão Periférica o fluxo foi pequeno. Isso indica que essas últimas são zonas maduras, já em processo de estabilização.

Virada do séc. estabiliza. Grad. Depois a Mogiana

A expansão ferroviária, como foi dito, foi notável no período 1886/97. A penetração mais rápida foi a da E. F. Mogiana, que seguiu a margem esquerda do rio Mogi Guaçu, paralelamente ao antigo Caminho de Goiás, até Casa Branca, daí infletindo para Oeste, para atingir Ribeirão Preto e depois em direção ao rio Grande e ao Triângulo Mineiro. A Mogiana ia, ao mesmo tempo, estendendo ramais para a zona da Serra da Mantiqueira, atingindo o sul de Minas em diversos pontos. Seu traçado básico estaria concluído por volta de 1900.

A E. F. Paulista, cujo objetivo inicial era atingir Mato Grosso, avançou mais lentamente. Seu desenvolvimento foi complicado por litígios referentes à concessão de novas linhas e pela concorrência da Mogiana. Ficou longo tempo retida em Rio Claro, atingindo Araraquara em 1885 e Jaboticabal só em 1892, aí permanecendo parada mais de sete anos. Incorporando empresas menores e consolidando-se ao absorver o transporte da produção de uma zona muito rica e com enorme potencial de expansão a Paulista posteriormente atravessaria o Mogi-Guaçu, avizinhandose da zona da Mogiana em Ribeirão Preto e Santa Rita do Passa Quatro. Ela articulou-se também com a E. F. Araraquarense e, mais ao sul, margeou a zona da Sorocabana, atingindo Agudos em 1903 e Bauru em 1905. Ainda entre 1900 e 1910, a Paulista atingia Bebedouro e Barretos, áreas de pecuária, com o que deixaria de ser uma ferrovia exclusiva do café. A partir daí, como a Mogiana, dez anos ^{antes}, seu traçado básico permaneceria inalterado (só bem mais tarde, no final da década de 20, seria inaugurada a linha até Garça e Marília).

As duas ferrovias, assim, demarcavam seus territórios. Enquanto a

Mogiana ocupava uma zona determinada (se bem que, até os anos 20, a maior zona produtora) a Paulista, estendendo-se pela região central do estado, e desenvolvendo as articulações apontadas, beneficiava-se de um espaço e de um potencial produtivo muito maior que não se restringia apenas ao café. Além disso, ligando-se à Anaraquarense e posteriormente desenvolvendo seu tronco para Marília e Panorama, carregou para si grande parte do impacto da expansão para o extremo Oeste.

A E. F. Sorocabana - terceira das grandes estradas de ferro de S. Paulo -, não nasceu (como as outras duas) ligada ao café. Na década de 1890, entretanto, ela já atingia a zona de Botucatu, prosseguindo, após comprar a Cia. Ituana, até o Vale do Paranapanema e tornando-se, a partir daí, também uma "linha do café", responsável pela ocupação de importante setor do sudoeste do estado.

Em Campinas, a produção de café declinava (Quadro I). Como se recorda, em 1872 a produção fôra de 1,3 milhões de arrobas, aumentando pouco, depois disso, até 1886 quando atinge 1,5 milhões, caindo para cerca de 1 milhão na média de 1896 a 1898. No final do século a grande maioria dos cafeeiros locais teria mais de 35 anos, uma boa parcela deles devendo mesmo ser bem mais velha. O estoque de cafeeiros era de 25,7 milhões em 1897, e entre esse ano e 1905 entraram em produção mais 3 milhões, atingindo-se o plantel máximo no município, 28,5 milhões (quadro II). Com isso, a produção aumentou novamente, passando um pouco de 1,200 milhões arrobas em 1905. Começava, a partir dessa época, o período de estabilização da cafeicultura local, o mesmo ocorrendo em geral na região próxima.

Durante o período 1886/1900, o fluxo migratório para o município foi intenso (quadro IV), principalmente lembrando-se que os principais focos de atração deslocavam-se mais para Oeste. Embora os dados anuais apresentem lacunas, é possível estimar para o período todo um contingente imigratório de cerca de 20.000 pessoas (6). A população total de Campinas sobe de 41.253 em 1886 para 67.694 em 1900 (quadro VI), e sua taxa anual de crescimento passou a 3,6%, superior aos 2,3% a.a. registrados entre 1874 e 1886.

(6) É bom lembrar que, desse total, uma parcela não permaneceria no município, deslocando-se para as zonas pioneiras, nas quais os salários mais altos e os rendimentos das culturas intercalares podiam propiciar maiores ganhos.

QUADRO I - PRODUCAO DE CAFE (1000 arrobas) - REGIAO DE CAMPINAS - 1896/1930

	1896/98(4)	1905	1911/15(5)	1921/25(5)	1926/30(5)
CAMPINAS (1)	987,5	1227,4	1231,0	1092,2	1063,9
AMPARO	598,2		996,4	659,0	587,2
M.MIRIM	182,3(2)	326,1	399,4	264,8	423,0
S.J.B.VISTA		307,5	775,5	505,1	654,7
PINHAL		800,0	749,7	643,6	729,2
RIO CLARO	620,0	686,3	496,1	352,4	326,4
ARARAS	235,2	643,6	422,0	255,4	261,4
LINEIRA	226,6(3)	500,0	431,5	315,6	340,0
PIRACICABA	300,0	301,9	232,5	261,6	392,6

NOTAS

- (1) Inclui Americana
 (2) Media de 1896 e 1897
 (3) Producao de 1898
 (4) 1896/1898: media trienal
 (5) Medias quinquenais

FONTES: 1896/98: Relatorios - Arquivo Publico do Estado de Sao Paulo.
 1905 : Estatistica Agricola e Zootecnica, Secret. Agricultura do Estado de Sao Paulo.
 1911/15, 1921/25, 1926/30: Revista "O Cafe", estatisticas de producao. Secret. Agricultura do Estado de Sao Paulo.



QUADRO II - NUMERO DE CAFEEIROS PRODUZINDO - REGIAO DE CAMPINAS - 1897/1930
(mil pes)

	1897	1905	1910	1915	1920	1925	1930
CAMPINAS (1)	25.708,6	28.518,1	28.518,1	28.518,1	28.518,1	24.139,7	25.521,4
AMPARO	16.168,2	18.763,8	18.763,8	18.763,8	18.763,8	17.137,3	18.232,5
M.MIRIM	-	6.114,5	6.600,0	7.144,0	7.684,0	8.000,0	8.874,7
S.J.B.VISTA	-	10.011,2	10.011,0	10.011,0	11.004,0	11.023,0	11.816,0
PINHAL	-	7.700,0(3)	11.000,0	11.000,0	11.293,0	11.923,0	13.009,0
RIO CLARO	8.000,0	13.391,0	13.391,0	13.391,0	13.391,0	10.212,0	10.471,0
ARARAS	5.068,7	7.263,3(3)	7.263,5	7.263,6	7.263,6	7.000,0	7.246,7
LIMEIRA	-	8.000,0(3)	8.759,3	8.760,0	8.760,0	8.000,0	11.061,4
PIRACICABA	-	6.245,4	6.245,4	6.245,4	6.245,4	8.697,4	6.425,5

NOTAS

(1) Inclui Americana

(2) Refere-se a 1898

(3) Refere-se a 1906

FONTE: Ver Quadro I.

Esses dados merecem maior reflexão. Mesmo levando-se em conta sua possível imprecisão, eles mostram que o início da estabilização da produção cafeeira, após a década de 1880, não significa refluxo ou inflexão no crescimento, como aliás ocorreria em outros municípios da região. Uma das razões para isso seria o fato de, em algum grau, ter havido continuidade do plantio, que pode ter ocorrido, apesar da produção declinante esconder o fenômeno. Evidentemente, nesse caso, a maior produtividade dos novos cafeeiros não estaria compensando o envelhecimento dos restantes, verificando-se, não obstante, aumento do plantel total. Os dados mais antigos que obtivemos sobre número de cafeeiros são de 1895, e nessa data eles eram 25,7 milhões (mesmo número de 1897), ficando difícil confirmar a hipótese. Mas, com base em informações de Taunay sobre as relações entre idade e produtividade de cafeeiros (7) é possível fazer uma simulação do provável estoque de 1854 em diante. Com base nesse exercício, verifica-se um aumento de cerca de 7 milhões de pés, entre 1872 e 1886, e de cerca de 3 milhões entre 1886 e 1895. Esse novo plantio, além do replantio (que pode ter se intensificado com o "boom" posterior a 1886) explicariam em parte a continuidade do aumento populacional no município.

A segunda possível razão daquele incremento seria o mecanismo "conversor de terras" citado por Cano (8), através do qual os fazendeiros retalhavam suas propriedades nas zonas mais velhas para investir na zona pioneira durante a fase expansiva do ciclo cafeeiro, com isso possibilitando a ocupação por pequenos e médios agricultores. Mais uma vez, não foi possível comprovar o processo para o período em tela (9); em todo o caso, os dados de 1905 mostram diversificação na produção agrícola do município, o que reforça aquela idéia.

Finalmente, uma terceira explicação está ligada, não à agricultura, mas à urbanização. O porte da cidade e sua posição estratégica na expansão para Oeste com as ferrovias, exerceu forte atração sobre uma parcela dos imigrantes. Bergó reforça essa hipótese: "Campinas mereceu a preferência principalmente dos italianos da Alta Itália, porque estando eles mais ou

(7) In Viotti da Costa, op.cit., pág. 181.

(8) Cano, op.cit., pág. 55 e seguintes.

(9) Essa conversão de fato ocorreu, após 1897, e a ela voltaremos no próximo item.



menos afeitos à vida comercial e industrial de seu país de origem, tinham maiores probabilidades de formar melhor nível de vida em uma cidade que dia a dia intensificava sua indústria e comércio" (10).

O crescimento da população e a vida da cidade foram duramente afetados pela epidemia de febre amarela, que se estendeu entre 1889 (1º surto) e 1896 (terceiro surto). Bergó afirma que os mortos superaram dois mil (a informação oficial, do Boletim Demográfico Sanitário da Secret. Agricultura é de 788) e que a cidade, nas fases mais agudas, praticamente se despovoou, com muita gente estabelecendo moradia provisória em Valinhos (cujo clima é mais frio, e por isto estaria menos sujeita aos ataques do mosquito transmissor) ou em outros pontos, na Zona Rural. Muitos também transferiram-se para outras cidades do Oeste, então em crescimento. Os reflexos sobre as atividades urbanas, é claro, foram marcantes, com muitos estabelecimentos fechando as portas. A Cia Lidgerwood abriu escritórios em S. Paulo em 1889; a Cia Arens transferiu-se para Jundiaí na década de 90; a Mogiana retirou todos os seus funcionários de Campinas. Estabelecimentos comerciais de grande porte também transferiram-se, a maioria para S. Paulo. Só a partir de 1897 a epidemia seria definitivamente afastada, obtendo êxito as medidas sanitárias adotadas e a intensificação da assistência médica.

A partir daquele ano, foi rápida a recomposição da cidade, como mostram os dados. No que se refere à população urbana, não existem dados exatos, mas o Almanaque de Campinas de 1901 cita o número de 25.647 trabalhadores rurais, obtido de uma relação para pagamento de impostos. Assim, parece razoável estimar uma população rural de cerca de 45 mil pessoas, e a população da cidade seria então de 22 mil (11).

(10) Bergó, 1952, pág. 661. A afirmação baseia-se em dados obtidos no arquivo da Comarca Municipal de Campinas, e em publicações da época.

(11) Bergó cita o mesmo número, para a época. Op.cit. pag. 660

A nível urbano, além das citadas incorporações do início da década, aumentou o número de bancos, que eram seis na cidade em 1891 e passam a dez em 1900, com um deles (Banco dos Lavradores), tendo sede local. Com o surto bancário, que ocorre após a reforma do setor no início dos anos 90, aumenta o número de agências (dos estabelecimentos de maior porte, com sede em S. Paulo) nos municípios do Oeste, e o papel regional que Campinas exercia no âmbito financeiro do café, através principalmente das casas comissárias aqui estabelecidas, começou a declinar. Importantes movimentos de diversificação do capital cafeeiro na década de 90 são a citada transformação da Cia Mac Hardy em Soc. Anônima e a constituição de duas empresas ferroviárias de âmbito local (12). O núcleo manufatureiro, em 1900, tinha 78 estabelecimentos diversos (13), não ocorrendo no período nenhuma modificação importante em sua estrutura e composição. O segmento metal/mecânico continuava sendo o mais importante, reforçado pelas oficinas da Mogiana. Não encontramos, no relato de Bandeira Jr., referência a algumas antigas fundições. As oficinas das ferrovias devem ter-lhes absorvido parte das encomendas antigas. Por outro lado, o crescimento de companhias como a Mac Hardy ou a Lidgerwood, e o surgimento de outras em S. Paulo (a Cia Mecânica Com. e Importadora, p.ex.) possivelmente tenha expulso do mercado, ou transformado em produtores marginais, algumas das firmas mais antigas. Esse processo de concentração do setor,^{ind} que acompanhou o crescimento do mercado com o "rush" do café para Oeste, implicou em outro elemento de esvaziamento da função regional de Campinas, à medida em que as maiores indústrias iam se localizando em São Paulo.

(12) O Ramal Ferreo Campineiro, incorporado em 1889, é inaugurado em 1894, chegando ao bairro de Cabras, e atingindo Souzas e Joaquim Egídio. A Cia Carril Agrícola Funilense, incorporada em 1890 e inaugurada em 1899, atingia outra importante área agrícola na Depressão Periférica, as atuais zonas de Barão Geraldo, Cosmópolis, Paulínia e Artur Nogueira.

(13) Almanaque de Campinas, 1901.

As demais atividades urbanas em Campinas, na década de 90, como o comércio e o setor de serviços, ampliam-se e diversificam-se, como seria de esperar, dado o crescimento da população e a conjuntura de expansão cafeeira (14) não obstante a "febre amarela". Em 1894 foi inaugurado o serviço de águas e esgotos e diversas novas sociedades aparecem na período (15). Interessante registrar a fundação em 1899, do Centro dos Lavradores Paulistas, com o objetivo de propor medidas para enfrentar a crise cafeeira que então se desencadeava.

Como resumo do período, notamos que após 1886, com a enorme expansão do plantio, Campinas perde a primazia, que detivera por mais de vinte anos, de principal município cafeeiro do estado. O município entrava na fase de estabilização da produção, que se estenderia até o final dos anos 20. Apesar disso, e da circunstância adversa da epidemia de febre amarela, não houve involução ou decadência populacional e econômica.

(14) Ver almanaques de Campinas, 1886, 1900 e 1901

(15) Entre elas, três sociedades operárias de auxílios mútuos, algumas beneficentes e culturais, e de colônias estrangeiras, como a Sociedade Escandinava de Leitura, de 1897.

2.2 Período 1897/1930: mudanças na base agrícola e desempenho industrial

A partir de 1897, caíam os preços internos e externos do café, precipitando-se longa crise, até 1910/11, sendo, no período, pequeno o acréscimo da capacidade produtiva. A política econômica implementada (1898/1906), as condições externas e as restrições impostas a partir de 1902 desencorajaram o novo plantio. Entre 1910 e 1913, recuperam-se os preços e são plantados 99 milhões de cafeeiros. Ao longo da 1ª. Guerra Mundial, a expansão foi lenta, mas em 1918 prenunciava-se enorme safra, e o temor à nova baixa nos preços provocou o segundo plano de estabilização. De acordo com Cardoso de Mello (16) a fase que vai de 1886 até 1918 corresponde ao primeiro ciclo longo do café, abrangendo uma fase de auge (1886/97) e outra, onde a crise se faria presente na maior parte do período.

As geadas de 1918, (derrubando a safra) e a intervenção do governo provocam grande alta de preços, e em 1919 plantam-se 55 milhões de cafeeiros. Começava o segundo ciclo longo, cuja fase de crescimento se estenderia até o ano de 1930 (17). Ela se intensificaria na segunda metade da década de 20, quando os preços externos mantiveram-se muito elevados e institucionalizavam-se definitivamente os instrumentos da "política de defesa permanente"; ocorre então acréscimo de 373 milhões de pés. Em fins de 1929, a perspectiva interna era de nova safra excepcional, mas durante 1930, prosseguiu ainda a expansão das plantações. A situação vigente seria insustentável por muito mais tempo: sucessivas safras gigantescas, com perspectivas de contínuo crescimento, tornavam totalmente inviáveis os mecanismos da defesa permanente. Assim, a crise mundial sobrepos-se a uma inevitável crise interna de superprodução; daquele ano em diante, com o agravamento da crise, tem início a fase depressiva do ciclo. A cafeicultura deixaria de ser o centro dinâmico da economia brasileira, submetendo-se a um novo padrão de acumulação.

IND.

75 30

(16) Cardoso de Mello, op. cit., pág. 131 e seguintes.

(17) Para a evolução pormenorizada da produção e plantio em todo o período, ver Cano, op. cit., pág. 43 e seguintes.

Examinaremos nos dois tópicos seguintes a evolução local da estrutura produtiva e da produção agrícola e industrial, deixando a análise dos demais aspectos urbanos para o tópico 2.3. Utilizaremos como marcos para delimitar a análise, os ciclos acima descritos: um do início do século até 1917/19 (fase depressiva do 1o. ciclo) e outro correspondendo à década de 20 (fase expansiva do 2o.).

2.2.1. O desenvolvimento da agricultura

No período que vai de 1905 a 1930, a agricultura paulista, excluindo-se o café, aumenta acentuadamente sua capacidade produtiva, ocupa ponderável extensão de terras e diversifica-se. Tomando-se as médias de 1901/6 e as de 1925/30, a produção de açúcar crescerá 238%; a de feijão, 231%; a de milho, 115%; a de arroz 589%, a de algodão 409%, a de café 92%. Também ganham impulso a engorda de gado, a industrialização da carne, e a fruticultura (18).

Essa agricultura de alimentos e matérias primas foi estimulada pelo mercado gerado na constituição e funcionamento do complexo capitalista, tanto no seu segmento rural quanto no urbano. O cultivo de gêneros, principalmente cereais, nasce no interior das fazendas de café, como parte dos contratos de colonato, mas torna-se crescentemente independente, constituindo-se em importante atividade autônoma no complexo, mercantilizando-se mais, à medida em que este se desenvolve e que vão crescendo os centros urbanos. O crescimento do mercado torna viável a conversão de terras para essa atividade, tanto nas etapas de expansão quanto de crise: era uma forma do fazendeiro desmobilizar capital, seja para adquirir novas propriedades na franja pioneira (de produtividade muito mais alta), seja para investir em outros setores (19). Sendo o café uma planta exigente, quanto às condições de solo, topografia, clima, etc.,

(18) Cf. Cano, op. cit. pág. 64.

(19) Este foi o principal mecanismo conversor de terras, pelo menos no Oeste, até 1930. Nos períodos de crise, a manipulação da política econômica (em especial da taxa de câmbio e as políticas de defesa e valorização do café) garantiam uma rentabilidade mínima, mesmo nas zonas de plantações mais antigas. Sobre isso, ver Castro, 1977, e Cano, op. cit.

em geral não ocupava o conjunto das terras, mas apenas parte. Isso tornava possível o parcelamento das propriedades, nas zonas maduras, muitas vezes com a manutenção dos cafezais.

No período 1900/1930 ocupa-se, como é sabido, vasta porção do território paulista, a Oeste.

Até os anos 20, a maior zona produtora de café ainda era a Mogiana, mas a partir daí a primazia desloca-se para as zonas novas, mais a Oeste. Com essa ocupação territorial, são incorporadas maiores quantidades de terra, parte das quais não adequadas ao cultivo do café (Monbeig, descrevendo a zona pioneira, menciona o plantio do café nos espigões, e o cultivo de cereais e formação de pastagens nos vales). Ao mesmo tempo, é claro, a formação dos cafezais vai impulsionando o cultivo intercalar. Em suma, também no Oeste desenvolve-se poderosamente a atividade agrícola (e pecuária) diversificada: em 1920, além de grande produtora de café a zona de Rio Preto era a maior produtora de cereais e criadora de gado do estado.

No município de Campinas, entre 1905 e 1920, a produção de café se mantém praticamente constante, cerca de 1.200 mil arrobas/ano (20). A queda relativa que se observa na média 1916/1920 (1119 mil arrobas) deve-se às fortes geadas de 1918, que reduziram as safras de 1919 e 1920. O estoque de cafeeiros, (28,5 milhões de pés) manter-se-ia, e só depois de 1920 se reduziria; em 1925, seria de 24,1 milhões.

Enquanto a área plantada com café diminuía de pouco mais de 10%, a área com outras culturas crescia em 36% (quadro III). Os maiores aumentos verificam-se com o algodão e o arroz; as de cana, milho e feijão diminuem, embora o milho detenha, nos dois anos, a maior área plantada, depois do café.

Por outro lado, o quadro IV, de utilização das terras, mostra que a par do aumento da área cultivada (em 2,4 mil hectares), ocorre diminuição da área de matas (em 5 mil hectares). Isso significa que a área de pastagens aumentava: com a instalação de grandes frigoríficos em São Paulo, cresciam no município as invernadas, muito provavelmente para o gado trazido de Minas, Goiás e Mato Grosso, aproveitando as ferrovias. Outro

(20) Essa produção, além disso, continua sendo uma das maiores do Estado, durante todo o período.

QUADRO III

MUNICIPIO DE CAMPINAS - AREA PLANTADA (ha) - PRINCIPAIS PRODUTOS
(Inclui Americana)

	Area Total		cafe		Algodao		Milho		Arroz		Feijao		Batata		Cana		Outras		Total	Z sobre cafe
	Z	Area	Z	Area	Z	Area	Z	Area	Z	Area	Z	Area	Z	Area	Z	Area		(exclusive cafe)		
1905	139.706		34.872		72,6		11.602,7		657		2.614		-		1574,5		799,2		16520,8	47,3
1920	133.918	(-4,51)	31.151	(-10,6)	3120	(4197,5)	9950	(14,2)	6347	(866)	1.816	(-30,5)	105	-	1150	(-26,9)	-		22488	36,1
1931			13.225		1289		4082		1356		2.886		189		488					72,2

1905 e 1931 - Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas, Secret. Agricultura do Estado São Paulo.

1920 - Censo Agrícola de 1920.



QUADRO IV

MUNICIPIO DE CAMPINAS - UTILIZACAO DAS TERRAS (ha)

	Area Cultivada	Matas	Outras	Total
1905	49.106,7	27.295	63.004	139.706
1920	51.826,2	22.205	59.886	133.918

FONTE: Ver Quadro III.

QUADRO V

CAMPINAS - ESTRUTURA FUNDIARIA (area em hectares)

No. Estabelecimentos.	1905	%	1920	%	V.abs.	Variacao Percentual
Area						
Ate 41	252	39,3	391	46,7	139	55,0%
De 41 ate 200	213	33,2	282	33,7	69	32,4%
De 200 ate 1000	150	23,4	145	17,3	-5	-3,3%
Mais de 1000	26	4,0	19	2,3	-7	-26,9%
Total	641	100,0	837	100,0	196	30,6%

Obs. Os dados de 1905 foram ajustados aos de 1920 supondo-se que, nas classes de area que nao eram compatíveis, os estabelecimentos estivessem uniformemente distribuidos.

FDNTE: Ver Quadro III.

QUADRO VI**AREA E CLASSES DE TAMANHOS DOS ESTABELECIMENTOS
- 1920 - CAMPINAS
(Area em hectares)**

Classes de tamanho	Area	%
Até 41	7.820	5,81
De 41 a 200	25.283	18,9
De 200 a 1000	64.659	48,3
Mais de 1000	36.045	26,9
Total	133.680	100,0

Fonte: Censo de 1920

QUADRO VII

PROPRIEDADE E VALOR DOS ESTABELECIMENTOS - 1905 e 1920 - CAMPINAS

	No. ESTABELECIMENTOS				VALOR	
	1905	%	1920	%	1905 (2)	1920 (5)
Brasileiros	429	66,9	294	35,13	92,4	64,7
Estrangeiros	212	33,1	450	53,7	7,6	15,9
Governo	-	-	3	0,4	-	1,5
Indeterminado	-	-	90 (1)	10,7	-	17,8
Total	641	100,0	837	100,0	100,0	100,0

FONTES: 1905 - Estatística Agrícola e Zootécnica, Secr. Agric. ESP.

1920 - Censo Agrícola de 1920.



QUADRO X - ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
Distribuição Espacial - Principais Sub-Regiões
1928

PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO						
	N. Estabelecimentos		N. Operários		Capital	
	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%
G. SÃO PAULO	1.829	67,89	96.967	71,0	782.584	72,34
CAPITAL	1.773	65,81	90.758	66,5	704.422	65,12
INTERIOR	865	32,11	39.426	29,0	299.133,5	27,66
PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO INTERIOR						
	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%	V. Absoluto	%
SUB-SANTOS	65	7,51	2.085	5,29	20.851	6,97
SUB-S. J. CAMPOS	24	2,77	1.000	4,06	7.525	2,52
SUB-TAUBATÉ	14	1,62	1.873	4,75	13.041	4,36
SUB-SOROCABA	66	7,63	15.224	38,61	101.506	33,93
SUB-CAMPINAS	84	9,71	4.187	10,62	28.128	9,40
SUB-PIRACICABA	29	3,35	1.016	2,58	2.754	0,92
SUB-LINEIRA	33	3,82	1.412	3,58	15.480	5,17
SUB-JUNDIAÍ	25	2,89	2.622	6,65	37.499	12,54
SUB-R. PRETO	47	5,43	1.284	3,26	17.340	5,80
SUB-FRANCA	14	1,62	287	0,73	1.024	0,34
SUB-JABOTICABAL	46	5,32	401	1,02	6.698,8	2,24
SUB-ARARAQUARA	31	3,58	276	0,70	1.790,5	0,60
SUB-S. CARLOS	44	5,09	1.204	3,00	6.722,7	2,25
SUB-BAURUR	35	4,05	127	0,30	2.816	0,94
TOTAL DAS PRINCIPAIS SUB-REGIÕES	557	64,39	33.598	85,15	263.176	87,98

FONTE: Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo
Diretoria de Estatística
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo



QUADRO X: ESTADO DE SAO PAULO - INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO
DISTRIBUICAO ESPACIAL - PRINCIPAIS SUB-REGIOES
1956

	NE		PD		VP (Cz\$ 1.000)	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
PARTICIPACAO SOBRE O TOTAL DO ESTADO	27.930	100,00	723.525	100,00	255.192.957	100,00
Total Estado	5.833	20,96	393.381	34,37	130.461.489	51,12
Capital	8.268	29,60	490.012	67,73	169.962.659	66,60
RMGSP	19.662	70,40	233.513	32,27	85.230.298	33,40
Interior (Estado-ESP)						
PARTICIPACAO SOBRE O TOTAL DO INTERIOR						
Sub R. Santos	706	3,59	10.215	4,37	9.845.114	11,15
Sub R. S.J. Campos	207	1,05	8.073	3,47	1.810.952	2,12
Sub R. Taubate	246	1,25	7.896	3,38	1.130.777	1,33
Sub R. Sorocaba	1.022	5,20	20.947	12,39	8.211.850	9,63
Sub R. Campinas	1.699	8,64	34.365	14,72	10.315.070	12,10
Sub R. Piracicaba	635	3,23	11.695	5,02	3.809.398	4,47
Sub R. Limeira	838	4,26	12.316	3,27	4.877.002	5,72
Sub R. Jundiai	380	1,93	19.884	8,52	4.223.869	4,96
Sub R. Ribeirao Preto	1.062	3,40	10.954	4,68	3.178.529	3,73
Sub R. Araraquara	607	3,09	4.872	2,08	3.007.744	3,53
Sub R. S. Carlos	338	1,72	5.601	2,39	1.321.140	1,55
Sub R. Franca	264	1,34	2.910	1,24	885.914	1,04
Sub R. Jaboticabal	542	2,76	3.366	1,46	1.593.840	1,81
Sub R. Bauru	637	3,24	7.100	3,04	2.659.262	3,12
TOTAL DAS PRINCIPAIS SUB-REGIOES	9.183	46,70	168.194	72,04	56.816.461	66,66

FONTE: FIBGE - Pesquisa Industrial de 1956.

QUADRO XI: ESTADO DE SÃO PAULO - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL - PRINCIPAIS SUB-REGIÕES
1960

	NE		PO		VP (Cz\$ 1.000)		VTI	
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%
PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO ESTADO	35.453	100,00	825.043	100,00	649.918.119	100,00	295.963.505	100,00
Total Estado	14.379	40,56	461.429	55,93	335.749.200	51,68	162.222.940	54,81
Capital	16.734	47,20	583.539	70,73	461.877.389	71,10	218.487.232	73,80
RMGSP	10.719	52,80	241.454	29,27	187.740.730	28,90	775.562.273	26,20
Interior (Estado-ESP)								
PARTICIPAÇÃO SOBRE O TOTAL DO INTERIOR								
Sub R. Santos	716	3,79	11.694	4,84	27.490.220	14,64	11.637.565	15,26
Sub R. S.J. Campos	220	1,18	9.292	3,85	4.602.836	2,45	2.260.766	2,92
Sub R. Taubaté	295	1,58	7.870	3,26	3.667.567	1,95	1.692.531	2,18
Sub R. Sorocaba	723	3,86	31.276	12,95	15.916.458	8,48	7.976.450	10,20
Sub R. Campinas	1.828	9,77	39.207	16,24	24.059.660	12,82	10.914.690	14,07
Sub R. Piracicaba	596	3,18	11.903	4,93	8.600.903	4,58	3.871.500	4,99
Sub R. Limeira	683	3,65	11.815	4,89	9.386.900	5,00	4.127.065	5,32
Sub R. Jundiaí	477	2,55	19.117	7,92	9.476.195	5,05	4.550.917	5,87
Sub R. Ribeirão Preto	888	4,74	10.205	4,23	6.771.552	3,61	2.897.512	3,73
Sub R. Araraquara	561	3,00	5.070	2,10	4.731.033	2,52	1.751.829	2,26
Sub R. S. Carlos	349	1,86	5.512	2,28	3.602.816	1,92	1.586.975	1,94
Sub R. Franca	279	1,49	3.269	1,35	1.775.414	0,95	705.576	0,91
Sub R. Jaboticabal	585	2,70	3.866	1,27	3.195.821	1,70	1.394.400	1,80
Sub R. Bauru	614	3,28	6.395	2,65	4.525.516	2,41	1.545.338	1,99
TOTAL DAS PRINCIPAIS SUB-REGIÕES	8.728	46,63	175.691	72,76	127.802.099	68,70	57.035.338	73,54

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de 1960.

QUADRO VIII
PRODUÇÃO AGRÍCOLA - CAMPINAS

	1905	1917	1920 (1)
Arroz	100	331,7	608,2
Milho	100	149,8	152,4
Feijão	100	128,8	39,1
Algodão	100	-	1.529,5 (2)
Asúcar	100	-	1.544,4
Vinho	100	-	174,6

Fonte: Boletins Secr. Agricultura ESP.

(1) Média das safras de 1920 e 1921

(2) Safra 1919/20

dado importante: somando-se a área de café com as das demais culturas, obtem-se 51392,8 ha em 1905, contra uma área total cultivada de 49406,7 ha, havendo portanto um "excesso" de 1986 ha. O mesmo cálculo para 1920 mostra respectivamente 53639 ha, área de 51826,2 ha e "excesso" de 1813 ha. Esses "excessos" devem-se, obviamente, ao fato de parte daquelas culturas serem intercalares, isto é, feitas nas "ruas" do cafezal, e, eram com certeza, maiores do que os valores acima, dado que não incluímos no quadro III os hortigranjeiros e as frutas, cuja produção também aumentava, estimulada pela urbanização. A existência de culturas intercalares em 1920, indicando que continuavam se formando novos cafezais, deve-se provavelmente ao replantio (substituição das plantas mais velhas (21).

O quadro V mostra a evolução da estrutura fundiária no município, entre 1905 e 1920. Como as classes de área não são as mesmas nas duas estatísticas, procedemos a um ajuste, convertendo as classes de 1905 nas de 1920. Para isso, supusemos que nos intervalos não coincidentes, o número de propriedades estivesse uniformemente distribuído em 1905. Assim, os dados desse ano que aparecem no quadro não são rigorosamente exatos. Apesar disso, ele é útil para identificar a tendência das transformações fundiárias que aconteceram no período: aumenta muito o número de pequenas propriedades (até 41 ha) e de médias (41 até 200 ha), caindo o número das grandes (200/1000 ha e de mais de 1000 ha). A área média diminui de 217,8 ha em 1905 para 159,7 ha em 1920, 26,6%.

Contudo, embora predominassem numericamente (46% dos estabelecimentos) as menores propriedades abrangiam apenas 6% da área total em 1920. (quadro VI). As maiores, de mais de 200 ha, embora fossem menos de 20% do total de estabelecimentos, absorviam 75% da área total. O quadro VII esclarece ainda mais o processo fundiário no período: houve enorme aumento de propriedades de estrangeiros, que somavam 212 em 1905 e passam a 450 em 1920; de 33% do total de propriedades no primeiro ano, os estrangeiros passariam a possuir 54% em 1920. No mesmo quadro, observa-se como o valor das propriedades de brasileiros era muito superior ao dos estrangeiros nos dois anos.

(21) Holloway , 1984, mostra que muitos fazendeiros eram obrigados a formar novos cafezais, mesmo em anos de preços baixos, para poder fixar a mão de obra imigrante nas fazendas possibilitando o plantio intercalar.

Castro, op. cit., afirma que, também devido a esse plantio, o custo da mão-de-obra para os novos cafezais acabou reduzindo-se "a zero".

Com esse conjunto de dados temos condições de esboçar algumas conclusões. Começaremos pelo café: embora os dados de produção e de número de cafeeiros permaneçam constantes ao longo de todo o período (1905/1920), o Censo de 1920 indica diminuição de 11% na área plantada. Na série do número de cafeeiros produzindo, observa-se que há diminuição de 13% de 1921 para 1922, próxima portanto da diminuição de área: é muito provável que, embora o registro apareça defasado (a fonte da informação é outra), de fato a erradicação líquida tenha começado em 1920 ou pouco antes. As geadas de 1918 seriam um forte motivo para explicar a erradicação. De toda forma, o que nos parece importante ressaltar é que não houve substituição significativa de áreas ocupadas com o café por outras ocupadas pelas demais culturas. - embora estas tivessem se desenvolvido muito. Essas outras culturas, e a engorda do gado, aproveitaram, em grande parte, terras não utilizadas pelo café.

No plano mais geral da dinâmica do complexo cafeeiro, a evolução da agricultura local confirma algumas tendências afloradas, páginas atrás. Em primeiro lugar, parece claro que as políticas de defesa e a manipulação da política econômica foram eficazes, no sentido de garantir alguma rentabilidade para os cafezais das zonas mais velhas, não tendo por isso a plantação local entrado em involução, como de outro modo ocorreria. Em segundo lugar, os dados mostram que efetivamente houve retalhamento parcelar das grandes propriedades (22), ^{fora especulativo} viabilizado pela possibilidade de conversão do capital assim desmobilizado, em novos investimentos, seja na zona pioneira, seja no segmento urbano do complexo. Em terceiro lugar, o crescimento do mercado interno, que a dinâmica do complexo engendrou, estimulou fortemente o plantio de outros gêneros, diversificando-se amplamente a base produtiva no município e na região próxima.

O quadro VIII retrata a evolução da produção dos principais gêneros no município, entre 1905 e 1920. Como se vê, com exceção do feijão, para o qual há queda acentuada entre 1917 e 1921, todos os demais apresentam expressivo aumento, sobretudo o arroz, cana e algodão. O Censo de 1920 informa ainda que Campinas era o quinto município produtor de arroz em São Paulo (e o sétimo do Brasil) e o sexto produtor de algodão. Seu rebanho bovino em 1920 atingia 36.688 cabeças, sendo o 9º de São Paulo.

(22) Holloway expõe alguns exemplos concretos, para Campinas, até 1910/11, (op. cit., pág. 192 e seguintes). O autor mostra também como a subdivisão das fazendas em lotes foi incentivada pelo governo, servindo como propaganda para atrair imigrantes.

Expressivos também, eram o rebanho caprino e o ovino. Não dispomos de dados sobre horticultura, fruticultura e criação de aves. Mas a proximidade de mercados urbanos de grande porte, e a implantação local de diversos núcleos coloniais, estimulavam essas atividades, como se comprova através de referências em publicações da época (23).

Para encerrar essas considerações sobre a evolução da produção agrícola, um fato interessante: Campinas foi, em 1920, também o maior produtor de café do estado. (24).

Os imigrantes, importantes agentes no processo de mudanças na base agrícola local, continuaram afluindo ao município em escala considerável: entre 1901 e 1920 totalizaram 15.280 pessoas. Seu afluxo foi mais intenso entre 1901 e 1910: nesse intervalo muitos do que se dirigiram à lavoura não vieram instalar-se nas fazendas de café, e sim nos núcleos coloniais, abertos no município e região próxima. A experiência com núcleos de imigrantes, onde cada família recebia um lote de terra, não era nova, tendo sido tentada ainda no Império. Mas, no começo do século XX, quando ganha impulso novamente, ela guarda diferenças importantes daquelas tentativas anteriores. Patrocinada pelo governo do estado, contava com o apoio dos grandes fazendeiros; localizados em terras boas (em geral), servindo-se das ferrovias, próximos de centros urbanos e com o escoamento da produção possibilitando pela existência de mercado crescente os núcleos podiam prosperar e com isso garantia-se a fixação, adequadamente perto das fazendas, da mão-de-obra. Em comunicações da época, os núcleos eram chamados de "viveiros" de trabalhadores, por analogia com os viveiros de café! (25).

(23) Os núcleos de imigrantes desenvolveram a produção em escala comercial de várias espécies de frutas, muitas vezes com variedades trazidas do exterior. Bom exemplo é Americana, onde se cultivava melancia em grande quantidade.

(24) A colheita de 1919/1920 foi fortemente afetada pelas geadas. Além disso, somadas a produção de Ribeirão Preto com as de Cravinhos e Sertãozinho (desmembradas daquele município) o total supera largamente o de Campinas. De qualquer modo, isso mostra que o município ainda continuava entre os maiores centros cafeicultores do estado.

(25) Para a exposição detalhada da formação deles, ver Monbeig, op. cit., pág. 154 e seguintes e Holloway, op. cit., pág. 140 e seguintes.

A iniciativa de implementação desses núcleos pode ser entendida quando se recorda que a partir de 1897, quando a cafeicultura entra em crise, acelera-se a saída dos imigrantes.

Cano, usando diferentes fontes, mostra que entre 1902 e 1908 entram no estado 36.650 imigrantes e saem 40.386, com saldo negativo de 4.036^(26). Além disso, nessa época, o governo italiano posiciona-se contra a forma da emigração promovida pelo governo de São Paulo (a "imigração gratuita"). Havia, assim, um duplo perigo para os fazendeiros: o de não encontrar mão de obra, quando recommençasse o plantio e o retorno à pátria de origem, dos aqui fixados, por não haver possibilidade de acesso às terras. Os núcleos visavam, ao mesmo tempo instalar os trabalhadores próximos às fazendas, permitindo-lhes acesso à pequena propriedade, e servir como elemento de propaganda na Europa, para restabelecer as correntes imigratórias.

O problema com a mão-de-obra tenderia a ser muito mais grave nas zonas velhas e maduras, que não tinham condições de competir com a zona pioneira, seja na oferta de salários, pela maior produtividade, seja na possibilidade de permitir cultivos intercalares. Nessas zonas de cultura estabilizada, era nas épocas de colheita que o problema se tornava agudo. Nada mais conveniente, portanto do que dispor de um manancial de trabalhadores que se assalariassem durante um período, não sendo preciso contratá-los por todo o ano ^(27). Isso explica a instalação dos núcleos nessas zonas: o núcleo Campos Salles, em 1897 (Campinas), e os de Nova Odessa, Nova Europa, Nova Paulicéia, e Bavião Peixoto (próximo de Araraquara) entre 1905 e 1906, quando aliás o núcleo Campos Salles receberia novo impulso, formando-se sua seção de Artur Nogueira. Outros núcleos seriam instalados, a grande maioria até 1910/11. Numa publicação de 1923, encontram-se relacionados os seguintes em Campinas: Campos Salles (seções Cosmópolis e Artur Nogueira); Nova Veneza (seções Quilombo, Barreiro, São Bento e São Luiz); Nova Odessa, (6 seções) e Visconde de

(26) Cano, op. cit., pág. 309

(27) Não só os fazendeiros de café tinham interesse na constituição dos núcleos. O primeiro deles, o núcleo Campos Salles, instalou-se em terras da família Nogueira (Cosmópolis), muito próximo de onde pouco tempo depois começaria a operar a Usina Açucareira Esther (da mesma família).

Indaiatuba (28) . Além dos núcleos oficiais, o governo apoiava a subdivisão de terras de particulares, com a inspeção e delimitação das terras, verificando títulos de posse e inclusive "pagando um prêmio de dez contos de réis por grupo de cinquenta famílias definitivamente instaladas em colônias agrícolas de organização particular". O governo ainda concedia créditos a lavradores para comprar terras de fazendas (29), variando com o tipo de solo e distância de ferrovias, com prazos de cinco a dez anos.

A informação acima é fundamental: ela explica, sem dúvida, como foi possível que, entre 1905 e 1920, tantos imigrantes pudessem tornar-se proprietários. Mas não é só isso: é evidente que, nessas condições, ficava muito mais fácil a ação daquele mecanismo conversor do uso de terras, anteriormente referido. Para os fazendeiros, a instalação de núcleos não foi apenas uma forma de resolver o problema da mão-de-obra. Foi também um excelente negócio, pois permitia, numa conjuntura de crise, a venda de parte das propriedades, a desmobilização de um capital que se desvalorizaria e sua reconversão. Essa ação do governo permitiria também o surgimento de núcleos (particulares) e loteamentos no Oeste Pioneiro.

Uma vez superada a fase mais aguda da crise, depois de 1910/11, parece ter arrefecido o impulso à instalação dos núcleos coloniais. Ganhou força, de novo, a idéia de incentivar a "imigração livre" (30).

(28) Piza, 1923. São citados ainda dois núcleos particulares: Friburgo e Boa Vista. Num questionário sobre as condições da agricultura (1912/13) informa-se que o núcleo Campos Sales tinha 234 lotes, 229 famílias e 1.172 habitantes. O de Nova Odessa tinha 141 lotes.

(29) Holloway, op. cit. pág. 193.

(30) Holloway, op. cit. pág. 161. Escapa aos objetivos do nosso trabalho discutir as razões da mudança. Mas é claro que, com a superação da crise, ficava mais fácil às "forças de mercado" dispensar a ação governamental, quanto à venda de terras. Além disso, provavelmente na questão da imigração houvesse algum conflito de interesses, entre os proprietários das zonas velhas e os da zona pioneira.

Prosseguindo com nosso exame das transformações agrícolas em Campinas no período, resta verificar como evoluiu a população rural. Em 1918, a Prefeitura Municipal realizou recenseamento que permite comparação com os dados de 1900. Assim, a população rural, que somava cerca de 45 mil pessoas em 1900, atingia 59.092, em 1918. A taxa média anual de crescimento correspondente é de cerca de 1,5%; estava havendo, portanto, apenas crescimento vegetativo (ou muito pouco mais). Surge assim uma questão importante: se aumentavam os núcleos coloniais, crescia o número de pequenas propriedades, havia diversificação nas culturas, e ainda se mantinha a produção do café, não seria de esperar aumento muito maior da população rural? Acreditamos que o crescimento relativamente pequeno seja uma prova de que o incentivo aos núcleos coloniais e o retalhamento de parte das grandes propriedades foi bem sucedido ao fixar a mão-de-obra, a qual muito provavelmente dividia seu tempo de trabalho entre o cultivo das terras próprias e a colheita e trato dos cafezais e canaviais. É bom lembrar que a época de colheita do café e do plantio e colheita dos outros gêneros não coincidia, e também que na época a agricultura de São Paulo já era tecnicamente relativamente avançada (31), sendo as regiões de agricultura mais tecnificada em 1920 as de Campinas e Ribeirão Preto (32).

O exame do período 1905 - 1920 mostra a competência da classe dirigente cafeeira local, em superar os obstáculos que se colocavam à continuidade do processo de acumulação.

A conformação de um "colar" de pequenas propriedades, convivendo com as médias e grandes, antes de mais nada impediu a involução da cafeicultura, ao garantir a mão-de-obra sem aumento acentuado dos custos, e tornou possível a mobilização dos capitais empatados nas terras. É evidente que foi o processo de acumulação cafeeira, por outro lado, que viabilizou aquela implantação de pequenas propriedades, ao gerar mercados, prover a infra-estrutura de transportes e desenvolver a urbanização. É certo que o porte da cidade de Campinas, e seu sistema de transportes e

(31) Cano, op. cit., pág. 69.

(32) Oliveira e Tartaglia, 1986.

serviços (33) garantiram o sucesso dessas mudanças fundiárias (34).

E aqui está outro aspecto fundamental: as transformações que ocorreram nesse período nas estrutura agrícola e agrária local criaram condições para que se estabelecessem relações diferenciadas e dinâmicas com o núcleo urbano. Do ponto de vista econômico, potencializaram assim a acumulação de capital e a diversificação da base produtiva; do ponto de vista social, contribuíram muito para que pudesse se estabelecer um segmento médio relativamente numeroso, composto dos próprios agricultores e de comerciantes, profissionais liberais, trabalhadores da indústria, etc., que passaria a ser uma característica do município.

Finalizando este tópico, cabe dizer que nos anos 20 o traço marcante da agricultura foi o "rush" cafeeiro. Em Campinas, há redução do número de pés entre 1921 e 1922 (ou pouco antes) caindo o total e 28,5 para 25,2 milhões; em seguida, nova erradicação reduz mais o estoque, que cai para 24,1 milhões. Depois, a partir da metade da década, com as condições externas e internas excepcionalmente favoráveis estimulando novo plantio, o estoque volta a crescer moderadamente, passando a 25 milhões em 1926 e atingindo 25,5 milhões em 1928-1930. Com as erradicações e o novo plantio, aumenta a produtividade média, e a produção se sustenta, em níveis próximos aos do início da década.

A partir de 1930, com a crise, recomeça a erradicação em bases mais drásticas: em 1938, restavam somente 9 milhões de pés, e na década de 40 eles se reduziram ainda mais.

(33) Convém Lembrar, por exemplo, a constituição de uma ferrovia municipal, pelo capital cafeeiro local, para servir a uma zona que seria de núcleos coloniais e pequenas propriedades - a Funilense (1899).

(34) Numa fase em que o mercado geral de trabalho assalariado ainda não estava plenamente constituído, o capital recriava assim a pequena propriedade camponesa. Para uma análise geral desse processo na constituição do capitalismo. Ver Graziano da Silva, 1981, Cap. I, item 1.3.

2.2.2. Evolução Industrial

A discussão sobre o processo da industrialização em S. Paulo, a partir da dinâmica cafeeira, encontra-se exposta em bom número de obras bastante conhecidas (35). Dentre elas, a de Cardoso de Mello e a de Cano forneceram a base da conceituação que utilizaremos para os principais marcos da periodização aqui adotada.

A produção e a comercialização do café criaram as condições para o nascimento da indústria, ao propiciarem a acumulação dos capitais, organizaram um mercado de trabalho com um fluxo em grande escala de mão de obra livre, e garantiram, através da capacidade para importação gerada, a possibilidade de aquisição dos meios de produção e, no início, também dos bens necessários à reprodução da sua força de trabalho.

A matriz do capital industrial foi o capital cafeeiro, tanto o empregado na atividade nuclear (a plantação de café) quanto os que financiaram o segmento urbano do complexo. O "vazamento" dos capitais do café para a indústria (e outros setores) ocorria tanto nos momentos de auge quanto na crise: na fase expansiva, porque "a acumulação financeira ficava acima da real" (36) e na crise porque, como mostra Cano, embora no conjunto da atividade cafeeira o excedente caísse a níveis baixos, na zona pioneira (com terras mais recentemente incorporadas) ele ainda seria alto, podendo "vazar" para outros setores do Complexo (37).

A manipulação das variáveis de política econômica e a estruturação das políticas de valorização e defesa do café permitiram que se mantivesse um mínimo de capacidade de acumulação no complexo, mesmo nas crises, fundamental para o crescimento da indústria.

(35) Cardoso de Mello, 1975; Cano, 1977; Dean, 1971; Lima, 1954; Martins, 1976; Suzigan, 1986; Simonsen, 1973.

(36) Cardoso de Mello, op.cit.

(37) Cano, op.cit.

No começo da década de 1920, a indústria paulista já produzia a grande maioria dos bens necessários à reprodução da força de trabalho do estado. O total de estabelecimentos era de 4.112, os quais empregavam 29,1% dos operários industriais do Brasil e concentravam 32,2% do valor da transformação industrial nacional (38). Predominavam, nessa estrutura industrial, os ramos produtores de bens de consumo não duráveis (39), que detinham 60,1% dos estabelecimentos, 70,5% dos operários e 77,5% do valor da produção industrial. O setor predominantemente produtor de bens intermediários era responsável por 26,9% dos operários e 19,6% do valor da produção: o setor produtor de bens de capital e de consumo durável era pouco expressivo, respondendo por apenas 2,6% dos operários e 2,8% do valor da produção. A indústria têxtil constituía o ramo mais importante: 33.665 operários (41,7% do total) e 29,1% do valor da produção. O segundo ramo mais importante era o de produtos alimentares, vindo a seguir o de vestuários e artefatos de tecidos.

Nos anos 20 houve grande crescimento do investimento industrial, ampliando-se a capacidade produtiva, e ocorreu também significativa diversificação, com implantação de novos ramos e setores. Em 1928, funcionavam 9.516 estabelecimentos, empregando 157.205 operários (quase o dobro de 1919) e o valor da produção praticamente triplicara, em termos nominais. O parque fabril paulista concentrava já 37% da produção industrial do país. Na estrutura setorial dessa indústria de transformação, o ramo têxtil continuava detendo em 1928 cerca de 30% do valor da produção, e os demais ramos de bens de consumo não durável também mantem suas participações. Mas outros ramos, registram importante crescimento: a química, mecânica, metalúrgica, material de transportes, papel e papelão, minerais não metálicos (cimento). Esse avanço relativo dos setores produtores de alguns bens intermediários e de produção seria estratégico para a etapa seguinte (após 1933) quando a indústria passaria ao lugar central na dinâmica de acumulação da economia brasileira.

(38) Os dados relativos à indústria em 1920 foram tirados de Negri, 1987, e a fonte é o Censo de 1920.

(39) Mobiliário, produtos farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas, têxtil, vestuário e calçados, produtos alimentares, bebidas, fumo e editorial e gráfica. Seguimos aqui a classificação dos ramos industriais adotada por Cano. Ver Cano, 1981, pag. 74/75.

Colocado esse quadro geral da indústria no período, faz-se necessário agora, antes de estudarmos a evolução de sua implantação em Campinas, tentar um reconhecimento da distribuição espacial (no território paulista) dos principais ramos e setores que a compunham. Essa análise espacializada da indústria é problemática, dada a dificuldade de obtenção de dados regionalizados; o Censo de 1920, p.ex., não apresenta a localização dos estabelecimentos. Assim, utilizaremos aqui os dados fornecidos pela Estatística Industrial de 1928, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de S. Paulo, primeira fonte a fornecer informações que permitem a regionalização (40).

Naquele ano, a cidade de São Paulo e os municípios da atual Região Metropolitana detinham 71% dos operários, 73% do valor do capital e 64,3% do número de estabelecimentos da indústria paulista. Esses índices de concentração elevados, não devem no entanto obscurecer o fato de que também no interior a implantação industrial desenvolvera-se: com quase 30% da produção do estado, o "hinterland" paulista responsabilizava-se já por mais de 10% do total nacional (41). A performance da indústria têxtil, o mais importante ramo na época, ilustra bem esse processo. Em 1907, 63% de suas fábricas e dos operários estavam no interior; em 1928, esses valores haviam diminuído substancialmente, para apenas 20% dos estabelecimentos e 36% dos operários (42). Não obstante isso, em termos absolutos, o número de fábricas no interior triplicara, passando de 21 para 61, e o número de operários saltara de 6.500 para mais de 24.000.

(40) Essa Estatística não inclui as "indústrias rurais": moagem de cereais, produção e refino do açúcar, industrialização de carne, beneficiamento de café, algodão e arroz e laticínios.

(41) Negri, 1987, pag.14. A não inclusão das "indústrias rurais" nesses percentuais poderia, à primeira vista estar subestimando o peso do interior. Cabe lembrar, porém que a moagem de trigo e a industrialização da carne - dois dos principais ramos da indústria rural - estavam no final da década de 20, altamente concentrados na capital e região próxima. Por outro lado, a produção do açúcar era totalmente interiorizada e grande absorvedora de mão de obra e de capitais. Os outros ramos (beneficiamento, laticínios) eram ainda de pequeno peso no total da indústria, embora tivessem importância regional. Ver, sobre isso, Suzigan, 1986, cap.3, item 3.2 e cap.4, item 4.2.

(42) In Negri, 1987a.

Até a década de 20, a indústria têxtil compunha-se quase exclusivamente da fabricação de tecidos de juta (concentrada na capital e com uma fábrica em Santos) e da fição e tecelagem de algodão, cujo principal polo interiorizado era a sub Região de Sorocaba. Durante os anos 20, verifica-se um impulso à diversificação dessa indústria (a par do crescimento daqueles segmentos) com a fição e tecelagem de seda natural, a fabricação de tecidos de seda artificial (rayon), e a produção interna de alguns tipos de tecido até então importados. Resolvido (nas regiões mais antigas) o problema da oferta de energia elétrica, pôde também diversificar-se a estrutura /de tamanho da indústria têxtil. Esses dois processos, implicaram numa disseminação relativamente maior dos estabelecimentos. Além do polo tradicional, outros fortaleceram-se no período: Americana, Campinas, Jundiaí, Vale do Paraíba. Mesmo alguns municípios mais a Oeste, como São Carlos e Ribeirão Preto, registram suas primeiras fábricas.

QUADRO IX - REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - IND.TRANSF. -
CONCENTRAÇÃO A NÍVEL DE RAMOS - 1928
 Percentuais em Relação ao total do Estado de São Paulo
 1928 - (EM %)

RAMOS	OPRMSA/OP ESP	UKRMSP/UK ESP
	1928	1928
1- Est.Vegetal	--	--
2- Min. n. met.	79,5	83,6
3- Metalurgia	93,6	87,1
4- Mecânica	71,0	71,6
5- Mat.Elet.Com.	100,0	100,0
6- Mat. Transp.	38,2	27,6
7- Madeira	69,5	75,3
8- Mobiliário	88,0	92,2
9- Papel e Papelão	70,0	54,3
10-Borracha	100,0	100,0
11-Couros	47,7	49,2
12-Química	73,4	66,5
13-Prod.Farm.Vet.	97,1	98,4
14-Perf.Sabão, Velas	66,1	84,5
15-Prod. Mat. Plást.	--	--
16-Têxtil	63,8	68,0
17-Vest. Calç., Art.Tec.	79,6	82,1
18-Prod. Alim.	78,67	55,63
19-Bebidas	75,4	63,9
20-Fumo	84,6	97,5
21-Edit. Gráfica	93,7	96,0
22-Diversos	81,8	79,3
TOTAL	71,09	74,35

FONTE: Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo - Diretoria de Estatística/Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. In Negri, 1987b.

OPRMSA = Número de operários da Região Metrop. São Paulo

OPESP = Número de operários do Estado de S. Paulo

UKRMSP = Valor do capital da RMSP

UKSP = Valor do capital da indústria do E.S.Paulo

.MP

Ademais da têxtil outro segmento industrial com implantação importante no interior em 1928 era o de máquinas para lavoura e indústrias. Esse setor empregava no estado 4978 operários em 92 estabelecimentos e 45% do seu capital e 56% dos operários estavam no interior, em fábricas localizadas em 25 municípios diferentes. As principais fábricas estavam em Campinas (Mac Hardy), Mococa, Jaboticabal, Jundiaí e Ribeirão Preto; além dessas, destacavam-se as grandes oficinas das estradas de ferro (em Sorocaba, Mairynk, Campinas, Jundiaí e Bauru), que produziam não apenas peça e componentes, mas vagões e até mesmo locomotivas completas. A produção de outros tipos de máquinas, e de artefatos metálicos em geral, estava fortemente concentrada na capital.

As indústrias de fosforos, papel e papelão, sabão e sabonetes, couro, lousa, cal, cerâmica, tijolos e telhas também apresentavam interiorização significativa, embora alguns grandes estabelecimentos estivessem na capital. São segmentos que aproveitam diretamente matérias primas agropecuárias, e minerais; com exceção das indústrias de cal e de óleo de caroço de algodão que localizavam-se na sub Região de Sorocaba, os demais concentravam-se na Região de Campinas.

As indústrias de massas alimentícias, as serrarias, as manufaturas de pólvora e explosivos e as serralherias apresentavam-se disseminadas pelo interior, em grande número de municípios, mas em estabelecimentos de pequeno porte, e seu peso relativo na produção do estado era reduzido. Todos os demais ramos estavam fortemente concentrados na capital e na região da atual Grande São Paulo. Nas indústrias de fumo, conservas, ferragens, calçados, chapéus e cervejas no estado coexistiam plantas fabris de portes muito diferenciados e, embora o maior peso de sua produção (com as grandes fábricas) também se concentrasse na cidade de S. paulo, nos principais polos urbanos do interior haviam estabelecimentos de pequeno porte, e mesmo alguns de porte médio (com cerca de 100 a 150 operários). Para completar, cabe fazer referência à produção e refino do açúcar. Não dispomos dos dados para 1928, mas o número de usinas que era de doze em 1907, crescera para vinte e seis em 1932. Seu impacto em termos de emprego é, como se sabe, bastante significativo: a Usina Esther, de Cosmópolis (município de Campinas, na época) em 1918 empregava 1200 trabalhadores, dos quais 450 no processamento industrial (e não era a maior usina do estado). Além disso, a operação das usinas gerava importantes efeitos de

encadeamento industrial, sobretudo com o segmento metal/mecânico^(43).

A sub região de maior peso industrial, fora da Grande São Paulo, é a de Sorocaba; em 1928: ela concentrava 38% dos operários do interior, e um terço do capital (excluídas as indústrias rurais). Era ainda um grande centro têxtil, embora essa sua indústria estivesse perdendo competitividade, em função da antiguidade de sua instalação e processos de fabricação. A segunda sub Região em peso industrial era a de Campinas, com 10% dos operários e 9,4% do capital do interior (quadro X); se a ela agregarmos as sub Regiões de Jundiaí, Piracicaba e Limeira o número de operários passaria a representar 23,4% do total. Ou seja, juntas, as Regiões de Sorocaba e de Campinas absorviam 62% dos operários industriais do interior, e uma proporção ainda maior do valor do capital. Portanto, a localização interiorizada da indústria em 1928 dava-se também majoritariamente concentrada em polos determinados, nas regiões citadas, (seguidas pelas do Vale do Paraíba, Litoral e Ribeirão Preto) que correspondiam às zonas de ocupação mais antiga com polos urbanos consolidados. Nas outras regiões (no Oeste principalmente) embora o número de estabelecimentos mostre uma implantação industrial relativamente disseminada, sua pouco expressiva participação no total de operários e do capital sugere que se tratava de fábricas de pequeno porte, dos ramos menos complexos, na maioria simples prolongamento da agricultura.

Cabe destacar aqui que a região de Campinas era a que apresentava a maior diversificação na sua estrutura industrial: Jundiaí, Campinas, Americana, Piracicaba, Limeira e Rio Claro sediavam importantes estabelecimentos têxteis, metalúrgicos, mecânicos, de sabão e sabonetes, de papel e papelão, de fósforos, calçados, chapéus, vestuário, cervejas, fumo, etc...Além disso, as sub regiões de Campinas e Piracicaba estavam entre as maiores produtoras de açúcar da época (no início dos anos 30, respondiam por 46% do total estadual).

(43) Ver, sobre isso, Negri, 1977.

Para o estudo da evolução industrial da cidade de Campinas, entre 1900 e 1930, as principais fontes são o trabalho de Bandeira Jr. (1901), o do Centro Industrial do Brasil (1907) e as citadas Estatísticas Industriais de 1927 a 1930 (44). Outra referência que localizamos é a de Silvino de Godoi (45) que menciona 83 estabelecimentos no município em 1912, e sublinha que, entre 1912 e 1920, não há nenhuma implantação industrial importante. A fonte mais completa, para o período anterior a 1920, é uma estatística publicada nesse ano, que relaciona fábricas e oficinas, proprietários, número de operários, força motriz e produtos (46). Utilizando essa estatística, elaboramos o quadro abaixo:

QUADRO XI - ESTRUTURA INDUSTRIAL EM CAMPINAS - 1920

	NE	%	NO	%	K	%
Indústrias Rurais	22	24,2	757	26,4	2805500 ⁽¹⁾	16,4
Fabricação de Máquinas	03	3,3	267	9,3	3513000	20,6
Produtos Alimentares	05	5,5	19	0,6	71000	0,4
Bebidas	06	6,6	144	5,0	1464000	8,6
Fumo	03	3,3	100	3,5	110000	0,6
Metalurgica	07	7,7	88	3,0	750000	4,4
Têxtil	02	2,2	765	26,7	2800000	16,4
Móveis	07	7,7	60	2,1	88000	0,5
Material de Transportes	03	3,3	24	0,8	49000	0,3
Sabão	02	2,2	112	3,9	250000	1,4
Vestuário e calçados	05	5,5	103	3,6	3705000	21,7
Couros e peles	03	3,3	62	2,2	602000	3,5
Tipografias	05	5,5	99	3,4	367000	2,1
Madeira	03	3,3	120	4,2	348000	2,0
Diversos	15	16,5	145	5,0	2367500	1,4
total	91	100,0	2865	100,0	17061000	100,0

(1) Excluído o capital da Usina Esther.

(44) Bandeira Jr. relaciona apenas os maiores estabelecimentos, e o Censo de 1907 apresenta forte subestimação.

(45) In IBGE, 1952

(46) São Paulo (Estado), 1920. Boletim da Diretoria de Inds. e Comércio, 1920.

Como se observa no quadro, o ramo de maior peso, isoladamente era o têxtil, graças principalmente à fábrica Carioba, (em Americana). Além dele, destacam-se as indústrias rurais que perfaziam 24% do número de operários. Esse setor era bastante diversificado, envolvendo a transformação e beneficiamento de algodão, café, cana, arroz, milho e açúcar, refletindo as transformações, referidas, que ocorriam na estrutura agrícola local e regional; o maior estabelecimento era a Usina Esther. O setor metal/mecânico regredira relativamente, entre 1900 e 1920. A cia Mac Hardy, que em 1900 tinha 320 operários, empregava apenas 200 em 1920; a Cia Lidgerwood tinha em Campinas 47 operários, estando o grosso da produção em S. Paulo. As demais empresas eram pequenas, havendo uma fábrica de pregos com 55 operários e uma fundição com 18 (naturalmente, se agregadas as oficinas da Mogiana a importância do setor aumentaria muito). Nos demais ramos, predominavam amplamente pequenos estabelecimentos na produção de bens de consumo leves. No conjunto da indústria local, 5 estabelecimentos tinham mais de 100 operários (os maiores eram a Usina Esther, com 400, e a Carioba, com 700) e outros nove, entre 50 e 100 operários. Os restantes 77 estabelecimentos tinham menos de 50 operários, e formavam um conjunto cujo destaque era a diversificação produzindo bens leves de consumo e transformando matérias primas como couro e madeira.

Pode-se afirmar portanto que em 1920, a implantação fabril no município, com 91 estabelecimentos e empregando 2865 operários, continuava obedecendo principalmente à evolução da base agrícola local e regional, o crescimento do mercado (urbano e rural) de bens de consumo e a importância de Campinas como centro ferroviário.

Para avaliar a evolução industrial do município durante a década de 20, utilizaremos a Estatística Industrial de 1929, comparando-a com os dados de 1920. Afim de tornar compatíveis os valores excluimos dos totais de 1920 as indústrias rurais (47) e os estabelecimentos de Americana (desmembrada de Campinas em 1924).

(47) Voltaremos a analisar essas indústrias quando estudarmos a década de 30.

QUADRO XII - MUNICÍPIO DE CAMPINAS - INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
(exclusive indústrias rurais)

	1920	1929	Variação Percentual
Nº Estabelec.	58	93	60,3
Nº Operários	1340	2625	95,9

Fontes: São Paulo (Estado), 1920 e 1929 (Estatística Industrial).

Esses números deixam claro que foi significativo o crescimento industrial local, na década de 20. O ramo de maior crescimento foi o têxtil, que em 1920 não existia na cidade (apenas em Americana). No ano de 1929, Campinas tinha 4 estabelecimentos com 764 operários: um deles era uma fiação e tecelagem de algodão (116 operários) mas os outros três inauguravam segmentos até então praticamente inexistentes na estrutura industrial paulista. O menor dos três, com 23 trabalhadores, fabricava tecidos elásticos, tendo sido fundado em 1920; sua produção vinha substituir um artigo até então importado (48). Os outros eram uma fiação (559 operários) e uma fiação e tecelagem (66 operários) ambos de seda, cuja produção adquirira impulso em meados da década (49). A indústria têxtil diversificava-se também nos municípios próximos e instala-se uma fábrica de raion (seda artificial) em Americana e outras quatro fiações e tecelagens de seda natural. Na fiação e tecelagem de algodão, a Carioba registrava 800 operários em 1928, mas em 1929 reduzira seu pessoal para 350, provavelmente em função da crise do setor.

(48) Godol, in IBGE, 1952

(49) Para maiores detalhes sobre a indústria da seda, ver Suzigan, op.cit, pag. 325 e seguintes, IBGE, op.cit, e Fiorentino, 1972. As experiências com a sericultura eram antigas em Campinas: aparecem já na exposição de 1885. Ver Feitosa, 1885, op.cit.

Quanto aos outros setores, cresce em geral a produção de bens de consumo (produtos alimentares, bebidas, madeira e mobiliário, sabão, metalúrgica), que explicam aproximadamente 25% do aumento do número de operários entre 1920 e 1929. Na indústria de máquinas, o número de operários mantém-se constante. Os outros 75% explicam-se pela têxtil, principalmente, tendo ocorrido ainda em 1928 a instalação de uma grande fábrica de chapéus. Nota-se nessa década expressivo crescimento do número de estabelecimentos de pequeno porte, disseminados nos vários ramos, bem como o surgimento de atividades industriais em pequena escala até então inexistentes (vidros, ladrilhos e mosaicos, alguns tipos de instrumentos, etc...). Fato digno de registro é que, desde 1908, a legislação municipal incentivava a implantação industrial, concedendo-lhe favores. A partir de 1920, no entanto, esse favorecimento torna-se mais efetivo com isenções do Imposto sobre Indústrias e Profissões e a cessão de terrenos; seu peso não deve ter sido desprezível quanto ao aumento do número de estabelecimentos na década, em especial dos pequenos.

Para completar as considerações sobre a indústria no município, é possível reconhecer as principais etapas de sua implantação. O surto inicial coincidiu com o primeiro grande "rush" cafeeiro, entre 1875/1885, e foi quando se consolidou o núcleo metal/mecânico e a têxtil. De fins da década de 1880 até 1900, na segunda expansão cafeeira, a indústria local, embora cresça, é afetada pela febre amarela. Nessa etapa a capital afirma definitivamente sua primazia sobre a rede urbana paulista. Ao longo do período 1900/1920, não houve implantação industrial de monta, mas prossegue o crescimento ditado pelo aumento da população, pela urbanização e pela expansão ferroviária; nessa fase, o principal impulso liga-se à diversificação da base agrícola local. Por último, na década de 20, acompanhando a expansão cafeeira e a expressiva industrialização do estado, o parque manufatureiro local cresce e diferencia-se, instalando-se alguns grandes estabelecimentos e diversos setores novos começando a operar. Daí para frente, o próximo grande impulso aconteceria a partir dos anos 50. Mas, no intervalo, esse núcleo continuaria se ampliando, e a cidade continuaria sendo um dos maiores polos fabris do estado.

2.3. A evolução das funções urbanas, 1860/1930

A partir da década de 1860, uma clara diferenciação econômica regional se estabelece no estado, com o avanço da produção cafeeira no Oeste. Essa diferenciação refere-se não apenas ao enorme aumento da produção, mas principalmente às transformações no processo produtivo, que acompanham a marcha do café naquele espaço. Essas transformações, que estudamos nos itens anteriores, tiveram como epicentro a região de Campinas, onde o surto algodoeiro e depois a guerra do Paraguai potencializam a acumulação, o que se traduziu no aumento da produção cafeeira que passou, no município de Campinas, do nível de 700 mil arrobas/ano em 1860 para 1300 mil arrobas/ano em 1874. Ao mesmo tempo a população local mais do que dobraria entre 1854 e 1874 (50). No mesmo período, a população da capital mantém-se praticamente constante: isso faz com que em 1874 os dois municípios tenham o mesmo porte.

QUADRO XIII
EVOLUÇÃO POPULACIONAL - CAMPINAS E SÃO PAULO

	1836	1854	1874	1886	1900
CAMPINAS	6.689	14.201	31.397	41.253	67.694
SÃO PAULO	21.933	31.569	31.385	47.697	239.820

FONTE: Camargo, J.F., 1952.

(50) A taxa de crescimento demográfico de Campinas, então 4,0% a.a., só seria superada 100 anos depois, a partir da década de 1950.

A partir de 1860 as funções urbanas de Campinas ampliam-se, como resposta ao "boom" cafeeiro e para atender à expansão da produção e da população na região. De fato, em 1874 os municípios do Oeste (Rio Claro, Mogi Mirim, Piracicaba, Jundiaí) já equiparavam-se às localidades mais antigas de outras zonas, como as do Vale do Paraíba e Sorocaba. Campinas, ligada a esses municípios pelo "caminho de Goiás" e pelas estradas desenvolvidas desde o "ciclo do açúcar" assumia o papel de polo regional, intermediando as atividades ligadas à produção, comercialização e transporte do café, e absorvendo os estímulos do mercado em crescimento e do aumento do excedente gerado. Como se vê no quadro, em 1872 haviam na cidade 219 estabelecimentos comerciais de fazendas, armarinhos, ferragens, secos e molhados, 37 "depósitos" (atacadistas) e importadoras e 8 casas comissárias e compradoras de café.

QUADRO XIV
ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS EM CAMPINAS

ANOS	1872	1877	1882	1886	1890
Fazendas e armarinhos, ferragens, secos e molhados	219	198	-	207	262
Depósitos e casas importadoras	37	51	45	39	28
Casa comissárias e compradores de café	8	13	8	10	9

FONTE: Almanagues de Campinas, 1872, 1877, 1882 e 1886, e Almanaque de Província de São Paulo, 1890.

A indústria local nasce nessa época com as fundições e fábricas de máquinas agrícolas, a primeira tecelagem e a produção dos bens de consumo mais simples.

O período seguinte corresponde ao primeiro grande surto expansivo do café no Oeste (1876/1883) e é marcado pela expansão ferroviária. Nessa

etapa, a capital começa a se diferenciar como centro urbano, tendo sua população crescido 52% entre 1874 e 1886. Em Campinas, o aumento foi menor, de 32%; entretanto nesse último ano nenhum dos dois municípios (os maiores do estado) tinha número de habitantes superior a 50.000. A urbanização induzida durante essa primeira expansão cafeeira era ainda modesta: estavam em gestação os elementos constitutivos do complexo capitalista, e a inversão do excedente dirige-se para a atividade nuclear, o plantio do café, e para setores como as ferrovias, a produção de máquinas de beneficiamento e a promoção da imigração. O vazamento desse excedente para a constituição dos outros segmentos do complexo era incipiente, embora registre-se a formação das primeiras empresas de serviços públicos e indústrias. Característica marcante, já nesse período, é a pequena dispersão do excedente. A diferença do que ocorria em território fluminense, no Oeste a burguesia do café revelou-se capaz de comandar um processo de acumulação integrativo, subordinado todo o processo de inversões aos interesses de expansão da atividade nuclear: não havia "consumo improdutivo" do excedente, como acontecia no Rio de Janeiro, devido à presença dominante do capital mercantil urbano ligado aos negócios de importação^(51).

Muito distintos seriam os reflexos urbanos do segundo ciclo expansivo. O porte da cidade de São Paulo aumenta exponencialmente, de 48 mil habitantes em 1886 para 239 mil na virada do século (aumento de 403%). No interior, tendo como eixos as ferrovias, expande-se a rede de cidades e definem-se outros polos regionais. Nesse período, inicia-se a montagem dos demais segmentos do complexo: indústrias, bancos, empresas urbanas de serviços, empresas de energia elétrica, etc. A magnitude do excedente gerado e a característica de que a taxa de acumulação financeira tendia a sobrepassar a da acumulação real durante o auge impulsionaram o vazamento desse excedente da atividade nuclear para os outros setores, passando assim o capital cafeeiro a desdobrar-se em "múltiplas faces". Por outro lado, a introdução do trabalho livre, com a imigração em grande escala, cria o mercado interno que dá suporte e exige a diversificação.

(51.) Ver, sobre esse ponto, Granziera, 1978.

A dinâmica de expansão e reprodução da economia cafeeira capitalista engendraria, a partir dessa época, um segmento urbano que iria se tornando cada vez mais importante e complexo: comércio de importação e exportação, intermediação financeira, comércio atacadista, indústrias e os serviços de apoio à produção são exigidos nesse processo. O crescimento dessas atividades induz o desenvolvimento de uma série de outras: comércio varejista, transportes urbanos, serviços diversos, construção civil, equipamentos urbanos, comunicação, etc.

→ brevemente a capital: é lá que se realizam as intermediações financeiras entre o interior e o porto!

A capital consolida nessa etapa sua posição hegemônica na rede urbana do estado. Desde os tempos coloniais, todas as vias de transporte, terrestres e fluviais do planalto nela se articulavam, sendo impossível o intercâmbio direto entre as diferentes porções povoadas do território⁽⁵²⁾. Com o advento das ferrovias, esse papel centralizador de São Paulo se reforça enormemente.

O fato de o porto de Santos manter ligação exclusiva por ferrovia com a capital impedia que se tornasse o vértice de outras ligações com o interior. Assim, localizaram-se junto ao porto as atividades ligadas ao comércio de exportação, mas São Paulo absorvia as demais atividades, em especial o comércio importador e as atividades financeiras. Estava portanto em posição privilegiada para beneficiar-se dos estímulos urbanos crescentemente gerados pela expansão cafeeira. Além disso, parte ponderável dos imigrantes que entravam no estado passam a concentrar-se na capital⁽⁵³⁾, viabilizando-se dessa forma a constituição de um mercado de trabalho urbano (fundamental para o crescimento industrial, p. exemplo). Ainda, como capital da província a cidade tendia a concentrar o conjunto de serviços e atividades que decorriam da ação do aparelho de estado, cujo peso e importância aumentavam à medida que a economia crescia e se diversificava, a população aumentava e o território ia sendo ocupado.

Fator relevante nessa definição da hegemonia paulistana foi o deslocamento da residência da burguesia cafeeira para a cidade. Viabilizado pela estrada de ferro, esse deslocamento respondeu às novas características de acumulação com os desdobramentos do capital em

(52) Prado Jr, 1971.

(53) Isso ocorria tanto porque parte desses imigrantes eram de origem urbana, quanto pelo deslocamento da mão de obra das fazendas. Ver Morse, 1970.

*Política do adm (governo)
O capital necessita estar perto dos centros de decisão política.*

diferentes esferas, e a transformação dos grandes fazendeiros em homens de negócio urbanos com múltiplos interesses. Desde cedo, nesse processo, mostrou-se importante a participação governamental, pelo que era indispensável a proximidade com o centro das decisões políticas (54).

Nesse transcurso, o papel da cidade de Campinas sofreria grande mudança. De um lado, as fronteiras da acumulação deslocavam-se cada vez mais para Oeste, e nos eixos de penetração definidos pelas ferrovias multiplicavam-se novos municípios e consolidavam-se outros centros regionais. De outro lado, a capital garantia para si a hegemonia nas principais funções urbanas do complexo. Assim, após o período em que, como "capital agrícola" da província Campinas fora o centro das mudanças na economia escravista, agora suas funções urbanas se ajustariam aos novos padrões produtivos e territoriais determinados pela evolução do complexo capitalista.

mas há retraimento em Cps!

No entanto, isso não parece ter acarretado o esvaziamento das funções urbanas de Campinas, como sugerem por exemplo Mello e Saes, em seu interessante artigo de 1985 (55). De acordo com esses autores, a partir do advento da estrada de ferro a concentração em São Paulo da atividade industrial, do comércio importador e atacadista e das casas comissárias e de consignação teria provocado o retraimento dessas atividades nas cidades mais antigas do interior, principalmente em Campinas. Os dados disponíveis, obtidos em fontes da época, não confirmam porém esse retraimento. Em primeiro lugar, como vimos nos itens anteriores, no que se refere à indústria, entre 1870 e 1890 aumenta bastante o número de estabelecimentos na cidade, implantando-se diversos novos ramos produtivos; sem dúvida, um grande estímulo para esse surto fabril adveio justamente das ferrovias. Em segundo lugar, também não ocorreu diminuição da atividade comercial, como se verifica no quadro XIV. Evidentemente, os dados obtidos dos Almanques estão sujeitos a elevado grau de imprecisão, dada a natureza dessas publicações. No quadro XIV, a diminuição mais significativa ocorre com os depósitos e casas importadoras entre 1877 e 1886 (56), mas é possível que isso se deva à classificação adotada (por exemplo, de estabelecimentos que eram ao mesmo tempo atacadistas e varejistas). Autores locais, escrevendo sobre o período, não mencionam qualquer

(54) Ver, sobre isso, Morse, 1970, pag. 233 e seguintes.

(55) Mello e Saes, 1985, pag. 311 e seguintes.

(56) Em 1890, os dados refletem os efeitos do surto de febre amarela que começou em 1889 e afetou duramente a vida urbana.



febre de peso!

retração nas atividades urbanas, sublinhando justamente oposto (até 1890)⁽⁵⁷⁾ Mello e Saes fundamentam seu argumento em dados dos Almanques para a Província de São Paulo de 1873 e 1884. Mas existem problemas com a manipulação desses dados (especialmente dupla contagem com os estabelecimentos de 1873) o que induziu-os à conclusão, a nosso ver exagerada, de grande diminuição deles no período (58).

Em síntese, pensamos que, embora seja inegável que a introdução das ferrovias tenha tido papel fundamental no crescimento diferenciado da capital, os grandes condicionantes nesse processo de diferenciação são a introdução do trabalho livre em grande escala, a partir da década de 1880, e sobretudo as características do surto cafeeiro de 1886 a 1897. Campinas, em escala menor, também veria seu núcleo urbano estimulado pelas estradas de ferro e pela introdução do trabalho livre no café, (em especial, por polarizar a expansão na zona da Mogiana, que tinha na cidade seu ponto de partida). *não há retração, pois é que afeta positivamente o interior e a capital. Há afetação positiva (condição favorável) ao cafeeiro*

Uma circunstância de peso, na década de 1890, contribuiu para reforçar a maior concentração urbana na capital: os surtos de febre amarela que assolaram Campinas (e outras cidades). Elas acarretaram o esvaziamento populacional e a transferência de vários estabelecimentos industriais e comerciais de porte, exatamente no período de maior dinamismo do café, quando eram intensos os aportes imigratórios e definiam-se a constituição (e localização) de segmentos como a indústria, bancos e companhias de serviços.

Nas três primeiras décadas do século XX, a dinâmica de acumulação centrada no café promove a progressiva ocupação do território paulista. Em 1920, a Estrada de Ferro Noroeste já havia atingido o Rio Paraná, onde também chegaria a Sorocabana em 1922, e os trilhos da Paulista chegariam a Marília e Garça em 1928. Mais ao norte, a Araraquarense detivera-se em S. José do Rio Preto, município com grande extensão territorial (e enorme potencial agrícola) avançando a partir dele apenas na década de 30.

Como é sabido (59), nesse processo a marcha cafeeira redefinía

(57) Amendola, p.ex. menciona 54 estabelecimentos atacadistas e 13 casas comissárias de café em 1886. Ver IBGE, 1952, op. cit.

(58) Mello e Saes, op. cit., pag. 317.

(59) Castro, op. cit., pag. 50 e seguintes.

continuamente três espaços: as "zonas velhas" onde a produtividade declinava, as intermediárias, onde o rendimento das plantações era máximo e as zonas pioneiras, em que a ocupação e o plantio estavam em andamento. Tendo como pano de fundo esse movimento, é no período 1900/1930 que se delineia, no território paulista, uma clara diferenciação regional ao mesmo tempo em que vai se estabelecendo a estrutura básica do sistema urbano.

No oeste, a penetração ferroviária vai estruturando zonas com denominações próprias. A dinâmica de ocupação é similar em todas elas, e ainda não se desenvolveu em cada uma o conjunto de características e relações capazes de individualizá-las como regiões econômicas. E nesse sentido que Monbeig, por exemplo, prefere utilizar a expressão "franja pioneira" para designar essa parcela do território paulista. Nesse espaço, nasce uma rede de cidades cujas funções principais ligavam-se ao apoio ao produtor agrícola local e às necessidades de comercialização e transportes da produção. Alguns polos urbanos de certo porte destacam-se nessa rede. São cidades que, na malha ferroviária, servem de "boca de sertão", bases de apoio ao processo de ocupação, desenvolvendo segmentos de comércio e serviços capazes de atender toda uma região, e intermediando na zona pioneira os estabelecimentos sediados nos centros urbanos do Leste. Abrigam os setores de administração pública e justiça com jurisdição na zona, e progressivamente, à medida que avança a diferenciação agrícola, nelas vai se instalando também um setor industrial, atendendo o mercado regional com alguns bens de consumo mais simples e transformando as matérias primas de origem agrícola.

No Leste, as diferentes regiões vão se individualizando, de acordo com as características trazidas por seus processos históricos de ocupação e povoamento e pela evolução das respectivas bases agrícolas (passada a fase do auge cafeeiro). Nessas regiões mais antigas, onde tendia a estabilizar-se a população rural, da mesma forma os principais centros urbanos derivam maior ou menor dinamismo da evolução econômica e das ligações estabelecidas com o "rush" cafeeiro para as zonas novas.

No caso particular de Campinas, vimos no item anterior como após 1900, ao mesmo tempo em que se estabilizava a produção cafeeira, desenvolviam-se novas culturas e mudava a estrutura fundiária, o que propiciaria importantes estímulos ao crescimento urbano local, definindo-se novas relações entre a cidade e a zona rural a nível da troca de produtos acabados e de matérias primas, do mercado de trabalho e da oferta de serviços diversos. Paralelamente a essa evolução local, as feições e o porte

cidade - campo em Cps. Após 1900

MP

da cidade estariam determinados por aquilo que se pode chamar de herança da fase do auge cafeeiro, que se traduzia, de um lado, pela posição assegurada no sistema de transportes e comunicações e, de outro, pelas dimensões e características do núcleo urbano engendrado naquela fase. Como consequência, ela continuaria a ser o principal centro do interior, superado no estado apenas pela capital.

A partir de Campinas, dois espaços econômicos distintos organizaram-se tendo como suportes as ferrovias. Na Paulista, vai se definindo a região que futuramente mostraria o maior dinamismo econômico no interior paulista. Correndo pela faixa central do estado, a companhia articulava a Campinas e São Paulo a bacia do Rio Piracicaba e parcelas da margem esquerda do Mogi Guaçu. Ao mesmo tempo ligava essa área às zonas em expansão do Oeste, através da Araraquarense e da Noroeste com as quais fazia junção em Bauru e Araraquara, e à zona de Ribeirão Preto, onde tangenciava os domínios da Mogiana. Aproveitando as manchas de terra roxa, nessa região a produção cafeeira continuaria a principal até 1930, mas outras culturas (cana, algodão, cereais) também encontravam espaço e cresciam, delineando-se especializações agrícolas distintas que convivem com café (e depois iriam substituí-lo). O quadro abaixo mostra a evolução do transporte de gêneros agrícolas e de manufaturados pela Cia. Paulista:



QUADRO XV
CIA. PAULISTA E.F. - TRANSPORTE DE GÊNEROS AGRÍCOLAS
(MÉDIAS ANUAIS EM TONELADAS) E DE MANUFATURADOS

	CAFÉ	ALGODÃO	AÇÚCAR	CEREAIS	MANUFATURADOS DIVERSOS
1901/5	404383	-	-	-	-
1906/10	532774	-	-	48698	-
1911/15	505783	325	23884	61692	-
1916/20	415869	4408(1)	-	184812	64750
1921/25	413148	7006(2)	59481	143468	107909(1)
1926/30	501830	4555	87895	107958	159808

NOTAS: (1) Média de 1919/20
 (2) Exclusive 1921

FONTE: Relatórios da Cia. Paulista, in Saes, 1981.

Desde cedo, estrutura-se nessa região da Paulista uma rede urbana densa e ramificada com alguns centros populacionais importantes (Rio Claro, Limeira e outros) que se beneficiam tanto da citada articulação com a "franja pioneira" quanto da proximidade relativa de Campinas e da capital. Esta última circunstância, aliada às características de operação da ferrovia, cuja sede estava em São Paulo, consolidou aí uma ligação econômica mais intensa com a capital, particularmente no que se refere às estruturas de comercialização e intermediação do café.

O segundo espaço regional articulado a partir de Campinas, o da Mogiana, tem características de topografia e solos muito distintos do anterior. Historicamente essa região fazia parte do "corredor" através do qual a capitania de São Paulo se ligava a Minas e a Goiás, e o processo de ocupação das terras era ali mais antigo. A zona da Mogiana como um todo passara a deter, depois de 1886, a primazia na produção cafeeira, condição que seria mantida até a década de 1920, graças sobretudo às áreas de terra roxa que se estendem no entorno de Ribeirão Preto.

Durante o período 1900/1930, o café transportado pela Mogiana correspondeu a cerca de 60% a 65% do transportado pela Cia Paulista. Esta, por sua vez, carregava o grosso da produção que dava entrada em

Santos⁽⁶⁰⁾.

Não obstante, já antes de 1920 a produtividade dos cafezais declinava nas plantações mais antigas, dessa zona. Com isso, arrefecia também o crescimento populacional nesses municípios, tendo alguns deles começado a perder população nesse período.

Do ponto de vista urbano, para Campinas a polarização sobre a zona da Mogiana teve maior importância do que a exercida sobre a Paulista. O café produzido na Mogiana tinha que ser enviado a Campinas, o mesmo ocorrendo com as demais mercadorias. Assim, a intermediação das atividades agrícolas, nessa zona, e principalmente do café, fazia-se na maior parte através dos estabelecimentos de Campinas ^(61). Por outro lado, a distribuição para o abastecimento da região tendia a concentrar-se no comércio e na produção urbana da cidade. A mesma polarização tendia a ocorrer com os movimentos da população impulsionando-se dessa forma também o segmento urbano de serviços.

A influência de Campinas sobre os municípios próximos servidos pela Paulista tendia a ser mais tênue. Além do fato de a ligação com São Paulo aí, ser direta (sem necessidade de baldeação) o número de núcleos urbanos de maior porte tendia a suprir localmente parte do papel exercido por Campinas na outra zona. Na Mogiana não existiam uma rede de caminhos que permitisse interligação fácil entre as localidades, sendo a estrada de ferro praticamente a única alternativa. Na Paulista desde o "ciclo do açúcar" desenvolvera-se número maior de ligações, o que permitia circulação intra-regional mais intensa.

As linhas da Mogiana também prendiam à influência de Campinas as áreas do sul de Minas, com o que alargava-se a zona de influência da cidade. Em boa parte dessas áreas, a criação de gado era uma atividade tradicional, e o crescimento do mercado (interno e para exportação) estimulava a ampliação dos rebanhos. Dados da ferrovia mostram como

(60) In Saes, 1981, relatórios da Cia Mogiana. Importante lembrar que o café transportado pela Mogiana era baldeado em Campinas e embarcado na Cia Paulista.

(61) A zona da Mogiana polarizada por Campinas não incluía, obviamente, todo o território servido pela estrada de ferro. Em particular a cidade de Ribeirão Preto, que era a 2a. maior do interior, configurava-se também como importante centro regional e sua influência abrangia parcela daquele território.

seu transporte foi ganhando importância ao longo do período (62). Invernadas foram formadas em Campinas, engordando gado para os frigoríficos da capital. Vários costumes, alguns deles em operação até hoje foram fundados na cidade.

Ademais daqueles causados pelos fluxos de mercadorias e passageiros, a presença das ferrovias provocam outros importantes efeitos intraurbanos. Suas requisições industriais, comerciais e de serviços sustentavam inúmeros estabelecimentos, gerando ponderável demanda e volume de empregos. A Mogiana era, de longe, a maior empregadora da cidade⁽⁶³⁾. A malha urbana, formação dos bairros de comércio, industriais e operários, foi também condicionado pelas linhas férreas (64).

Campinas alcançava porte urbano destacado ainda no século XIX, desenvolvendo-se uma estrutura de serviços de apoio à população - educação, saúde, cultura, entre outros - que ampliava-se com as estradas de ferro e o crescimento populacional e urbano na região. Isso obviamente potencializava as oportunidades de negócios nos setores secundário e terciário da economia local. O capital mercantil urbano começa a ganhar vulto nesse período: construção civil, empresas de transportes, eletricidade, comunicações, saneamento, etc. Novas opções de investimento colocavam-se assim para os excedentes do capital cafeeiro.

Mostramos, em itens anteriores, que no período 1900/1920 a população rural do município tem seu crescimento estabilizado, ao mesmo tempo em que a população da cidade aumenta a taxas maiores. Parcela cada vez mais importante do fluxo migratório passa a dirigir-se para ela. As funções urbanas do município, antes estritamente dependentes do dinamismo agrícola, vão ganhando "autonomia", processo que se completará após 1930. Dois recenseamentos, de 1918 (Prefeitura Municipal) e de 1920 (IBGE), fornecem elementos que permitem apreender as principais características da população de Campinas na época. Transcrevemos a seguir alguns de seus principais resultados.

(62) Saes, 1981. O mesmo ocorreu com a Cia Paulista.

(63) O Censo de 1920 mostra que naquele ano, no estado, as estradas de ferro absorviam um número de trabalhadores equiparável ao de toda a indústria de transformação.

(64) Ver, sobre isso, Bergó, op. cit.

QUADRO XVI
CAMPINAS - POPULAÇÃO URBANA E RURAL - 1918

DISTRITOS	POP.URBANA	POP.RURAL	TOTAL
Campinas	41004	32291	73295
Souzas	749	9045	9794
Vila Americana	2211	4525	6736
Cosmópolis	822	4282	5164
Valinhos	800	4684	5484
Rebouças (Sumaré)	422	4265	4687
TOTAL	46068	59892	105160

FONTE: Recenseamento de 1918, Prefeitura Municipal de Campinas, in São Paulo (Estado), 1919.

Do total da população em 1918, aproximadamente 44% morava na cidade. O distrito de Campinas entretanto, já era majoritariamente urbano contando com 6104 habitações, o que lhe dava a elevada densidade de 6,8 pessoas/habitação. No conjunto, 81,5% dos habitantes eram brancos, 2,5% eram "caboclos" e 15,5%, "pretos ou mulatos". Os estrangeiros eram 23,4% do total; na população urbana atingiam 20,3% e na rural 25,6%.

A estrutura ocupacional aparece no quadro abaixo, extraído do Censo de 1920 (cujos critérios de classificação facilitam a análise; os dois censos apresentam resultados bastante próximos).

Como se vê, pouco mais da metade da população economicamente ativa colocava-se no setor primário. Da força de trabalho urbana, o maior contingente alocava-se no terciário, destacando-se comércio, transportes, profissões liberais e serviço doméstico. O relativamente alto número de profissionais liberais (superior por exemplo, ao da construção civil) atesta a importância do segmento dos serviços de apoio à população na cidade. No

serviço doméstico, enquanto os dados de 1920 registram 2143 pessoas, os de 1918 apontam 4052 (das quais 3559 mulheres). Como não é razoável admitir uma diminuição tão expressiva num intervalo de apenas dois anos acreditamos que a discrepância se deva a que em 1918 estaria incluído no serviço doméstico também o trabalho industrial doméstico feito sob encomenda. Reforçam isso as circunstâncias de a grande maioria ser de mulheres e de que, somando-se indústria de transformação, serviços domésticos e construção civil (não discriminada em 1918) os resultados serem praticamente os mesmos nos dois Censos. Assim, do total da força de trabalho industrial, cerca de 30% representava trabalho domiciliar sob encomenda. O contingente de funcionários públicos era relativamente reduzido, o mesmo ocorrendo com o comércio de valores (bancos), atividades essas na época bastante concentradas na capital.

Finalmente, a PEA industrial era expressiva, isoladamente responsabilizando-se pelo maior número de trabalhadores. Cabe aqui observar o seguinte: no item anterior, vimos que o número de operários em 1920 era de 2865, de acordo com estatística industrial da Diretoria da Indústria e Comércio da Secretaria da Agricultura. O Censo, por outro lado, registra no mesmo ano uma PEA industrial de 6214 pessoas. Admitindo como corretas ambas as informações, a diferença entre o número de operários e o total da PEA corresponderia em parte ao pessoal não operário que trabalhava nas indústrias, mas principalmente aos trabalhadores na produção domiciliar sob encomenda e aos trabalhadores por conta própria (artesanos, etc.). O contingente absorvido por esses dois últimos tipos de trabalho era assim pelo menos equivalente ao de operários das fábricas na cidade (excluídos os operários das oficinas da Mogiana).

Como registro adicional as informações de 1918 permitem caracterizar a divisão por sexos da força de trabalho. Do total de 44065 pessoas, 31536 eram homens (93% dos maiores de 12 anos) e 12529 eram mulheres (38% das maiores de 12 anos). Destas, 61% estavam na lavoura e outras 28% no trabalho doméstico e no serviço doméstico. Nos demais setores, sua participação era muito pequena. As profissões liberais absorviam apenas 2,7% das mulheres trabalhadoras.

Concluindo, é possível afirmar que, não obstante continuar como um dos centros agrícolas mais importantes do estado, progressivamente as atividades urbanas tornavam-se as mais importantes funções econômicas locais. Em 1920, elas absorviam já 43,5% da PEA no município.



QUADRO XVII
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DAS OCUPAÇÕES: 1920
MUNICÍPIO DE CAMPINAS

SETORES	(%)	PESSOAS OCUPADAS
		(X)
1. PRIMARIO	56,5	24.785
2. EXTRATIVA VEGETAL	0,4	161
3. IND. TRANSFORMAÇÃO	14,2	6.214
4. CONSTRUÇÃO CIVIL	4,1	1.816
5. TOTAL SECUNDARIO	18,7	8.191
6. TRANSP. E COMUNICAÇÃO	6,2	2.737
7. COMERCIO DE MERCADORIAS	7,8	3.488
8. ADM. PUBLICA E SEG. NACIONAL	1,2	532
9. PROFISSIONAIS LIBERAIS	4,5	1.962
10. COMERCIO DE VALORES	0,2	95
11. SERVIÇO DOMESTICO	4,9	2.143
12. TERCIARIO	24,8	10.877
13. TOTAL	100,0	43.853

FONTE: CENSO DEMOGRÁFICO DE 1920.

VP

No estado como um todo, a PEA urbana correspondia a 35% da PEA total. Aquele percentual de Campinas colocava-se atrás apenas dos relativos à Capital e o Litoral, regiões de inexpressivo contingente populacional rural. A região de Campinas era a que registrava a maior proporção da PEA urbana no interior: aproximadamente 27% (65).

A década de 20 caracteriza-se essencialmente com importante período de transição da economia paulista. Ao mesmo tempo em que a acumulação comandada pela dinâmica agrário/exportadora desenvolve suas máximas potencialidades, a diferenciação interna do complexo cafeeiro, com o crescimento de seu segmento urbano, consolidou as condições para a emergência de um novo padrão de acumulação de base urbano/industrial, que se consolidaria após 1930. Acompanhando esse desenvolvimento, em Campinas avança bastante nos anos 20 a implantação industrial e o conjunto da atividade urbana. Durante a década, outros dois fatores importantes concorreriam para reforçar o processo: a extensão da rede de energia elétrica e o avanço do transporte rodoviário (em 1928, completava-se a rodovia que ligou Campinas a Ribeirão Preto, por exemplo). O Censo de 1934 já revelaria no município uma população urbana maior do que a rural.

(65) Convênio FECAMP/SEPLAN. Relatório 1, 1987.

CAPÍTULO 3

DA "CRISE DE 1929" À IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA

- 3.1. Crise, Recuperação e Mudanças no Padrão de Acumulação.
- 3.2. Indústria, Agricultura e Evolução Populacional no Estado de São Paulo, 1933/1955.
- 3.3. Evolução Regional e Urbana, no Estado, 1933/1955
- 3.4. Campinas: respostas à crise cafeeira e consolidação das funções urbano/industriais (1930/1960)
 - a) Agricultura
 - b) Indústria
 - c) Evolução Populacional e mudanças nas funções urbanas
 - d) Industrialização e mudança dos padrões urbanísticos



3.1. Crise, Recuperação e Mudanças no Padrão de Acumulação

A década de 1920 foi um período particularmente importante para a história econômica de São Paulo. Ao mesmo tempo em que a economia cafeeira expandia ao limite suas potencialidades, a dinâmica interna do complexo impulsionava e diversificava o crescimento de seus segmentos urbanos e da própria agricultura de alimentos e matérias-primas, desenvolvendo-se assim as pré-condições para a transformação (na década seguinte) do padrão de acumulação agrário/exportador.

A produção e o plantio do café aumentam enormemente neste período, amparados pelas políticas internas de valorização e estimulados pelo crescimento da demanda externa proporcionada pela conjuntura expansiva nas principais economias capitalistas. Os elevados preços externos e internos, os mecanismos de financiamento e os horizontes seguros para a expansão que a Política de Defesa Permanente parecia garantir fazem com que o estoque de cafeeiros dobre, entre 1922 e 1930. Mesmo nas regiões antigas expandem-se de novo as plantações; na franja pioneira é febril a especulação com as terras.

A indústria, no período, cresceu à frente, inclusive, do crescimento do mercado paulista. Além de importante grau de diversificação no setor de produção de bens-salário, implantam-se segmentos que constituem um embrionário setor de bens de produção. O investimento industrial desses anos seria estratégico, tanto para a integração do mercado nacional quanto para a emergência do novo padrão de acumulação. Outros setores - comércio, serviços urbanos, bancos, energia elétrica, transportes ferroviários e rodoviários - acompanham o surto expansivo: a constituição de importante economia urbana é sumamente reforçada. O fluxo migratório volta a alcançar níveis elevados (cerca de 690 mil entradas entre 1921 e 1930) no estado, direcionado principalmente para as zonas novas e para as maiores cidades.

O ciclo expansivo dos anos 20 desembocaria na crise de 1929, que, ao contrário das anteriores, não poderia ser superada nos marcos daquela política cafeeira. À enorme safra de 1927/28 sucedera outra menor, mas a safra de 1929/30 seria novamente gigantesca; essas duas safras gigantes corresponderam a 4 anos de exportações normais. Apesar disso, o Instituto de Café do Estado de São Paulo conseguiu manter os preços, até o início de outubro de 1929. A partir daí, precipitou-se sua queda; no mês de Outubro

de 1929, eclodiria o "crack" na Bolsa de Valores de Nova York (1).

O "débaçle" da cafeicultura não deve entretanto ser visto como mero reflexo da crise internacional do capitalismo que se precipita com a citada quebra da bolsa de Nova Iorque. Na verdade, como mostram Cano e Aureliano da Silva, a raiz da crise ligou-se às alterações na dinâmica cafeeira, que iriam modificar o "movimento normal" do ciclo através do qual às grandes colheitas geradoras de estoques não exportáveis sucediam uma ou duas safras menores; a partir de 27/28, embora safras maiores e menores continuassem a suceder-se, seus patamares tinham se deslocado para cima. Com isto, a política vigente de sustentação de preços dificilmente lograria manter-se, a médio prazo. A essa super acumulação cafeeira acoplou-se ainda o sobreinvestimento na indústria, sendo importante lembrar (como faz Cano), no quadro geral da dinâmica econômica do período que, se por um lado, com a política de Defesa Permanente mantinham-se elevados os preços e as margens de lucro da cafeicultura, por outro a impossibilidade de concentrar capitais que pudessem ser canalizados para a indústria pesada e a inexistência de alternativas imediatas de exportação de outros produtos igualmente rentáveis obrigavam a que a maior parte dos lucros cafeeiros resultassem em nova acumulação no próprio setor. Nesse contexto, a expansão cafeeira desembocaria inexoravelmente numa crise de superacumulação de largas proporções (2).

A violenta contração da demanda externa conjugou-se, a partir de 1929, com uma superacumulação interna sem precedentes. A Grande Depressão veio aprofundar uma crise que seria inevitável. Ainda, a política deflacionista posta em prática pelo governo veio agravar sumamente a situação de crise. Caso tivesse havido nessa oportunidade socorro federal, a demarche poderia ter sido diferente; entretanto, não foi assim.

(1) A respeito da crise, ver Cano, 1985, p. 166 e seguintes, Aureliano da Silva, 1976, cap. II e Cardoso de Mello, 1975, p. 172 e seguintes.

(2) Cano, op. cit., p. 168. De acordo com o autor, "a modificação dessa trajetória exigiria muito mais do que uma simples e preventiva política anti-cíclica".

O setor cafeeiro foi duramente atingido pela crise. O preço médio de exportação despenca de 5 libras-ouro\$ por saca em 1929 para a média de 1,4 libras-ouro entre 1931 e 1939. Entre 1930 e 1942 seriam erradicados 384 milhões de cafeeiros. O desemprego gerado e o corte nos salários (entre 30 e 40%, reais) arrastaram à crise industrial, cujo produto cai 10% entre 1929 e 1930; o número de operários em São Paulo (bem como o de fábricas) diminui 20% (3).

Apesar disso, o comportamento do gasto público em 1930 impediu o aprofundamento maior da crise. Na realidade, a política econômica posta em prática sobretudo a partir de 1931 teria um conteúdo marcadamente anti-cíclico: intervenção junto ao setor cafeeiro (compras de estoques e sua retirada do mercado, bloqueio ao novo plantio, sustentação relativa dos preços internos), desvalorizações cambiais, manutenção de elevados déficits orçamentários. Essas medidas lograram manter a cafeicultura num certo patamar, ainda que baixo, conferindo-lhe rentabilidade média positiva (para o que contribuiu também o rebaixamento dos salários) (4).

Com isso, impedia-se queda mais drástica no nível da demanda efetiva, e tornava-se viável a reativação de outros setores da economia, em particular a indústria. Com a queda na capacidade para importar (e a desvalorização cambial), recebia esse setor importante alento. Em 1928, portanto antes da crise cafeeira, a crise de superinversão na indústria havia se explicitado, atingindo sobretudo a fiação e tecelagem de algodão. Com a crise do café, os problemas da indústria agravaram-se sobremodo. Assim o bloqueio que poderia advir da impossibilidade de importar, não ameaçou a curto prazo o crescimento da produção, graças à capacidade ociosa acumulada com o investimento dos anos 20, e em parte, aos segmentos de bens de produção implantados naquele período.

(3) Aureliano da Silva, op. cit., p. 102.

(4) A polêmica discussão sobre o caráter anti-cíclico da política posta em prática no período encontra-se em Cano, 1985, p. 166 e seguintes.

Entre 1929 e 1933 consolidava-se uma mudança fundamental na dinâmica da economia brasileira: o setor agrário/exportador passaria a segundo plano na determinação do nível e do ritmo da atividade econômica, passando os setores ligados ao mercado interno, principalmente a indústria, à condição de principais determinantes do nível de atividade. A partir de 1933, a recuperação manifestou-se rapidamente: a produção industrial cresceu cerca de 50% entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu mais de 40% no mesmo período (5).

3.2. Indústria, Agricultura e Evolução Populacional no Estado de São Paulo, 1933/1955

to e a guerra

A partir de 1933, a economia brasileira ingressa numa nova etapa, do ponto de vista dos determinantes internos de seu processo de acumulação: "há industrialização porque a dinâmica de acumulação passa a se assentar na expansão industrial, reproduzindo-se conjuntamente a força de trabalho e parcela crescente do capital constante industriais; mas a industrialização encontra-se restringida porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, autodeterminando-se o processo de crescimento industrial" (6).

(5) Furtado, 1972, capítulo XXXII.

(6) Cardoso de Mello, op. cit., p. 115 e seguintes.

Entre 1933 e 1939, a produção industrial paulista cresceu à elevada taxa de 14% ao ano. Os setores de maior peso na estrutura da indústria, sobretudo o têxtil, puderam aumentar sua produção sem grande acréscimo de investimentos (7), aproveitando a capacidade ociosa acumulada (os níveis de importação de bens de capital registrados em 1927/1928 só seriam retomados após o término da segunda guerra).

O maior aumento na capacidade produtiva iria ocorrer nos setores que substituíam importações: cimento, metal/mecânica, incluindo máquinas e equipamentos industriais, equipamento de transportes e material elétrico, ferro e aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos e farmacêuticos. Alguns ramos pré-existentes, especialmente das indústrias de produtos alimentares crescem também substancialmente (óleo de caroço de algodão, moagem de trigo, laticínios, açúcar, frigorificação de carnes).

Com a segunda Guerra Mundial, o setor têxtil foi grandemente estimulado pelos acordos firmados pelo Brasil com os aliados para abastecimento militar. As restrições às importações de máquinas e equipamentos, embora afetassem o nível dos investimentos, fizeram com que se intensificasse o esforço interno de substituição. Entre 1939 e 1947, a taxa média anual de crescimento da produção industrial foi de 6,6%. No pós-guerra, até 1953, a supervalorização cambial favoreceu bastante a acumulação industrial; a reforma cambial de 1953, instituindo o sistema de taxas múltiplas de câmbio, dava continuidade a essa situação, elevando-se inclusive as margens de proteção. Entre 1947 e 1955, a produção industrial cresceu à taxa média de 9% ao ano.

(7) A pedido dos próprios industriais (que alegavam "super produção") a importação de máquinas e equipamentos foi proibida por sete anos, a partir de março de 1931. Isso evitou a concorrência de novos estabelecimentos mais modernos, gerando-se, principalmente na têxtil de algodão, atraso tecnológico e queda da produtividade. Ver Suzigan, 1971, p. 97. De 1937 até 1937/40, depois que a legislação expirou, a importação de máquinas e equipamentos para essas indústrias aumentou substancialmente, porém com a guerra elas seriam drasticamente afetadas.

Quando a etapa da industrialização restringida já chegava ao seu fim, a estrutura produtiva industrial paulista se modificara, com os setores produtores de bens não duráveis de consumo perfazendo, em 1956, 45,4% do Valor da Transformação Industrial (grupo I) (8). As indústrias de bens intermediários (grupo II) respondiam por 38,3% e as do grupo III (bens de capital) por 16,4%. Cabe destacar, obviamente, que foram as indústrias dos grupos II e III que cresceram a taxas mais elevadas nesse período (9).

Apesar disso, como mostra Tavares, o setor de bens de produção e de consumo durável não é ainda dominante no processo de acumulação industrial, porque "sua capacidade produtiva é insuficiente sequer para atender às necessidades correntes da economia a uma taxa de acumulação mais alta; muito menos é capaz de manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo sustentado à frente da demanda (10). Dessa forma, o dinamismo continua dependendo do desempenho do setor instalado de bens de consumo, cujo crescimento determina os dos outros setores. A principal mudança na dinâmica da acumulação em relação à da economia cafeeira, é que o setor industrial liberta-se, em grande parte, de sua dependência do setor exportador pelo lado da realização da produção (cujo determinante passa a ser a reprodução da força de trabalho da própria indústria) mas a capacidade para importar continua como um limite em última instância à taxa de acumulação.

deix. habilitistas!

(8) Convênio Fecamp/Seplan, 1987, vol. 5. A classificação adotada é a de Cano, 1985. Ver Cano, 1986, p. 75.

(9) Para comparação, em 1919 os setores de bens não duráveis de consumo respondiam por 74,3% do VTI paulista, as de bens intermediários por 22,7% e as de bens de capital por apenas 3,0%.

(10) Tavares, 1986, p. 104. De acordo com Cardoso de Mello, configurava-se nessa fase um "padrão horizontal de acumulação industrial", sem grandes e abruptas discontinuidades tecnológicas. Op. cit., p. 124.

(11) O desenvolvimento (e diversificação) agrícola nesse período, respondendo à crise cafeeira, dependeu, como no caso da indústria, da política de sustentação da renda interna, mas também só foi possível dado o nível de avanço das relações capitalistas de produção no setor engendrado com a economia cafeeira.

Durante a fase da industrialização restringida, o setor primário respondeu a três ordens de estímulos principais. Primeiro, dada a importância que as exportações continuavam a ter (já que delas dependia o aporte de divisas, crucial para viabilizar o crescimento dos investimentos industriais), exigia-se da agricultura redobrado esforço nesse sentido. Em segundo lugar, o avanço industrial passava a colocar novos e maiores requerimentos de matérias-primas, verificando-se também substituição de parte das matérias-primas antes importadas por produção interna. Finalmente, o crescimento da população nas cidades e da renda urbana exigiam aumento da produção de alimentos, bem como sua diversificação.

No conjunto, a agricultura brasileira apresenta no período desempenho satisfatório, tendo seu produto real crescido em média 3,0% a.a. entre 1928/29 e 1955/56, enquanto a população aumentava 2,1% a.a. O produto da agricultura paulista cresce acima da média nacional nesses anos. O café, apesar da crise, continua ocupando lugar de destaque. Sua ponderação no valor da produção agrícola de São Paulo, é elevada embora declinante no período: de 58% em 1931/33 cai para 45% em 1949/51 e para 32% em 1958/59. A situação adversa dos preços externos mantém-se durante os anos 30 e boa parte dos 40, recuperando-se na primeira metade dos anos 50. Nas zonas velhas, ocorre significativa erradicação; nas zonas pioneiras (e depois no norte do Paraná) ele continua sendo um dos produtos mais importantes.

Duas outras culturas vão ganhar destaque em São Paulo, no grupo dos produtos industrializáveis/exportáveis: o algodão e a cana-de-açúcar. O preço internacional do algodão sustenta-se, apesar da crise, em benefício dos produtores e exportadores norte-americanos. Com isso, a produção brasileira cresce rapidamente na década de 30, sendo que já em 1934 seu valor da produção correspondia a 50% do valor da produção do café (em 1929, a proporção era de menos de 10%). A produção paulista, de pouco mais de 8.000 toneladas em 1931, chegava a 100.000 em 1935, e em 1945 foi de 445.000 toneladas. Nesse ano, São Paulo produzia 75% do total brasileiro (superando assim largamente a produção nordestina). Essa produção algodoeira paulista atendia não apenas ao mercado externo, mas à demanda crescente da sua indústria têxtil, que até os anos 30 fora suprida, basicamente, pelo algodão nordestino. A ação do Instituto Agrônomo de Campinas na pesquisa de variedades e métodos de cultivo, e o da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, que criou um serviço de classificação do algodão, foram decisivas nessa mudança, tornando possível alcançar-se elevados níveis de produtividade e transformando o algodão paulista numa "commodity"

para o mercado externo. Na mesma época, ganhou impulso no estado a indústria de óleo de caroço de algodão, dominada por grandes empresas agroindustriais estrangeiras e nacionais. O controle do beneficiamento e da comercialização passa a ser exercido por esses grandes grupos, que dominavam (em proporções diferentes), a transformação industrial e a exportação (12). A partir do pós-guerra, e na década de 50, caem os preços externos. A partir daí, a cultura do algodão em São Paulo passa a vincular-se à indústria têxtil e de produtos alimentares interna.

Também a cultura da cana-de-açúcar desenvolve-se continuamente na década de 30, em São Paulo. Ao contrário do algodão, a produção paulista de açúcar visava atender ao mercado interno, em expansão. Com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool, o governo federal passa a fixar quotas de produção (a partir de 1934) visando proteger os produtores do Nordeste e defender os preços (via contingenciamento e retirada dos excedentes). Os usineiros paulistas são grandemente beneficiados com essa política, dados sua maior produtividade e menores custos de transportes. A Segunda Guerra Mundial representaria duro golpe para a produção nordestina (que visava a exportação), dadas as dificuldades para a navegação, inclusive a de cabotagem. O estado de São Paulo ampliava assim sua participação no mercado do Centro-Sul, e tornava-se o maior produtor nacional. Nos anos 50, vai haver novo salto na produção açucareira, dados os aumentos na demanda interna e externa: o açúcar será, junto com o café, o principal produto agrícola de exportação. Entre 1939 e 1959, a produção paulista aumentou 570% (13).

(12) Para um resumo sobre o algodão em São Paulo, no período, ver Gonçalves, 1982, p. 59 e seguintes e Albuquerque, 1983. O algodão foi estratégico, na continuidade da ocupação territorial no Oeste. Sobre isso, ver Monbeig, 1984, p. 279 e seguintes.

(13) Sobre o plantio da cana e produção do açúcar, ver Ramos, 1983, cap. I e Cano, op. cit. Além dos aspectos citados, foram decisivos para a supremacia paulista os aspectos técnicos (aqui de novo sendo fundamental a atuação do Instituto Agrônomo de Campinas), a maior modernidade e capacidade de retenção dos lucros das usinas paulistas e a existência em São Paulo de um mercado de trabalho já organizado. Ver também Szmeccsányi, 1979 e Gnaccarini, 1972.

Outro produto de exportação, a laranja, não tinha grande importância na pauta nos anos 20 e 30. Após 1937, começa uma expansão mais sustentada dos pomares paulistas. Não existia ainda a atividade industrial do suco concentrado congelado; o mercado interno constituía-se em patamar de sustentação para a produção, que também visava as brechas do mercado externo. O crescimento mais intenso dessa cultura vai ocorrer, entretanto, apenas na década de 60 (14).

No que se refere aos alimentos simples, a mandioca apresentou taxas de crescimento da produção superiores às do crescimento populacional nas três décadas (30, 40 e 50); o milho decresceu moderadamente nos anos 30, voltando a crescer nos 40 e mais acentuadamente nos anos 50, a produção de feijão também reduziu-se nos anos 30, cresceu muito pouco nos 40 e voltou a cair nos anos 50. A produção de arroz aumenta nas três décadas, mas a um ritmo inferior ao do crescimento populacional, e a batata inglesa apresentou maiores taxas de crescimento nos anos 40. Contrapondo-se a esse desempenho medíocre da produção dos alimentos simples (15), os produtos de consumo mais tipicamente urbanos, cuja demanda liga-se os padrões de renda relativamente mais altos, expandiram acentuadamente sua produção em São Paulo: efetivos de aves e de bovinos (mais do que triplicam), produção de leite, de ovos, fruticultura e produção de hortaliças e legumes. A pecuária paulista também apresenta, no período, crescimento respeitável: de pouco mais de 2 milhões de cabeças, na média de 1931/33, o rebanho do estado alcançava 10,6 milhões de cabeças em 1969/61, quando a área de pastagens atingia 9,8 milhões de hectares.

Quanto aos aspectos técnicos, a comparação das séries de produção e de área cultivada em 1931/33 e em 1948/50 mostra queda do rendimento físico por hectare para o algodão (-21%), batata (-41%), café (-17%), feijão (-20%), laranja (-20%) e mandioca (-6%). Para arroz e milho, os rendimentos permanecem constantes e os da cana aumentam 18%. Portanto, nas décadas de 30 e 40 os aumentos da produção agrícola deveram-se basicamente à incorporação de maiores áreas ao cultivo: a área total cultivada em São Paulo aumentou 14,3% nesses anos, e além disso a redução da área com café significou substancial acréscimo ao cultivo das demais culturas e às pastagens.

(14) Oliveira e Tartaglia, 1987, p. 35.

(15) A respeito desse desempenho, ver Cano, op. cit. p. 21 e seguintes.

Na década de 50, a utilização de adubos, fertilizantes, fungicidas, sementes e mudas cresce significativamente. A partir de 1948 (até 1960) o sistema de câmbio permitiu à agricultura brasileira (e em particular à de São Paulo e do Rio Grande do Sul) a importação de máquinas, instrumentos agrícolas e insumos com tratamento especial. O valor importado dessas máquinas e instrumentos cresceu à taxa anual de 13,6%, enquanto o de adubos, fertilizantes e inseticidas cresceu a 15,8% a.a. entre 1946 e 1960⁽¹⁶⁾. O número de tratores na agricultura paulista era de 1.410 em 1950, 3.797 em 1955 e 27.176 em 1960. Não obstante, esse grande crescimento nos anos 50, seu número em 1960 ainda era pequeno, relativamente; aumento significativo dar-se-ia a partir dos anos 70 com a produção internalizada e as mudanças nos esquemas de financiamento.

Para finalizar este tópico, cabe agora resumir as principais alterações no ritmo de crescimento da população do estado na etapa da industrialização restringida, bem como as mudanças na sua distribuição territorial e na localização rural/urbana.

A população de São Paulo, que era de 4,59 milhões de pessoas em 1920, atinge 7,1 milhões em 1940 e 12,8 milhões em 1960. Como consequência, o peso populacional paulista no total brasileiro avança de 15% em 1920 para 18,0% em 1960. As taxas geométricas de crescimento são crescentes no período: 2,46% a.a. na década de 40, e 3,45% a.a. na de 50. A análise dos componentes do crescimento após 1940 mostra a importância dos saldos migratórios, que foram responsáveis por 24% do acréscimo populacional nos anos 40, e por 28,3% nos anos 50. Por outro lado, a avaliação aproximada das taxas de crescimento vegetativo indica valores entre 1,8% e 1,9% a.a. para a década de 40, e 2,3% a 2,6% a.a. para a década de 50⁽¹⁷⁾, o aumento destas taxas teve como causa principal a redução da mortalidade (a esperança de vida ao nascer, no estado, era de 45,4 anos em 1940, passando a 60,0 anos em 1960).

(16) Oliveira e Tartaglia, op. cit., p. 24.

(17) Pacheco, C. A. Relatório Demográfico, Estado de São Paulo, Convênio Fecamp/Seplan, 1966.

A partir de 1930, reduzem-se substancialmente os fluxos migratórios estrangeiros para São Paulo, mantendo importância apenas a imigração japonesa. A migração nacional, de brasileiros de outros estados, é que passaria a ter importância crescente: predominaram os mineiros (46,5% dos brasileiros não naturais de São Paulo aqui residentes em 1940, e 38% em 1960) e depois os nordestinos (respectivamente 33% e 46%).

No que se refere à distribuição da população pelo território do estado, as décadas de 30 e 40 caracterizaram-se pela continuidade do movimento de ocupação do Oeste, que, à diferença da etapa anterior, é agora acompanhado pelo esvaziamento relativo de muitas das antigas zonas cafeeiras. Por outro lado, a concentração populacional na capital ganha forte aceleração.

Até 1920, a ocupação territorial promovida pelo café incorporava as regiões da Paulista, Mogiana, Sorocabana, Alta Mogiana e parte da Noroeste e da Araraquarense, até as cidades de Presidente Prudente, Rio Preto, Lins, Bauru e Ourinhos. O Censo de 1920 atribui ao Oeste, até os limites do estado (compreendendo as zonas de São José do Rio Preto, Presidente Prudente, Araçatuba e Marília) numa área de 80 mil km² (um terço do território paulista) a população de 282 mil pessoas, contra 4.318.000 para o restante do estado. Em 1934, a população dessa região Oeste já atingia 1.061.000, e em 1940, 1.448.000. Nessa data, permaneciam ainda relativamente desocupadas as zonas de Presidente Venceslau, Tanabi, Jales, Uatuporanga e Fernandópolis, e também a parcela final do eixo da Alta Paulista: eram as últimas fronteiras agrícolas do estado. A Grande São Paulo concentrava, em 1920, 15,7% do total da população do estado (contra 6,1% no Oeste); em 1940 a Grande São Paulo retém 21,9% do total e o Oeste, 20,2%. Das regiões de ocupação mais antiga, o Vale do Paraíba, Campinas e Ribeirão Preto perdem população na década de 30, enquanto o Litoral, Sorocaba e Bauru registram pequeno acréscimo.

Na década de 40, as regiões de Presidente Prudente e Araçatuba no Oeste, são as que registram maior aumento populacional, com saldos migratórios positivos; Bauru, já sofre perda populacional, e nas regiões de Marília e São José do Rio Preto, embora pequeno aumento da população, os saldos migratórios são negativos. Na maioria das regiões antigas (Campinas, Litoral, Vale do Paraíba e Sorocaba) houve pequeno aumento populacional, mas em Campinas e Sorocaba o fluxo migratório continuou negativo; a população da Região de Ribeirão Preto continuava diminuindo. O maior fluxo

migratório do período dirigiu-se para a região da Grande São Paulo, que no final da década já concentrava 30% da população estadual.

Esse fluxo migratório para a grande São Paulo aumenta ainda mais na década de 50. A região do Litoral também obtém saldo maior, e Campinas passa nessa década a apresentar saldo positivo, que será cada vez mais importante. Sorocaba e Ribeirão Preto mantêm saldos negativos, mas bem mais reduzidos que os do decênio anterior. Por outro lado, agora a região Oeste (com exceção das subregiões de Jales e Ubatuporanga) passa a apresentar saldos migratórios negativos.

Antecipando a dinâmica característica das duas décadas seguintes, nos anos 50 os fluxos populacionais predominantes passam a ser aqueles dirigidos para a capital e seu entorno, e para os centros urbanos mais industrializados da porção leste do Estado, acompanhados ainda pelo deslocamento em direção ao Paraná e ao Mato Grosso do Sul.

3.3. Evolução Regional e Urbana

33/55
45

Com a crise cafeeira e o deslocamento do centro dinâmico da acumulação para as atividades voltadas para o mercado interno, o processo de diferenciação regional no território paulista vai adquirir novos contornos, determinados pelas características da industrialização em curso e pelas mudanças na agricultura regional.

A comparação das estatísticas industriais de 1928 e 1937 indica que, nesse período, o ritmo de crescimento da produção foi maior no interior do que na capital e seu entorno. Em 1940, o interior era responsável por 35% do Valor da Produção da indústria paulista, e em 1950 por 34% (18). Até a década de 50, a implantação industrial interiorizada está baseada fundamentalmente na indústria de bens de consumo não durável, sendo setores líderes a indústria têxtil e principalmente, a de produtos alimentares, que transformava os bens agrícolas locais e regionais; é o período de auge do algodão, que dá impulso às atividades de beneficiamento, à indústria do óleo e à têxtil. Além dessas, outros ramos de bens de consumo implantavam-se, e/ou desenvolviam-se indústrias que concorriam com as da capital, buscando mais o mercado regional (bebidas, fumo, vestuário, móveis, metalurgia, etc...); o fornecimento para a agricultura estimulou ainda a indústria mecânica de máquinas e implementos, sendo de destacar-se nesse aspecto o desenvolvimento da indústria de equipamentos para a fabricação de açúcar, em Piracicaba e Ribeirão Preto.

(18) Negri, 1987a.

Em 1956, o ramo de produtos alimentares era responsável por 41% do valor da produção da indústria do interior (19), e o ramo têxtil por 22%. Em conjunto as indústrias do grupo I (bens não duráveis) detinham 70% daquele valor da produção. A indústria de bens intermediários detinha 26% (a Química, cujo principal segmento era a fabricação de óleos vegetais, detinha 12,4%) e a de bens duráveis e de capital responsabilizava-se por apenas 4,4%. Em contraste, na Região Metropolitana os setores de bens intermediários (38% do Valor da Produção) e de bens duráveis e de capital (15,6%) somadas já tinham um peso maior na estrutura industrial do que o setor de bens de consumo não durável (onde o principal ramo ainda era a têxtil).

Portanto, a implantação industrial interiorizada, embora desenvolvendo-se a taxas apreciáveis nesse período, mantém basicamente as mesmas características da etapa anterior. A expansão da agroindústria algodoeira (e em menor escala, a dos frigoríficos) marcou o primeiro movimento espacial significativo do grande capital industrial, estrangeiro e nacional (Sanbra, Anderson-Clayton, Swift, Matarazzo, etc.) anteriormente sediado na capital e entorno, para o espaço do interior, movimento esse que se desenvolve principalmente a partir da segunda metade dos anos 30. Na Região Metropolitana implantaram-se os novos ramos industriais, movimento que se intensifica no final dos anos 40 e primeira metade dos anos 50, e que antecipa a nova fase da industrialização pesada.

É também na primeira metade dos anos 50 que começa a ganhar impulso uma implantação industrial regionalizada de novo caráter: na região do Litoral, começa a instalar-se o pólo petroquímico; outras indústrias, dos segmentos de bens intermediários (papel e papelão, borracha, cimento), de auto-peças e de química - todas grandes empresas, com capacidade para atender o mercado nacional em expansão - instalam-se em outras sub-regiões, principalmente aquelas próximas de Campinas, no eixo da Anhanguera (que fora pavimentada em 1948, ligando os dois principais pólos urbanos do interior, Campinas e Ribeirão Preto). Essa alteração na implantação industrial interiorizada, que já é perceptível nos dados da pesquisa industrial de 1956 (20), também já antecipa o movimento que irá desenvolver-se em seguida, com a industrialização pesada. A integração do mercado nacional, sob a égide do capital industrial sediado em São Paulo, é o

(19) Aqui, o agregado "interior do estado" corresponde à diferença entre o total do estado e o total da Região da Grande São Paulo.

(20) Negri, 1987b.

pano de fundo desse movimento. No espaço paulista, fora da Região Metropolitana, estarão definidas implantações industriais regionais, mas agora tendo como elemento comum a grande empresa oligopólica, cuja implantação não está determinada pela base agrícola ou o mercado regionais, e cujo movimento não corresponde a um desdobramento dos capitais locais.

A agricultura paulista diversifica bastante sua pauta produtiva, no período 1930/1960, e desenvolve num grau bem maior sua integração com a indústria. Mas esse movimento desenvolve-se ainda basicamente dentro dos padrões definidos na etapa anterior, a nível do processo de trabalho, das relações de trabalho e ainda das estruturas de financiamento e comercialização. Nesse sentido, a dinâmica de ocupação do território, no Oeste, pode ser vista como uma continuidade do processo que se desenrolava no âmbito da economia cafeeira; agora, porém, não era apenas com o café que se fazia essa ocupação. Outras culturas (sendo o algodão a principal) e a pecuária adquirem grande importância nas regiões novas. A estrutura fundiária vai se transformando, multiplicando-se o número de pequenos sítios e os loteamentos que passam a compor a paisagem do mundo pioneiro em conjunto com a grande propriedade cafeeira ou pecuária. Muda também o tipo humano, com as migrações de nacionais e com as colônias de japoneses. Multiplicam-se as estradas de rodagem, que em muitos pontos articulam-se às ferrovias; uma importante consequência disso é a possibilidade das ligações inter-regionais, que vão constituindo malha viária diversificada. Como frisa Monbeig, a franja pioneira paulista deixa de ser uma região de estrutura econômico-social simples: "a paisagem perde em monotonia o que as atividades humanas e a estrutura social ganham em diversidade" (21). Com esse processo, a antiga homogeneidade da franja pioneira é substituída por uma crescente diversificação regional, com distintas especializações em termos das culturas.

As antigas regiões cafeeiras também evoluem diferentemente, a partir da crise. Em todas elas, é grande a erradicação das plantações, e em grau variado, todas registram perda de população rural e avanço da pequena propriedade com o parcial retalhamento das grandes fazendas. Mas em algumas delas a crise deixaria marcas mais duradouras e profundas, persistindo o despovoamento, verificando-se a involução para culturas e pecuária de subsistência com perda do dinamismo na vida urbana. Em outras

(21.) Monbeig, op. cit., p. 279 e 321. Ver, sobre esse processo, também Gonçalves, op. cit.

regiões, foi mais rápida a reconversão da agricultura e a integração econômica no novo padrão de acumulação.

Não constitui objetivo deste trabalho o estudo da evolução diferenciada das regiões antigas; é importante anotar entretanto que as sub-regiões da Paulista e da Mogiana (22), que haviam se estruturado a partir de Campinas, cumpriram trajetórias bastante distintas a partir da crise cafeeira, revelando a sub-região da Paulista um dinamismo econômico muito maior depois de 1930. Entre os fatores que explicam essas trajetórias diferentes, os principais são aqueles ligados à "herança" cafeeira, isto é, ao grau de diferenciação nas estruturas produtiva (agrícola e industrial) e urbana desenvolvidas na etapa anterior, juntamente com a infra-estrutura de transportes e energia que resultaram em maior ou menor integração com o processo de industrialização em curso e/ou com o processo de ocupação do Oeste.

De modo geral, entre os anos 30 e os anos 50 o dinamismo e a diversificação agrícola ocorreram no estado de São Paulo tendo por bases territoriais principais a zona da Paulista, na região de Campinas, parte da região de Ribeirão Preto e o Oeste. A partir dos anos 50, com o declínio do algodão (e do café) a economia do Oeste perde dinamismo e, não tendo a mesma formação das duas outras, em termos de inversões capitalistas na agricultura, na rede urbana e em infra-estrutura, a região se vê ocupada em grande parte pela pecuária extensiva, constituindo exceção aqueles espaços onde o grau de inversão fora maior (basicamente, onde se localizou a maior parte da imigração japonesa, como em Marília, Tupã e Dracena, por exemplo) (23).

(22) Referimo-nos aqui aos espaços que correspondem, "grosso modo", às atuais sub-regiões administrativas de Rio Claro, Limeira e Piracicaba (Paulista), e de São João da Boa Vista, Casa Branca e Bragança (Mogiana), e à sub-região de Campinas, cujo território divide-se entre aqueles dois espaços.

(23) Convênio Fecamp/Seplan, Relatório 1, p. 66 e seguintes.

Ao contrário, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto iria desenvolver-se a mais importante agricultura de exportação/industrialização e a mais potente agro-indústria do estado. Essas regiões, a partir da década de 50, passam a liderar a produção agrícola paulista, e nelas se consolida o mais importante eixo urbano-industrial do interior (correspondendo, "grosso modo" às atuais Rodovias Anhanguera e Washington Luiz, de Campinas a Ribeirão Preto e a São José do Rio Preto).

Do pt de vista demográfico 60 é novidade! a partir de então...

Do ponto de vista do processo de urbanização, o período 1930/1960 pode ser definido como de transição para a sociedade de base urbano-industrial. Embora apenas em 1960 a população urbana do estado superasse a rural, as taxas de crescimento da população das cidades foram, ao longo do período, acentuadamente superiores às da população rural. Esse processo foi verdadeiro para todas as regiões do estado, tendo como traço marcante a consolidação dos centros urbanos regionais e sub-regionais, e a conformação da região metropolitana da capital. Esta, em 1960, já concentrava 49% dos habitantes urbanos do estado. Na década de 50, acelera-se o crescimento dos polos urbanos regionais. Num conjunto de 43 das principais cidades (futuras sedes de regiões e sub-regiões administrativas), verifica-se que 29 registraram taxas de crescimento da população superiores às da capital (cujo crescimento foi apreciável: 4,9% ao ano) (24). A população rural do estado cresceu nas três décadas; sua contribuição para o aumento da população total, no entanto, foi de apenas 16,3% nos anos 40, e de 12,9% nos anos 50.

O caráter de transição do período 1930/1960 é atestado pela coexistência dos processos gestados na economia cafeeira com uma dinâmica nova, própria da industrialização em marcha. Assim, por um lado prossegue a ocupação territorial e o deslocamento populacional para o Oeste, com uma agricultura que se diversifica mas mantém no essencial as características anteriores; a implantação industrial interiorizada continua relativamente descentralizada e dispersa no território e, em geral, são os capitais locais e regionais os determinantes da urbanização.

(24) Pacheco, op. cit. Ver também Convênio FECAMP/SEPLAN, Relatório nº 1, 1987.

Na porção leste do estado, e mais acentuadamente na capital, o crescimento e diversificação das atividades secundárias e terciárias amplia o mercado de trabalho, transformando-o e conduzindo a uma estrutura social mais complexa. Começam a destacar-se, com progressiva nitidez, traços dos movimentos populacionais e urbanos cujo desenvolvimento pleno vai se mostrar após 1960: é o caso das migrações rural/urbano, crescentes no período e o das migrações urbano/urbano, estes dirigidos sobretudo para a capital.

3.4. Campinas - 1930/1960: Respostas à Crise Cafeeira e Consolidação das Funções Urbano/Industriais

a) Agricultura

Na década de 30, é intensa a erradicação dos cafeeiros na Região de Campinas. A erradicação mais intensa ocorreu no próprio município de Campinas - o qual, além disso, era o que detinha o maior estoque de plantas, em 1930. A área plantada com café reduz-se em mais de dois terços, nesse período.

Nos primeiros anos da década de 30, provavelmente como consequência da crise, diminuía a produção e a área plantada com café, arroz, feijão, milho, cana e algodão (comparação das safras do período 1930-1932). A partir daí, começa a recuperação, puxada pelo algodão, cuja produção e área plantada sobem: dos 750 alqueires plantados em 1931/32, o município registraria 1.100 alqueires em 1937/38. No final dos anos 30, ~~Campinas era o terceiro produtor de algodão do estado~~ (perdia para dois grandes municípios do Oeste, Marília e Presidente Prudente) (25). Estava aqui instalado o maior parque de beneficiamento de algodão de São Paulo: com apenas uma máquina em 1932/1933, em 1938 haviam 17 (e mais seis em Americana).

(25) Informações das estatísticas da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e do Censo Agropecuário de 1940.



in. falando
de 1930-60

QUADRO I: Variação Percentual do N^o de Cafeeiros
Período 1930/1938 - Municípios da Região de Campinas

Município	Variação Percentual
Campinas	- 64,4%
Amparo	- 29,0%
Mogi Mirim	- 4,0%
Pinhal	- 13,0%
São João da Boa Vista	- 0,3%
Casa Branca	- 22,0%
Bragança Paulista	+ 3,4%
São José do Rio Pardo	- 11,0%
Piracicaba	- 20,3%
Limeira	- 47,7%
Rio Claro ⁽¹⁾	- 54,2%
Araras	- 32,0%

(1) Período 1931/1938

Fonte: Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas, Secr. Agr. Estado de São Paulo.

Além do algodão, aumenta ainda a produção da cana (como se recorda, localizava-se no então distrito de Cosmópolis uma das mais antigas usinas do estado, a Usina Esther). Mas, em 1940, chama a atenção também a diversificação: Campinas era o quinto produtor de laranja, o quarto produtor de ovos e o terceiro na produção de leite, entre os municípios de São Paulo. A produção das culturas alimentares (arroz, feijão e milho) oscila na década, recuperando em 1935 os níveis do início dos anos 30, não havendo porém acentuado crescimento.

A resposta agrícola à crise, no município, passou, assim pela substituição do café, principalmente pelo algodão (e pela cana) mas foi também fortemente estimulada pela recuperação econômica, acompanhada pela urbanização. Isso se reflete no crescimento da produção de leite, ovos, além de frutas e verduras.

A estrutura fundiária transformou-se, com o fim do predomínio cafeeiro: o número de estabelecimentos de menos de 25 alqueires passa de



1.087 em 1931 para 1.458 em 1938; o número de estabelecimentos de 25 a 100 alqueires também cresce (de 203 para 233), diminuindo os maiores: os que tinham entre 100 e 500 alqueires passam de 99 para 82, e os de mais de 500 alqueires, que eram 10 em 1931, reduziram-se a 6 em 1938.

QUADRO II - Produção Agrícola - Município de Campinas
(Quantidade em Toneladas) - (Inclui Valinhos e Sumaré)

	1940	1950	1960
Arroz	2.109	3.221	1.155
Feijão	378	379	147
Mandioca	7.647	479	1.526
Milho	10.525	9.065	5.606
Cana	66.986	67.570 ⁽¹⁾	152.529
Algodão	18.088	2.316	2.189
Batata	390	435	---
Café	2.691	3.204	4.132
Laranja ⁽²⁾	700.426	35.253	464.681
Uva	---	---	551
Figo ⁽²⁾	---	275.972	670.915
Maca ⁽²⁾	---	2.987	37.260
Bovinos	25.601	43.400	25.826 ⁽³⁾
Aves	---	136.467	552.614 ⁽⁴⁾
Suínos	22.623	18.268	7.152
Leite ⁽⁵⁾	40.220	128.663	---
Ovos ⁽⁶⁾	262.219	703.200	2.207.200

(1) O Município de Cosmópolis, grande produtor de cana, foi desmembrado de Campinas em 1944. Assim, os dados de 1940 incluem-no.

(2) Quantidade em centos.

(3) Não inclui Valinhos e Sumaré

(4) Apenas galinhas

(5) Hectolitros

(6) Dúzias

Fonte: Censos Agropecuários, FIBGE, 1940, 1950 e 1960.

No período anterior a 1930, como vimos, já se manifestava essa tendência ao aumento da importância das pequenas e médias propriedades. A localização do município, relativamente próxima ao mercado urbano da capital; seu próprio porte urbano, a infra-estrutura de transportes, a existência de grande contingente de migrantes estrangeiros, e a longa história de uma agricultura desenvolvida em moldes capitalistas favoreciam a pequena propriedade produzindo para o mercado. Com a crise, a transformação na estrutura fundiária é ainda mais impulsionada quando se coloca a alternativa do algodão que, como se sabe, adapta-se muito bem ao regime da pequena propriedade. As grandes fazendas que persistem no município são aquelas dedicadas à cultura da cana e, em parte, às pastagens.

Importante consequência das mudanças na agricultura local, nos anos 30, foi o desenvolvimento do setor agroindustrial: além das máquinas de algodão, haviam no fim da década, três máquinas de beneficiamento de arroz, duas usinas de laticínios, e instalavam-se as primeiras empresas de esmagamento de óleo de algodão, além das antigas máquinas (beneficiamento, torrefação) de café, e de refinação do açúcar. O município inseria-se, nessa época, na região de agricultura mais desenvolvida do estado. Adotando-se o mesmo critério de regionalização da Secretaria da Agricultura, isto é, utilizando-se as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAS) como unidades de comparação, verifica-se que a DIRA de Campinas, que é a quinta em área total, era em 1940 a primeira produtora de laranja, a segunda produtora de cana, algodão, banana e batata, e a terceira produtora de mandioca, milho e uva. Tinha o terceiro rebanho bovino do estado, e o segundo efetivo de aves. A DIRA detinha em 1940 o maior número de tratores e arados do estado; a relação área trabalhada (lavouras, pastagens e matas plantadas)/trator era de 2,21 mil ha ali, contra 4,95 para o estado.

No espaço compreendido pela DIRA de Campinas, não foi uniforme a resposta da agricultura à crise cafeeira. Como se vê no quadro 1, o ritmo da erradicação dos cafeeiros foi mais intenso nos municípios da área da Paulista do que na área da Mogiana. Em 1938, enquanto nos municípios desta zona o estoque médio de cafeeiros era de 11 a 12 milhões de pés, na Paulista esse estoque caía para cerca de 5 milhões. Ao mesmo tempo, a área plantada com algodão, em 1938, era muito pequena em Casa Branca e Bragança Paulista e atingia entre 1.000 e 2.000 alqueires nas demais (Mogi Mirim, São João da Boa Vista, Pinhal, Amparo e São José do Rio Pardo). As produções de cana e laranja não eram importantes, e as de produtos alimentares não registram grande crescimento; aumentam as áreas de pastagens, tendo sido a pecuária a principal alternativa ao café nessa zona,

com crescimento da produção leiteira. No fim dos anos 30 haviam três laticínios em Casa Branca e em São João da Boa Vista (26).

Nos municípios da Paulista o grau de transformação da agricultura no período foi maior, tendo sido ela capaz de responder com mais vigor às mudanças e aos novos estímulos de mercado (27). Na Mogiana as mudanças foram muito mais lentas, não se verificando grandes alterações na base agrícola que continuam tendo no café seu principal produto. Essa evolução diferenciada da agricultura nas duas zonas condicionaria em boa medida suas diferentes trajetórias de urbanização.

A partir do final dos anos 40, com a queda de preços do algodão, esta cultura perde importância na agricultura local. Cresce muito a área plantada com a cana, e na década de 50 cresce também a produção de café, cujos preços se recuperavam (quadro II). A avicultura e a fruticultura (maçã, figo e outros) atravessam notável expansão respondendo à urbanização que então se acelerava. Outras duas opções crescem, nos anos 40 e 50: as pastagens (os efetivos de bovinos aumentam 70%) e o reflorestamento (em 1960, as matas ocupavam 14,0% da área total, e quase três quartos delas deviam-se ao replantio).

O quadro III mostra a evolução da estrutura fundiária no município, entre 1940 e 1960.

(26) O maior laticínio, na época, localizava-se em Araras (zona da Paulista), da Nestlé, tendo processado em 1938 mais de 5.000.000 de litros.

(27) Consolida-se a partir dos anos 30 a especialização sub-regional da produção agrícola, com áreas de cana, laranja, fruticultura, laticínios, algodão.

**QUADRO III - Município de Campinas (1) - Estrutura Fundiária
(área em hectares)**

	1940		1950		1960	
	Área	%	Área	%	Área	%
0a - de 10	3.033	2,2	2.318	2,1	1.827	2,5
10a - de 100	39.076	28,7	27.614	25,0	10.652	14,8
100a - de 500	43.757	32,2	37.055	33,5	22.810	31,6
500 e mais	50.192	36,9	43.438	39,3	36.847	51,0
Total	136.058	100,0	110.425	100,0	72.136	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, FIBGE, 1940, 1950 e 1960.

(1) Em 1950, exclusive Cosmópolis, e em 1960 exclusive Cosmópolis, Valinhos e Sumaré.

**QUADRO IV - Participação dos Estabelecimentos de Menos de 100 ha
na Área Total Agrícola dos Municípios - 1960**

Município	%
Campinas	17,3
Sumaré	59,0
Cosmópolis	39,3%
Valinhos	38,6

Fonte: Censo Agropecuário de 1960, FIBGE.

Nessas duas décadas, a área agrícola do município diminuiu substancialmente, devido aos sucessivos desmembramentos (Cosmópolis, em 1944, Valinhos e Sumaré, em 1954) e ao aumento do perímetro urbano, que se expande muito no início dos anos 50. A áreas ocupadas pelos estabelecimentos de menos de 100 ha é a que sofre a maior redução: ocupavam mais de 30% da área total em 1940, e em 1960 apenas 17%. Ao contrário, as maiores fazendas são as que menos perdem área, e os estabelecimentos de mais de 500 ha ocupavam 51% da área total em 1960.

Com a decadência do algodão, e o avanço da cana das pastagens e do reflorestamento, deve ter ocorrido certa reconcentração das propriedades no município. Mas o quadro IV mostra que, com os desmembramentos, as áreas onde as pequenas e médias propriedades tinham maior peso tornavam-se municípios autônomos: Cosmópolis, Valinhos e Sumaré. Nessas áreas, haviam se instalado os antigos núcleos coloniais, e um segundo impulso de crescimento das pequenas propriedades ocorreu nos anos 30. A estrutura agrária da região parece ter conservado, até os anos 60, a feição adquirida nas primeiras décadas do século, quando um "colar" de pequenas propriedades passa a coexistir com as grandes fazendas de café.

Esse dado permite algumas observações interessantes. As pequenas e médias propriedades inseriram-se, desde cedo, no circuito da produção capitalista, como já vimos.

Sua existência explica em grande parte a capacidade de resposta da agricultura local aos estímulos de mercado, como ficou bem caracterizado nas décadas de 30 e 40 com as transformações na produção derivadas da crise cafeeira e das mudanças no padrão de acumulação. Por outro lado, esse desenvolvimento relativo das pequenas e médias propriedades teve grande importância para o crescimento das atividades urbanas, ampliando o mercado e reforçando o circuito da acumulação do capital. Foi exatamente nas áreas de maior peso das pequenas propriedades que os pequenos núcleos urbanos evoluíram, tornando-se novos municípios (28). Nesses municípios, iria consolidar-se uma agricultura altamente capitalizada, de elevada produtividade, nas décadas seguintes.

(28) Além dos três citados, também Americana (o mais antigo), Nova Odessa e Artur Nogueira nasceram de núcleos coloniais. Em Nova Odessa (desmembrado de Americana em 1959) as propriedades de até 100 ha ocupavam 65% da área total em 1960; em Artur Nogueira (desmembrado de Mogi Mirim em 1948), ocupavam 72% da área total em 1960.

Cabe mencionar, para concluir, a outra razão da diminuição do número de pequenas propriedades no município de Campinas: o avanço do perímetro urbano. No final dos anos 40 e começo da década de 1950, desencadeia-se um intenso surto especulativo imobiliário na cidade, com a formação de inúmeros novos loteamentos. Estes localizaram-se principalmente na zona sudoeste do município, próximos à Via Anhanguera e ao aeroporto de Viracopos, área de pequenas propriedades que naquela conjuntura sofriam o declínio dos preços do algodão. Começou então a configuração da chamada "periferia" da cidade, que localizou-se exatamente em sua porção sudoeste (onde também estavam a maior parte dos estabelecimentos industriais mais antigos).

Cresce com a chegada do gdo. por
ind. 1940

b) Indústria

As Estatísticas Industriais do Estado de São Paulo, do período 1920/1937 mostram que a atividade manufatureira do município registrou declínio relativo em 1930, quando o número de operários foi cerca de 17% menor que o do ano anterior; já em 1931, a maioria dos ramos industriais cresciam novamente, recuperando os níveis de 1929 (29). Apenas a indústria mecânica (máquinas e instrumentos para lavoura), entre os principais ramos, apresentava nível de emprego inferior ao dos anos anteriores. Muito provavelmente, o mesmo estaria ocorrendo com as indústrias rurais, sobre as quais não dispomos de informações. Em 1932, ano da "guerra paulista", o emprego industrial local tornou a cair, mas em 1933 ele foi 15% superior ao registrado em 31, chegando o crescimento a mais de 75% se incluirmos os municípios da sub-região. Esse aumento expressivo deveu-se sobretudo à têxtil, principalmente fiação e tecelagem de algodão e fiação de seda natural.

De 1933 em diante, aumenta progressivamente o emprego industrial no município; em 1936, haviam cerca de 100 fábricas com 4.075 operários. Em relação a 1929, mantivera-se praticamente o mesmo número de fábricas, mas o número de operários crescera 55%. Não estão aí computadas as indústrias rurais.

(29) Op. cit. Como se recorda, essas Estatísticas não informam o Valor da Produção da indústria a nível de municípios, e não incluem as chamadas "indústrias rurais".

Os segmentos de bens não duráveis de consumo, com destaque para a têxtil (quadro U), ampliaram expressivamente sua produção na década de 30, essencialmente com a capacidade pré-existente, sendo que as estatísticas não registraram nenhuma nova implantação industrial importante até 1937/38. O setor de beneficiamento de produtos agrícolas, em particular o do algodão, desenvolveu-se bastante, e, em 1938, a Região de Campinas era a sua maior processadora no estado, juntamente com a de Ribeirão Preto (cada uma beneficiando cerca de duas vezes mais do que a Região de Sorocaba, que até então fora a principal zona algodoeira). Em 1937, a sub-região de Campinas era ainda a segunda em produção industrial no interior, superada pela de Sorocaba, mas agregando-se a Campinas as sub-regiões de Jundiaí, Limeira, Rio Claro e Piracicaba definia-se já então o espaço mais industrializado do estado depois da capital - onde se concentravam mais de 25% dos operários do interior.

QUADRO U - Município de Campinas - 1939
Indústria de Transformação

Ramos	Capital	Número de Operários
Textil	9615:922\$000	1.186
Fundições, máquinas e instrumentos de lavoura	10640:566\$000	1.369
Alimentação	2370:752\$000	136
Produtos químicos	6094:000\$000	434
Papel e artes gráficas	780:000\$000	80
Vestuário e artefatos de fios e tecidos	4560:000\$000	479
Material de Construção	403:000\$000	193
Madeiras	480:000\$000	82
Vidros e louças	35.000\$000	17
Couro e Peles	6139:000\$000	1.599
Total	42.228:230\$000	5.575

Fonte: Atlas Econômico do Estado de São Paulo - IBGE, 1940.

As indústrias locais de máquinas e instrumentos para a lavoura forneciam para todo o interior de São Paulo e para o Paraná; as indústrias químicas incluíam fábricas de inseticidas e de preparados para o combate às pragas e moléstias do algodão, além do setor de óleos vegetais (30). Os cortumes, também de grande peso no parque fabril da época, aproveitavam-se da característica de Campinas, de ser entroncamento ferroviário para o fornecimento da matéria-prima, que vinha de todo o interior e do sul de Minas.

O primeiro surto significativo de investimentos de empresas de maior porte, na indústria local depois de 1930, ocorre a partir de 1937/38. Com informações contidas no Catálogo das Indústrias Paulistas, de 1945, construímos o quadro VI.

QUADRO VI - Empresas com 50 Operários ou mais
Município de Campinas - 1945
Indústria de Transformação

Epoca da Fun- dação	Nº Estabe- lecimentos	Nº de Operá- rios em 1945	%
Antes de 1930	11	2.623	57,3
1930/1937	1	261	5,7
1937/1945	13	1.691	37,0
Total	26	4.575	100,0
Construção Civil (fundadas entre 1930 e 1937)	03	381	

Fonte: Catálogo das Indústrias Paulistas, Departamento Estadual de Estatística, 1945.

(30) Bergó, 1952, p. 689.

Como se observa, do total de 26 empresas com mais de cinquenta operários em 1945, metade (13) haviam se implantado no município entre 1937 e 1945. Deste conjunto, duas eram tecelagens de seda e rayon, 4 laticínios, três empresas do ramo de papel e papelão e as outras sete eram grandes empresas de transformação de produtos agrícolas. A American Coffee e a Moreira de Padronização beneficiavam café em grande escala; a Rhodia instalou-se para produzir (inicialmente) o etanol, e as outras quatro (Swift, Brazilian Warrant, Matarazzo e Votorantin) dedicavam-se ao beneficiamento e extração de óleo de caroço de algodão, aproveitando-se da capacidade de processamento aqui instalada, do acesso à matéria prima que a posição da cidade proporcionava e ao desenvolvimento do centro urbano local.

Esse surto traz uma característica que o diferenciaria dos anteriores, no município: a presença majoritária da grande empresa nacional ou estrangeira. Antecipava-se assim a nova fase do processo de industrialização que vai se consolidar na década seguinte.

[Diret.]

Em 1948, de acordo com dados do IBGE (31), a indústria de transformação em Campinas ocupava 10.597 pessoas, dos quais 9316 operários. Os ramos de maior peso no Valor da Produção eram Extrativa e Beneficiamento Vegetal (20,5%) e Química (15,5%); portanto, a indústria ligada ao processamento das matérias-primas agrícolas detinha 36,0% da produção industrial. A indústria mecânica e de material de transportes empregava 2.069 pessoas em 139 estabelecimentos, sendo responsável porém por apenas 5,0% do valor da produção; era grande o número de pequenas oficinas estimuladas pelo crescimento do transporte rodoviário e pelas dificuldades com importações de peças e acessórios (32). A construção civil empregava 869 pessoas em 1948.

Os dados comparados dos Censos Industriais de 1940 e 1950 mostram que, no período, houve grande aumento do emprego industrial na cidade.

demandando imob.

até 50 agindo.

(31) Monografia Histórica do Município de Campinas, 1952, IBGE.

(32) Em 1948, lembramos, seria inaugurada a Via Anhanguera.

QUADRO VII - Município de Campinas - Emprego Industrial
Década de 40 (indústria de transformação)

	1939	1949	Variação Percentual	Taxa Anual
Pessoal Empregado na Indústria	6.627	11.436	72,6%	5,6%

A taxa anual de crescimento na década é quase duas vezes maior do que a do crescimento da população urbana.

Na 2ª metade dos anos 40, e na primeira metade dos 50, começaria novo surto significativo de investimentos no município. Desta vez, com grandes empresas mecânicas, de material de transportes, de material elétrico, químicas, de borracha e de papel e papelão. Implantaram-se antes de 1955: Singer, Bosch, GE, Pirelli, Papéis Andrade, Rações Anhanguera e IBRAS/CBO, em Campinas; Chicago Bridge (indústria mecânica) em Paulínia; Rigesa e Clark em Valinhos; Tema Terra (indústria mecânica), Wabco, 3M e IBM em Sumaré. Entre 1955 e 1960: Bendix, Ashland Otilub, Miracema, Merck e Sharp, Equipesca e Eletrometal.

na época não existia
ver 142
e a pop. crescia mais no 50 -> transportes

Assim, na primeira metade dos anos 50 (entre 1950 e 1956) houve um crescimento de 29% no pessoal empregado, e de 15% no número de estabelecimentos industriais no município, nele ainda incluídos Valinhos e Sumaré, que desmembraram-se de Campinas em 1954.

*Seria q. consigo mapa da época
 e as localiz. industriais e os baixos operários*

**QUADRO VIII - Número de Estabelecimentos e Pessoal Ocupado
Indústria de Transformação em
Campinas, Sumaré, Valinhos e Paulínia**

Ano	NE	PO		ZNE	ZPO
1950	474	11.436			
1956	548	14.721	1950/56	15,6	28,7
1960	648	18.962	1956/60	18,2	28,8
			1950/60	36,7	65,8

Fontes: Estatística Industrial de 1956, Fundação SEADE/Convênio FECAMP/SEPLAN e Censos Industriais de 1950 e 1960.

Em 1956, ainda predominava na estrutura industrial local o ramo de produtos alimentares (incluído o beneficiamento), que, somado ao têxtil detinha um terço do valor da produção. A indústria Química (nela incluída a de óleos vegetais, perfumaria, sabão e velas, produtos farmacêuticos e plásticos), a do papel e papelão e a de borracha respondiam por mais um terço e a Mecânica, por cerca de 8%. O restante distribuía-se pelos demais ramos da classificação da FIBGE, todos representados no parque fabril local.

**QUADRO IX - Valor da Produção da Indústria de Transformação -
Peso Percentual dos Principais Ramos - Campinas, 1956
(inclui Valinhos, Sumaré e Paulínia)**

Ramo	% no Valor da Produção
Produtos Alimentares	24,8
Química (1)	15,7
Papel e Papelão	10,5
Borracha	7,9
Têxtil	7,9
Mecânica	7,7

(1) Inclui Perfumaria, Sabões e Velas, Produtos Farmacêuticos e Veterinários e Produtos de Matérias Plásticas.

Fonte: Fundação SEADE/CONVENIO FECAMP/SEPLAN, Estatística Industrial de 1956.

Na segunda metade dos anos cinquenta, com o surto de investimentos que correspondem ao Plano de Metas, o perfil do parque industrial paulista passaria por radical transformação, implantando-se os segmentos da indústria pesada (bens intermediários, de consumo durável e de capital). Territorialmente, com esse movimento aumentou bastante o grau de concentração da indústria na Capital e seu entorno, que detinham, em 1956, 66% do UTI do estado, e passam a concentrar 74% desse valor em 1960. A participação da sub-região de Campinas (33) no Valor da Produção Industrial do interior era então de 12%, e de 15% no pessoal ocupado. Em 1960, essa participação subira para 14% do UP e 16% do pessoal ocupado. Somadas, as Sub-regiões de Campinas, Jundiaí, Piracicaba e Limeira em 1960, concentravam 30% do valor da produção industrial do interior (quadros X e XI).

Entre 1956 e 1960, o pessoal ocupado na indústria da sub-região de Campinas aumentou em 4.600 pessoas (passando de 34.600 para 39.200). Desse incremento, a quase totalidade (4.240 pessoas) referiu-se a novos empregos no município-sede, Sumaré e Valinhos. O emprego industrial aí aumentou 28,8%, mais do que duas vezes a variação estadual (14%) e maior também que a da Região Metropolitana (19%).

No final da década de 50, o valor da produção das indústrias produtoras de bens de consumo durável, de capital e de bens intermediários tinham superado o das produtoras de bens não duráveis de consumo, na industrial local.

(33) A sub-região de Campinas englobava 27 municípios em 1967, quando foi criada a nova divisão administrativa do estado: Aguas de Lindóia, Americana, Amparo, Artur Nogueira, Campinas, Capivari, Cosmópolis, Elias Fausto, Indaiatuba, Itapira, Jaguariuna, Lindóia, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Mombuca, Monte Alegre do Sul, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Rafard, Santo Antonio da Posse, Serra Negra, Socorro, Sumaré, Valinhos e Vinhedo.

QUADRO XII - Município de Campinas - 1960 - Porcentagem sobre o Valor da Transformação Industrial

	Z sobre o UTI
6 _I (inds. predominante produtoras de bens de consumo não durável)	46,2
6 _{II} (bens intermediários)	32,8
6 _{III} (bens de capital e consumo durável)	21,0

Fonte: Censo Industrial de 1960, FIBGE, Estado de São Paulo.

Com esse conjunto de informações expostas até aqui, torna-se possível agora esboçar algumas considerações sobre o processo de industrialização que se desenrolou no município e na região, depois de 1930.

Em Campinas, assim como nos maiores municípios próximos localizados no eixo da Cia Paulista de Estradas de Ferro (Jundiaí, Limeira, Piracicaba, Americana e Rio Claro), já se desenvolvera uma implantação industrial relativamente importante no bojo da economia cafeeira. Com a mudança no padrão de acumulação na década de 30, a agricultura transformou-se nesses municípios, erradicando-se o café e introduzindo-se as principais culturas industrializáveis e de exportação (cana, algodão, laranja). Ao mesmo tempo, aumenta sua população urbana, e os setores de comércio e serviços desenvolvem-se, integrando-se também ao processo de ocupação do território, a Oeste. Nesse quadro, estimula-se a indústria previamente implantada, que cresce a taxas apreciáveis, e desenvolvem-se mais os ramos ligados à agricultura, tanto ao fornecimento de máquinas, ferramentas e equipamentos quanto ao processamento da matéria-prima. Na década de 40, deslocam-se para cá importantes agro-processadoras, reforçando-se esse impulso e iniciando-se a ruptura com o caráter até então predominantemente local do capital industrial. Nesse decênio, é intenso o aumento do emprego industrial no município, pois, além das indústrias agro-processadoras, foi grande o crescimento da produção em ramos como o têxtil, vestuário, couros, etc., e começa a acentuar-se a diversificação do segmento metal/mecânico.

Na etapa da industrialização restringida, quando o mercado nacional vai se integrar sob a égide do capital industrial paulista, Campinas definia-se como o principal polo fabril do estado depois da região metropolitana. Em 1950, a atividade industrial já era a mais importante atividade econômica no município, cuja taxa de crescimento da população urbana sofreria forte expansão a partir daí. *fm 50. Cp e 2º (1953)*

A partir da primeira metade dos anos 50, outro movimento viria acoplar-se à essa industrialização em curso: a implantação das grandes empresas estrangeiras, dos setores de bens intermediários, bens duráveis de consumo e de capital. Esse movimento, que representava um desdobramento para os países não desenvolvidos (de maior porte econômico e crescimento industrial) do processo de internacionalização das grandes corporações industriais americanas, japonesas e européias, vai adquirir grande expressão a partir do governo Juscelino Kubitschek em meados dos anos 50, quando há um salto concomitante na implantação da indústria de base e da infra-estrutura de transportes e energia (Plano de Metas).

A implantação dos novos setores da indústria pesada configurou forte descontinuidade, em termos produtivos, técnicos e financeiros, em relação ao processo anterior de crescimento industrial (34). A partir daí, vai desenhar-se um padrão de localização industrial distinto, mais fortemente concentrado, mudando também a estrutura da divisão social do trabalho no território e os contornos da rede urbana. Ao se implantarem, as grandes empresas selecionam "polos", em função da existência (em níveis adequados) de mão-de-obra, infra-estrutura, rede viária, complexo urbano de serviços desenvolvido, etc. e da possibilidade de complementariedade inter-industrial em vários níveis. Assim, com a industrialização pesada, vão se alterar também os contornos da distribuição espacial da indústria no estado. Aumenta muito o peso da capital e entorno no total da produção e, ao mesmo tempo, as estrutura industrial da região metropolitana diferencia-se fortemente em relação à do interior.

monopolismo
ESCOLHA DOS POLOS PELAS EMPRESAS

(34) Ver, sobre isso, Cardoso de Mello, op. cit., Tavares, op. cit., e Lessa, 1975. Vamos procurar examinar o significado local dessa descontinuidade no próximo capítulo.

Além da região metropolitana, duas outras regiões paulistas engajam-se desde o início, com mais intensidade nesse movimento de implantação industrial: a de Santos, com o polo petroquímico e siderúrgico e a de Campinas. Nesta última, a evolução econômica e populacional anterior possibilita a oferta, em condições vantajosas, daquele conjunto de fatores determinantes da implantação das grandes empresas. Isso colocou-a em posição singular no confronto com as demais regiões do estado, e fez com que, desde o início, pudesse representar, dentro de certos limites, uma alternativa locacional à Grande São Paulo.

→ É comum atribuir-se o crescimento industrial da região de Campinas a duas ordens de fatores: ao "desbordamento" da industrialização paulistana, motivada pelo aumento dos "custos de aglomeração" na metrópole, e à expansão da malha rodoviária. Sem negar o peso desses fatores, parece fora de dúvida que o principal condicionante da expressão industrial que a região adquire a partir dos anos 50 foi seu processo de desenvolvimento anterior, em particular aquele que se desenrola como resposta às mudanças do padrão de acumulação depois de 1930. De outra forma, como explicar que regiões localizadas à mesma distância aproximada de São Paulo, e igualmente servidas por rodovias, (principalmente a do Vale do Paraíba situada no principal eixo de transportes do país, na época), só tenham se industrializado fortemente muito mais tarde, e assim mesmo sem atingir o porte ou a diversificação da indústria de Campinas?

c) Evolução Populacional e Mudanças no Padrão de Urbanização

Como consequência das mudanças no padrão de acumulação, após a crise cafeeira, alteram-se a estrutura da divisão social do trabalho e a dinâmica populacional. Como tendência geral, verifica-se no período 1930/1960 a diminuição do peso relativo da população rural e o aumento concomitante da população urbana, mas, no bojo dessa tendência geral, cada uma das três décadas marcou um período distinto, dadas as diferentes intensidades com que se desenvolveu a urbanização (Quadros XIII e XIV).

A década de 30 caracteriza-se pelo intenso esvaziamento do campo, consequência da erradicação cafeeira, e pelo afluxo migratório mais forte para a cidade. Na década de 40, a população rural volta a aumentar, a taxas reduzidas, no conjunto dos municípios que hoje formam o entorno de Campinas, mas continua diminuindo no município sede, embora num ritmo bem menos intenso do que o da década anterior. Nos anos 50, enquanto a população rural se mantém constante, a urbana passa a crescer às elevadas taxas que marcariam o processo de crescimento local daí para frente (mais de 6% a.a.). Em 1960, a população urbana de Campinas superava 180 mil habitantes, e somando-se a população dos municípios do entorno, o total superava 280 mil.

Em toda a Região de Campinas avança a urbanização nesse período. A população das cidades, 37% da população total em 1940, atingia 46% em 1950 e em 1960, 60% dos habitantes da Região estavam nas cidades. Comparando-se entretanto o crescimento da população urbana nos principais municípios, verifica-se nítido contraste entre aqueles situados na zona da Paulista e os da Mogiana. Em 1960, na Paulista, tanto Limeira quanto Rio Claro superavam 45 mil habitantes, e Piracicaba superava 80 mil. Enquanto isso, na Mogiana, Bragança Paulista tinha 28 mil e São João da Boa Vista, pouco mais de 25 mil. Mogi Mirim, São José do Rio Pardo, Mococa e Amparo não superavam 15 mil.



UNICAMP

QUADRO XIII - POPULACAO - CAMPINAS E MUNICIPIOS DESMEMBRADOS APOS 1930

	1934			1940			1950			1960			1970			1980		
	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.	Pop.T.	Pop.U.	Pop.R.
Campinas	-	-	-	112.038	79.270	32.768	129.364	100.466	28.898	213.558	183.618	29.940	375.864	335.756	40.108	685.314	610.642	74.762
Sumare (2)	-	-	-	5.188	1.299	3.889	5.850	1.559	4.291	10.633	5.343	5.290	23.074	15.295	7.779	101.834	95.808	6.026
Osasopolis (1)	-	-	-	5.896	1.433	4.463	6.719	1.782	4.937	8.798	3.707	5.091	12.110	7.025	5.085	23.232	18.883	4.349
Malinhos (2)	-	-	-	6.818	2.053	4.765	9.974	4.220	5.754	19.302	10.104	8.198	30.775	19.963	10.812	48.922	37.458	11.464
Paulinia (3)	-	-	-	-	-	-	7.359	589	6.770	5.745	911	4.834	10.708	3.673	7.035	20.755	19.085	1.670
Total	132.819	69.910	63.899	129.940	84.055	45.885	159.266	108.616	50.650	257.066	203.683	53.383	452.531	381.712	70.819	859.302	762.791	96.511

1) Desmembrado em 1934.

2) Desmembrado em 1954.

3) Desmembrado em 1964.

NOTA: Censos Demograficos, 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980 e Camargo, J.F., 1952. Para o ano de 1934.

In Pacheco, op. cit.



QUADRO XIV - TAXAS GEOMETRICAS MEDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO POPULACIONAL

	1934/40			1940/50			1950/60			1960/70			1970/80		
	Pop.T	Pop.U	Pop.R	Pop.T	Pop.U	Pop.R	Pop.T	Pop.U	Pop.R	Pop.T	Pop.U	Pop.R	Pop.T	Pop.U	P
Area de Campinas (1)	-0,4	3,3	-5,3	2,0	2,6	1,0	4,9	6,5	6,5	5,8	6,5	3,0	6,6	7,2	
Campinas (2)	-	-	-	1,4	2,4	-1,2	4,8	6,2	6,4	5,8	6,2	2,9	5,9	5,8	

(1) Inclui Campinas, Sumare, Cosmopolis, Valinhos e Paulinia.

(2) Atual municipio de Campinas.

FONTE: QUADRO XII.

QUADRO XV - Principais Municípios da Região de Campinas
Crescimento da População Urbana, 1940/1960
(1940 = 100)

Municípios	1950	1960
Americana	230	552
Campinas	127	231
Piracicaba	143	253
Santa Barbara d'Oeste	187	418
Araras	169	328
Limeira	160	262
Rio Claro	148	208
Pinhal	108	153
S. João da Boa Vista	131	209
Casa Branca	104	127
Mococa	103	186
Bragança Paulista	126	136

Fonte: Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960. In: São Paulo (Estado),
 Diagnóstico da 5ª RA, 1972.

Essa maior intensidade da urbanização nas subregiões de Campinas, Rio Claro, Limeira e Piracicaba, foi potencializada a partir de 1948, quando asfaltou-se a ligação São Paulo-Campinas-Ribeirão Preto (via Anhanguera), cujo traçado seguiu a linha da Paulista.

O traçado da Anhanguera ratificou o processo de diferenciação econômica que se desenvolvia nesse espaço. Como vimos, nas várias sub-regiões foram diferentes as respostas agrícolas, à crise cafeeira; em Campinas, Americana e Sumaré, por exemplo, cresceu o plantio e beneficiamento do algodão e com isso as funções industriais a ele associados. Em Piracicaba e sub-região impulsionou-se a cultura canavieira e também importante segmento industrial mecânico voltado ao fornecimento às usinas. Limeira especializa-se no cultivo dos cítricos, contando ainda com um implante industrial de estabelecimentos mecânicos, de máquinas equipamentos agrícolas, papel e papelão, fósforos, chapéus, etc... A rede regional de cidades e a infra-estrutura de transportes, estimulavam a produção

agrícola e industrial para um mercado em expansão, sobretudo para seu segmento urbano de maiores rendas. Como resultado definem-se as especializações econômicas sub-regionais, e avança o grau de diferenciação da divisão social do trabalho e das relações mercantis de produção. O desenvolvimento desse processo provocaria importantíssimos rebatimentos sobre as funções urbanas de Campinas, cujo papel de centralidade sobre a região adquire novos contornos. No leito da Anhanguera, à frente de Campinas, consolidavam-se portanto nessa fase os determinantes que viriam atrair na etapa seguinte, o principal implante industrial interiorizado. Ao mesmo tempo, constituía-se o mais dinâmico segmento da rede urbana do estado; a partir de 1950, o eixo Campinas-Ribeirão Preto define-se como o principal vetor econômico no espaço do estado.

Com a industrialização restringida, as funções urbanas adquirem nítido predomínio na estrutura econômica do município.

QUADRO XVI: POPULACAO ECONOMICAMENTE ATIVA (1) - CAMPINAS

	1940	%	1950	%	Taxa Anual 50/40	1960(2)	%	Taxa Anual 60/50
Primario	17.934	39,0	12.254	20,7	-3,7	12.573	14,6	0,2
Secundario	9.295	20,2	17.031	28,8	6,2	25.359	29,4	4,0
Terciario	10.459	40,2	29.426	49,7	4,7	48.200	56,0	5,0
Total	45.928	100,0	59.228	100,0	2,6	86.102	100,0	3,8

(1) Populacao de 10 anos e mais, exclusive atividades domesticas, atividades escolares, inativas, outras atividades e sem declaracao.

(2) Inclui Sumare e Valinhos.

FONTE: Censos Demograficos, 1940, 1950 e 1960.

A PEA agrícola, que em 1940 representava 39% do total, em 1960 era responsável por apenas 14,6%. Seu contingente absoluto decresceu nos anos 40 (prossequindo o que ocorrera na década de 30) e estabilizou-se na década seguinte. Em contraste, a PEA urbana aumentou a taxas elevadas nas duas décadas, destacando-se o maior crescimento relativo do emprego industrial nos anos 40, e do emprego terciário nos anos 50.

Assim, ademais da industrialização local e regional, a urbanização nessa etapa é impulsionada pelos fatores que estimulam o crescimento e a diversificação do setor de comércio e serviços. Em primeiro lugar, a própria industrialização em curso, "substituindo importações", coloca novos requisitos para o circuito comercial e vai exigindo ampliada estrutura de serviços ligados à produção; o mesmo ocorrendo, aliás, com a agricultura. Somam-se a isto os requisitos de investimentos em infra-estrutura, intermediação financeira, etc... que devem acompanhar o alargamento da base produtiva. Em segundo lugar, o aumento da população urbana vai ela também ampliando o mercado. A estrutura social mais complexa, gerada no processo de industrialização, coloca crescentemente novas exigências sobre a pauta de consumo, agora atendidas com a comercialização da produção interna, e sobre a oferta de serviços de apoio à população.

Cabe lembrar que outro poderoso condicionante da urbanização foi a função de centralidade exercida pela cidade, com intensidades diferentes, sobre importantes parcelas do território paulista. Essa centralidade estabelecera-se no período cafeeiro, mas seria redefinida na etapa posterior. Estrategicamente próxima da capital (e do porto de Santos) e tradicional "nó" de transportes Rodo-ferroviários, Campinas centralizava boa parte do impulso comercial e de serviços decorrentes da ocupação territorial do Oeste, função essa que seria sumamente reforçada com a expansão da malha rodoviária. Depois de 1930, a economia da frente pioneira (e de boa parcela das zonas intermediárias mais antigas) diversifica-se com o algodão, os produtos alimentares e a pecuária, cujas culturas passaram a compor, junto com o café, suas principais atividades. Essa diversificação estimulou tanto as atividades industriais quanto o comércio e os serviços nos maiores centros urbanos da porção Leste do estado, o principal dos quais é Campinas: bom exemplo disso são o "boom" de beneficiamento e comercialização do algodão, nos anos 30 e 40, e a instalação do parque agro-processador, nos anos 40, na cidade.

A centralidade de Campinas exercia-se com maior intensidade sobre os espaços próximos, na Paulista e na Mogiana, e mais fortemente sobre

esta última, que dispunha de uma rede urbana de menor porte e, de um sistema viário menos desenvolvido. A participação das vendas do comércio do município-sede (incluindo Ualinhos e Sumaré) no total das vendas do comércio da Região de Campinas passa de 32% em 1940 para 41% em 1960 (35).

Os fatores assinalados nos parágrafos anteriores constituem os determinantes principais da intensificação do processo de urbanização que se desenvolvem entre 1930 e 1960, no caso de Campinas.

Como se sabe, esse período que vai de 1930 até fins dos anos 50 configura-se como período de consolidação de uma sociedade de base urbano-industrial no estado. Mas a urbanização, nessa fase, esbarra ainda em limites colocados pelo caráter restringido da acumulação industrial. Se, por um lado, o crescimento industrial, a unificação do mercado nacional e a diversificação da agricultura atestam a ampliação da divisão social do trabalho, com reflexos evidentes sobre o crescimento das cidades, por outro ainda é relativamente reduzida a complexidade que assume a diferenciação do trabalho interna aos núcleos urbanos: além da predominância dos setores tradicionais e do menor peso das grandes empresas, no setor secundário, não haviam se processado ainda as transformações na agricultura e no setor terciário que adviriam da industrialização pesada. Não haviam, também, se generalizado as novas formas e hábitos de consumo de massas, nem o crescimento e a diversidade dos segmentos médios da população (36).

50 é ruptura!
60

(35) Sobre a zona de influência de Campinas ver Keller, 1969 trabalho baseado em pesquisa de campo. A autora mostra como o entorno próximo é fortemente polarizado por Campinas, no comércio e nos serviços. Os serviços campineiros de maior alcance eram, em 1965, as de saúde e educação, que extrapolavam o estado de São Paulo; no comércio, os ramos locais de maior alcance eram combustíveis e lubrificantes, produtos farmacêuticos, ferramentas e equipamentos, pneus, papel e papelão.

(36) Ver Convênio FECAMP/SEPLAN, Relatório Final nº 1, p. 39/40 e 61/62.

Comparando-se com os padrões contemporâneos, a urbanização que então se processava tinha um caráter "mais suportável". Os fluxos migratórios para as cidades, e em particular para a capital, não atingiam ainda as proporções gigantescas da última década, embora fossem crescentes. A conformação da Região Metropolitana já se consolidara em 1960, mas os indicadores sociais disponíveis mostram em geral uma situação de vida mais favorável para os segmentos de baixa renda (37).

No interior do estado, na grande maioria das cidades mais importantes - pelo menos as que se situavam nas regiões mais dinâmicas - o padrão de vida da população, no que se refere a moradia, saneamento, transportes e serviços em geral era incomparavelmente superior à média brasileira, e inclusive ao da capital. Embora tivesse sido intenso o êxodo rural, essas cidades beneficiaram-se da atração exercida por São Paulo e da existência das fronteiras agrícolas, com o que conseguiram evitar o progressivo acúmulo da população de baixa renda. Era esse o caso de Campinas, como veremos a seguir.

Um outro fator de enorme ponderação no atual "caos urbano" das grandes metrópoles, a ação do capital imobiliário (construtivo e loteador) era também mais contido nesse período, como atestam as séries disponíveis sobre construções, loteamentos e dimensões das áreas urbanas. A existência dos imensos vazios e o desenvolvimento da periferia distante eram menos pronunciados na capital, e praticamente inexistentes nas cidades do interior.

A industrialização pesada iria alterar radicalmente esse processo mais equilibrado de crescimento, como procuramos mostrar no próximo capítulo. Para finalizar o estudo do período 1930/1960 em Campinas, faremos no próximo item um resumo das principais características do crescimento físico da cidade, e um exame dos indicadores do padrão de vida.

(37) Consultar, sobre isso, Camargo, 1976, capítulos 2, 3 e 4, e Morse, 1970, caps. XIX, XXI e XXII.

d) Industrialização e Evolução dos Padrões Urbanísticos

Nos itens anteriores, centramos a análise nos processos que condicionaram o desenvolvimento e as transformações nas funções urbanas de Campinas: vimos como a crise cafeeira e a emergência de um novo padrão de acumulação, por um lado, e as especificidades da história da cidade e região, por outro, fizeram com que a base produtiva local se transformasse, adquirindo o maior peso relativo as atividades secundárias e terciárias urbanas.

Agora, para finalizar este capítulo, vamos procurar discutir os efeitos dessas transformações sobre a estrutura da cidade e sobre os padrões de vida da população. Dividimos a exposição aqui em duas partes: na primeira, abordamos a ação específica do capital imobiliário local, fazendo também um breve histórico da constituição física de Campinas; finalmente, examinamos os principais indicadores sociais e procuramos discutir sua evolução no período.

A intensificação do crescimento da população da cidade, e a primazia que as atividades urbanas passam a deter no processo de acumulação, estabelecidas a partir dos anos 30, vão consolidar outro circuito de valorização para o capital: o circuito do capital imobiliário.

No desenho urbano de Campinas, o primeiro bairro a se diferenciar do núcleo central foi o de Vila Industrial, que estendeu-se próximo aos armazéns, estações e oficinas das estradas de ferro, abrigando operários e trabalhadores da Cia Paulista e da Mogiana (38). O crescimento populacional, e a sedimentação das áreas comerciais no centro vai valorizando as propriedades ali e com isso forçando a transferência da população de menor renda para áreas próximas onde, ao mesmo tempo, cresce o número de chácaras e a produção em pequena escala de hortaliças, legumes, frutas, etc... a origem de bairros como Ponte Preta, Bonfim, Fundão, Cambuí, Guanabara, todos em formação por volta de 1900.

(38) Para o estudo da conformação da cidade até 1950, baseamo-nos principalmente em Bergó, op. cit., p. 644 e seguintes e em publicações da imprensa da época.

Entre 1900 e 1929 surgem novos bairros residenciais e operários e a área total urbana cresce 108%.

QUADRO XVII - Campinas - Área Urbana (mil/m²)

Ano	Área Urbana	Variação Percentual
1900	6.600	
1929	13.373	1900/1929 - 108%
1945	16.246	1929/1945 - 21,4%
1954	52.921	1945/1954 - 225,7%

Fonte: Dados da Prefeitura Municipal, in Monografia de Campinas, vários anos.

Os bairros residenciais expandem-se de acordo com delineamento esboçados pela Prefeitura, que fixa parâmetros para o arruamento, executa obras de infra-estrutura e abre novas avenidas, mais largas (Barão de Itapura, Andrade Neves), contrastando por isso essas áreas com as de ocupação anterior; eram áreas que abrigavam antigos cafezais (39). Ao mesmo tempo, iam-se definindo novos bairros operários: Bonfim, onde desde o século XIX localizavam-se fundições e indústrias metalúrgicas; Ponte Preta, que passa a sediar a tecelagem de seda. Da mesma forma, surgem o Parque Industrial e o São Bernardo. Os bairros operários, localizados próximos às indústrias estendem-se ao longo dos eixos ferroviários (e depois, das rodovias). Também aí, a Câmara Municipal dirige o arruamento e nova avenida é aberta (Amoreiras) ligando os novos bairros à Vila Industrial. Entre 1926 e 1930, duas importantes áreas cafeeiras são loteadas: o Chapadão e o Taquaral. Mas a venda dos lotes é dificultada pelos problemas com abastecimento de água, resolvidos em 1936 com a inauguração da nova

(39) Importante notar o papel que o poder público desempenha na reciclagem dessas terras, depreciadas com a queda da produtividade do café.

adutora do Atibaia; depois disso, são organizadas diversas companhias loteadoras (terrenos à prestação) e aparecem novos bairros (a Vila Nova Campinas, Vila Amália, etc...) e loteiam-se as terras situadas entre o núcleo Santa Cruz e o Cambuí. Em suma, nessa fase anterior a 1930 já se esboça a diferenciação do espaço urbano à medida que a cidade cresce e que a estrutura social vai se tornando mais complexa. Interessante reparar também como o poder público local gerenciava esse crescimento, provendo a infra-estrutura e fixando padrões urbanísticos.

é importante marcar algumas características da expansão urbana nesse período, que serão mantidas, até o pós-guerra. Em primeiro lugar, a expansão da área urbana, tanto entre 1900 e 1930 quanto entre 1930 e 1945 foi inferior ao crescimento populacional. Isso significa que, em sua maior parte, os novos bairros e edificações aproveitavam espaços já englobados no perímetro da cidade, adensando-se os intervalos compreendidos entre as porções ocupadas dos sítios urbanos. Em segundo lugar, a expansão do perímetro urbano fazia-se em continuidade aos bairros existentes; ainda não se verificava a febre especulativa que criaria mais tarde os imensos vazios e descontinuidades na malha urbana. Em terceiro lugar, como já assinalamos, a ação do poder público foi sempre essencial para a valorização do capital imobiliário, sendo o mecanismo principal para isso o processo de "habilitação das terras", pelo qual determinadas glebas eram incorporadas à área urbana e recebiam as condições para serem loteadas.

O período 1930/1960 pode ser dividido em duas etapas distintas, do ponto de vista do processo de crescimento urbano. Entre 1930 e 1947, mantem-se as características gerais do crescimento da fase anterior, mas consolidam-se algumas iniciativas que iriam marcar o desenvolvimento posterior. As principais empresas de construção da cidade são organizadas nesse período: Lix da Cunha, H.N. Segurado, entre outras, assim como vários tradicionais escritórios de arquitetura e projetos. Em 1938, fica pronto o primeiro plano urbanístico de Campinas - o Plano Prestes Maia.

O engenheiro Prestes Maia, havia sido o autor de um plano para a capital que alcançara grande repercussão no final dos anos 20. Além do plano de Campinas, foi autor também de projetos para Recife, Santos e Campos do Jordão. Administrou a capital (como prefeito nomeado) entre 1938 e 1945, tendo sido responsável por marcantes transformações urbanísticas e no sistema viário, com grande volume de obras realizadas. O Plano de Campinas resultou de encomendas das Comissões Municipais de Planejamento, a primeira das quais montada em 1933. Essas comissões representavam os

grandes capitais locais (interessados na definição diretrizes para o crescimento urbano) devendo trabalhar em conjunto com o poder público local. Prestes Maia foi contratado em 1934, e o plano (inicialmente com previsão de conclusão para 1935) ficou pronto em 1937/38.

O Plano - que não abordaremos em detalhe aqui - representa um marco importante no desenvolvimento urbano da cidade. Estabeleceu o traçado de novas avenidas e sistemas de ligação entre as várias partes da cidade; previa o alargamento de muitas ruas antigas, e preconizava a modernização de diversas áreas, no centro e adjacências, com a abertura e urbanização de novos logradouros. As diretrizes por ele previstas e suas propostas urbanísticas influenciaram até recentemente tanto a ação do poder municipal quanto a atuação do capital imobiliário.

Para a ação deste último, o Plano teve importância estratégica. A própria montagem das Comissões Municipais de Planejamento, no começo dos anos 30, demonstra a importância que os negócios imobiliários já haviam adquirido, constituindo-se numa fronteira de acumulação de capital cada vez mais significativa. Nisso, aliás, reproduziu-se em Campinas uma tendência que vinha se desenvolvendo na capital e outras cidades maiores, onde também a atividade imobiliária urbana ganhava relevo com o crescimento populacional e as mudanças no padrão de acumulação que davam primazia às atividades urbano/industriais. Para o capital imobiliário, o Plano, ao estabelecer os eixos e as áreas prioritárias para a expansão futura, colocava um horizonte seguro para as inversões de capital e por outro lado diferenciava áreas por categorias de uso e por padrões construtivos. Esses são dois mecanismos essenciais para a valorização daquele capital.

Pode-se afirmar, portanto, que o período 1930/1947 marca uma etapa de maturidade do capital imobiliário, o qual preparava-se para impor um novo padrão de crescimento urbano na fase seguinte. Como se observa no quadro XVIII, entre 1937/1941, a expansão da área construída em Campinas (23,5%) não se afastou muito dos índices de crescimento populacional (cerca de 24%, entre 1934 e 1940). Entre 1941 e 1946, para um aumento da população urbana de cerca de 15%, já a área construída crescia 25%.

QUADRO XVIII - Campinas - Evolução da Área Total Construída

Período	Variação Percentual (%)
1937/1941	23,5
1941/1946	25,2
1946/1951	64,6
1951/1956	62,2
1956/1962	50,6

Fonte: Ver Quadro XVII.

Por outro lado, daí em diante foi intensa a aceleração da expansão na área total construída, com os maiores índices entre 1946/1951. Como se verifica no quadro seguinte, esses anos marcam também excepcional aumento do número de prédios existentes, bem como da área urbana (que cresce 200%; quadro XVII).

QUADRO XIX - Campinas - Prédios Existentes na Zona Urbana

Ano	Número de Prédios Existentes	Acréscimo Médio Anual
1936	12.467	1936/1941 - 414
1945	16.191	1945/1950 - 1037
1950	21.377	1950/1957 - 803
1957	27.000	

Fonte: Ver Quadro XVII.

A etapa que vai de 1947 a 1952 assinala uma conjuntura expansiva, com um poderoso componente especulativo, nos negócios imobiliários (40). Pode ser vista como uma fase de transição, quando se afirmam os traços que iriam caracterizar o crescimento físico da cidade após 1950, e insere-se num quadro geral de exacerbação das atividades construtivas e loteadoras no estado.

O surto imobiliário do pós-guerra refletiu um processo geral, que se manifestara desde antes na capital: o desenvolvimento da base urbana para a industrialização em expansão. A partir dos anos 30 e 40, esse processo é visível em São Paulo, com a desmesurada expansão física da cidade fazendo emergir a problemática urbana, objeto agora de crescentes iniciativas institucionalizadas no que se refere a planos de habitação, saneamento, sistema viário, arruamentos etc (41). No final dos anos 40, a aceleração das transformações urbanas passaria a manifestar-se também em Campinas.

(40) Os loteamentos abertos nessa época eram anunciados e vendidos em vastas áreas do interior de São Paulo, e em outros estados. Muitos terrenos então negociados envolveram problemas de regularização e posse cuja solução arrastou-se por muito tempo.

(41) Morse, op. cit. 3ª parte, cap. XV e 4ª parte.

Os determinantes locais desse processo podem ser reconhecidos no fato de que o imediato pós-guerra e o início dos anos 50 diferenciam-se acentuadamente do período anterior, do ponto de vista da dinâmica econômica e populacional. O movimento de instalação de grandes indústrias, de setores dinâmicos, acelera-se em Campinas já na primeira metade dos anos 50, como vimos. As atividades agrícolas da cana e do algodão, expressivas na Região, passam por uma conjuntura favorável nesses anos; potencializando essa conjuntura expansiva, a via Anhanguera é inaugurada em 1948. Por outro lado, existem indicações de que os fluxos migratórios que demandavam o município começam a sofrer uma inflexão para cima no final dos anos 40 e começo dos 50, o que iria se refletir na elevação da taxa de crescimento urbana entre 1950 e 1960.

Finalmente, uma especificidade da conjuntura do pós-guerra foi anotada por Monbeig: "a cada dia nascia um banco, uma sociedade de comércio, uma empresa industrial ... grassavam o jogo e a especulação. Nessa atmosfera, a compra de imóveis parecia o melhor emprego de dinheiro". O autor compara a conjuntura com o clima de especulação dos primeiros anos da República, e refere que era comum nesses anos a compra de imóveis e lotes no interior por industriais e profissionais liberais da capital (42).

A atividade loteadora em Campinas, em fins dos anos 40 e começo dos 50, superou em muito tudo que havia sido feito até então. O número de novos loteamentos e a área parcelizada nesses anos só seria superada mais de vinte anos depois, quando a população mais do que dobrara e vivia-se o auge do crescimento da época do "milagre econômico". Os novos loteamentos concentraram-se sobretudo na região sudoeste da cidade, afastados do núcleo urbanizado, numa área de solo mais pobre, onde a terra era barata e predominava a pequena propriedade. Seu grande indutor inicial foi a via Anhanguera, inaugurada em 1948, logo após, as grandes empresas industriais começam a localizar-se na região, e no começo dos anos 50 previa-se a construção de um grande aeroporto (Viracopos). Interessante assinalar que as novas indústrias não se localizaram concentradamente em um único ponto, o que seria mais racional do ponto de vista urbanístico, mas distribuíram-se em sítios isolados naquela região sudoeste. A Prefeitura providenciava o asfaltamento das ligações viárias e a infra-estrutura; com isto, induzia-se a parcelização das glebas intermediárias, e viabilizavam-se grandes lucros especulativos. Houve, nesse processo, uma comunhão de interesses do capital

(42) Monbeig, op. cit., p. 118.

+ transportes
industrial com o capital imobiliário, e com a sanção do poder público (43).

Não apenas o capital imobiliário loteador mostrou-se ativo nesses anos. Também a atividade construtora dinamizou-se muito. Desde os anos 40, sucediam-se na imprensa de Campinas artigos, reportagens e entrevistas que enfocavam a necessidade da cidade "modernizar-se", isto é, transformar-se para abrigar um número muito maior de edifícios ("arranha-céus"). Isso exigia, naturalmente, mudanças no sistema viários (alargamento das vias) e alterações nas disposições municipais quanto à premissão de uso do solo, gabaritos, etc... Assim, diversas leis municipais, de 1945, 1949 e 1950 definem ou complementam planos urbanísticos em importantes áreas centrais. Com isso, ademais do surto de construções de novas residências, estimulava-se poderosamente a ação do capital imobiliário.

O surto de crescimento físico da cidade nessa época pode ser avaliado pelos dados abaixo:

(43) Zimmermann, 1987, p. 90/91. O autor mostra que, além disso, nesse processo foram solidários também outras frações do capital mercantil local, sobretudo aquele ligado aos transportes e ao comércio varejista.

QUADRO XX - Indicadores Urbanos - Campinas

	Prédios ligados à rede de água	Variação Anual (média)
1936	10.354	---
1940	12.228	1936/40 : 468,5
1945	13.541	1945/40 : 262,6
1950	17.663	1950/45 : 824,4
1957	23.403	1957/50 : 820,0
	Area Pavimentada (m²)	Novos m²/ano (média)
1935	481.557,7	
1946	686.178	1935/1946 : 18.602
1951	887.066	1946/1951 : 40.177
	Coleta de Lixo (número de prédios coletados)	Aumento anual (média)
1947	16.185	1947/1951 : 943,2
1951	19.958	

Fonte: Prefeitura Municipal, in Jornal Correio Popular, 08/03/53 e Guimarães, A. M., Guia de Campinas, 1937.

Portanto, o período 1947/1952 assinala uma importante mudança de escala, no que se refere à atividade imobiliária na cidade. Mas a mudança não foi apenas quantitativa: ao contrário, nesse período configurou-se um novo padrão de crescimento urbano - o mesmo, em linhas gerais, que caracteriza outras grandes cidades brasileiras.

Em primeiro lugar, esse padrão de crescimento implica na multiplicação dos espaços vazios no interior da malha urbana. Examinando-se plantas de Campinas, é fácil constatar como a criação desses vazios intensificou-se a partir dos anos 50, mantendo-se aliás na atualidade: a

expansão da cidade passa a fazer-se não mais através da incorporação de terras contíguas ao núcleo já urbanizado, mas predominantemente com a inclusão de áreas distantes, sem infra-estrutura. Isso torna os custos da urbanização sempre crescentes, e explica a progressiva incapacidade do poder público de fazer frente à expansão. Como se sabe, a lógica desse processo prende-se às possibilidades de altos lucros especulativos com o solo urbano.

Em segundo lugar, nesse padrão de crescimento exige-se a contínua transformação das áreas já urbanizadas, impulsionando-se a verticalização. Aqui, os lucros imobiliários emanam tanto das construções em si (não só dos prédios, mas das vias públicas, infra-estrutura, etc.), quanto da atividade incorporadora. Um mecanismo essencial aí na valorização do capital imobiliário consiste na "habilitação" de áreas para as construções, o que implica definições (e alterações, muitas vezes "ad hoc") das leis de zoneamento e posturas municipais e dos planos urbanísticos, o que também incentiva sobremaneira a especulação com o solo.

Como é óbvio, a vigência desse padrão depende da sanção do poder público. Esta manifesta-se principalmente no provimento da infra-estrutura e, na elaboração e alterações das leis e planos urbanísticos, na complacência tributária, refletida no fato dos tributos urbanos não coíberem a especulação, sendo ao contrário fortemente regressivos do ponto de vista social, e nas deficiências de instrumentos legais para coibir a especulação e regulamentar a expansão. *ETERNAS, não é um campo!*

Finalmente, uma consequência marcante desse padrão de crescimento foi a mudança nas feições da cidade. Essa mudança traduz-se fisicamente nos novos arranha-céus, e avenidas e logradouros, por um lado, e no surgimento dos novos (e distantes) bairros e loteamentos populares. Socialmente, ela implicou numa crescente segregação espacial dos trabalhadores e das camadas de mais baixas rendas. Até os anos 50, era comum a existência numa mesma área urbana de residências (e habitantes) de distintos níveis sociais e de rendas, embora, é claro, já existissem bairros "mais nobres". A valorização intensa e especulativa dos terrenos expulsam dessas áreas a população pobre, que juntamente com o crescente contingente migratório passou a deslocar-se para as áreas mais distantes. Ao mesmo tempo, as áreas mais centrais vão sendo recicladas, com o impulso à verticalização.

Resumindo, nos anos do pós-guerra e início da década de 50

configura-se um novo padrão de crescimento urbano em Campinas, cujos principais traços seriam mantidos e desenvolvidos nas décadas seguintes. A atividade imobiliária constituiu-se crescentemente numa poderosa fronteira de acumulação do capital. O crescimento urbano se faz sob a égide de uma articulação de interesses do capital industrial com as várias frações do capital mercantil urbano - imobiliário, comercial, de transportes, e outros - todos sumamente beneficiados com a expansão. A sanção e a participação do poder público é essencial para a valorização desses capitais. A vigência desse padrão de crescimento trouxe como consequência mudanças profundas nas feições da cidade, com a maior segregação espacial da população de baixa renda e a constituição da periferia. Implicou ainda no crescente aumento de custos no processo de urbanização. Esse padrão de crescimento não é específico de Campinas; ao contrário, é típico de todas as grandes cidades brasileiras. Manifestou-se primeiro na capital, generalizando-se depois para os demais centros urbanos.

Para finalizar a investigação sobre a evolução urbana de Campinas no período da industrialização restringida, pesquisamos a performance de alguns indicadores sociais, resumidos nas tabelas XXI, XXII e XXIII.

QUADRO XXI - Município de Campinas - Condições dos Domicílios

	Proporção de Prédios da sede Municipal ligados à Rede de água (%)	Proporção de Prédios da sede Municipal ligados à Rede de Esgotos (%)	Relação nº Pessoas/ domicílios
1936	---	77,3	---
1940	91,6	---	6,04
1945	---	72,5	---
1950	82,6	63,7	5,0
1957	86,0	77,9	4,6

Fontes: Censos Demográficos, FIBGE e Jados da Prefeitura Municipal, in Monografias de Campinas, vários anos.

QUADRO XXII - Município de Campinas - Instrução

	Índice de Alfabetização da População Total, com 5 anos e mais (%)	Proporção de Pessoas com 10 anos e mais, com curso completo, na população Total (%) (1)
1940	66,0	21,2
1950	73,2	51,6
1960	79,9	---

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE.

(1) Pessoas que possuem, no mínimo, primário completo. O dado não está disponível no Censo Demográfico de 1960.

QUADRO XXIII - Índices de Mortalidade Infantil (número de óbitos por mil nascidos vivos)

	Campinas	Estado de São Paulo	Relação Campinas/São Paulo
1930	147,0	155,1	0,94
1940	132,0	178,3	0,74
1950 ⁽¹⁾	55,0	115,8	0,47
1960 ⁽²⁾	57,3	77,3	0,74

(1) 1949

(2) 1962

Fontes: Fundação SEADE, Informes Demográficos nº 8, 1984, e nº 19, 1986, e Monografias de Campinas.

O exame dos dados mostra, em primeiro lugar, que no final dos anos 30 já eram bastante satisfatórias (para os padrões brasileiros) as taxas de cobertura das redes de água (92%) e de esgotos (77%). Em particular, este último índice era extremamente elevado - superior inclusive ao índice atual, na cidade, e muito maior que a média estadual. O índice de alfabetização e a taxa de mortalidade infantil, embora muito insatisfatórios, também superavam a média estadual; a taxa de mortalidade infantil, que crescera no estado entre 1930 e 1940 - consequência provavelmente da migração, agora predominantemente de nacionais, e da crise que afetou duramente as antigas regiões cafeeiras - reduz-se em 10% no município.

Na década de 40, essa taxa de mortalidade infantil em Campinas, cai acentuadamente, correspondendo em 1950 a menos da metade do valor de 1940 (e a 47% da taxa estadual). O número de óbitos infantis caiu inclusive em termos absolutos não obstante o número crescente de nascimentos; houve, portanto, acentuada melhoria nos padrões de atendimento médico e de assistência à gestante e à primeira infância (44). Outro indicador que registrou apreciável melhoria foi o de alfabetização (de 66% dos maiores de cinco anos em 1940 para 73% em 1950). A proporção de pessoas de mais de dez anos com curso completo salta de 21% para 51% no decênio. Em parte, essas mudanças nos índices refletem a crescente urbanização e a diminuição da população rural, mas, em 1950 os níveis de escolaridade da população de Campinas situavam-se acima dos de outros municípios grandes do interior e pouco abaixo dos registrados para as populações paulistana e santista - sendo, porém, de observar-se o peso quase nulo da população rural nesses dois municípios. A proporção de indivíduos com curso superior em Campinas representava mais de duas vezes a média estadual e só era superada, por pequena margem, pela capital (45). Finalmente, outra alteração registrada na década é a diminuição do número médio de pessoas por domicílio, que era de 6,04 em 1940 e cai para 5,0 em 1950.

(44) Os indicadores referem-se à população total do município. Evidentemente, seriam ainda mais baixos para a população urbana; a extensão da cobertura de água e esgotos na sede municipal explica em grande parte a redução da mortalidade infantil.

(45) Cf. Censo Demográfico de 1950.

MP

Os indicadores sugerem, portanto, que o crescimento populacional e urbano na década de 40 no município foi acompanhado de melhoria nas condições médias de saúde e educação, e possivelmente nas de habitação. O ritmo de aumento populacional, ainda modesto se comparado ao que se seguiria, e o processo de ocupação do solo, mais gradual e equilibrado, viabilizaram um crescimento onde se mantiveram as características urbanas de Campinas, muito boas para os padrões nacionais. Não obstante, os indicadores da cobertura de água e esgotos, em 1950, revelavam-se já inferiores aos do final dos anos 30, revelando-se assim os primeiros sinais de que a intensificação do crescimento populacional, e o processo de urbanização em curso, ameaçavam o padrão médio da qualidade de vida urbana.

Capítulo 4

EXPLOÇÃO URBANA: 1970/1980

- 4.1. Industrialização pesada: mudanças na dinâmica econômica e no processo de urbanização**
- 4.2. Industrialização pesada e dinâmica regional no Estado de São Paulo**
 - 4.2.1. A interiorização da indústria**
 - 4.2.2. Agricultura: dinâmica regional**
 - 4.2.3. Dinâmica populacional e urbanização**
- 4.3. Expansão e diversificação da base econômica em Campinas e Região**
 - 4.3.1. A Região de Campinas no começo dos anos 60**
 - 4.3.2. Evolução agrícola e industrial, 1960/1980**
- 4.4. Evolução Urbana e Metropolização, 1960/1980**
 - 4.4.1. Industrialização e Estrutura Social**
 - 4.4.2. Características da Expansão Urbana, 1960/1980**
 - 4.4.3. Evolução de alguns indicadores da qualidade de vida em Campinas**
 - 4.4.4. O processo de metropolização**

4.1. Industrialização pesada: mudanças na dinâmica econômica e no processo de urbanização

A segunda metade dos anos 50 assinala importante momento de avanço no processo de industrialização do Brasil. Entre 1955 e 1960, "tanto o tipo de crescimento da capacidade produtiva, muito na frente da demanda pré-existente, como o caráter concentrado no tempo do bloco de investimentos, não se parecem em nada com a anterior etapa de industrialização do pós-guerra" (1). O bloco de inversões desse período (Plano de Metas) funcionou como uma "onda" de inovações concentrada e provocou profunda modificação na estrutura industrial, em favor do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo.

A partir daí, criavam-se as bases materiais capazes de assegurar endogenamente o movimento de acumulação. Rompiam-se os constrangimentos típicos da etapa anterior, dados pela fragilidade das bases técnicas e financeiras do capital. Completava-se nesses anos, no fundamental, a constituição das forças produtivas especificamente capitalistas, com a implantação do segmento de bens de produção (2).

A partir daí, o movimento da economia brasileira passaria a ser regido pela dinâmica cíclica própria do capitalismo constituído, distinguindo-se em particular duas fases de crescimento com características distintas: a primeira entre 1955/56 e 1960, e a segunda entre 1966 e 1973.

Na primeira fase expansiva, recordamos, desenvolveram-se enormemente os setores de energia, transportes e de bens intermediários (a produção da siderurgia, por exemplo, duplicou); na indústria de bens de capital ocorreu verdadeiro salto tecnológico, acarretando significativa redução na participação relativa das importações desses bens. Implanta-se a indústria automobilística, e a de construção naval, entre outros importantes

(1) Tavares, 1986, p. 113. Sobre a industrialização pesada, ver também Lessa, 1964; Cardoso de Mello, 1975 e Cano, 1985.

(2) Cardoso de Mello, 1975. Ver também Draibe, 1985.

setores novos (3). Em suma, ocorre verdadeira revolução na estrutura produtiva.

É importante reter aqui algumas especificidades desse crescimento, cujas consequências urbanas e sociais diferenciam-no do segundo ciclo expansivo. Os setores dominantes, no processo de crescimento, foram os de bens de produção, desempenhando a instalação do setor de bens duráveis de consumo um papel subordinado, embora importante. Não houve concentração absoluta do capital e da renda; ocorreu de fato uma diferenciação da estrutura produtiva em todos os planos. Não foram requeridas de início mudanças na estrutura de demanda; a escala dos novos projetos de investimento superou, em geral, a demanda corrente no início do período de expansão (4). Assim, o crescimento foi compatível com o aumento da taxa real de salários de base, pelo menos até 1959, não havendo, de forma significativa, abertura em leque das rendas do trabalho. O gasto público, que funcionou como acelerador da expansão, concentrou-se sobretudo na formação da infra-estrutura exigida pelo novo bloco de inversões, salvo a construção de Brasília que, no entanto, teve ponderáveis impactos sobre o emprego e a demanda industrial e significou o primeiro esforço sério de interiorização do desenvolvimento. Finalmente, cabe destacar que no primeiro período não haviam se verificado grandes transformações na estrutura produtiva e nas relações de trabalho agrícolas, embora a modernização tivesse avançado na década de 50.

Muito diferentes foram as características da segunda fase expansiva (1968/1973), bem como as circunstâncias que antecederam seu desenvolvimento (5).

Ao contrário do que ocorrera na fase anterior, nesse período o crescimento apoiou-se principalmente na estrutura produtiva pré-existente. A liderança no processo de acumulação passa ao setor de bens duráveis de consumo, em especial à indústria automobilística e à da construção civil, o que se tornou possível dada por um lado a capacidade ociosa pré-existente

(3) Lessa, op. cit.

(4) Tavares, op. cit., p. 119 e seguintes.

(5) A comparação entre os dois ciclos expansivos é feita por Cardoso de Mello e Belluzzo, 1982, p. 148 e seguintes. Os autores analisam também a fase de preparação do novo ciclo expansivo, com as mudanças institucionais pgs 64.

nesses setores (e aprofundadas pela crise) e por outro lado o alargamento da margem de endividamento das famílias, decorrente da anterior reforma financeira. A retomada, conforme se desenvolvia, atingia o segmento de bens de produção, cujos setores pesados ampliam acentuadamente suas taxas de acumulação após 1970, e arrasta também os setores mais tradicionais, de bens não duráveis, altamente estimulados pelo crescimento da massa salarial e pela aceleração do processo de urbanização.

Esse padrão de crescimento, baseado na liderança do setor de bens duráveis, enfrentaria fortes restrições à continuidade da expansão, desacelerando-se a partir de meados dos anos 70. Não é nosso propósito reconstituir aqui a discussão sobre a dinâmica da acumulação nesse período, e suas contradições (6). No entanto, é necessário reter alguns dos seus aspectos que dizem respeito mais diretamente ao processo de urbanização e ao padrão da qualidade de vida nas cidades.

Relativamente ao que ocorrera na expansão anterior, no ciclo recente as exigências colocadas à estrutura de distribuição da renda foram muito diversas. Promoveu-se uma acentuada diferenciação de salários, com a "abertura em leque" da sua escala. Na fase expansiva, o arrocho dos salários de base serviu para compatibilizar a maior diferenciação nas rendas do trabalho: os reajustes dos extratos de altos e médios salários e ordenados foram sistematicamente maiores, como mostram diversos estudos. Em todo o período, a contínua realimentação dos mecanismos de diferenciação foi essencial para adequar a estrutura da demanda ao padrão de crescimento liderado pelo setor de bens duráveis (além disso, é parte da estratégia organizacional das grandes empresas, caracterizando seu mercado interno de trabalho).

Na medida e ao trabalho!

A sociedade urbana tornou-se muito mais complexa. Ao mesmo tempo, acentuaram-se significativamente as desigualdades, como mostram as análises sobre o processo de distribuição da renda no período. Na conjuntura expansiva, a família trabalhadora, para defender-se do arrocho salarial, teve que estender a jornada de trabalho (número de horas-extras) e aumentou o número de seus membros empregados. Estudo do DIEESE, comparando características de renda, emprego e consumo da família trabalhadora na cidade de São Paulo, entre 1958 e 1969, constata uma redução de 36% no salário real do chefe da família, ao mesmo tempo em que

(6) Ver Cardoso de Mello e Belluzzo, op. cit., p. 151 e seguintes.

o número médio de pessoas empregadas por família dobrava; como resultado, a renda familiar registrou queda menor, de 9% (7). Não é necessário sublinhar os efeitos deletérios desses processos - queda na renda familiar média, aumento da jornada de trabalho e do número de empregados por família - na qualidade de vida dessas camadas da população.

Uma outra diferença importante do ciclo recente em relação ao anterior diz respeito à estrutura do gasto público. Muito embora também no ciclo recente ele tenha funcionado como acelerador da expansão, aumentou muito o peso do gasto improdutivo, principalmente aquele induzido direta e indiretamente pelo setor automobilístico. Com isso, acentuaram-se sobremaneira as carências em transportes de massas, infra-estrutura de saneamento e habitação, equipamentos sociais, etc.

Finalmente, as transformações na agricultura foram grandemente aceleradas no período recente, com importantes consequências sobre a vida nas cidades e em geral sobre a rede urbana.

Elas geraram fortes rebatimentos sobre a estrutura industrial, tanto nos setores que "produzem para a agricultura" quanto, na agro-indústria e com isso impactos significativos no emprego e renda urbanos. Por outro lado, geraram também graves efeitos sobre o meio ambiente (8). Mas o efeito mais significativo das transformações agrícolas sobre o mundo urbano foi, sem dúvida, a intensificação do êxodo rural: cerca de 28,5 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1960 e 1980 no Brasil, contingente maior que a população argentina, por exemplo.

(7) DIEESE, 1974 in Camargo, 1976, p. 67. Como se sabe, aumentou acentuadamente o número e a proporção de mulheres trabalhadoras, nas duas últimas décadas. Ver Guilherme dos Santos, 1985, e Jaguaribe, 1986

(8) Deve ser lembrado, ainda, que o sistema de subsídios para a agricultura constitui-se num dos mais importantes focos de tensão inflacionária.

Evolução Industrial no Estado de São Paulo, 1970/80

No que se refere à indústria de transformação, durante o primeiro ciclo expansivo (1956/61), o grosso dos novos investimentos e setores produtivos localizou-se em São Paulo. No ciclo mais recente, haveria maior desconcentração, com um movimento mais intenso de investimentos em outras áreas. A participação paulista no VTI nacional, que era de 49% em 1950, atingiria 55% em 1960 e 58% em 1970, reduzindo-se um pouco a seguir, para 53% em 1980.

No estado, entre 1956 e 1980, enquanto o número de estabelecimentos industriais mais do que dobra, a força de trabalho multiplica-se por 3: naquele último ano, o número de operários industriais era de 1,94 milhões.

Do ponto de vista da estrutura produtiva, as mudanças foram acentuadas.

QUADRO I

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS DE RAMOS NO TOTAL DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL

	1956	1980
GI (bens não-duráveis)	49,9%	26,9%
GII (bens intermediários)	35,3%	42,6%
GIII (bens de capital e de consumo durável)	14,8%	30,4%

FONTES: 1956 - Pesquisa Industrial, FIBGE

1980 - Censo Industrial, FIBGE in Convenio Fecamp/Seplan, 1987.

Na década de 70, a modernização e diversificação que acompanharam o crescimento da produção industrial, potencializadas pelas exigências do mercado externo (que ia se tornando parcela cada vez mais importante da demanda) impunham avançar a complementação da estrutura industrial. Dessa forma, e sob a égide do estado, dois importantes setores de fabricação de bens intermediários, a petroquímica e de metais não ferrosos (alumínio, cobre, chumbo, estanho), desenvolveram-se respectivamente na primeira e na segunda metade da década, acomodando-se interesses do capital público e privado nacional e do capital estrangeiro.

A ampliação da presença de produtos industriais na pauta de exportações estimulou significativa modernização tecnológica e avanços nos padrões de produtividade das indústrias de bens não duráveis de consumo (tecidos, calçados, alimentos e vestuário) e em seguida, na de máquinas e equipamentos, acessórios industriais e automóveis. Outro forte indutor do crescimento industrial foi o setor agrícola, cuja modernização potencializou suas relações técnicas com a indústria. A partir de meados da década o Pro-Alcool iria provocar a multiplicação do número de destilarias, gerando fortes impactos nos setores de implementos agrícolas e equipamentos mecânicos. A forte expansão da construção civil, por seu turno, impactou sobre setores como cimento, ferro, cerâmica, material elétrico, equipamentos hidráulicos, alumínio, madeira, vidro (9).

Finalmente, cabe lembrar que a ação do estado, ademais dos programas para as áreas de bens intermediários e bens de capital (consubstanciados no II PND) foi responsável pela configuração de polos industriais importantes, como o das indústrias bélica e aeronáutica, de informática e telecomunicações.

(9) Seade, 1987, p. 11 e seguintes.

Durante a primeira metade dos anos 70, a indústria paulista expandiu-se à elevadíssima taxa anual de 15%, declinando para cerca de 4% a.a. na outra metade.

As transformações na agricultura

As mudanças, como foi dito, não foram menos intensas na estrutura da produção agropecuária. A internalização da base técnica e financeira que acompanhou a industrialização pesada iria submeter o setor a uma rápida modernização; simultaneamente, ocorre um processo de fusão ou integração de capitais, industriais e agrícolas. Com isso, "a agricultura foi dominada, nos seus dois extremos, por setores industriais de corte oligopólico, a indústria para a agricultura (fornecedora de bens de produção e insumos) e a indústria da agricultura (processadora de matérias-primas agrícolas) ... o amparo financeiro do estado alavancou e orientou, de forma geral, os rumos da modernização" (10). Mudanças de grande importância desenvolveram-se nas áreas de crédito, comercialização, cooperativas, e nas formas de administração.

Entre 1969/71 e o começo dos anos 80, a área cultivada no estado aumentou de 5,5 milhões para 6,2 milhões de hectares (cerca de 25% de seu território) (11). A produção, em 1980, concentrava-se nas culturas exportáveis/industrializáveis - cana-de-açúcar, laranja, soja, café, algodão, milho - sendo a cana o principal produto em área cultivada. Importante desenvolvimento tiveram a pecuária (sobretudo no Oeste do estado), e a avicultura, cuja modernização foi muito expressiva.

A urbanização acelerada estimulou a diversificação da produção e o aprimoramento dos padrões de qualidade, agindo no mesmo sentido os estímulos para a conquista de maiores parcelas do mercado externo. Por outro lado, a área com culturas alimentares reduziu-se de 19% do total em

(10) Seade, op. cit., p. 44. Ver, sobre as transformações na agricultura, Delgado, 1985; Graziano da Silva, 1981 e Kageyama, 1986.

(11) Seade, op. cit., p. 47.

1969/71 para apenas 12,8% em 1979/81, como resultado de sua menor rentabilidade relativa, da ausência de estímulos ao setor (excetuando-se, parcialmente, o feijão) e dos incentivos decorrentes do Pro-Alcool, que propiciaram a substituição de vários cultivos, pelo da cana (12).

O exame da evolução da produtividade física dos principais produtos da agricultura paulista mostra em geral, expressivo avanço nos anos setenta.

QUADRO II
RENDIMENTO FÍSICO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA DO
ESTADO DE SÃO PAULO
(Toneladas/Hectares)

Produtos	1969/71	1979/81	1983/84
Cana	48,8	52,9	75,1
Laranja	8,9	12,7	16,7
Soja	1,2	2,0	1,7
Trigo	8,7	14,6	12,4
Tomate	20,6	31,2	40,1
Café Beneficiado	0,53	0,51	0,54
Algodão em caroco	1,1	1,8	2,0
Milho	1,6	2,3	2,4
Feijão	0,5	0,5	0,6
Batata	11,3	17,4	18,6
Arroz	0,85	1,2	1,1

FONTE: Secretaria da Agricultura/Instituto de Economia Agrícola in Oliveira e Tartaglia, 1987.

(12) São Paulo concentra não só a maior produção industrial, mas também a agricultura mais avançada do país. Dado seu processo histórico de desenvolvimento, e as presenças no estado da principal base de acumulação industrial, a agricultura paulista foi se especializando nas culturas mais rentáveis e intensivas em capital, transferindo as culturas alimentares para outras regiões.

A área média trabalhada por trator reduziu-se de 367 hectares em 1960 para cerca de 100 em 1980, quadruplicando portanto a relação de uso de tratores no estado; o crédito aumentou cinco vezes em termos reais, entre 1969 e 1979. O consumo aparente de adubos (fosfatados, nitrogenados e potássicos) no Brasil aumentou de 198 mil toneladas de nutrientes em 1960 para 4 milhões de toneladas em 1980 (declinando depois significativamente, para 2,2 milhões⁽¹³⁾, em 1983) concentrando o estado de São Paulo parcela expressiva desse consumo. Os índices técnicos da agricultura paulista são comparáveis aos de países altamente desenvolvidos.

Industrialização pesada e urbanização

O impacto da industrialização pesada sobre as cidades foi direto. Em 1980, no estado, 22,5 milhões de habitantes (89% do total) já residiam em aglomerados urbanos; entre 1970 e 1980, a população rural diminuiu de 3,5 milhões para 2,8 milhões de pessoas. A estrutura e a dinâmica desse mundo urbano modificaram-se substancialmente. De um lado, porque as transformações no próprio aparato produtivo, com a grande empresa e as novas escalas de produção fizeram crescer muito o emprego industrial diversificando-o. De outro, porque essa industrialização exigiu mudanças correlatas no terciário das cidades. Crescem e se modernizam os novos serviços de apoio à produção: transportes, comunicações, intermediação financeira.

Informacionalização hoje modifica a reprodução ⊕

A estrutura social urbana tornou-se muito mais complexa, com a presença das grandes empresas, o desenvolvimento das funções do estado e o incremento ao terciário moderno, aumentando o peso da classe média. Modificaram-se os padrões de consumo, e os circuitos e formas de comercialização e de prestação de serviços. Grandes redes de lojas, supermercados, "shopping centers", etc ... sobrepujam o antigo comércio

(13) Associação Nacional para Difusão de Adubos e Sindicato de Adubos e Colas do Estado de São Paulo. In Delgado, 1985, p. 36. A discussão das razões do declínio está na p. 93 e seguintes.

tradicional, novos produtos e hábitos se impõe. Aceleraram-se as mudanças nas atividades sociais e na própria administração pública, atividades cujo peso específico no emprego urbano aumenta bastante, diversificando-se e crescendo também os serviços pessoais, em que pese ser este um setor que continua depositário, em grande medida, da massa de trabalhadores não qualificados e sub-empregados (14).

O processo de transformação econômica, em particular o das últimas décadas, dotou o país de um arcabouço produtivo moderno, cuja principal expressão é o estado de São Paulo. No entanto, a industrialização nos moldes em que se desenvolveu no Brasil foi incapaz de enfrentar a questão dos baixos padrões de vida da maioria da população, como atestam os indicadores sociais e os relativos à distribuição de renda. Mesmo em São Paulo, em que pese a modernização e o desenvolvimento recente, persistem níveis extremamente deprimentes de pobreza.

A crescente migração para o estado (mais de 3 milhões de pessoas entre 1970 e 1980) e em paralelo o próprio êxodo rural interno e o esvaziamento dos menores municípios, concentraram nas cidades paulistas enorme contingente populacional com condições precárias de vida, renda muito baixa, morando em bairros e loteamentos distantes e desaparelhados. Esse contingente, sem dúvida a maioria da população urbana do estado mais desenvolvido do país, é a expressão das contradições e dos desajustes do processo de industrialização brasileira.

Como já se disse, o que está em questão no Brasil é o desenvolvimento de uma sociedade industrial, sob condições de um capitalismo retardatário (15). São reconhecidas nesse processo duas grandes matrizes para explicar a persistência e agravamento dos "problemas sociais": a herança de atraso estrutural e a própria dinâmica de industrialização, sobretudo com as características de seu segundo ciclo expansivo.

(14) Sobre a urbanização recente, ver Convênio Fecamp/Seplan, Relatório 1, 1987, p. 86 e seguintes. Também Guilherme dos Santos, op. cit., e Faria, 1983.

(15) A conceituação de "industrialização tardia" está em Cardoso de Mello, 1975 e Tavares, 1986. Ver também Drabe, 1985; Tavares, 1981 e Cano, 1985.

Não está no escopo deste trabalho aprofundar a discussão desses determinantes da acentuada "heterogeneidade estrutural" que caracteriza a estrutura produtiva e a sociedade brasileira (16). Procuramos anotar anteriormente, de forma muito resumida, traços da industrialização recente destacando as especificidades do ciclo que se desenvolveu sob a liderança dos setores de bens duráveis de consumo (17).

A herança do atraso estrutural manifesta-se em diferentes níveis na dinâmica econômica e social brasileira: nos desequilíbrios acentuados no interior do aparato produtivo e entre as regiões, no arcabouço político e jurídico, nas formas institucionais de organização e participação política. Do ponto de vista da urbanização, caberia destacar que duas manifestações graves do atraso estrutural são o contínuo êxodo rural e os crescentes contingentes populacionais urbanos pobres e por um outro lado, a dominação do capital mercantil sobre a gestão e o processo de expansão física das cidades. No primeiro caso, a estrutura agrária arcaica de várias regiões do país, e o pequeno dinamismo de suas economias urbanas têm sido razões seculares da expulsão populacional, situação cuja mudança exigiria a ruptura da dominação local das frações tradicionais do velho capital mercantil, "acerto de contas com o passado" que a industrialização em curso não foi capaz de impor. A modernização agrícola (concentrada nas regiões Sudeste e Sul) veio agravar sobremaneira o problema e, não obstante o acentuado dinamismo recente da indústria e do terciário na geração de empregos (pelo menos na fase expansiva do ciclo) está claro que são problemáticas as perspectivas de absorção e integração produtiva desse crescente contingente humano (18).

(16) A noção de "heterogeneidade estrutural" e sua caracterização para o Brasil e outros países da América Latina está em Tavares, 1981, e Pinto, 1976.

(17) Uma discussão abrangente sobre esse padrão de industrialização na A.L. encontra-se em Fajnzylber, 1983.

(18) O problema torna-se muito mais grave quando se recorda as circunstâncias atuais de desaceleração econômica e, por outro lado, a inexorável modernização do aparelho produtivo tanto no secundário quanto no terciário. Daí a insistência dos analistas mais lúcidos sobre a urgência de transformações nas estruturas econômicas mais arcaicas, e na necessidade de definição de políticas explícitas de emprego.

A dominação do capital mercantil urbano sobre o processo de crescimento das cidades, a que fizemos referência no capítulo anterior, produziu uma malha urbana muito extensa e descontínua, e consolidou uma gigantesca periferia carente. O circuito de valorização desse capital, aliado ao padrão vigente de gastos e de atuação do setor público, é o grande responsável pela atual feição das cidades, pelos custos crescentes do processo de urbanização em curso, e pela também crescente segregação espacial e social de boa parcela da população (19).

Essas são a nosso ver as principais determinações estruturais sobre o processo de urbanização em curso no estado. No próximo item, procuramos reconhecer as linhas gerais da evolução regional, no período recente, e as principais transformações que a dinâmica da industrialização pesada determinou sobre a rede de cidades.

(19) O que chamamos aqui de capital mercantil urbano inclui principalmente o capital imobiliário, construtivo e loteador, e o capital ligado aos transportes, ao comércio e aos serviços, cujo processo de valorização completa-se no âmbito da cidade e que depende da sanção do poder público para essa valorização.

4.2. Industrialização pesada e dinâmica regional no Estado de São Paulo

A primeira diferenciação regional relevante ocorre no Estado de São Paulo com a economia cafeeira do "Oeste Paulista", cujo potencial produtivo e grau de avanço na divisão social do trabalho distinguiam-na muito claramente não só da antiga zona cafeeira (Vale do Paraíba) mas também das demais economias agro-exportadoras do país. Na ocupação territorial promovida pelo café, as diversas áreas integradas ao complexo foram se tornando conhecidas pelos nomes das respectivas ferrovias, numa demonstração de que, até 1930, ainda não havia pronunciada diferenciação econômica entre essas zonas novas. As próprias características do movimento cafeeiro, entretanto, já permitiam distinguir as "zonas velhas" das "zonas pioneiras", tendo em vista o menor ou maior rendimento do plantio em função do tempo. Também com o café, estruturou-se a ossatura básica da rede urbana paulista.

A crise cafeeira e a mudança no padrão de acumulação, redefiniram os contornos da divisão social do trabalho no território, como vimos no capítulo anterior.

Na década de 50, enquanto a economia da frente pioneira perdia dinamismo como consequência das crises do café e do algodão, nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto consolidava-se a principal área agrícola do estado⁽²⁰⁾. Em todo o estado, prosseguiu o êxodo da população rural, ganhando impulso a concentração na capital e a metropolização no seu entorno. Em Campinas, acelerou-se a industrialização e elevam-se sobremaneira as taxas de crescimento da população, intensificando-se os fluxos migratórios dirigidos à cidade.

Nas décadas de 60 e 70, com a industrialização pesada, a dinâmica regional ganharia novos contornos no estado. O pano de fundo das mudanças foi composto pelos movimentos de interiorização da indústria e de modernização da agricultura, intensificados sobretudo na última década.

(20) Na Região de Campinas, principalmente as sub-regiões de Campinas, Limeira e Piracicaba, e na Região de Ribeirão Preto, principalmente as sub-regiões de Ribeirão Preto e Araraquara.

4.2.1. A interiorização da indústria (21)

Como se recorda, ainda no bojo da economia cafeeira desenvolveu-se no interior do estado um implante industrial importante, e no final da década de 20 as informações disponíveis indicam que ali se concentrava cerca de 29% da produção industrial paulista.

Entre o início da década de 30 e a implantação da indústria pesada (1956/61), a industrialização interiorizada manteve "grosso modo" sua participação no total do estado; em 1956, detinha 33,4% desse total. A indústria do interior nesse período tinha como principais setores os de produção de bens não duráveis, a agroindústria (açúcar, óleos vegetais) e a fabricação de meios de produção para a agricultura. Os ramos mais novos, de bens intermediários e de capital, tenderam a implantar-se sobretudo na Capital e seu entorno.

Com a industrialização pesada, de início aumentou a concentração na Região Metropolitana - em especial nos municípios do entorno da capital, ABC principalmente. Essa foi a área privilegiada no implante dos novos setores de bens duráveis e de capital, entre 1956 e 1960.

(21) Neste item e nos próximos, utilizaremos principalmente os resultados da pesquisa "A Interiorização do Desenvolvimento no Estado de São Paulo, 1920/1980", Convênio Fecamp/Seplan, 1987. Relatórios de pesquisa n^{os} 1 a 8. Também Cano e Negri, 1987; e Oliveira e Tartaglia, 1987.

QUADRO III

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL A NÍVEL REGIONAL DO VALOR DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
1956/1980**

Região	1956	1960	1970	1980
1. RMSP	66,6	71,1	70,7	58,6
Capital	51,1	51,7	43,7	30,0
Outros	15,5	19,4	27,0	28,6
Interior	33,4	28,9	29,3	41,3
2. R Litoral	3,9	4,3	4,2	6,6
3. R U.Paraíba	2,0	2,0	3,0	5,9
4. R Sorocaba	3,9	3,0	2,3	3,9
5. R. Campinas	10,3	8,9	10,5	15,4
6. R Ribeirão Preto	4,9	3,9	3,6	4,8
7. Oeste	8,4	6,7	5,5	4,7

FONTES: Censos Industriais e Pesquisa Industrial de 1956, FIBGE.

(1) Oeste inclui as R.As. de Bauru, São José do Rio Preto, Marília, Araçatuba e Presidente Prudente.

Ao longo da década de 60, esse movimento prosseguiu: enquanto a capital perdia peso relativo, e o interior praticamente mantinha sua posição, os outros municípios da Grande São Paulo aumentavam sua participação no total do estado. Entre as Regiões Administrativas, aumentam a participação as de Campinas (de 9% para 10,5%) e a do Vale do Paraíba (2% para 3%); essas Regiões, próximas à capital, atraíam parte dos novos estabelecimentos que então se implantavam (22).

Mas foi na década de 70 que o movimento de "interiorização da indústria" adquiriu maior significação. Entre 1970 e 1980, o peso do interior no total do valor da produção industrial paulista cresceu de 29% para 41% e, neste último ano, superava largamente a capital e o conjunto dos outros municípios da região metropolitana. Pela ótica do emprego, apenas na década de 70 foram absorvidas no interior cerca de 370 mil novos operários, em maior proporção na segunda metade da década (192 mil), quando ali se alocou mais da metade dos empregos operários do quinquênio. Em 1980, nas indústrias do interior trabalhavam 693 mil operários, cerca de 36% do total do estado. No que se refere ao conjunto do país, em 1980 o interior de São Paulo, com cerca de 20% do Valor da Transformação Industrial nacional, superava todos os demais estados, com exceção de São Paulo. Seu VTI era maior inclusive do que os dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (respectivamente o segundo e o terceiro) somados.

A estrutura da indústria interiorizada modificou-se significativamente nos anos 70.

(22) Como mostramos no capítulo anterior, em Campinas grandes indústrias mecânicas, de material elétrico, químicas, de borracha, etc. começam a implantar-se já na primeira metade dos anos 50.

QUADRO IV

ESTRUTURA INDUSTRIAL DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO (1970/80)
(% do UTI)

Grupos e Ramos	Participação do UTI do Ramo no Total do Estado			
	1970	1980	1970	1980
Grupo I	49,2	28,0	33,4	40,2
Textil	12,2	7,0	36,5	40,3
Vestuário	3,4	3,5	26,3	34,5
Alimentos	24,2	12,5	59,3	62,7
Outros	9,3	4,8	-----	-----
Grupo II	35,8	45,7	33,5	42,8
Química	12,6	24,3	47,5	60,4
Minerais não Metálicos	7,0	5,7	40,3	48,6
Metalurgia	7,6	7,6	20,1	24,4
Outros	8,2	8,0	-----	-----
Grupo III	15,4	26,3	23,6	28,2
Mecânica	6,7	12,4	28,4	36,4
Material de Transportes	4,5	5,7	20,8	21,7
Material Elétrico	2,0	4,5	18,4	21,6
Outros	1,7	3,7	-----	-----
Total	100	100	19,8	

FONTE: Dados básicos dos Censos Industriais, FIBGE. In Convenio Fecamp/Seplan, Relatório nº 5.

Obs.: GI: predominantemente bens de consumo não duráveis

GII: predominantemente bens intermediários

GIII: predominantemente bens de capital e consumo durável.

Como se observa no quadro IV, enquanto em 1970 a produção de bens não duráveis ocupava cerca de 50% do seu UTI, em 1980 esse peso diminuíra para 28%. Deve-se notar, entretanto, que os dois principais ramos desse Grupo - alimentos e têxtil - cresceram significativamente na década, tendo ambos aumentado suas participações no total dos respectivos ramos no estado. Os outros dois grupos - bens intermediários e de capital - cresceram muito de importância, no período: sobretudo devido à Química, no Grupo II, e à Mecânica, no Grupo III. Em particular, a química seria isoladamente o ramo de maior peso no UTI do interior em 1980, representando 60% da produção do ramo a nível estadual. Esse peso da Química reflete a instalação de duas grandes refinarias de petróleo (Paulínia e São José dos Campos) no período, e também o expressivo crescimento da produção do álcool.

O exame da estrutura industrial interiorizada em 1980 atesta sua nova feição, decorrente da presença marcante de grande número de estabelecimentos de grande e médio porte, pertencentes aos segmentos de maior complexidade industrial (metalmecânica, petroquímica, eletrônica).

Entre os determinantes do movimento de descentralização da década de 70, costuma-se atribuir grande peso a fatores que provocaram o "desbordamento" de indústrias da Região Metropolitana - basicamente, os decorrentes do aumento dos "custos de aglomeração" ali. Entretanto, para evitar o risco de uma simplificação excessiva, é necessário considerar um conjunto de outras circunstâncias, que tiveram (e continuam tendo) grande peso na explicação daquele movimento.

Nas Regiões interioranas onde é maior atualmente a concentração industrial (e em especial na de Campinas) já havia se desenvolvido uma rede urbana de porte, um complexo viário e de infra-estrutura ponderável, um implante industrial prévio e a conformação de um mercado de trabalho, que criaram as condições de atração indispensáveis à grande indústria. A existência dessas condições, e em muitos casos a maior autonomia locacional da grande empresa, advinda de seu controle oligopólico sobre o mercado e os preços, explicam sem dúvida muitas preferências de instalação em determinadas regiões do interior.

Três outras circunstâncias tiveram porém grande importância no crescimento industrial interiorizado: o surto exportador, a modernização agrícola e a ação do Estado.

Como se recorda, as exportações brasileiras saltaram de cerca de 2,0 bilhões de dólares em fins dos anos 60 para 20,0 bilhões em 1980. Na sua pauta, passaram a ter maior importância os produtos industrializados, (cerca de 45% do total em 1980) e não apenas bens não duráveis como tecidos, vestuário, calçados e novos produtos alimentícios, mas também outras categorias de bens, como máquinas, equipamentos e acessórios, veículos e suas partes, produtos químicos. Isso estimulou muito a economia do interior, não só no que se refere aos novos produtos agrícolas, mas também no que diz respeito aos bens industriais citados. A modernização da agricultura, integrada ao "boom" exportador, expandiu grandemente a produção agroindustrial: sucos cítricos, soja e seus derivados, carnes, entre outros. Além disso, os requisitos dessa modernização impactaram sobre a indústria de meios de produção, (também em grande parte interiorizada), como a mecânica e a química (23).

Quanto à ação do Estado, deve-se notar, como fazem Cano e Negri, que não obstante a política de descentralização que visava incentivar a implantação industrial em outras unidades da federação, o governo federal viu-se obrigado a incentivar, estimular e implantar diretamente pesados investimentos em São Paulo. Entre esses, destacam-se os polos petroquímicos de Paulínia e São José dos Campos; consolidação da petroquímica e siderúrgica em Cubatão; complexo bélico e aeronáutico em São José dos Campos; concentração de institutos de pesquisa e empresas estatais nos setores de telecomunicações e microeletrônica em Campinas; implantação do Pro-Alcool, depois de 1975, concentrado principalmente nas Regiões de Ribeirão Preto e Campinas, e finalmente, alguns efeitos decorrentes do IIº PND (24). Também o governo estadual preocupou-se em implementar iniciativas de descentralização industrial, a partir de fins dos anos 60. No entanto, no conjunto essas iniciativas tiveram reduzido impacto sobre a descentralização em curso, salvo aquelas relacionadas com a infra-estrutura, particularmente o sistema viário (25).

(23) Uma idéia da importância da indústria ligada à agricultura pode ser dada pelo fato de que no conjunto, a produção dos ramos "a montante" e "a jusante" do setor primário respondiam por mais de 30% do VTI brasileiro em 1979. Ver Belgado, op. cit., p. 37 e seguintes.

(24) Cano e Negri, op. cit., p. 7. Os autores notam que a retórica da "descentralização industrial" encobria uma política de não enfrentamento pelo governo dos graves efeitos decorrentes do "caos urbano" da Grande São Paulo.

(25) Sobre políticas estaduais de descentralização industrial, ver Negri, 88.

A industrialização do interior não se estendeu, obviamente, de maneira homogênea pelo território. Utilizando-se o critério de agregação por Sub-regiões Administrativas, verifica-se que as 14 sub-regiões mais industrializadas detinham em 1970, 78% do UTI do interior, e em 1980 concentravam 83,5%. Entre elas, a principal, a de Campinas, em 1980 detinha 25% do UTI do interior. As duas grandes concentrações industriais do estado, ademais da Grande São Paulo, são, de um lado, o "anel" de cerca de 100 km em torno da capital (incluindo Sorocaba, Litoral, Vale do Paraíba e Campinas), e de outro o eixo Anhanguera/Washington Luiz, até Araraquara e Ribeirão Preto, e a sub-região de Piracicaba. O desenvolvimento industrial intensificado no interior a partir dos anos 60/70 seria responsável por significativas alterações na dinâmica regional e no processo de urbanização naquele espaço. Entre seus principais efeitos, podem ser citadas as mudanças no vulto e na direção das correntes migratórias, com o adensamento populacional de alguns centros e regiões, as alterações nos fluxos e nexos produtivos entre as regiões, as transformações na rede de cidades com a consolidação dos principais polos regionais e a emergência das cidades médias e finalmente, o impacto sobre o mundo urbano, em termos de geração de renda e emprego, indução de mudanças no terciário, maior complexidade da estrutura social e, por outro lado, progressiva generalização dos padrões antes exclusivos da metrópole.

4.2.2. Agricultura: dinâmica regional

O outro movimento que condicionou as transformações nas dinâmicas regional e urbana foi o da modernização e diversificação agrícola, ao qual nos referimos anteriormente. Tal como ocorreu com a indústria, esse movimento também não evoluiu uniformemente por todo o território do estado, manifestando-se com maior intensidade em determinadas áreas.

A partir dos anos 50, nas Regiões de Campinas e Ribeirão Preto concentrou-se a agricultura mais avançada do estado (e do país). As Divisões Regionais Agrícolas que correspondem a essas regiões apresentam as maiores produções do estado, mais capitalizadas e melhor mecanizadas; contam com mais desenvolvido sistema de transportes e armazenagem e a rede urbana melhor aparelhada do ponto de vista da infra-estrutura e dos recursos sociais. "Com o desenrolar das sucessivas crises cafeeiras essas DIRAS

aprofundaram o processo de diversificação das lavouras com a introdução de inovações tecnológicas e melhores técnicas na produção. Dessa forma, suas terras foram sendo ocupadas com cana-de-açúcar, laranja, algodão, soja, frutas diversas, criação de aves e manutenção de importante parcela do rebanho bovino, de corte e leite". As duas DIRAS concentravam em 1980, 64% da área com cana do estado, 26% do café, 72% da laranja, 52% do algodão, 59% da soja e 30% do milho. Além disso tinham destaque na produção de uva, batata, tomate e amendoim (25).

QUADRO U

PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DAS DIRAS NO TOTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - 1983/84

DIRAS	Area Plantada (%)	Valor (%)
São Paulo	1,8	3,5
Vale do Paraíba	1,2	0,94
Sorocaba	12,3	10,7
Campinas	13,9	17,2
Ribeirão Preto	27,2	27,2
Bauru	6,9	6,5
São José do Rio Preto	12,4	14,5
Araçatuba	4,9	5,1
Presidente Prudente	7,4	5,6
Marília	11,9	8,5
Total do Estado	100,0	100,0

FONTES: Secr. Agricultura/Instituto de Economia Agrícola. In Seade, op. cit., p. 60.

(25) Seade, op. cit., p. 54/55. Para o estudo mais detalhado da dinâmica agrícola regionalizada ver Oliveira e Tartaglia, 1987.

MP

Também nessas duas regiões concentra-se a parcela mais importante da agroindústria do estado: a de sucos cítricos nas áreas de Limeira, Araraquara e Bebedouro, que na safra de 83/84 concentravam 92% da produção total; a de açúcar e álcool nas áreas de Campinas, Piracicaba e Limeira da Região de Campinas e em toda a Região de Ribeirão Preto - destacando-se, nesta, a própria sub-região do município sede, responsável sozinha na safra 85/86 por 27% do açúcar e 24% do álcool produzidos no estado. A plantação de laranja tem avançado, na década de 60, na região de Rio Preto - que na safra de 83/84 já superou a Região de Campinas na produção de laranja, e já conta com uma grande planta para produção de suco.

A produção do álcool no estado vem crescendo, nos anos 80, à taxa média anual de 23%. Passou de pouco mais de 2 bilhões de litros/ano no início da década para cerca de 7 bilhões, em meados dela. A área plantada com cana e a instalação de destilarias de álcool aumentaram muito nas DIRAS de São José do Rio Preto, e também no Oeste, em Araçatuba, Presidente Prudente e Marília (a região Bauru/Jau era em 1980, a principal produtora depois de Ribeirão Preto e Campinas).

A DIRA de São José do Rio Preto, terceira em valor da produção agropecuária, aproxima-se das de Ribeirão Preto e Campinas, tanto por sua pauta produtiva quanto pelo grau de modernização; essas DIRAS compõe o principal espaço agrícola e Agroindustrial do estado.

Das demais DIRAS, as seguintes em produção agrícola, são as de Sorocaba e Marília, que no entanto não alcançam o mesmo dinamismo das três primeiras.

4.2.3. Dinâmica populacional e urbanização

Nos anos 50 o saldo líquido migratório do estado correspondeu a cerca de 1 milhão de novos habitantes, e na década de 60 esse contingente ascendia a mais de 1,5 milhões. Na década de 70 o crescimento econômico diferenciado do estado, aliado à persistência do atraso estrutural em

MP

vastas áreas (Nordeste, Minas), às transformações da base agrícola em outras (Paraná) e ao progressivo fechamento das fronteiras agrícolas nacionais fizeram com que o saldo migratório líquido para São Paulo atingisse cerca de 3 milhões de pessoas, número cerca de cinco vezes maior do que aquele absorvido pela fronteira amazônica, por exemplo.

No interior do espaço geográfico paulista, nas décadas de 60 e 70 inverteram-se os sentidos dos deslocamentos populacionais, com a industrialização, o fim do processo de ocupação territorial e a perda do dinamismo a Oeste. Se desde a época cafeeira o sentido mais importante dos deslocamentos fora o do Oeste, nas décadas de 50 e 60, e com mais vigor na seguinte, aquela Região passa à condição de expulsadora líquida, e o crescimento passa a concentrar-se sobretudo na porção oriental do estado.

Na década de 60, destaca-se a alteração do saldo migratório para a Região de Campinas, mais de três vezes maior do que o da década anterior (189 mil pessoas nos anos 60, contra 50 mil nos anos 50). Para a Grande São Paulo, o fluxo foi de 1,96 milhões, 1,5 vezes o do período anterior; em 1970, a região concentrava 45,8% da população total do estado.

Nos anos 70, a Grande São Paulo mantém um saldo absoluto crescente, mas de importância menor vis-a-vis seu próprio crescimento vegetativo. A Região de Campinas amplia sobremaneira seu saldo migratório: 633 mil pessoas. Esse contingente correspondeu a cerca de 20% do fluxo total no estado, e superou os fluxos somados de todas as demais regiões com saldo positivo; a relação migrantes/população total na Região de Campinas foi bem maior do que a da Grande São Paulo. As regiões de Ribeirão Preto, Sorocaba e Bauru apresentaram saldos positivos invertendo o resultado da década anterior, e o Litoral e Vale do Paraíba também apresentaram saldos maiores. No Oeste, Marília, Presidente Prudente, Aracatuba e São José do Rio Preto continuavam mostrando saldos negativos, sendo que na Região de Aracatuba a população diminuiu, em termos absolutos.

Nessas duas décadas, alterou-se radicalmente o perfil rural/urbano da população paulista. Em 1970, em todas as Regiões Administrativas a população urbana superava a rural e, em 1980, a taxa de urbanização para o estado atingia 89%. No entanto, nesse processo é possível individualizar as duas tendências mais pronunciadas para as décadas de 60 e 70. Na primeira, sobressai o crescimento urbano da capital e municípios do entorno que, nesses anos, apresentam as maiores taxas de

VP

aumento da população urbana no estado; é a fase da conurbação e metropolização aceleradas naquele espaço. Na década de 70, enquanto estabiliza-se relativamente a velocidade de crescimento da Região metropolitana, no interior uma série de cidades apresentariam taxas de crescimento muito elevadas: a velocidade de aumento da população urbana nas Regiões do Vale do Paraíba, Sorocaba e Campinas, superariam a da Grande São Paulo, e mesmo em regiões de medíocre crescimento populacional total, as cidades de maior porte cresceram a taxas elevadas. Assim, um traço particular da dinâmica urbana no período recente foi a emergência das cidades de porte médio do interior do estado, fenómeno que, se bem que mais intenso em algumas áreas (sobressaindo a de Campinas), foi geral para todas as regiões. Em 1980, haviam 34 municípios e (30 cidades) do estado, com mais de 100 mil habitantes, dos quais 20 fora da região metropolitana⁽²⁶⁾.

Portanto, está em curso um processo de concentração populacional com duplo carácter: de um lado, esvazia-se relativamente a área Oeste do estado e cresce muito o número de habitantes das regiões da parte Leste, as mais industrializadas. Por outro lado, a população tende a fixar-se crescentemente nos maiores núcleos urbanos, tanto na região metropolitana quanto nos principais centros regionais.

Do ponto de vista produtivo, como consequência do movimento de "interiorização da indústria" e das transformações na agropecuária, com sua subordinação ao grande capital industrial, a economia interiorana está hoje consideravelmente avançada, em termos das estruturas agrícola e industrial, em termos das relações de trabalho e ainda dos sistemas de transporte e de infra-estrutura.

(26) A título de comparação, no restante do país o número de cidades com mais de 100 mil habitantes em 1980 era de 32.

Do ponto de vista espacial, verifica-se crescente concentração do potencial produtivo e também da população em determinadas regiões. Para tentar medir, de forma agregada, essa concentração, utilizamos os dados dos Censos Econômicos de 1980, com os totais por Região de governo. As variáveis utilizadas foram o Valor da Produção Industrial, a Receita Total Agropecuária, a Receita do Comércio e a Receita de Serviços (27).

Com base nisso, verifica-se que das atuais 43 Regiões de Governo as dez seguintes respondiam por 2/3 do esforço produtivo interiorano: Campinas, Santos, São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Jundiaí, Piracicaba, Limeira, Araraquara e Taubaté (28).

Dessas Regiões, a de Campinas é a primeira em Valor da Produção Industrial e em Receita do Comércio, e a segunda em Receita Agropecuária e em Receita de Serviços. A Região de Governo de Ribeirão Preto é a primeira em Receita Agropecuária, e a de Santos a primeira em Receita de Serviços. Verifica-se, ainda, que dessas dez Regiões de Governo, quatro encontram-se na Região Administrativa de Campinas (Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Limeira), duas na R.A. do Vale do Paraíba (São José dos Campos e Taubaté) e duas na R.A. de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto e Araraquara).

No quadro VI, ponderamos a Receita Total dessas dez Regiões de Governo por suas populações.

(27) Esses dados encontram-se em "Hierarquia das Regiões e dos Municípios do Estado de São Paulo", SAREM/SEP-CAR, Governo do Estado de São Paulo, 1987. As Regiões de Governo são aquelas definidas pela lei 26.581, de 1987. A Receita de Serviços cobre apenas parcialmente o setor. Não estão envolvidas, por exemplo, as atividades de intermediação financeira.

(28) Aqui, "interior" corresponde ao Total do Estado menos o da Região Metropolitana de São Paulo.

QUADRO VI

**RECEITA TOTAL DA INDÚSTRIA, AGROPECUÁRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS^(1)
POR HABITANTE (Cr\$ de 1980)**

Região de Governo	Receita Total por Habitante (Cr\$ de 1980)	Receita Total (Cr\$ milhões de 1980)
Santos	680,00	662
Campinas	600,00	848
São José dos Campos	600,00	296
Jundiaí	340,00	136
Piracicaba	330,00	98
Sorocaba	300,00	206
Ribeirão Preto	290,00	189
Limeira	250,00	87
Araraquara	210,00	70
Taubaté	200,00	65
Estado de São Paulo ¹	414,00	9204
Região Metropolitana de São Paulo	420,00	5272
Interior	315,00	3923

FONTES: Censos Econômicos e Demográfico, 1980, FIBGE, in SINERG, Gov. Est. São Paulo, op. cit.

(1) Apenas os setores de serviço cobertos pelo Censo.

A par do grau de concentração da produção nessas regiões, que somadas à RMSP, eram responsáveis por 86% do total estadual, ressalta aí as receitas por habitante em Santos, Campinas e São José dos Campos, superiores à da própria Região Metropolitana e à média estadual (29).

Com a industrialização pesada, avançou a homogeneização econômica do espaço paulista, feita sob a égide do grande capital industrial e financeiro. Aumentou o grau de concentração nas várias esferas produtivas e generalizaram-se os padrões técnicos, administrativos e financeiros típicos da grande empresa, tanto na agricultura quanto (crescentemente) no setor terciário. Unificou-se o mercado de trabalho urbano/rural e disseminaram-se os hábitos de consumo próprios de uma sociedade industrial de massas, muito embora as enormes carências sociais não tenham se resolvido, tendo ao contrário aumentado o grau de desequilíbrio nesse transcurso.

Esse padrão de crescimento acentuou também os desequilíbrios regionais.

Nas áreas de crescimento intenso, reproduz-se (embora em escala absoluta menor) o "caos urbano" da metrópole, com os maiores fluxos migratórios e a expansão das cidades comandada pelos interesses do capital mercantil. O crescimento populacional acompanhado do mesmo perfil regressivo da renda pessoal vem gerando enormes pressões sobre as demandas sociais que o Estado (nos vários níveis) não é capaz de atender. Como consequência da industrialização, dos assentamentos precários sem infra-estrutura, do desmatamento e da quimificação da agricultura, multiplica-se a agressão ao meio ambiente, tornando-se crítico em algumas áreas o problema do abastecimento de água (em Campinas e em Piracicaba, por exemplo). Em suma, o bom padrão de vida urbano que a maioria das médias e grandes cidades do interior paulista oferecia até os anos 60 está sendo, crescentemente, deteriorado.

(29) As Regiões de Governo formaram-se com base em critérios principalmente administrativos e abarcam número distinto de municípios. Assim, por exemplo, a R6 Ribeirão Preto tem 22 municípios, a R6 Campinas tem 18, enquanto as de Santos e São José apenas 8. Não obstante, acreditamos que a tabela acima serve para dar uma idéia da concentração, bem como das diferenças do potencial produtivo entre elas.

4.3. Expansão e diversificação da base econômica, em Campinas e Região

Colocados os contornos gerais do movimento da industrialização pesada no estado de São Paulo e das mudanças na dinâmica regional em seu território, estamos agora em condições de examinar a trajetória econômica, populacional e urbana da cidade de Campinas e de sua região nesse contexto.

No capítulo anterior, vimos como no espaço econômico polarizado pela cidade, a estrutura anterior legada pelo desenvolvimento cafeeiro transformou-se em função dos novos estímulos gerados pela industrialização em marcha. Destacamos a rápida conversão da base agrícola após a crise do começo dos anos 30, o crescimento da agroindústria e, em particular, o vigoroso impulso industrial dos anos 50. Do ponto de vista urbano, acentuamos a forma como a cidade foi capaz de reciclar suas antigas funções, de polo regional e de "porta de entrada" para o interior, desenvolvendo mais seu setor secundário e o aparato de comércio e serviços, aumentando o grau de complexidade de sua estrutura social.

Neste item, tratamos da evolução da base produtiva local e regional com a industrialização pesada, dando ênfase ao mesmo tempo à verificação de como aquelas funções da cidade se atualizaram nesse transcurso. Deixaremos para o próximo item o estudo do processo de metropolização em curso na área e finalmente, das consequências do crescimento sobre o padrão de vida urbano.

4.3.1. A Região de Campinas no começo dos anos 60

No começo da década de 60, a Região de Campinas constituía o mais importante espaço econômico do estado de São Paulo, excetuando-se a Região

Metropolitana (30). Sua agricultura era responsável por cerca de 44% da produção de cana e laranja do estado, culturas em que era a principal produtora; colhia também boa parte do milho, da mandioca, do café e do algodão e desenvolvera importante atividade criatória, destacando-se o rebanho leiteiro e a avicultura, e uma horticultura e fruticultura que só encontravam rival naquelas desenvolvidas na própria Região Metropolitana. A Região, com cerca de 13% da área plantada estadual, gerava 14% do Valor da Produção Agropecuária na média das safras de 58 e 59. Esse valor colocava-a em segundo lugar, depois da Região de Ribeirão Preto, que era responsável por 16,8% do total (contando com cerca de 20% da área plantada).

Essa agricultura regional detinha também os melhores índices de utilização de tratores, implementos e veículos e apresentava as maiores produtividades relativas (ton/ha) nas culturas mais importantes.

Do ponto de vista industrial, em 1960 a Região detinha 8,9% do Valor da Produção (e do Valor da Transformação Industrial) estadual; esse percentual, também o maior do estado excetuando-se a Grande São Paulo, era equivalente ao de 1950 (9,0%). Na estrutura industrial regional, continuavam predominando os ramos de bens não duráveis, (58% do VTI), o mais importante sendo o de produtos alimentares seguindo-se a indústria têxtil mas a mecânica, borracha, papel e papelão, couros e peles e minerais não metálicos registravam implantação significativa. Especialmente, a contrário do que ocorria em outras regiões, a produção industrial não se concentrava exclusivamente no principal polo. O município de Campinas, concentrava 17% da produção regional, e sua subregião, na qual localizavam-se outros centros industriais importantes (na época, Americana, Sumaré e Valinhos, principalmente) era responsável por 41% daquela produção.

(30) Adotamos aqui, como nos itens anteriores, a divisão em Regiões Administrativas definida pelas leis 48.163, de 1967, e 52.576, de 1970. A RA de Campinas tem 27.043 km² de área, e subdivide-se em oito sub-regiões: Jundiaí, Campinas, Piracicaba, Limeira, Rio Claro, Casa Branca, São João da Boa Vista e Bragança Paulista. Compreende, no total, 83 municípios.

Em seguida, a subRegião de Jundiaí respondia por 17%, e as de Limeira e Piracicaba por cerca de 15% cada uma. Essa implantação relativamente descentralizada configurava especialições distintas, que haviam nascido com o café e se consolidado no processo de transformações da base econômica regional após a crise de 29. A cidade de Campinas, principalmente, e alguns dos municípios dela desmembrados (Sumaré, Valinhos e Paulínia, estão ainda distrito) atraíram nos anos 50 um conjunto de importantes empresas mecânicas, de material elétrico, borracha, etc..., num movimento que a dinâmica da industrialização pesada iria generalizar nas décadas seguintes para os outros polos da região (31).

A população total da Região em 1960 era de 1,54 milhões de pessoas (11,8% do total estadual), das quais 621 mil na zona rural (o maior contingente do estado). Nos anos 1950, a população rural continuava diminuindo, mas a um ritmo menor do que o do decênio anterior. Entre 1950 e 1960 a Região recebeu um saldo líquido de 58 mil migrantes, provenientes sobretudo do próprio interior do estado de São Paulo; os aumentos tanto do fluxo migratório quanto do componente vegetativo do crescimento, devido sobretudo às menores taxas de mortalidade, fizeram com que se elevasse a taxa geométrica anual de incremento da população, que passa de 0,79% a.a. entre 40 e 50 para 2,93% a.a. entre 1950 e 1960. Nem toda a Região, entretanto, constitui-se em área de atração migratória. De fato, a partir dos anos 50 começou a acelerar-se o rearranjo populacional interno, com crescimento diferenciado das áreas mais industrializadas e de agricultura mais dinâmica. Assim, a nível de sub-regiões, apresentaram saldos positivos Campinas, Jundiaí, Limeira e Piracicaba, enquanto as sub-regiões de Rio Claro, Bragança, São João da Boa Vista e Casa Branca constituíram-se em áreas de esvaziamento, com fluxos migratórios negativos.

Por outro lado, a população urbana apresentava, na década de 50, altas taxas de crescimento em todas as sub-regiões (a de menor taxa foi Rio Claro, com 3,0% ao ano). Não obstante, os centros urbanos mais importantes, de maior crescimento, localizavam-se no antigo eixo da Cia Paulista, nas sub-regiões de Campinas, Jundiaí, Limeira e Piracicaba. Sintetizando, no começo dos anos 60, a Região de Campinas diferenciava-se nitidamente das demais Regiões do estado, do ponto de vista de sua estrutura produtiva. Desenvolvera, num grau maior do que qualquer outra, a diversificação em suas atividades industriais e agrícolas, do que resultara

(31) Os dados aqui apresentados são do Censo Industrial de 1960 da FIBGE. Utilizamos uma tabulação elaborada pela Fundação Seade, SP.

um grau mais avançado de divisão social do trabalho, de complementariedade produtiva e portanto de estímulos recíprocos no processo de crescimento. Como importante consequência desse desenvolvimento, estimulavam-se as funções urbanas tanto de apoio à produção quanto aquelas relacionadas com o aumento populacional e maior complexidade do tecido social. Assim, na rede regional de cidades, estruturava-se um sistema hierarquizado no qual despontava a sede regional (Campinas), mas ao mesmo tempo progrediam outros centros subregionais ligados às diferentes especializações industriais e agrícolas, e mesmo municípios de menor porte mas que podiam manter uma vida urbana florescente. Por outro lado, especialmente algumas partes da antiga zona da Mogiana, da sub-região de Bragança Paulista, e da sub-região de Rio Claro ofereciam nítido contraste nesse quadro, configurando-se como áreas de esvaziamento populacional e econômico, dada a inflexão de suas bases agrícolas após a crise cafeeira e sua inserção marginal no movimento de industrialização.

4.3.2. Evolução agrícola e industrial, 1960/1980

Evolução Agrícola Regional

Nos vinte anos que vão de 1960 a 1980, e com ênfase especial na década de 70, a agricultura regional acentuou sua especialização nas culturas exportáveis/industrializáveis e nas atividades de maior rentabilidade estimuladas pelo crescimento da população urbana.

QUADRO VII

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS - DIRA DE CAMPINAS - 1960/1980 (32)
(%)

	Lavouras Tempora- rias	Lavouras Perma- nentes	Sub-Total	Pastagens	Outras	Total
1960	24,02	8,32	32,34	54,81	12,85	100,00
1980	35,13	13,61	48,74	40,35	10,91	100,00

FONTE: IEA. Secr. Agricultura do Est. S. Paulo.

Os dois principais produtos agrícolas regionais, a cana e a laranja, respondiam no triênio 79/81 em média por 39% e por 16% da área de lavouras. A terceira cultura em área plantada na média desses anos ainda era o milho, cuja importância entretanto diminuía acentuadamente: de 31% em 58/59 para 13% da área com lavouras em 79/81. De modo geral, as áreas plantadas com cana e laranja passaram a substituir as culturas de milho, as pastagens e, em parte, a recobrir as terras não aproveitadas. Culturas alimentares, como arroz, feijão e batata também perderam terreno.

Na média das safras do triênio 1979/1980/1981, verifica-se que a DIRA de Campinas foi a primeira produtora estadual de algodão (31% do total estadual) e de tomate (21%), a segunda de cana-de-açúcar (26%), de laranja (28%) e cebola (20%), e a terceira de arroz e uva. Era ainda a principal região fruticultora e avicultora. No conjunto, com 14,5% da área plantada de São Paulo, a DIRA de Campinas foi responsável em 1980 por 17% do seu Valor da Produção Agropecuária (contra 14% em 1960 e 15,5% em 1970). Esse Valor da Produção Agropecuária da DIRA de Campinas era, no estado de São Paulo, inferior apenas ao da DIRA de Ribeirão Preto, e sua magnitude relativa pode ser medida quando se recorda que, em 1975, ele era inferior fora do Estado de São Paulo, apenas aos dos estados sulinos e ao de Minas Gerais.

A intensidade do processo de modernização agrícola regional pode ser avaliada com os dados do Quadro VIII.

QUADRO VIII**UTILIZAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - DIRA DE
CAMPINAS E ESTADO DE SÃO PAULO**

	Tratores		Arados de tração mecânica		Veículos de tração mecânica	
	1960	1980	1960	1980	1960	1980
DIRA Campinas	4.454	21.604	4.493	14.699	4.983	20.480
Est. S.Paulo	27.726	139.739	49.217	156.871	30.419	154.331

FONTE: Censos Agropecuários, FIBGE, 1960 e 1980.

O grande impulso à mecanização das lavouras, como foi dito, ocorreu a partir da década de 1970. Nesse ano, enquanto a relação "Tratores/1000 hectares" era de 3,5 para o estado, na DIRA de Campinas era de 5,5. Em 1980, era de 6,2 para o estado e 9,2 para a DIRA de Campinas, a mais alta do estado, comparável ao das agriculturas mais adiantadas do mundo.

A maior mecanização, a utilização mais intensiva dos insumos químicos e a introdução de novas variedades e tipos de sementes refletiu-se num generalizado aumento do rendimento físico, conforme se vê no Quadro IX.

(32) AS DIRAS - Divisões Regionais Agrícolas - são as divisões espaciais utilizadas pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. A DIRA de Campinas praticamente coincide com a respectiva Região Administrativa.

QUADRO IX

**PRODUTIVIDADE (ton/ha) - PRINCIPAIS CULTURAS
DIRA DE CAMPINAS**

Produto	Rendimento médio anual	
	(1958/1959)	(1979/1980/1981)
Algodão	1,02	1,97
Batata	8,23	13,08
Café	0,35	0,48
Cana	48,72	55,13
Cebola	4,45	14,42
Laranja	8,36	13,07
Milho	1,31	2,35
Tomate	24,44	58,33
Uva	9,90	11,33

FONTE: Instituto de Economia Agrícola, Secretaria Agricultura do Estado de São Paulo. In Convênio Fecamp/Seplan, op. cit.

Acompanhando essa modernização no processo produtivo agrícola, intensificaram-se as relações agricultura/indústria. A agroindústria regional, concentrada sobretudo nas áreas de Campinas, Limeira e Piracicaba, foi responsável na safra 85/86 por 27% da produção açucareira estadual, 22% de álcool e 26% da capacidade produtiva de sucos cítricos. No setor de laticínios, existiam no começo dos anos 80 na Região 51 estabelecimentos para processamento do leite "in natura", destacando-se entre eles as usinas de grande porte da Nestlé (em Araras e Porto Ferreira), Laticínios Mococa (em Mococa) e da Leco (Campinas) (33). Na área de abate de bovinos, a

(33) Na produção do leite, embora existam na Região grande número de pequenos estabelecimentos, é crescente a importância dos maiores produtores especializados (leite tipo B e A). Essa tendência, juntamente com a sofisticação na área do processamento, associa-se à sua posição privilegiada para o fornecimento aos mercados urbanos de maior poder aquisitivo.

posição regional no total do estado não era destacada (8,4% do total), mas no de suínos ela era a segunda (com 27% do total) e era a principal Região no abate de aves, com 53% da produção estadual. As empresas de fabricação de óleos vegetais, que já constituíram o principal segmento agro-industrial local, tem-se deslocado para as regiões produtoras das sementes oleaginosas (anteriormente, algodão e amendoim, mas hoje sobretudo a soja), cabendo lembrar que uma característica dessa indústria é sua capacidade técnica de trabalhar com diversas sementes pelo ajuste do equipamento de prensagem, além da elevada integração vertical de suas linhas de produção e da diversificação de produtos (rações, torta para animais, gordura vegetal). Assim, embora a Região de Campinas persista como a principal produtora de algodão no estado, seu parque de fabricação do óleo diminuiu de importância, não obstante a presença de uma grande empresa do setor na cidade de Campinas (34).

Outros ramos industriais que processam matéria-prima de origem agrícola tem presença destacada na Região: papel e papelão com 28% da produção estadual, couros e peles, com 28% e têxtil, com 21%. De outro lado, também os setores da "indústria para a agricultura" compõe importante segmento do parque industrial regional: adubos, rações, máquinas e implementos agrícolas, produtos veterinários, são os principais.

O desenvolvimento local da agroindústria refletiu, também a própria localização geográfica e o sistema viário regionais, que permitiam a ligação eficiente tanto com outras regiões produtoras de matérias-primas quanto com os grandes mercados urbanos consumidores e os terminais de exportação. Este último fator (a proximidade de grandes cidades) foi também poderoso indutor da modernização produtiva do setor primário, não só pelo crescimento do mercado urbano, mas por sua crescente diferenciação e sofisticação.

(34) Para um resumo sobre a agroindústria paulista e sua regionalização no estado, ver Seade, op. cit., p. 62 e seguintes.

Característica marcante das atividades agrícolas nesta Região é sua pronunciada diversificação. Esta pode ser avaliada pelas distintas especializações: as subregiões de Campinas, Limeira e Piracicaba distinguem-se pelas culturas (e agro-indústrias) da cana e da laranja; a de Jundiaí, pelas atividades ligadas ao crescimento dos mercados urbanos, como a fruticultura e a avicultura, o mesmo ocorrendo com a de Bragança Paulista que detém ainda importante rebanho leiteiro e o principal plantel suíno do estado. Em São João da Boa Vista, destaca-se a cafeicultura (maior número de pés do estado) e a criação de gado leiteiro (maior produção estadual de leite), tendo avançado mais recentemente a cultura da cana, e em Rio Claro, está o maior rebanho de corte da Região.

QUADRO X

PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES DE GOVERNO QUE FORMAM A REGIÃO ADMINISTRATIVA DE CAMPINAS NO TOTAL DA RECEITA AGROPECUÁRIA DA REGIÃO - 1980 (2)

Região de Governo	Participação na Receita Agropecuária da Região
Campinas	26,2
Piracicaba	10,3
Limeira	16,0
Rio Claro	7,6
São João da Boa Vista (1)	20,7
Jundiaí	7,4
Bragança Paulista	11,9
Total da Região	100,0

(1) Inclui as antigas subregiões de São João da Boa Vista e Casa Branca.

FONTE: SAREM/SEP-CAR, SINERG, op. cit.

Mas a principal produtora agropecuária regional é a própria Região de Governo de Campinas, que caracteriza-se pela diversificação produtiva e pelo peso relativo das atividades mais rentáveis: é grande produtora de cana

e laranja, a maior produtora regional de algodão e milho, e a segunda no cultivo do café; detém importante atividade fruticultura e horticulora, concentrando a produção de tomate, produto cuja modernização de cultivo vem sendo intensiva e que gera alto valor da produção. Além disso, concentra também a maior parcela da avicultura regional. Essa atividade de crescimento exponencial recente no estado passou, como se sabe, por ponderáveis transformações técnicas, verticalizando-se e adotando padrões industriais de produção (em 1980, a Região de Campinas continuava com o maior plantel avícola do estado, 29,5% do total). Por fim, a horticulora em grande escala constitui destacada atividade local para o mercado interno e sobretudo para a exportação (35).

Resumindo, entre 1960 e 1980 a Região absorveu em alto grau o processo modernizante que caracterizou a agricultura paulista. Seu peso no total da Valor da Produção Agropecuária estadual aumentou. As transformações e diversificação produtivas e o progresso técnico abrangeram praticamente todas as sub regiões e a maior parte das atividades.

Foi amplo o impacto do desenvolvimento agropecuário sobre o meio urbano. Os efeitos induzidos sobre a produção e o emprego industriais foram de grande magnitude relativa em toda a Região, constituindo um dos aspectos importantes desse impacto, mas não o único. A atividade agropecuária moderna multiplicou as ligações também com o setor terciário, dos serviços financeiros até a infra-estrutura de comercialização, transportes e armazenagem. Além disso, exigiu crescentemente novos serviços de apoio - engenharia, agronomia, administração, planejamento, manutenção, informática, entre outros - e o maior concurso de instituições e grupos de pesquisa.

(35) A intensificação capitalista por que passa tanto a avicultura quanto a floricultura, com as modernas técnicas disponíveis, permitem produção com elevada eficiência em pequenas propriedades, condições essas amplamente encontráveis na Região.

Além dos encadeamentos produtivos, o aumento da renda no setor rural exerce, como é óbvio, influência sobre o comércio e os serviços urbanos de diversas naturezas. Cabe assinalar que, na Região, é significativa a presença dos pequenos e médios estabelecimentos rurais modernos, operando com elevados níveis de capitalização (36).

Evolução Industrial Regional

No que se refere ao crescimento industrial, entre 1960 e 1980 o número de estabelecimentos na Região passou de 5.037 para 9.786 enquanto o pessoal ocupado, elevou-se de 93.543, para 340.090 - um aumento de 263,5%. A Região de Campinas, que em 1960 já era a principal área industrial do estado, fora da Grande São Paulo, com 8,9% do UTI estadual, em 1970 ampliara sua participação para 10,5%, atingindo 15,1% em 1975 e 15,9% em 1980(37).

Nesse processo de crescimento intenso, concentrado sobretudo na primeira metade da década de 70, alterou-se sensivelmente a estrutura da indústria regional.

(36) Como exemplo, entorno de Mogi Mirim, formado pelos municípios de Mogi-Mirim, Artur Nogueira, Jaguariuna, Santo Antonio de Posse e Conchal, em 1980 haviam 3.317 estabelecimentos com área inferior a 100 ha, ocupando 59,6% da área total agrícola desse entorno, e a relação "tratores/1000 ha" era de 17,07, praticamente o dobro do índice da Região de Campinas, que como vimos, era o maior entre as Regiões do Estado.

(37) As fontes dos dados de indústria aqui utilizadas são os Censos Industriais do Estado de São Paulo, da FIBGE.

QUADRO XI
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - REGIÃO DE CAMPINAS
PARTICIPAÇÃO DE CADA RAMO NO TOTAL DO VTI
1960/1980

Ramos	Z do VTI da Região Campinas	
	1960	1980
Grupo I - Indústrias Pre-dominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não Duráveis	58,60	24,39
Textil	17,37	8,39
Vestuário	4,21	2,17
Alimentos	28,76	6,43
Outros	8,26	5,40
Grupo II - Indústrias Pre-dominantemente Produtoras de Bens Intermediários	28,12	46,29
Química	3,71	23,33
Minerais Não-Metálicos	9,30	6,31
Metalurgia	3,55	6,70
Outros	11,56	9,95
Grupo III - Indústrias Pre-dominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Durável	13,28	29,32
Mecânica	10,33	14,99
Material de Transporte	1,72	6,38
Material Elétrico	0,63	5,47
Outros	0,60	2,48

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: I. FIBGE - Censos Industriais de 1960, e 1980.

Os ramos que compõe o Grupo I (bens não duráveis de consumo), responsáveis em 1960 por 58,6% do total do UTI regional, em 1980 haviam reduzido essa participação para 24,4%. Isso não significa que não tivessem crescido; ao contrário, nesses vinte anos passou de 51 mil para mais de 118 mil o número de seus operários. A indústria têxtil da Região, com 452 estabelecimentos em 1960, era responsável por 12% do UTI do Ramo, no estado; em 1980, os 1.089 estabelecimentos têxteis regionais geravam 21% do UTI estadual do ramo.

Além do expressivo crescimento, ocorreram no período significativas mudanças, tanto na pauta produtiva, quanto nos processos e na escala de produção da indústria regional de bens não duráveis de consumo. As exigências do mercado externo impuseram a modernização, a padronização e melhoria da qualidade na indústria têxtil, e na de vestuário e estimularam também importantes segmentos agro-industriais, como o de sucos cítricos e o de abate de aves. Por outro lado, o crescimento da produção agrícola, exigiu o aumento da capacidade de transformação dessas matérias-primas, sendo o caso da fabricação de álcool, a partir da segunda metade dos anos 70, o exemplo mais expressivo disso (mas não o único). Finalmente, sobre o conjunto do grupo de indústrias de bens não duráveis teve impacto muito importante a intensidade da urbanização que ocorreu no período, não só pelo crescimento do mercado, mas por sua diversificação com a emergência dos novos padrões e hábitos de consumo.

Assim, embora tenham perdido importância relativa na estrutura industrial regional, os setores mais expressivos das indústrias do grupo I acompanharam a modernização e as transformações em curso no parque industrial, tanto a nível regional quanto estadual. Durante os anos 70, especialmente em sua primeira metade, bom número de empresas de grande porte desse setor deslocaram-se para a Região, destacando-se o crescimento do parque têxtil de Americana (38).

(38) Também tem expressão, no Grupo I, a indústria regional de perfumaria, sabões e velas, com plantas de grande porte em Valinhos, Vinhedo e Indaiatuba.

No Grupo II - predominantemente de bens intermediários - registrou-se o maior crescimento relativo regional em termos do valor da transformação industrial. Com certa expressão no panorama estadual até 1970, onde seus maiores destaques eram as indústrias de papel e papelão, couros e peles, borracha e minerais não metálicos, em 1980 a participação das indústrias do grupo I era a mais expressiva da Região no total estadual: papel e papelão com 28%, couros e peles com 28% e minerais não metálicos com 23%, além da borracha, cuja participação estadual continuava também importante. Porém, o mais significativo impulso nesse grupo de indústrias foi a implantação da Refinaria do Planalto, em Paulínia, nos anos 70: com isso, a ponderação do ramo químico regional no total estadual do ramo que era de 4% em 1970, atingia 25% em 1980.

As indústrias predominantemente de bens de capital e bens de consumo durável - grupo III - foram as que apresentaram as maiores taxas de crescimento da produção, no estado, nas duas décadas. Nesse grupo, foi significativo o processo de "interiorização industrial": a Região Metropolitana de São Paulo detinha, em 1960, 90,6% do seu VTI, contra 71,8% em 1980. No interior a Região de Campinas permanecia como a principal região produtora desses bens, os quais concentravam 29,3% do VTI regional em 1980 (39).

Entre 1960 e 1980, o número de estabelecimentos das indústrias do grupo III na Região passou de 336 para 1.762, enquanto o de operários passou de 10.414 para 98.325. Localizada próxima a São Paulo, com significativo implante industrial prévio, bom sistema de transportes e comunicações e expressiva rede urbana, a Região atraiu grandes empresas mecânicas, de material de transportes e de material elétrico, intensificando o movimento que começara na década de 50. O desenvolvimento econômico da Região foi tão intenso e diversificado que não apenas para aí vieram indústrias pesadas, mas até mesmo empresas nacionais de dimensões mais reduzidas tornaram-se empresas de porte nacional. É o caso da Romi (Santa Bárbara D'Oeste), da Nardini (Americana) e do Grupo Dedini (Piracicaba) entre outros.

(39) Nas indústrias do grupo III, o ramo regional de maior ponderação no respectivo total estadual é o da mecânica, com 20%. SEADE, op. cit., p. 33.

O crescimento das duas últimas décadas transformou a Região no terceiro parque industrial brasileiro atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo e do estado do Rio de Janeiro.

A nível interno o crescimento recente foi acompanhado de uma maior concentração relativa na sub região de Campinas, onde se instalaram as indústrias de maior escala e intensidade de capital.

QUADRO XII
PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS SUB-REGIÕES NO VALOR DA PRODUÇÃO
INDUSTRIAL DA REGIÃO DE CAMPINAS - 1960-1980
(%)

	1960 (%)	1980 (%)
Região de Campinas	100,0	100,0
Sub Região de Campinas	44,5	60,1
Sub Região de Piracicaba	13,8	10,1
Sub Região de Limeira	16,1	10,1
Sub Região de Rio Claro	3,1	1,8
Sub Região de S. J. B. Vista	2,5	1,4
Sub Região de Casa Branca	3,1	1,4
Sub Região de Jundiaí	15,3	13,8
Sub Região de Bragança	1,6	1,2

FONTE: Censos Industriais, 1960 e 1980, FIBGE.

A perda de peso relativo das demais sub-regiões não significa que tivessem estagnado. Em Jundiaí, a partir dos anos 60, passaram a implantar-se ramos de bens de capital, articulados principalmente ao fornecimento de peças e componentes para a indústria automobilística, embora a cidade seja um polo industrial antigo. Entre 1970 e 1980, o número de estabelecimentos cresceu de 501 para 618, e o pessoal ocupado passou de 21.590 para 42.317 pessoas. O município conta com expressivos segmentos da indústria alimentícia, mecânica, metalúrgica e têxtil. São vários os estabelecimentos industriais com mais de 1000 ocupações.

Americana, que até 1970 era praticamente um polo mono-industrial têxtil (mais de 80% do UTI local), em 1980 já diversificara sua estrutura com presença importante dos ramos de Borracha, Mecânica e Química. A têxtil reduzira seu peso para pouco menos de 60% do UTI, devendo considerar-se que no período Americana aumentara sua participação relativa no UTI estadual.

Em Limeira, nos anos 70, foi muito expressivo o crescimento: o pessoal ocupado multiplicou-se por 2,4 e o UTI cresceu a uma taxa real média de 12,8% a.a. O parque industrial local é diversificado, sobressaindo as indústrias mecânica, de material de transportes, de papel e papelão e química. No ramo de produtos alimentares, o destaque maior são as indústrias de sucos cítricos (Citrosuco, Citral), implantadas no final dos anos 60. É antiga no município a presença de grandes empresas, sobretudo no setor de máquinas e equipamentos e componentes (D'Andrea, Invicta, Varga, Fumagalli, entre outras), no de papel e papelão (Ripasa) e no de vestuário (Cia Prada). Mais recentemente, aumentava a presença do capital estrangeiro via associação com empresas locais (Invicta, Fumagalli).

O município de Piracicaba registrou, na década de 1970, um crescimento médio real do UTI da ordem de 170% ao ano, superior ao da RA de Campinas como um todo, e ao do próprio estado de São Paulo. Localiza-se no município importante parque produtor de equipamentos para o setor sucro-alcooleiro (grupo Dedini), responsável pelo atendimento de mais da metade da demanda nacional; além disso, operam aí diversas usinas de açúcar e destilarias de Alcool de grande porte. Existem ainda uma grande fábrica têxtil, uma de papel e duas indústrias de aguardente de porte. Nos anos 70, para lá se dirigiram duas grandes indústrias estrangeiras, a Caterpillar e a Philips.

Município de Campinas: evolução industrial

Em Campinas, o crescimento do período 1960/1980 consolidou a produção industrial como a mais importante atividade econômica do município, não obstante o dinamismo dos outros setores, e teria obviamente repercussões profundas sobre as demais funções urbanas.

Naqueles vinte anos, o número de estabelecimentos industriais aumentou de 519 para 1.204, e o pessoal ocupado passou de 15.315 para 52.218 pessoas. Aprofundou-se o movimento iniciado nos anos 50, com a implantação na cidade de grandes empresas nacionais e estrangeiras, de bens de capital e de consumo durável, marcadamente nos anos 70 (40).

Como consequência desse movimento e da ampliação das empresas instaladas anteriormente, em termos setoriais o grupo III responsabilizava-se em 1980 por 52% do UTI local, contra 22% do grupo de bens intermediários e 25% das indústrias de bens não duráveis. Considerados isoladamente, os ramos de maior destaque eram os de material elétrico e de material de transportes; se a estes dois fossem agrupados a metalúrgica e a mecânica, teríamos em 1980 cerca de 60% do UTI e 54% do emprego industrial locais. Para dar uma idéia da magnitude do crescimento nesse setor metalmeccânico, basta dizer que seu número de empregados em 1980 (cerca de 30.000 pessoas) superava o emprego industrial total local em 1970, e que seu acréscimo de emprego na década correspondeu a 18% do acréscimo da PEA urbana na cidade.

O crescimento do segmento metal/mecânico não se restringiu à cidade de Campinas tendo sido intenso nos municípios próximos: Sumaré empregava nesse setor, 7.893 pessoas; Valinhos 3.837 e Indaiatuba, 3.968, em 1980.

(40) Além dos Censos Industriais, utilizamos dados dos Catálogos Industriais de Campinas e municípios da Sub-Região, elaborados pelo CTAE/UNICAMP em 1976 e atualizados (para Campinas) em 1982, e também o Diagnóstico Econômico de Campinas, in Prefeitura Municipal de Campinas, 1983.

COMPOSICAO DA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO
MUNICIPIO DE CAMPINAS (Z)
1980

Generos de Industria	NE	PO	UP	VTI
Estracao de Minerais				
Prod. Minerais nao Metalicos	9,2	4,0	2,1	2,9
Metalurgia	13,8	10,0	4,9	7,2
Mecanica	11,3	15,1	11,8	15,9
Mat. Eletrico e de Comunicacoes	6,1	12,7	15,1	19,2
Material de Transporte	2,0	10,6	13,0	14,3
Madeira	2,0	0,5	0,1	0,1
Mobiliario	5,9	3,3	1,8	1,9
Papel e Papelao	1,2	2,0	0,9	0,8
Borracha	7,5	3,2	0,4	2,5
Couros, peles e prod. similares	5,8	1,5	1,1	0,9
Quimica	2,8	2,3	5,1	3,9
Prod. Farmaceuticos e Veter.	0,5	1,3	4,6	6,0
Perfumaria, saboes e velas	1,2	1,6	4,0	3,3
Prod. de Mat. Plasticas	2,4	2,5	2,5	2,7
Textil	2,0	2,5	2,0	1,6
Vest. Calc. Artefatos de Tecido	7,6	5,5	2,0	2,2
Produtos Alimentares	15,9	9,9	14,7	8,6
Bebidas	0,6	0,9	0,5	0,5
Fumo	-	-	-	-
Editorial e Grafica	6,8	2,4	0,9	1,3
Diversos	4,6	3,4	1,0	1,5
Unid. Aux. de apoio nat. ind.	2,6	4,8	1,4	2,5
Total da Industria de Transformacao	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE - Censo Industrial de 1980.

Portanto, somando-se ao contingente de Campinas o destes quatro municípios, atingia-se em 1980 um montante de cerca de 47.000 pessoas empregadas apenas nas indústrias metal/mecânicas. Além desse setor, o outro destaque no período foi a expansão da Indústria Química, com a implantação da REPLAN. Paulínia em 1980, empregava 1.596 pessoas em indústrias químicas, com 16 estabelecimentos. Campinas, por sua vez, empregava 1.350 pessoas em 35 estabelecimentos, a maioria de pequeno e médio porte.

As indústrias do Grupo I - produtos alimentares, têxtil, vestuário etc - embora perdessem peso relativo no conjunto, mantiveram apreciável impulso de crescimento em Campinas: entre 1970 e 1980, o pessoal ocupado cresceu cerca de 50%, atingindo pouco mais de 13.000 pessoas em 1980. Nesse grupo, predominavam também os pequenos e médios estabelecimentos, e ampla diversificação de produtos derivando seu dinamismo do aumento da população, do emprego e da renda urbanas, e do "boom" exportador.

O quadro XIV mostra as taxas médias anuais de aumento do pessoal ocupado na indústria, em Campinas, de 1956 a 1980.

QUADRO XIV
MUNICÍPIO DE CAMPINAS - TAXAS GEOMÉTRICAS MÉDIAS ANUAIS DE
CRESCIMENTO DO P.O. NA INDÚSTRIA

	PERÍODO				
	1956/1960	1960/1970	1970/1975	1975/1980	1970/1980
TAXAS	5,1	5,3	9,4	5,3	7,4

FONTE: FIBGE, Censos Industriais, 1960, 1970, 1975 e 1980, e Pesquisa Industrial, 1956.

Assim, nas décadas de 50 e 60 o emprego industrial em Campinas aumentou praticamente no mesmo ritmo que o aumento populacional, e na década de 1970 teve aumento semelhante ao da PER que cresceu à taxa anual de 7,8%. Cabe notar que o maior ímpeto dessa expansão deu-se na primeira metade dos anos 70 (auge do "milagre brasileiro"), diminuindo entre 1975 e 1980.

Como caracterização adicional da indústria local, reproduzimos abaixo os indicadores da distribuição do pessoal ocupado, por tamanho das

INDICADOR DE DESEMPENHO - INDICADOR DE DESEMPENHO E RENDIMENTO DE EMPREGOS
ANO DE 1982

Código	Ramo	Estab.	81-84				100-109				500 ou mais				Total
			Personal		Equipado		Personal		Equipado		Personal		Equipado		
			Mo.Estab.	Total	Produtão	Mo.Estab.	Total	Produtão	Mo.Estab.	Total	Mo.Estab.	Total	Produtão	Mo.Estab.	Total
18	Materiais e Metais	12	43	184	143	72	1336	1539	-	-	-	122	1048	1412	
11	Metalurgia	24	79	189	186	76	1441	1234	5	1371	1	1379	955	141	2315
10	Metalurgia	5	20	54	52	82	2037	1634	43	2052	1	2074	2027	423	2893
13	Metalurgia e de Osm.	2	17	28	23	37	1199	927	12	2782	2	3354	4254	74	2823
17	Papel e Papelaria	-	-	-	-	14	263	221	2	384	-	-	-	12	543
12	Borracha	-	-	-	-	3	24	7	-	-	1	826	848	3	922
19	Química e Física, Art. e Minera	-	-	-	-	3	119	185	2	574	-	-	-	5	793
28	Química	1	7	13	12	21	638	846	3	167	-	-	-	25	1024
21	Química Física e Química	-	2	7	5	2	32	28	2	435	2	1489	122	3	1023
22	Química Física, Químicos e Químicos	-	3	7	6	7	194	93	1	138	1	689	528	12	758
20	Metalurgia Física	1	3	7	7	24	888	872	1	274	-	-	-	28	1087
24	Têxtil	-	1	2	2	9	211	183	3	391	-	-	-	43	684
25	Química Física e Art. e Minera	9	28	74	65	59	1621	1458	8	1886	-	-	-	167	2036
26	Química Física	4	11	26	25	44	834	653	43	2348	2	1528	923	74	2823
27	Químicos	-	1	1	1	6	121	146	1	172	1	512	111	9	687
29	Químicos e Física e Química	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30	Químicos	2	26	63	60	148	925	846	2	148	-	-	-	73	1888
31	Químicos	6	17	41	39	39	635	595	5	722	1	1848	974	48	2448
32	Materiais de Transporte	2	2	7	7	8	187	151	2	272	3	634	582	18	774
33	Químicos	7	9	25	23	19	261	239	-	-	-	-	-	34	231
34	Químicos	17	21	58	48	32	861	757	4	646	-	-	-	94	1517
Total															
Total			94	295	284	671	1838	1197	89	1412	15	2341	1738	1495	2445

Fonte: Censo Industrial do Município de Campinas - CIBICAMP, 1982.

Elaboração: SEF, Prefeitura Municipal de Campinas, 1983.

empresas e por ramo em 1982.

Como se verifica, cerca de 3/4 do pessoal ocupado na indústria trabalhava em estabelecimentos de mais de 100 pessoas empregadas. Esse peso local dos grandes estabelecimentos é muito superior à média do estado, e também à da capital. No mesmo sentido, indicadores de produtividade (relação VII/pessoal ocupado) e de salários médios (relação salários Operários/n^o de operários) acusam para Campinas valores superiores aos do estado e da capital.

Uma especificidade importante do parque industrial local é sua diversificação, característica antiga mas que foi reforçada na expansão recente, em que pese o crescimento mais intenso do segmento metal/mecânico. Nesse sentido, a estrutura industrial de Campinas (e seu entorno) assemelha-se à da Grande São Paulo, ao contrário do que ocorre com os polos industriais das outras regiões do interior, especializados em determinados ramos e setores (41).

Essa especificidade nos remete a algumas considerações sobre os determinantes da industrialização recente em Campinas.

Como procuramos mostrar no capítulo anterior, o grau de desenvolvimento que a base econômica regional atingira (destacando-se o vigor capitalista de sua agricultura) permitira uma integração precoce - face às demais regiões - ao novo padrão de acumulação no período 1930/1955, manifestando-se localmente sobretudo efeitos "de estímulo" no processo de integração do mercado via comércio de mercadorias, característico dessa fase, polarizado pelo capital industrial sediado em São Paulo (42). Assim naquele período, a industrialização local adquire um caráter complementar, tanto às indústrias do polo quanto à crescente urbanização que ali se manifesta a partir da década de 40. Desenvolveram-se setores ligados à transformação de matérias primas agrícolas, sejam aquelas produzidas na própria região ou as trazidas de outros pontos do interior (couros e peles, madeira, papel etc...), e por outro lado ramos de

(41) Por exemplo a petroquímica e a siderúrgica no Litoral, a agro-indústria em Ribeirão Preto, a mecânica e material de transportes no Vale do Paraíba etc.

(42) Para a análise desse processo a nível nacional, ver Cano, 1985, pag.191 e seguintes.

produção de bens não duráveis para os quais não se colocavam graves exigências de escala e que podiam ocupar faixas de mercado regional ou local. Um segmento importante, cujo crescimento prossegue nessa fase dando sequência a uma antiga tradição da região é o metalúrgico/mecânico, que se ligava à produção de implementos agrícolas, de equipamentos para a agroindústria e, de bens metálicos e alguns tipo de máquinas de menor sofisticação.

Ainda na primeira metade dos anos cinquenta, começa o maior deslocamento de grandes empresas para a cidade, atestando que seu processo prévio de desenvolvimento era o fator fundamental na atração desses investimentos.

Com a industrialização pesada, destacam-se dois movimentos fundamentais: um deles, o da intensificação da implantação de grandes empresas de capital estrangeiro (e nacional, em alguns casos) e o outro, o do desenvolvimento da própria base industrial local para o mercado nacional e externo, como atesta a expansão de antigas empresas da Região (várias delas, aliás, acabaram se associando ao capital estrangeiro). A complementaridade intra-industrial desenvolveu-se num outro nível, como mostra por exemplo o crescimento das indústrias de origem local de peças e componentes para o setor automobilístico. Da mesma forma, no segmento de bens de capital, são destacados os exemplos de fábricas locais que alcançaram elevadas escalas de produção e altos padrões tecnológicos; no setor de bens não duráveis, empresas antes dedicadas ao atendimento do mercado regional puderam também alçar-se ao mercado nacional e externo.

Mais uma vez, julgamos importante assinalar que o processo prévio de desenvolvimento capitalista e de industrialização na região foi fundamental na atração das grandes empresas, e que, por outro lado, esse mesmo processo prévio permitiu a integração regional às determinações e à dinâmica do novo padrão de acumulação e à presença das grandes empresas,

estimulando-se fortemente a base econômica local, especialmente a indústria^(43).

Outras determinantes importantes vieram se superpor a esses movimentos: o "boom" agrícola, e a ação do Estado com a implantação da Replan. Ainda, não se pode esquecer o crescimento urbano como poderoso indutor da industrialização local. E o impulso exportador tem desempenhado importantíssimo papel como componente da demanda para a indústria local, como mostra o Cadastro Industrial de 1982, onde ressalta que, da força de trabalho fabril da cidade, 50% empegava-se em empresas que produziam para o mercado externo e que, dos 21 ramos industriais presentes na cidade, 13 são exportadores (44).

Por último, quanto à indústria, merece referência a implementação do polo de alta tecnologia, que vem se desenvolvendo em Campinas abrangendo setores como informática, micro-eletrônica, telecomunicações e química fina, com incentivo de empresas e instituições de pesquisas federais. Esse polo aproveita a existência das universidades, e, como é óbvio, sua implantação decorre da base industrial, das condições urbanas que a cidade oferece e da existência de adequado contingente de mão-de-obra qualificada.

(43) A generalização da implantação industrial em áreas do interior, mormente nas mais próximas de São Paulo, tem levado a interpretações a nosso ver equivocadas desse processo, como simples "desbordamento" da Região Metropolitana, constituição do "entorno" da capital, ou ainda de uma "macro-metrópole". Sem levar na devida conta o processo local de desenvolvimento e sua interação com o movimento geral não é possível explicar as características específicas de cada industrialização regional, nem entender os contornos que vai adquirindo a divisão do trabalho no território.

(44) Dados divulgados pelo delegado regional da FIESP para 1987 indicam que a indústria da Região foi responsável por exportações em valor próximo a 2 bilhões de dólares, entre exportações diretas e indiretas (partes e componentes de veículos ou máquinas, por exemplo). In Simpósio "Campinas, 2001", Promoção Ceatenge, Unicamp, 1987.

As transformações no setor terciário

O exame da evolução do setor terciário no período recente completa a investigação sobre as transformações na base econômica em Campinas. Este setor, na cidade, ademais de responder às exigências colocadas pelo crescimento da produção agrícola e industrial, e ao aumento do contingente populacional, recebeu tradicionalmente os estímulos do processo de desenvolvimento de uma grande área do interior do estado para a qual Campinas desempenha o papel de polo urbano.

A seguir, colocamos os principais contornos da evolução do setor de comércio e em seguida do setor de serviços, enfatizando as transformações da última década.

Entre 1970 e 1980, o comércio varejista local aumentou em 53% seu número de estabelecimentos, e em 121% o pessoal empregado. Assim, naquele último ano, haviam 21,8 mil empregados em cerca de 3,3 mil estabelecimentos⁽⁴⁵⁾. O tamanho médio dos estabelecimentos medido pela relação empregados/estabelecimentos cresceu 45%. O exame da evolução dos principais gêneros do comércio varejista indica que perderam importância relativa os segmentos mais tradicionais ("vestuário, alimentos, tabacaria") que concentram os pequenos estabelecimentos e por outro lado, aumentou notavelmente o peso dos gêneros, representativos dos supermercados e das lojas de departamentos e dos gêneros que refletem diretamente o crescimento populacional e urbano, como materiais de construção, máquinas, aparelhos e equipamentos, boutiques e o comércio especializado.

Em resumo, não só foi intenso o crescimento do comércio varejista no período, como sua estrutura transformou-se, aumentando muito o peso das grandes redes, tendência que reflete o acelerado processo de concentração do capital no setor, característico da nova etapa de industrialização. Ao mesmo tempo, aumentou o peso relativo do comércio campineiro sobre a Região.

(45) Dados dos Censos Comerciais. Não estão computados os trabalhadores sem registro, ambulantes, etc.

No setor do comércio atacadista, a cidade, em 1980, empregava 5.714 pessoas em 626 estabelecimentos, contra respectivamente 3.257 pessoas em 248 estabelecimentos no ano de 1970. Verificou-se assim um crescimento de 73% no pessoal empregado e de 152% no número de estabelecimentos, o que configura uma tendência oposta à verificada no comércio varejista. Um grande responsável por essa tendência de diminuição do tamanho médio dos estabelecimentos atacadistas foi o gênero "Produtos alimentícios, bebidas e artigos de tabacaria", onde foi expressivo o crescimento dos estabelecimentos e o tamanho médio diminuiu em 37%. Em geral, a progressiva especialização no comércio atacadista conduziu à um menor tamanho médio, por exemplo, com o fim dos grandes armazéns gerais. Além disso, técnicas mais modernas de comercialização, embalagem e manipulação também viabilizam as menores escalas.

Desses gêneros, o de maior expressão relativa no comércio estadual em 1980 era o de "Produtos agropecuários", com cerca de 10% das vendas totais do gênero no estado, e onde se desenvolveu novo sistema de comercialização (CEASA) para responder à urbanização. Outro destaque seria o gênero "combustíveis e lubrificantes", em Paulínia, de enorme ponderação no total estadual.

Em resumo, agregando-se Campinas e os principais municípios do entorno - Sumaré, Paulínia e Valinhos - obtinha-se a área de maior volume de emprego no comércio no estado depois da capital. Com 3,3% da população do estado, essa área respondia em 1980 por 4% da receita do comércio varejista, e 14% da receita do comércio atacadista.

No que se refere ao setor de serviços, são conhecidas as enormes deficiências no aparato informativo existente, dado que esse é um setor de extrema diversidade de atividades, relações de trabalho e graus de modernização e organização capitalista. No caso de Campinas, os Censos de Serviços - cuja cobertura do setor, é muito parcial - revelam que, na década de 1970, o emprego cresceu à excepcional taxa de 14,9% ao ano, taxa superior à estadual, à da Grande São Paulo, e à do Interior.

Analisando-se o aumento da População Economicamente Ativa no setor, verifica-se que os maiores crescimentos deram-se em Atividades Sociais (170%), Prestação de Serviços (130%) e Transportes e Comunicações (71%).

A modernização agrícola e o crescimento da base industrial

interiorizada, reforçaram significativamente o segmento de serviços diretamente ligados às atividades produtivas na cidade. A abertura de novas rodovias (D. Pedro I que faz a ligação com a via Dutra, Rodovia dos Bandeirantes, etc.), bem como o grande crescimento do transporte rodoviário e a função de "nó" ferroviário potencializaram seu papel tradicional de centro irradiador e receptor de cargas não só para a Região mas para todo o interior paulista e outros estados. O desenvolvimento dessa função tem provocado estrangulamentos nos fluxos, planejando-se inclusive a construção de enorme terminal de cargas que faria a interligação dos vários modos de transportes, centralizando a armazenagem (o projeto envolve a Fepasa, Secretaria Estadual de Transportes, Prefeitura Municipal e representantes empresariais). No setor de energia elétrica e telecomunicações, da mesma forma, Campinas centraliza as ligações com o interior, com a presença na cidade de grandes empresas, como a CPFL, Telebrás, Telesp, etc.

Além das atividades de transportes e comunicações, a cidade destaca-se no setor financeiro e no ligado ao mercado externo. É a terceira praça em movimento bancário do país, centralizando as sedes regionais de todos os grandes (e médios) bancos, e conta com agências de todos os bancos estrangeiros que operam no país. A ampliação da pauta do comércio exterior, que envolveu não só a agricultura mas também o setor secundário no período recente, transformou a cidade numa das principais praças exportadoras do Brasil, com a vinda dos bancos estrangeiros, escritórios e firmas especializadas. Reforça muito esse papel a presença do aeroporto internacional de Viracopos, que tem sido a principal saída de cargas aéreas do país.

Ainda no setor do terciário ligado à produção, a modernização propiciou o desenvolvimento na cidade de todo um segmento de apoio com empresas de variados setores, destacando-se o chamado "quaternário", que envolve serviços como consultoria, engenharia, informática, publicidade, etc., de grande crescimento recente. O deslocamento das grandes indústrias para a cidade e região reforçou muito o surgimento das empresas de serviços, dada sua tendência de repassar a estas parte das funções administrativas e de apoio à produção, visando maior controle de custos, benefícios fiscais e diminuição de encargos previdenciários.

De outro lado, o crescimento urbano induziu o desenvolvimento do terciário ligado à população. Aqui, destaca-se ampliação de funções também tradicionais de Campinas, como a hospitalar e a educacional, merecendo

referência o impulso à atividade universitária e de pesquisa científica (Unicamp, Centro Tecnológico de Informática, Centro de Pesquisas da Telebrás, Codetec, entre outros). As universidades (Unicamp e Puccamp) constituem grandes comunidades, com mais de 40 mil pessoas (das quais 29.900 alunos, em cursos de graduação e pós-graduação). Ademais dessas funções, passaram a multiplicar-se atividades relacionados com o caráter de grande centro que a cidade adquiria, no campo dos serviços pessoais e culturais, particularmente aqueles incentivados pela diversificação da demanda do crescente segmento populacional de altas e médias rendas. Por sua vez, o próprio aumento da população e (a partir da segunda metade da década de 70) seu maior nível de organização e capacidade de pressão sobre o poder local força o aumento da oferta de serviços urbanos, sobretudo nos bairros periféricos, e das atividades sociais públicas.

Como se depreende, na década de 70 o conjunto do setor terciário em Campinas aumentou de porte, modernizou-se e diferenciou-se, sob o influxo das transformações na base produtiva, do incremento populacional e dos novos hábitos e padrões de consumo e comportamento. Acelera-se com isso a transição da cidade, do papel de polo regional para o de centro metropolitano, assunto que abordamos no próximo item.

4.4. Evolução Urbana e Metropolização, 1960/1980

Entre 1960 e 1980, a população urbana de Campinas aumentou (de 186 mil para 591 mil habitantes) a uma taxa anual de 6,2% na década de 60 e de 5,8% na de 70. Em média, a população da cidade vem dobrando a cada doze anos desde 1950. A maior parcela desse crescimento deveu-se aos fluxos migratórios, como se ve no quadro XVI.

QUADRO XVI

Componentes Vegetativo e Migratório do Crescimento Populacional Campinas

Período	Saldo Vegetativo	Z	Saldo Migratório	Z	Incremento da Década
1950/60	36.945	43,3	47.699	56,6	844.194
1960/70	57.686	35,5	104.620	64,5	162.306
1970/80	111.825	38,7	176.870	61,3	288.695

FONTE: Censos Demográficos, FIBGE, 1950, 1960, 1970 e 1980. In Diagnóstico de Campinas, 1983.

No fluxo da última década, prevaleceram os migrantes com residência anterior no próprio estado de São Paulo. Dos estados tradicionalmente expulsadores, Minas Gerais continuou responsável pelo maior contingente mas o dado novo foi a elevada parcela vinda do Paraná, que se constituía em 1980 na principal origem dos migrantes com menos de dez anos de residência na cidade.

Campinas é o principal ponto de atração migratória do estado, depois da capital. A constituição dos fluxos que para cá se dirigiram confirma que, na última década, aos fatores tradicionais de expulsão ligados ao subdesenvolvimento estrutural de muitas regiões do país, somaram-se as razões derivadas da maior expansão modernizada da agricultura, multiplicando-se o assalariamento rural, a expulsão de migrantes e sua fixação urbana. Além disso, os dados do Censo Demográfico de 1980 mostram

a acentuada predominância dos deslocamentos urbano/urbano (dois terços do fluxo para a cidade), um indicativo de que ela se constitui crescentemente em opção de vida para parcelas das populações de outros municípios, sobretudo os pequenos. Interessante também reparar que a cidade atraiu pessoas de praticamente todas as regiões do estado, com predominância daquelas da própria Região e do Oeste, mas inclusive com um forte contingente oriundo da Grande São Paulo.

4.4.1. Industrialização e Estrutura Social

O crescimento dos contingentes migratórios reflete as transformações na estrutura social e nos padrões de vida urbanas que se desenvolveram com a industrialização pesada. Um indicador dessas transformações são as mudanças na relação PEA urbana/População Urbana: enquanto em 1960 essa relação era de 39,4%, em 1980 já atingia 47,1%, na cidade.

Como consequência da ampliação e diversificação da base produtiva, mudou o arcabouço social urbano, sendo uma das mudanças mais importantes justamente a maior incorporação relativa da população ao mercado de trabalho, que é um indicador claro do maior grau de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, como se observa no quadro XVII, Campinas apresentava em 1980 uma proporção de incorporação muito superior à média brasileira, e à do estado de São Paulo, sendo a maior entre as grandes cidades do estado, e maior também que a da capital.

QUADRO XVII

**Participação da PEA Urbana na População Urbana
Brasil, estado de São Paulo e Principais Municípios
1980 - (%)**

Relação PEA Urbana/População Urbana (%)	
Brasil	38,2
Estado de São Paulo	41,6
Região Metropolitana de São Paulo	44,0
Capital	45,3
Campinas	47,1
Santo André	41,3
São Bernardo do Campo	46,0
Santos	40,6
São José dos Campos	39,0

FONTE: Censo Demográfico, 1980, FIBGE.

O desenvolvimento econômico, com a industrialização pesada fez de Campinas uma área singular, no cenário paulista e brasileiro. Nesse transcurso gerou-se uma estrutura produtiva complexa, moderna, com perfil de economia desenvolvida, e que, ao contrário das demais Regiões do estado, pôde aliar o elevado crescimento industrial ao desenvolvimento agrícola, contando, ao mesmo tempo, com o suporte de um setor terciário que acompanhou as mudanças, modernizando-se e diferenciando-se por sua vez.

São expressivos em Campinas tanto os fluxos de mão-de-obra não qualificada que demandam o município diariamente, oriundos de cidades próximas (principalmente Sumaré) quanto, inversamente, os fluxos de mão-de-obra qualificada que reside na cidade e trabalha em São Paulo, Paulínia, e nos outros municípios da região, e até mesmo em localidades mais distantes no interior.

Com a industrialização pesada, mudou o caráter da urbanização em curso. Não se trata agora de um crescimento "extensivo" da população da cidade, mas de transformações profundas na sua constituição social, produtiva e de padrões de vida.

Do ponto de vista da constituição social, destaca-se desde logo a maior complexidade da divisão do trabalho. Nos vários setores, expandem-se novas funções com requerimentos de qualificação do trabalho em muito maior grau.

A absorção dessa mão-de-obra em setores modernos, onde é acentuado o peso dos grandes estabelecimentos tanto industriais quanto de comércio e serviços, consolidam expressivo contingente de médias e altas rendas que por sua vez alteram qualitativamente a demanda de serviços pessoais, também diversificando-a e sofisticando-a.

A ampliação e diferenciação da divisão social do trabalho manifesta-se também no desenvolvimento de diversas atividades em menor escala, desde aquelas que requerem certo capital até as artesanais, no apoio e complementação do segmento produtivo ou no atendimento da maior demanda derivada das novas condições de vida e trabalho.

Ainda, destacam-se nesse processo: a maior incorporação do trabalho feminino, tanto na produção quanto nos serviços e atividades sociais, e a ampliação dos segmentos de apoio à urbanização, como as atividades sociais, a administração pública e as atividades culturais e de lazer em geral.

Como se depreende, a industrialização pesada gerou uma estrutura social complexa e diferenciada em Campinas, uma estrutura similar à da capital e à dos maiores centros do país. Duas características importantes da cidade são, por um lado, a dimensão relativa de sua classe média, onde destaca-se expressivo contingente de profissionais liberais das mais variadas especializações (46) e por outro lado, as oportunidades que oferece ao trabalho no chamado "setor informal", decorrentes principalmente da expressão, numérica e em termos de renda, dos segmentos sociais médios que demandam variada gama de serviços. Esta última característica é um forte estimulante dos fluxos migratórios que demandam a cidade.

(46) Campinas é considerada, pelas empresas de propagandas e marketing, uma cidade-piloto para o lançamento de novos produtos, dada a grande ponderação local das chamadas "classes A e B". Por outro lado, é a primeira entre as grandes cidades na proporção de pessoas com diploma universitário na população, de acordo com o Censo Demográfico de 1980.

O crescimento capitalista recente propiciou o aumento em grande escala do emprego e da renda urbanos e estendeu hábitos de vida e consumo próprios de uma sociedade industrial moderna a uma ponderável parcela da população.

No entanto, é notório que esse foi um processo em que se agravaram os desequilíbrios característicos do desenvolvimento brasileiro, ampliando-se o grau de heterogeneidade estrutural que acompanhou a industrialização.

Em Campinas, como adiantamos, as taxas de crescimento do pessoal empregado tanto na indústria quanto no comércio aproximaram-se dos índices de crescimento da PEA urbana. Entretanto, verifica-se que houve diminuição relativa na proporção do emprego registrado pelos Censos Econômicos sobre o total da PEA de cada setor (dada pelo Censo Demográfico) entre 1970 e 1980: no caso da indústria, de 75% para 65%, e no comércio, de 80% para 77% (em 1980, haviam 35.800 pessoas, ou 13% da PEA urbana, trabalhando nesses dois setores, sem registro nos Censos Econômicos). Por outro lado, aumentou o peso relativo da "prestação de serviços" e da "construção civil" na PEA urbana (para cerca de 30% do total em 1980), setores esses que notoriamente empregam a maior parte da mão-de-obra não qualificada e do "trabalho não organizado".

Portanto, se não ocorreu na década um "inchaço" ainda mais pronunciado no mercado de trabalho da cidade, dado que foi muito grande o dinamismo gerador de empregos de sua economia, as indicações apontam para uma tendência de crescimento absoluto do contingente não absorvido pelo mercado formal de trabalho. O sensível aumento dos níveis de criminalidade e violência, favelização e marginalidade, atestam o agravamento do problema, que obviamente tenderá a tornar-se dramático em conjunturas recessivas, como mostra o quadro XVIII, onde se evidencia a diminuição do ritmo anual de geração de novos empregos formais na cidade no fim da década de 70, e sua diminuição absoluta em 1981.

QUADRO XVIII**Campinas - Geração de Novos Empregos**

Ano	Oferta de Novos Empregos
1976	17.705
1977	20.555
1978	9.964
1979	14.857
1980	8.748
1981	-1.521

FONTE: Ministério do Trabalho, relação de admissões e demissões, lei 4.923 in Seade, Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo.

No que se refere ao rendimento médio mensal, os dados do Censo Demográfico de 1980 para Campinas mostram que 38,1% da PEA não tinham rendimentos; e que outros 28,9% ganhavam entre 0 e 2 salários mínimos mensais. Da PEA total, apenas 12,5% ganhavam mais de 5 salários mínimos mensais.

Embora a situação em Campinas fosse um pouco melhor do que a observada para a média do interior e o conjunto do estado, a gravidade desse quadro social é evidente. Considerando-se a renda familiar, verifica-se que 15,24% do total, ou 25.080 famílias, recebiam menos de 2 salários mínimos mensais. Isso significa que, no município, mais de 100 mil pessoas situavam-se em 1980 abaixo da "linha de pobreza" (47).

Apesar disso, cabe assinalar que o número de famílias com rendimento maior do que cinco salários mínimos em Campinas (81.124) era inferior em termos absolutos, somente ao da capital.

(47) Jaguaribe, 1986, p. 62 e seguintes. Infelizmente, as Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar (PNADs) não cobrem o município de Campinas e por outro lado o Censo de 1970 não divulgou dados de renda familiar, o que torna impossível comparações com os dados de 1980.

Assim, se por um lado emergiu do crescimento econômico recente um tecido urbano mais complexo, e um amplo segmento social cujos padrões de vida podem ser comparados aos das sociedades desenvolvidas, por outro lado consolidou-se também um vasto contingente de população pobre, com crescentes problemas de emprego e salários aviltados.

Ademais dos fatores estruturais que condicionaram a urbanização recente - decorrentes tanto da herança de atraso quanto das características e do ritmo da industrialização em curso - a qualidade de vida nas cidades dependeu também de determinantes gerados a nível "intra-urbano", decorrentes basicamente da dinâmica da acumulação do capital mercantil, especialmente o imobiliário, grande responsável pelo perverso padrão de expansão da malha urbana e do processo de apropriação, uso e ocupação do solo.

A seguir procuramos resumir os traços principais da evolução urbanística de Campinas no período recente, destacando seus principais efeitos sobre a qualidade de vida da população da cidade.

4.4.2. Características da Expansão Urbana, 1960/1980

O intenso crescimento populacional e econômico experimentado pelo município, desde 1950, gerou crescente demanda por novas áreas urbanas, para moradia, instalação de indústrias, comércio e serviços, sistema viário, instalação de infra-estrutura, etc.

QUADRO XIX

Área Urbana de Campinas (mil m²)

Ano	Área Urbana	Variação Absoluta
1954	52.921	-----
1962	73.290	20.369
1968	110.129	36.839
1978	152.392	42.263
1980	172.876	20.484

FONTES: Monografias de Campinas e Secretaria Municipal de Planejamento, Prefeitura Municipal de Campinas (áreas com dados disponíveis).

A incorporação de novas áreas, feita através do parcelamento do solo (loteamentos), se por um lado responde ao real crescimento da demanda de uso, por outro decorre das necessidades de valorização imobiliária. O capital imobiliário especulativo realiza através dos loteamentos, uma transformação do valor da terra urbana, com a passagem de terreno rural para suburbano e urbano, e da gleba unitária para o lote. Um indicador da importância da especulação imobiliária pode ser visualizado quando se considera a relação de área urbana por habitante, em Campinas: 197,5 m²/habitante em 1940, 349 m²/hab em 1968, e 292 m²/hab em 1980.

Esse mesmo processo especulativo gera enorme proporção de vazios urbanos, lotes ociosos à espera de valorização.

QUADRO XX

Área Efetivamente Ocupada - Campinas

Ano	Área Efetivamente Ocupada (mil m ²)	% sobre a Área Urbana Parcelada
1968	43.262	40
1978	79.598	52
1980	95.338	55

FONTE: Secretaria Municipal Planejamento, Prefeitura Municipal de Campinas. In Diagnóstico de Campinas, 1983, p. 38.

Área efetivamente ocupada refere-se aos quarteirões com mais de 50% de ocupação.

Como se observa, embora venha se manifestando tendência de crescimento da área ocupada, em 1980 aproximadamente metade da área urbana efetiva constituía-se de vazios, proporção semelhante à observada em outras grandes cidades brasileiras (48).

(48) Como a porcentagem da área efetivamente ocupada foi calculada sobre a área urbana parcelada, excluídas as glebas inseridas na área urbana e não loteadas, os valores podem estar subestimados.

Os efeitos da expansão especulativa rebatem sobre o poder público sob a forma de custos e dificuldades crescentes para o atendimento da demanda de serviços e equipamentos; por exemplo, as redes de água e esgotos e de transportes tem que ser estendidos através dos vazios urbanos para atingir loteamentos periféricos cada vez mais distantes.

A dotação de infra-estrutura em áreas vazias, obtida pela inversão de recursos públicos, possibilitando a apropriação privada do diferencial de valor da terra assim gerado, constitui uma das principais formas de ganho especulativo. Esse processo, conhecido como "horizontalização" do espaço urbano, ganhou enorme impulso na cidade a partir do começo dos anos cinquenta, tendo a instalação das novas indústrias servido como sua principal indutora (ver capítulo anterior).

Na segunda metade dos anos 60, outro poderoso fator de incremento à horizontalização entra em cena na cidade: a Cohab, cujo efetivo funcionamento começa em 1967. Desses anos até 1970, ela foi responsável por 51% do total de novas residências em Campinas, todas em conjuntos habitacionais localizados em áreas vazias e distantes da malha urbana^(49). Repetiu-se com a ação da Cohab, em escala ampliada, a indução à especulação desenvolvida pela localização industrial.

A atuação das Cohabs constitui bom exemplo da privatização da ação do poder público, desenvolvida após 1964. Embora sob controle acionário da Prefeitura, elas são empresas privadas, dotadas de um Conselho de Administração onde tem assento representantes não só do governo, mas também dos interesses empresariais urbanos (construção, projetos, transportes, etc ...). Trabalhando com recursos federais, sua atividade, não obstante, escapa ao controle dos órgãos executivos e legislativos locais, não se submetendo à diretrizes de planejamento urbano. Ao procurar os terrenos "mais baratos", para viabilizar o acesso à residência das camadas de mais baixa renda, serve aos interesses do capital imobiliário especulativo, que comanda sua ação, seja porque está diretamente representado, seja por suas articulações com os organismos federais que controlam os recursos.

(49) Zimmermann, 1987, p. 96. O trabalho apresenta detalhada exposição do processo de expansão física da cidade no período recente, bem como uma discussão de seus principais determinantes.

Importante enfatizar que os "terrenos mais baratos", cada vez mais distantes da malha urbana, encarecem sobremaneira a infra-estrutura, o sistema de transportes, etc. São, portanto, fator inflacionário e de diferenciação da qualidade de vida, implicando na crescente periferização da população de baixa renda.

Ao movimento de horizontalização, sobrepõe-se outro, o da reciclagem de algumas áreas antigas e definição de novas "zonas nobres" com a abertura de vias capazes de dar suporte à "verticalização" residencial e comercial. O adensamento populacional, com maior uso do automóvel, implica em grandes investimentos públicos em alargamento de ruas, viadutos, vias expressas, readaptação das redes de água e esgotos, energia elétrica.

Nesse processo, a cidade vai adquirindo novo perfil, adequando-se aos padrões de vida e consumo emergentes com a industrialização pesada. Importante, mais uma vez, chamar a atenção para a articulação de interesses das frações do capital dominantes no processo de acumulação (indústria automobilística, construção civil) e o capital mercantil local, articulação que implica a submissão do poder público.

Na segunda metade dos anos 60 e primeira metade dos 70, Campinas foi palco de um impressionante conjunto de novas obras: Paço Municipal, urbanização da Lagoa do Taquaral, abertura do CEARA, Centro de Convivência, Hospital Municipal, Estação Rodoviária, vias expressas Norte-Sul, Aquidabã, Sudeste, Central, duplicação de várias outras avenidas e dotação de infra-estrutura aos conjuntos habitacionais, entre as principais. As explicações para esse surto construtivo podem ser encontradas na Reforma Tributária de 1966, que implicou em maior disponibilidade real de recursos para o município; na decolagem do "milagre econômico", com o correspondente aumento da renda e também da arrecadação municipal e, finalmente, na conjuntura de acentuado autoritarismo, que impedia o debate democrático sobre prioridades de ação governamental e alocação de recursos.

Nesse período, como mostra Zimmermman, os serviços públicos direcionados às camadas menos favorecidas foram comprimidos. A oferta de vagas em escolas municipais caiu de 5.784 em 1969 para 3.420 em 1973. Caiu também a oferta de atendimento médico nos postos de saúde e reduziram-se

os gastos com pessoal (50). No entanto, investiu-se ainda mais em obras complementares, de lazer, como Bosque Municipal, Concha Acústica do Parque Taquaral, e Centros Esportivos em bairros.

Essa mesma época coincidiu com a grande liberação de recursos pelo SFH para imóveis de alto e médio padrão, com o que estimulava-se o adensamento e verticalização em áreas mais nobres e no Centro urbano.

A parte final dos anos 60 e metade inicial dos 70 assitiu a um intenso "boom" local da construção civil, cujos suportes foram a ação da Cohab (conjuntos habitacionais), o citado conjunto de obras públicas e as construções residenciais financiadas pelo SFH - além das novas instalações industriais, comerciais e de serviços derivadas da aceleração econômica. Concomitantemente, a cidade adquiria sua feição contemporânea, com as novas avenidas, áreas públicas e de lazer, novos e sofisticados bairros residenciais, centros de compra e serviços, e também com o desmesurado aumento da periferia cada vez mais distante, ampliando-se o contraste e a diferenciação desses espaços urbanos.

Na segunda metade dos anos 70, o ímpeto construtor arrefeceria. O volume das inversões e das operações de crédito do período anterior comprimiram a capacidade de endividamento do setor público e impuseram crescentes custos financeiros ao orçamento municipal. Ao mesmo tempo, o crescimento econômico começava a desacelerar-se e os recursos oficiais repassados vão-se tornando mais escassos. Em função de tudo isso, diminuiu a disponibilidade de recursos públicos para investimentos.

Não podendo mais sustentar grandes empreendimentos, a administração municipal volta-se para obras de menor vulto. É o período da "distensão política", inicialmente marcado pela derrota do regime nas eleições de 1974; começam a crescer a organização popular e as exigências por melhores condições de vida.

(50) Zimmermman, op. cit., p. 132. O autor chama a atenção para o papel estratégico desempenhado pelos Planos Urbanísticos, culminando com o PDDI de 1969, no direcionamento da expansão urbana e definição de obras e áreas prioritárias para o investimento público.

Nessa situação, o poder público municipal passa a investir em creches, e sobretudo postos de saúde, para atender os reclamos da periferia da cidade. Assume também presença crescente na oferta de salas de aula, dada a omissão dos governos estaduais. A nível federal, o II^o Plano Nacional de Desenvolvimento viria contemplar a área social nos municípios, mas (como de hábito), vinculando os recursos às áreas geradoras de maiores obras: saneamento básico, metrô, e infra-estrutura urbana pesada.

A ação do capital construtor mudou de ênfase. Como não era mais possível ao poder público continuar abrindo grandes frentes de expansão, começou a intensificar-se a ocupação das áreas reurbanizadas na fase anterior, com o uso em larga escala dos recursos do SFH. A construção de prédios de apartamentos, que em 1975 representou 15,4% do acréscimo de novas moradias, em 1979 foi responsável por 49,2% e em 1981, por 61%. As alterações "ad hoc" das leis de zoneamento, para permitir a verticalização, viabilizaram grandes lucros especulativos com o valor dos terrenos.

Assim, no espaço urbano, interligam-se dois processos, gerados pela ação especulativa do capital imobiliário: a "verticalização", para as classes de rendas altas, e a "horizontalização", para os mais pobres.

O processo de crescimento da periferia, com abertura de novos loteamentos, prosseguiu nessa fase. A ação da Cohab, que havia arrefecido relativamente entre 1970 e 1975, recobra o nível de sua fase inicial.

Importante mudança em relação ao primeiro período foi a tendência a concentrar sua atuação na faixa de renda superior a 3 salários mínimos, a partir de 1975. Com isso, deixava-se sem atendimento ponderável parcela da população urbana. A Prefeitura Municipal colocou em prática apenas uma tentativa de atender com habitação as camadas populacionais mais pobres, o conjunto Profilurb (1978) mas não estendeu a experiência alegando custos muito altos dos terrenos.

Assim, além da ação da Cohab, os loteamentos periféricos seriam ocupados através da auto-construção, cujo resultado foi a proliferação de

habitações precárias erguidas no regime de mutirão (51).

Pelo exposto, fica clara a reprodução em Campinas do típico padrão de crescimento urbano vigente nas grandes cidades brasileiras. Como apontamos, trata-se de um padrão que contempla, por um lado, os interesses dos segmentos dominantes no processo de acumulação - sobretudo a indústria automobilística e a da construção civil e, por outro, atende às necessidades de valorização do capital mercantil construtor e loteador, além de outras frações do capital mercantil local, como o comercial e o dos transportes.

Esse padrão contou com o decidido apoio do Estado, a nível federal, materializado na centralização autoritária dos recursos e das decisões. Também o poder político local soube cumprir seu papel, aliás importantíssimo, no processo de valorização daqueles capitais; se mais não fez, não foi "por falta de vontade", mas porque o endividamento avolumou-se, sobreveio a desaceleração econômica e, além disso, a população avançou seu grau de organização e suas forças reivindicativas.

A crise econômica pós 1982, com maior endividamento externo e aceleração inflacionária, precipitou a crise financeira do Estado nos vários níveis hierárquicos.

Socialmente, o crescimento urbano recente traduziu-se na deterioração do padrão de vida da população, não obstante o enorme aumento da riqueza gerada.

(51) Em 1979, a promulgação da Lei Lehman disciplinou a abertura de loteamentos, exigindo a destinação de parcelas da área para praça e uso institucional, e obrigando o loteador ao provimento de infra-estrutura. Coincidindo com a desaceleração econômica, um dos efeitos da lei foi o arrefecimento da parcelização do solo. Por outro lado, a partir daí o número de loteamentos clandestinos e/ou irregulares cresceu, o que acabou obrigando a Prefeitura a criar uma gerência específica só para cuidar desses loteamentos. Ver sobre isso Santos, 1985.

4.4.3. Evolução de Alguns Indicadores da Qualidade de Vida em Campinas

Antes de examinarmos os diversos indicadores de qualidade de vida, é interessante fazer um rápido resumo dos principais efeitos sociais do crescimento econômico, populacional e urbano recentes, para evitar repetições desnecessárias.

Esses efeitos foram basicamente, três. Em primeiro lugar, o enorme aumento do número de pessoas pobres (muitas vivendo abaixo da linha de pobreza), no total da população urbana, decorrente sobretudo do êxodo rural, mas também das condições perversas da distribuição de renda, decorrentes de expansão econômica em curso, sumamente agravadas com a desaceleração e posterior crise econômica. O exíguo poder aquisitivo dessa população impede-lhe o acesso às mínimas condições de habitabilidade e sobrevivência dignas, particularmente quando se convive com uma intensa especulação inflacionária, como é o caso. É esse, sem dúvida, o problema básico, que condiciona os demais, mas a ele sobrepõe-se outros dois.

O segundo resultado socialmente desastroso do crescimento recente decorreu do controle do capital imobiliário especulativo sobre a expansão física da cidade, acarretando a desfiguração da malha urbana com a formação de bairros longínquos de ocupação rarefeita, entremeados de enormes vazios, tornando mais caro e problemático o provimento da infra-estrutura e dos serviços e o funcionamento da rede de transportes, isolando e segregando espacialmente a população mais pobre, e fazendo subir os preços dos terrenos, acima inclusive dos níveis inflacionários (52).

(52) A lista de efeitos perversos desse processo não se limita a esses. Há também, por exemplo, o problema da excessiva concentração populacional em certas áreas, como é o caso do distrito de Nova Aparecida, conjunto da Cohab que assentou em menos de 10 km² cerca de 4% da população campineira (25.000 pessoas), ou o da recente ocupação de áreas na divisa Campinas-Indaiatuba, ameaçando o último manancial de água da Região.

Finalmente, o terceiro efeito socialmente danoso diz respeito à atuação do poder público. Quanto a esta questão, preliminarmente é preciso advertir que, ao contrário do que é comum se ouvir, não houve diminuição absoluta da receita real dos municípios no período 1965/1980. Em Campinas, em cruzeiros reais per capita a Receita Efetiva (descontadas operações de crédito) subiu 20% entre 1965 e 1975, caindo depois de 1978 (como efeito da desaceleração econômica) mas, mesmo assim, em 1980 ainda era 6% superior à de 1965 (53). Não obstante, não se conseguiu absorver o aumento populacional no mesmo padrão médio de qualidade de vida anteriormente vigente.

Entre as causas disso pode-se apontar de início o intenso ritmo de aumento de uma população muito pobre, cujas carências são, assim, proporcionalmente maiores; acrescente-se o fato de que, aumentando-se a escala de sua demanda social, as iniciativas requeridas tendem a tornar-se mais caras e complexas. Mas é incontestável, nesse particular, que possíveis soluções alternativas baratas e de maior rendimento não puderam se colocar, face às conveniências do capital ligado à construção civil, que impôs, em geral, obras faraônicas com patente desperdício de recursos.

A causa principal da ampliação dos déficits residu na "privatização" do serviço público, que se consubstanciou em:

a) concentração de investimentos em áreas e setores determinados por interesses capitalistas privados: assim, ao mesmo tempo em que não se contemplavam as prioridades sociais, endividava-se pesadamente o setor público;

b) transformação de antigas repartições e departamentos públicos em empresas ou autarquias: com isto, não só aumentaram os custos totais dos serviços pela inclusão do lucro, como sua ação passou a furtar-se à fiscalização dos órgãos do executivo e do legislativo;

c) sanção à atividade especulativa nas diversas formas colocadas anteriormente, todas resultando em maiores e crescentes custos para a ação do setor público.

(53) Zimmermman, op. cit., p. 145. A receita total real (incluindo as operações de crédito) per capita cresceu 57% entre 1965 e 1975, e cerca de 12% entre 1965 e 1980.

A evolução da situação habitacional na cidade constitui a mais clara demonstração dos desequilíbrios e paradoxos do crescimento recente. Em 1969, segundo dados do SFH, o déficit habitacional ascendia a 14.124 moradias que correspondiam a 18,5% dos domicílios permanentes registrados no Censo de 1970. No ano seguinte, o número de barracos em favelas atingia 600, com 3.090 habitantes, ou 0,9% da população urbana.

Como se observa, já no início dos anos 70 a situação era preocupante, mas iria se agravar sobremaneira ao longo da década. Na fila da Cohab, em 1980, encontravam-se 38.000 famílias, entre 25% e 30% da população da cidade - famílias com renda superior a 03 salários mínimos mensais, um "extrato superior" da população pobre. Pesquisa feita em 1981 pela Secretaria Municipal de Promoção Social apontava a existência de 80 loteamentos carentes, 43 deles situados nas vizinhanças de córregos e áreas alagadiças. Apenas nestes 43 loteamentos, viviam então cerca de 160.000 pessoas.

A população favelada era em 1980 de cerca de 47.000 pessoas, ou 8% da população urbana. Considerando-se ainda os cortiços e os loteamentos precários, não menos de um terço da população urbana de Campinas vivia, em 1980, em habitações sub normais; o déficit habitacional podia ser estimado em, no mínimo, 50.000 unidades.

A Secretaria da Promoção Social, na pesquisa de 1981, mostra que 38% dos moradores de favelas tiveram anteriormente condição de moradia melhor na cidade, isto é, que ponderável parcela dos favelados não são migrantes recém-chegados, mas habitantes urbanos que estão em acentuado processo de empobrecimento. Ainda, na mesma direção, 61% das famílias que viviam em cortiços, estavam nessa condição há menos de um ano, embora grande parte delas (46%) residissem no município há mais de sete anos (54).

(54) Diagnóstico de Campinas, op. cit., p. 81.

QUADRO XXI
Unidades Construídas pela Cohab em Campinas
1964/1983

Períodos	Unidades	%
1965/1969	3.353	18,8
1970/1974	4.094	22,9
1975/1979	1.990	11,2
1980/1984	7.166	40,2
1985/1986	1.224	6,9
Total	17.827	100,0

FONTE: Cohab, Campinas, 1983. In Diagnóstico de Campinas, 1983.

Diante desse quadro, assusta a pouca efetividade da ação do poder público para enfrentar o problema. Por exemplo, entre 1970 e 1980 a Cohab construiu 6.084 unidades (cerca de 3% do total de novas residências desse período) e, entre 1980 e 1986, fez uma média de 1.200 casas/ano. Nesse ritmo, levaria 28 anos apenas para esgotar sua fila de espera de 1980. Para os extratos de menor renda, a situação é ainda mais dramática. Também no que se refere aos serviços de saneamento, foi inevitável a deterioração do atendimento. A expansão desmesurada da malha viária e do solo parcelado, em ritmo superior ao aumento populacional, e o comprometimento crescente das finanças públicas tornaram inviável a manutenção da cobertura anterior. A rede de água deixava em 1980 cerca de 30.000 residências sem atendimento, o que perfazia um aumento de 126% em relação a 1970. A rede de esgotos em 1980 deixou de atender 82.180 pessoas a mais do que em 1970. Comparando-se a posição relativa de Campinas com a dos 32 principais municípios paulistas (sedes ou sub-sedes regionais) verifica-se que, em 1970 a cidade apresentava a 8ª melhor cobertura em rede de águas, a 9ª cobertura em rede de esgotos e a 12ª em iluminação elétrica residencial. Em 1980, estas posições eram respectivamente, 16ª, 20ª e 21ª. Portanto, ao longo da década passada a administração pública local não conseguiu manter o padrão de vida medido pelos serviços públicos locais.

Dados de transportes também mostram deterioração. Os enormes

alongamentos das distâncias dos novos bairros e sua rarefação populacional por um lado e o peculiar sistema de transportes local, que baseia-se em ligações bairro-centro (e não bairro-bairro), por outro aumentam em muito, tanto o número de baldeações (favorecendo as empresas de transporte e o comércio do centro) quanto o tempo de percurso. São comuns casos de trabalhadores que já levam cerca de 2h, tomando no mínimo duas conduções, para deslocar-se da residência para o trabalho. O número de passageiros tem crescido mais do que a frota em operação, e existem alguns graves pontos de estrangulamento, como o corredor Amoreiras (ligação com a região Sudoeste) e o Distrito de Nova Aparecida, onde foi instalado enorme conjunto habitacional sem ligação viária intra-urbana; os deslocamentos precisam ser feitos pela via Anhanguera. A questão dos transportes tornou-se - dado o porte da cidade e as características urbanas de seu crescimento - um dos mais graves problemas locais.

Na área de educação os indicadores também não são animadores⁽⁵⁵⁾. A taxa de analfabetismo da população de 10 anos e mais, 12,2% em 1970, colocava Campinas no mesmo patamar da capital, atrás apenas das cidades de Santos, São Caetano do Sul e Santo André. Na década de 70, a taxa diminuiu na cidade, para 10,2% dos maiores de 10 anos em 1980. Apesar desse progresso, o número absoluto de analfabetos cresceu 64% - um contingente de 52.920 pessoas em 1980. Além disso, outras cidades, entre as principais do estado, conseguiram progresso mais rápido: em 1980, nove já possuíam taxas menores do que Campinas. Novamente, a explicação para a deterioração relativa envolve o aumento da população de baixa renda (migrantes e residentes em processo de empobrecimento) localizada nos novos bairros carentes, e a incapacidade do setor público de acompanhar esse crescimento.

O aumento e espalhamento da população de baixa renda provocou agudo desequilíbrio na rede física escolar. Enquanto em bairros tradicionais as escolas apresentavam capacidade ociosa, na periferia registravam-se ausência de escolas, salas superlotadas e até quatro turnos de funcionamento em muitos casos.

(55) Informações para os setores de educação e saúde extraídas dos Censos Demográficos 1970 e 1980, FIBGE, e do 3º e 4º Relatórios da Pesquisa "Explosão Urbana e Demandas Sociais no Estado de São Paulo", 1987 e 1988. Em particular ver Zimmermann e Semeghini, 1988.

Dois fatores agravaram o problema educacional local. As características do sistema de transportes, por um lado, dificultam ao extremo os deslocamentos bairro-bairro, tornando em muitos casos impossível à rarefeita população de um bairro utilizar a escola do bairro vizinho. Por outro lado, há que mencionar a omissão do governo estadual, na oferta de vagas: Campinas, Santos e a Capital foram os municípios com menor presença relativa de salas de aula estaduais, até 1983. Sobrecarregava-se assim a Prefeitura Municipal, que teve que arcar com parcela significativa da ampliação da oferta, e tornava-se inevitável a ampliação da presença do setor privado, como de fato ocorreu.

No que se refere às condições de saúde, Campinas acompanhou a tendência geral de diminuição das taxas de mortalidade infantil e de mortalidade geral. Aqui, como no estado, as condições melhoraram a partir da segunda metade dos anos 70, provavelmente em função de:

a) pequena recuperação real do salário mínimo, ocorrida no início da descompressão política do governo Geisel;

b) maiores investimentos em saneamento feitos no âmbito do II^o PND;

c) descentralização da assistência médica primária com ampliação da rede de postos de saúde; instalaram-se 17 novos postos de saúde municipais entre 1976 e 1979 e outros 15 entre 1979 e 1982.

No campo da saúde, ao contrário dos demais, o município não perdeu posição relativa no conjunto do estado. Sua taxa de mortalidade infantil colocava-o na 7^a posição, entre os de menor taxa, em 1970 e em 1980, e na mortalidade geral, sua posição melhorou, do 16^o lugar em 70 para o 13^o em 1980.

A oferta de leitos hospitalares na cidade cresceu bem abaixo do incremento populacional: cerca de 30% na década. Assim mesmo, em 1980 a relação leitos/1000 habitantes ainda era superior à média estadual e à da capital, localizando a cidade em 11^o lugar entre os 32 principais municípios. Importante característica do período, quanto a isso, foi a extensão da privatização na oferta de leitos: aumento de 145% nos dez anos, em detrimento da oferta de entidades filantrópicas, já que a oferta de leitos em hospitais públicos era marginal (3,3% em 1980). A oferta médica privada

continuou avançando nos anos 80. Na primeira metade da década, as empresas médicas haviam se expandido acentuadamente: de 72 convênios com empresas e 109.000 beneficiários em 1980 para 346 convênios e 228.000 beneficiários em 1985.

Para finalizar, cabe assinalar que, em função principalmente do elevado aporte migratório, as chamadas doenças de notificação compulsória conservavam importante presença no município em 1980: média de 1,8 casos de sarampo, 1,6 casos de esquistossomose e 1,5 casos de tuberculose por dia; um caso de hanseníase a cada 4,5 dias; um caso de meningite a cada 1,3 dias (56).

O exposto neste item mostra que Campinas vem experimentando progressiva deterioração em sua qualidade de vida. Aos indicadores aqui examinados poderiam ser acrescentados os de crescimento da criminalidade e violência, número de menores abandonados, ou mendicância, atestando que transformou-se de forma radical a antes aprazível vida urbana local.

Paradoxalmente, esta deterioração acompanhou um dos mais pujantes processos de desenvolvimento econômico registrados no país. Na verdade, o estudo da trajetória de Campinas deixa claro que, se não forem superados os fatores estruturais de atraso, consubstanciados no elevadíssimo crescimento populacional e na dominação do capital mercantil sobre a dinâmica de expansão urbana, e por outro lado se não mudarem as características sociais do processo de industrialização, torna-se inevitável a deterioração dos padrões de vida, mesmo quando, como é o caso, tratar-se de uma cidade que atingiu elevado grau de desenvolvimento e integração em sua base produtiva. Assim, é notória a necessidade da democratização do setor público, e seu maior aparelhamento técnico e financeiro para garantir um crescimento urbano com preservação da melhor qualidade de vida.

Mostram ainda os dados que a situação social agravou-se sumamente com a crise econômica que vem se desenrolando desde a segunda metade dos anos 70. Reforça-se por isso a urgência de providências que, ao mesmo tempo recuperem o crescimento e permitam resgatar a enorme e crescente dívida social.

(56) Dados da Delegacia Regional de Saúde de Campinas (5a DRS) in Diagnóstico de Campinas, op. cit.

Por fim, não é difícil constatar, no caso de Campinas, a reprodução dos padrões de crescimento urbano característicos de São Paulo, ainda que defasados no tempo, e em escala mais reduzida.

Em outro aspecto é possível acompanhar semelhanças com o caso paulistano: no acentuado processo de metropolização em curso na área. No próximo item, para concluir o exame do período recente, procuramos resumir as principais características e as consequências desse processo.

4.4.4. O Processo de Metropolização

O entroncamento rodo-ferroviário em que Campinas se constituiu favoreceu sempre uma intensa aglomeração de atividades econômicas. Essa característica, aliada ao fato de Campinas exercer, desde a época do café, a função de capital regional, reforçou a concentração urbana e produtiva.

Nos anos 70, a "interiorização da indústria", e a modernização e expansão da agricultura foram fatores que somaram-se ao próprio dinamismo econômico local, para gerar um processo de desenvolvimento urbano intenso: com acentuada conurbação.

O principal eixo indutor da atividade industrial interiorizada foi a via Anhanguera.

Ao longo dessa rodovia, hoje, encontram-se sucessivas implantações fabris, começando pela Capital e municípios da parte Oeste da Grande São Paulo e passando por Jundiaí e seu entorno. Depois de Vinhedo e Valinhos, e sobretudo a partir de Campinas, até Limeira (passando por Sumaré e Americana) estende-se a maior dessas áreas industriais.

No entorno imediato de Campinas, a industrialização acelerada da década de 70 potencializou a conformação de um aglomerado urbano, compreendendo, além de Campinas principalmente os municípios de Valinhos, Vinhedo, Sumaré e Nova Odessa (no eixo da Anhanguera), Paulínia e Indaiatuba (esta no eixo da rodovia Santos Dumont, que une Campinas a Itu e Sorocaba)⁽⁵⁷⁾. Essa aglomeração urbana tangencia outras duas, a de Jundiaí

(57) Esse conjunto de municípios compõe a "Área de Campinas", de acordo com estudos da FIBGE. Ver FIBGE, 1976.

e a de Americana, e está também em contato direto com uma terceira, a de Limeira.

Naturalmente, a influência direta de Campinas, ou sua "função de centralidade" se exerce sobre uma área mais ampla, com maior número de municípios. Mas essa aglomeração, compreendendo sete municípios, é que apresenta avançando grau de conurbação e mais intensos fluxos intra-urbanos de várias ordens.

O quadro XXII mostra a evolução da população na área de Campinas nas duas últimas décadas. Para referência, em 1980 sua população total era a segunda entre as aglomerações urbanas paulistas, e sua população urbana, a terceira com 832.000 habitantes urbanos naquele ano. A previsão (da Fundação SEADE) é de que em 1987 ela deve ter atingido 1.350.000. Ainda, em termos de Brasil a aglomeração da "Área de Campinas" era a 12ª em população, em 1980 (58).

Se na década de 60, as taxas de crescimento da população urbana foram elevadas nos municípios da Área (com exceção de Vinhedo), nos anos 70 elas atingiram níveis altíssimos, sobretudo em Sumaré (que passou de 5 mil para 95 mil habitantes entre 1960 e 1980), Paulínia e Nova Odessa. Assim, o menor crescimento relativo foi o de Campinas, com 5,8% a.a. Na última década, a Área atraiu cerca de 370 mil migrantes - mais do que uma Campinas de 1970.

Esses seis municípios, mais o de Campinas, compõe, como já dissemos, o principal polo industrial da Região de Campinas, com 7% do VTI estadual em 1980. As características de sua estrutura de produção já foram descritas. Importante reparar, com os Quadros XXV e XXVI, que nas últimas décadas foi mais intenso o crescimento industrial no entorno do que em Campinas, fato em certa medida obscurecido pela elevada ponderação que Paulínia passa a ter no VTI local, devido à instalação da Replan. Sem embargo, em 1980 geravam-se em Campinas pouco mais da metade do emprego industrial da área, e um terço do VTI.

(58) Dados da FIBGE, in Faria, 1983, p. 133.

QUADRO XXII

AREA DE CAMPINAS - POPULACAO TOTAL, URBANA E RURAL
1960-1980

	60			70			80		
	Pop.Total	Pop.Urb.	Pop.Rural	Pop.Total	Pop.Urb.	Pop.Rural	Pop.Total	Pop.Urb.	Pop.Rural
1. Campinas	219.393	184.529	34.774	375.864	375.756	40.108	664.356	591.429	72.927
2. Indaiatuba	19.697	13.507	6.190	30.537	22.341	8.196	56.192	48.424	7.768
3. Nova Odessa	5.710	3.098	2.612	8.336	6.242	2.094	21.871	19.534	2.337
4. Paulinia	-	-	-	10.700	3.673	7.025	20.749	19.000	1.669
5. Sumare	10.663	5.343	5.320	23.674	15.295	7.779	101.072	95.839	6.833
6. Valinhos	10.302	10.104	8.198	30.775	19.963	10.812	48.953	37.404	11.469
7. Vinhedo	13.174	6.001	7.173	12.330	7.420	4.910	21.627	21.029	598
Total da Area de Campinas	286.049	222.582	64.267	491.632	410.690	80.942	935.560	832.819	102.741

FONTE: Censos Demograficos, FIBGE, in SEADE, Informes Demografico no. 1.

QUADRO XXIII
AREA DE CAMPINAS - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULACAO URBANA
1960-1980

	60/70	70/80
1. Campinas	6,2	5,8
2. Indaiatuba	5,2	8,0
3. Nova Odessa	7,3	12,1
4. Paulinia	-	17,9
5. Sumare	11,1	20,1
6. Valinhos	7,0	6,5
7. Vinhedo	2,1	11,0
Total Area de Campinas	6,3	7,3

FONTE: Censos Demograficos, FIBGE, in SEADE, Informe Demografico no. 1.

QUADRO XXIV

AGLOMERACOES URBANAS DE MAIS DE 250.000 HABITANTES - ESP
1980

Pop.Urbana

1. Sao Paulo	12.183.139
2. Santos	903.294
3. Campinas	832.819
4. Sao Jose dos Campos	429.998
5. Jundiai	319.812
6. Ribeirao Preto	308.229

FONE: Censo 1980, e "Indicadores Sociais para Areas Urbanas", FIBGE, 1976.

QUADRO XXV

 AREA DE CAMPINAS - PESSOAL OCUPADO NA INDUSTRIA E VALOR DA TRANSFORMACAO INDUSTRIAL
 1960-1980

	60				70				80			
	PO		VTI		PO		VTI		PO		VTI	
	VA	X	VA	X	VA	X	VA	X	VA	X	VA	X
1. Campinas	15.730	71,7	8.124.335	60,1	25.698	61,9	574.100	53,7	52.247	54,7	45.965.255	32,7
2. Indaiatuba	1.615	7,4	245.031	2,4	3.233	7,8	41.708	3,9	8.616	9,0	5.106.070	3,6
3. Vinhedo	202	0,9	32.080	0,3	1.167	2,8	23.476	2,2	4.119	4,3	3.835.586	2,7
4. Nova Odessa	757	3,4	151.748	1,5	1.089	2,6	12.872	1,2	3.406	3,6	2.145.460	1,5
5. Paulinia	-	-	-	-	1.847	4,4	79.652	7,5	4.419	4,6	59.435.025	42,2
6. Sumare	910	4,1	620.233	6,2	3.410	8,2	124.262	11,6	13.302	13,9	14.564.212	10,3
7. Valinhos	2.742	12,5	962.584	9,5	5.117	12,3	212.579	19,9	9.463	9,9	9.693.405	6,9
Total (area de Campinas)	21.956	100,0	10.144.011	100,0	41.561	100,0	1.068.649	100,0	95.572	100,0	140.745.013	100,0
Area de Campinas/ESP		2,6		3,4		3,2		3,4		4,2		6,7

Fonte: FIBGE, Censos Industriais

PO = Pessoal Ocupado na Industria de Transformacao

VTI = Valor da Transformacao Industrial

QUADRO XXVI

AREA DE CAMPINAS - TAXA GEOMETRICA DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO
NA INDUSTRIA DE TRANSFORMACAO
1960/1980

	60/70	70/80
1. Campinas	5,0	7,4
2. Indaiatuba	7,2	10,3
3. Vinhedo	19,2	13,4
4. Nova Odessa	3,7	12,1
5. Paulinia	-	9,1
6. Sumare	14,1	14,6
7. Valinhos	6,4	6,3
Area de Campinas	6,6	8,7

FONTE: FIBGE - Censos Industriais.

PO = Pessoal Ocupado na Industria de Transformacao

MP

Com esse crescimento populacional e industrial, acelerou-se o processo de expansão física dos espaços urbanos nos municípios da Área. É intensa a conurbação de Campinas com Sumaré e Valinhos, estando também ligados Valinhos e Vinhedo. A conurbação de Campinas com Indaiatuba, Paulínia e Nova Odessa é menos pronunciada - face às manchas rurais remanescentes -, mas sua tendência é bastante avançada. Vista em conjunto entretanto, a Área de Campinas ainda apresenta maior grau de descontinuidade do que, por exemplo, a Região Metropolitana de São Paulo.

A localização industrial foi o primeiro vetor dessa configuração metropolitana. As empresas que para aí se deslocaram, a partir dos anos 50, dado seu porte e alcance (mercado nacional) privilegiavam as instalações ao longo das rodovias. A via Anhanguera foi historicamente o principal desses eixos, mas o desenvolvimento interiorizado expandiu a industrialização também nas outras estradas, destacando-se a Santos Dumont, em cujas margens está o Distrito Industrial de Campinas, a D. Pedro I, que sedia o polo de micro-eletrônica e indústrias de alta tecnologia, e ainda as ligações Campinas-Paulínia (petroquímica) e Campinas-Sumaré-Monte Mor.

Mais recentemente, com o processo de concentração acelerada que se verifica no setor de comércio e serviços, grandes estabelecimentos das redes nacionais vieram estabelecer-se em pontos distintos nesse anel viário atraídos pelo mercado adjacente, de altas rendas e em expansão, e pelas potencialidades da região atingida pelas rodovias.

A localização de todas essas atividades fora dos centros urbanos, em espaços inter-municipais, interligou mais estreitamente a economia das várias cidades, impulsionando a unificação do mercado de trabalho local e estimulando fortemente os fluxos pessoais e produtivos entre elas. Foi se configurando simultaneamente a modernização da função de centralidade de Campinas e iniciando-se o processo de sua metropolização.

A fixação das indústrias, e depois a ação da Cohab, direcionaram o parcelamento do solo na área de contato entre os municípios. Assim, se o anel viário se constituiu no esqueleto do processo de conurbação na Área, a ação do capital imobiliário, sancionada pelo poder público, acabou configurando uma vasta sequência de bairros e loteamentos de "padrão popular", que vão penetrando e interligando os espaços vazios. Estimativas da Prefeitura de Campinas indicam que cerca de 40% da população do município está hoje na Região Sudoeste, orla periférica que se estende nas zonas de contato com Sumaré, Valinhos e Indaiatuba.

Em suma, a conformação física da área metropolitana derivou de dois processos que se desenvolveram simultaneamente no espaço local: por um lado, as transformações econômicas advindas da industrialização pesada, por outro o conjunto de condições de apropriação, uso e ocupação do solo urbano.

Contudo, apenas o crescimento da aglomeração populacional ou da conurbação física não definem por si só um processo de metropolização.

Uma primeira característica da metropolização em curso na Área de Campinas liga-se aos novos fluxos de capitais que passam a demandar a Área, a partir de 1950 mas sobretudo nos anos 70, e que distanciam-se cada vez mais dos interesses e capitais meramente locais. A implantação das grandes indústrias, e depois também dos grandes estabelecimentos terciários, transformaram a fisionomia produtiva, ampliando sobremaneira e modernizando a tradicional função da cidade de centro regional.

Quanto aos fluxos de mercadorias e serviços, na Área, verifica-se uma concentração cada vez maior em Campinas do comércio varejista, através dos grandes supermercados; do comércio de luxo, mais sofisticado, com os Shoppings Centers e o surgimento de "corredores" dedicados a esses comércio; e do comércio especializado, em setores antes existentes apenas na capital. A nível dos serviços, da mesma forma, concentram-se na cidade serviços mais sofisticados de apoio populacional, serviços produtivos modernos ("quaternário") e aqueles que exigem escalas maiores. Concentram-se também na cidade os setores administrativos e de gerência das grandes empresas. Além daquelas de localização próxima, em muitos casos, são empresas cuja instalação encontra-se em municípios relativamente distantes no interior. Ainda, o município é o polo, para boa parte do interior, dos serviços bancários e daqueles ligados ao comércio de exportação e importação.

Se no período recente as taxas de crescimento da atividade industrial nos municípios próximos superaram a de Campinas, os segmentos mais novos e importantes do comércio e dos serviços tenderam a concentrar-se em Campinas.

Repetindo uma configuração urbana típica (muito semelhante, em menor escala, à de São Paulo), nos bairros de alto padrão mais próximos ao centro, verticalizados, de urbanização consolidada, reside a população de mais alta renda, cujos deslocamentos diários se fazem de automóvel em

direção às indústrias e estabelecimentos terciários na cidade e região. São, por exemplo, os executivos e altos funcionários de Sumaré, Paulínia, Nova Odessa, Americana, etc., além dos que trabalham na própria cidade, e até mesmo na capital ou municípios ainda mais distantes no interior.

Na periferia, zona de contato entre os municípios, fica a massa de trabalhadores não qualificadas e semi-qualificadas; usuários do transporte coletivo. Seus deslocamentos dirigem-se não só aos estabelecimentos localizados no anel viário, mas também aos estabelecimentos - e residências - mais centrais.

Entre as duas áreas, formou-se toda uma graduação de bairros de "classe média" e "classe média baixa", onde moram os trabalhadores dos escalões intermediários, funcionários públicos, etc. Boa parte deles desloca-se para o trabalho utilizando frotas de onibus contratadas pelas próprias empresas.

Em resumo, configuram-se assim características que se associam geralmente a um processo de metropolização: novos fluxos de capitais, mercadorias e serviços; centros de decisões administrativas e empresariais cada vez mais distantes de interesses e capitais apenas locais e "movimentos pendulares" da população, nos deslocamentos moradia/trabalho e para compras ou acesso aos serviços.

Cabe agora apontar duas das principais especificidades da metropolização em curso na Área.

A primeira diz respeito à estrutura produtiva local que emergiu da industrialização recente. Ao contrário do que acontece em outras áreas, essa estrutura produtiva não se especializou em apenas um tipo de produto, setor ou ramo de atividade, senão que é marcada pela diversificação, manifesta não apenas na base industrial, mas também na agricultura e no terciário, cujas principais características assinalamos anteriormente. Gestou-se assim uma divisão social do trabalho e uma estrutura social mais complexas, que servem de suporte à modernização e ao mesmo tempo explicam a elevada capacidade da Área de atrair e absorver os fluxos migratórios.

O segundo traço distintivo refere-se à configuração interna das relações entre o polo principal (cidade de Campinas) e os demais municípios.

A diferença do que se verifica em muitas regiões metropolitanas do país aqui não se estabeleceu a configuração de um polo desenvolvido com um conjunto de "satélites", municípios-dormitório com pouca expressão econômica e reduzida capacidade de acompanhar as exigências do crescimento populacional acelerado. Ao contrário, mercê por um lado de seu acentuado dinamismo industrial e por outro, das potencialidades de uma importante base agrícola, puderam os municípios da Área manter feições econômicas próprias que interagem com o centro regional. Esse aspecto é ilustrado pelo quadro XXVII: por ali se vê que em 1984, seis dos sete municípios da Área dispunham de uma receita orçamentária per capita superior à de Campinas (o que não necessariamente indica uma maior capacidade potencial de atender às exigências do crescimento) (59).

O exame dos dados relativos à evolução e constituição da População Economicamente Ativa nos municípios da Área permite visualizar alguns aspectos das relações entre eles (quadros XXVIII e XXIX).

Entre 1970 e 1980, aumentou a ponderação relativa da PEA industrial para todos os municípios, e mais acentuadamente em Indaiatuba, Sumaré e Vinhedo: com exceção de Campinas, todos os demais apresentaram em 1980 o maior contingente da PEA alocado nas atividades industriais. Por outro lado, confirmando o que já adiantamos, enquanto no total a PEA de Campinas representava 72% do total da Área, seu contingente industrial pesava menos (65%), assim como o agrícola (39%). Em compensação, concentrava-se em Campinas 80% da PEA terciária da área, não obstante ter havido desconcentração também nesse setor, na última década.

Para finalizar, cabe agora discutir alguns possíveis desdobramentos desse processo de metropolização. Seu avanço manifesta-se principalmente na implantação e desenvolvimento dos setores industriais de alta tecnologia, dos serviços e comércio modernos, dos estabelecimentos de ensino e pesquisa superior etc. Criam-se assim importantes condições de complementariedade entre essas diversas atividades e um mercado de trabalho altamente qualificado, condições que são essenciais para auto-alimentar e desenvolver o processo. A base urbana local é outra importante condição de sustentação do mesmo.

(59) Dado que alguns desses municípios, notadamente o de Sumaré, constituem residência de parcela substantiva de população de baixa renda, essa receita "per capita" se defronta com demandas sociais maiores.

QUADRO XXVII

RECEITA ORCAMENTARIA POR HABITANTE, 1984, AREA DE CAMPINAS
Cr\$ de Set/85

Campinas	502,5
Indaiatuba	612,6
Nova Odessa	420,5
Paulinia	2593,7
Sumare	709,9
Valinhos	886,2
Vinhedo	1041,8

FONTE: Cetesb, "Efeitos da industrializacao sobre as receitas municipais
no estado de Sao Paulo, 1970/1980" - SP, Nov/1985.

Porém, os aspectos de atraso estrutural e de exclusão social próprios da dinâmica da economia brasileira nas últimas décadas vem ameaçando gravemente a qualidade de vida, elevando também os custos de aglomeração para as atividades econômicas. Os elevados fluxos migratórios, o crescimento desordenado e a caótica ocupação do solo aumentam os custos de instalação da infra-estrutura e dos equipamentos sociais, tornando cada vez mais graves as carências habitacionais. Os problemas ambientais, de proteção aos mananciais e aqueles relacionados com os transportes só poderão ser resolvidos com a ação integrada dos poderes públicos, municipais e estadual, não sendo mais possível resolvê-los a nível interno de cada cidade.

As perspectivas que se colocam para o futuro são assim contraditórias, dependendo da trajetória industrial e econômica do país. O grau de desenvolvimento que a área de Campinas atingiu coloca-a em posição privilegiada para inserção em um novo ciclo expansivo tal como ocorreu no passado.

Ao mesmo tempo, são urgentes mudanças estruturais, no arcabouço institucional e no padrão de atuação do setor público para evitar a crescente deterioração na qualidade de vida e para diminuir os custos financeiros e o ônus social da industrialização, bem como para viabilizar um maior controle democrático sobre ela.

ÁREA DE CAMPINAS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA POR RAMOS DE ATIVIDADES
1970 e 1990

QUADRO XXVIII

	At. Agr. Ext. Urb. e Pesca		Atividades Industriais		Total de Tercário		Comércio de Mercadorias		Prestação de Serviços		Transportes e Comunicações		Atividades Sociais		Administrac														
	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80															
1. Campinas	8.983	6,4	7.408	2,5	67.960	34,7	113.135	39,6	81.312	58,9	160.443	56,2	16.327	11,8	35.447	12,4	25.657	18,8	58.129	24,5	9.637	4,5	15.597	5,4	10.384	7,5	28.853	9,8	8.124
2. Indaiatuba	3.247	25,8	3.877	12,6	5.666	45,6	13.532	55,5	3.555	24,6	7.265	29,8	761	6,1	1.745	7,2	1.338	16,8	2.757	11,2	449	3,6	885	3,3	508	4,0	1.881	4,1	209
3. Nova Odessa	592	16,3	716	7,7	1.686	52,3	5.325	57,2	964	31,4	3.477	32,8	136	4,4	764	8,2	296	9,6	1.118	11,7	119	3,9	272	2,9	166	3,5	584	5,4	149
4. Paulínia	1.585	37,1	936	11,7	1.767	41,3	3.663	45,8	925	21,6	3.383	41,3	123	2,9	739	9,1	382	7,4	1.341	17,1	84	2,4	470	5,9	166	3,9	208	2,6	282
5. Sorocaba	1.685	23,1	22.713	7,4	3.400	43,4	29.765	53,5	2.619	33,5	14.689	37,6	538	6,9	3.250	8,4	588	7,4	6.247	16,4	340	4,3	1.698	4,4	224	3,4	1.516	3,9	320
6. Valinhos	2.333	29,3	2.349	11,9	5.393	47,8	18.424	48,5	3.673	31,9	8.293	36,6	546	4,7	1.515	7,1	1.267	11,4	3.394	15,8	408	4,1	1.049	4,9	379	3,3	1.114	5,2	382
7. Vinhedo	1.395	27,6	1.179	11,8	1.903	40,4	5.619	56,8	1.513	32,4	3.433	34,7	251	5,3	497	5,4	447	9,4	1.287	13,1	217	4,6	337	3,4	229	5,1	359	3,6	136
Total Área	19.646	18,8	18.226	4,6	67.885	37,3	172.463	43,4	94.561	51,9	244.023	58,3	18.682	10,3	43.978	11,1	34.867	16,4	74.285	18,6	18.714	5,9	24.188	5,1	12.888	6,6	32.749	8,2	9.429

FONTE: FIBSE - Censos Demográficos.

QUADRO XXVIII
 ÁREA DE CAMPINAS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA POR RAMOS DE ATIVIDADES
 1978 e 1989

s Industriais	Total de Terciário						Comércio de Mercadorias						Prestação de Serviços						Transportes e Comunicações						Atividades Sociais						Administração Pública	Outras Atividades						Procurado Empreg
	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88	78	88									
1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA							
2	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA	1	VA							
3	413.135	39,6	81.312	58,9	168.443	56,2	16.327	11,8	35.447	12,4	25.857	18,8	58.429	24,5	9.437	6,5	15.587	5,4	18.384	7,5	28.453	9,8	8.128	5,9	11.449	4,8	11.587	8,4	11.828	4,1	-	-	4.949					
4	13.532	55,5	3.555	28,6	7.285	29,8	761	6,1	1.745	7,2	1.338	18,8	2.757	11,2	449	3,6	885	3,3	500	4,8	1.081	4,1	299	1,7	476	2,8	298	2,4	481	2,8	-	-	587					
5	5.325	57,2	964	31,4	3.877	32,8	136	4,4	764	8,2	296	9,6	4.118	11,7	119	3,9	272	2,9	186	3,5	584	5,4	148	4,6	294	3,2	167	5,4	133	1,4	-	-	235					
6	3.663	45,8	925	21,6	3.383	41,3	123	2,9	738	9,1	382	7,8	1.361	17,1	84	2,8	478	5,9	166	3,9	288	2,6	282	4,7	372	4,6	48	1,1	162	2,8	-	-	99					
7	28.765	53,5	2.619	33,5	14.489	37,6	538	6,9	3.258	8,4	588	7,4	6.247	16,8	348	4,3	1.698	4,4	234	3,8	1.518	3,9	328	4,1	1.274	3,3	687	7,8	638	1,6	-	-	742					
8	18.424	48,5	3.673	31,9	8.293	38,6	546	4,7	1.515	7,1	1.267	11,8	3.394	15,8	468	4,1	1.849	4,9	379	3,3	1.114	5,2	382	2,6	768	3,5	714	6,2	461	2,1	-	-	215					
9	5.619	56,8	1.513	32,8	3.833	38,7	251	5,3	487	5,8	447	9,4	1.287	13,1	217	4,6	337	3,4	239	5,1	359	3,6	136	2,9	346	3,5	223	4,7	287	2,1	-	-	74					
10	172.463	43,4	94.561	51,9	288.423	58,3	18.682	18,3	43.978	11,1	38.887	16,4	74.285	18,6	18.744	5,9	28.438	5,1	12.888	6,6	32.749	8,2	9.429	5,2	14.971	3,8	13.641	7,5	13.982	3,5	-	-	6.798					

QUADRO XXIX
ÁREA DE CAMPINAS - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA PEA DE CADA MUNICÍPIO NA PEA TOTAL DA ÁREA
1970 E 1980

	At. Agr. Ext. Veg. e Pesca		Atividades Industriais		Total do Terciário		Comércio de Mercadorias		Prestação de Serviços		Transportes e Comunic.		Atividades Sociais		Administração Pública		Outras Atividades		Procurando Trabalho		Total	
	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80	70	80
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
1. Campinas	45,3	38,8	70,7	65,7	85,9	80,3	87,4	80,7	86,0	78,3	84,3	77,0	86,4	85,7	86,2	76,4	85,0	85,0	-	72,7	76,0	71,9
2. Indaiatuba	16,3	16,9	8,4	7,8	3,3	3,6	4,1	4,0	4,4	3,7	4,2	4,0	4,2	3,1	2,2	3,2	2,2	3,5	-	7,5	6,8	6,1
3. Nova Odessa	2,6	3,9	2,4	3,1	1,0	1,5	0,7	1,7	1,0	1,5	1,1	1,4	0,9	1,5	1,5	2,0	1,2	1,0	-	3,2	1,7	2,3
4. Paulínia	0,1	5,1	2,6	2,1	1,0	1,7	0,7	1,7	1,0	1,5	0,8	2,3	1,4	0,6	2,1	2,5	0,4	1,2	-	1,5	2,3	2,6
5. Sumaré	9,2	14,9	5,0	12,0	2,8	7,3	2,9	7,4	1,9	8,4	3,2	8,4	1,9	4,4	3,4	8,5	4,4	4,5	-	10,9	4,3	9,8
6. Valinhos	11,9	14,0	8,1	6,0	3,9	4,1	2,9	3,4	4,2	4,6	4,4	5,2	3,2	3,4	3,2	5,1	5,2	3,3	-	3,2	6,3	5,4
7. Vinhedo	6,6	6,4	2,8	3,3	1,6	1,5	1,3	1,1	1,5	1,7	2,0	1,7	2,0	1,1	1,4	2,3	1,6	1,5	-	1,0	2,6	2,5
TOTAL ÁREA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos.

CONCLUSÕES

CONCLUSÕES

A reflexão a que nos dedicamos, não apenas na redação desta Tese, mas também no exame da bibliografia e em algumas entrevistas e discussões, permitem chegar a algumas conclusões, das quais serão referidas apenas as principais.

O caso de Campinas pode ser considerado exemplar da especificidade do processo de urbanização e de desenvolvimento capitalista que se desdobrou no território paulista a partir da economia cafeeira. O exame de sua evolução econômica deixa claro um traço fundamental: o acentuado dinamismo, que fez com que a região fosse capaz de transformar sua estrutura produtiva de acordo com os estímulos e processos econômicos característicos de cada um dos diferentes padrões de acumulação que se manifestaram em seu espaço. Nesse sentido, Campinas não se constitui um caso único, sendo, ao contrário, parte integrante do espaço que define, no território paulista, a frente mais avançada do capitalismo brasileiro.

Três características principais sempre distinguiram Campinas das demais regiões dinâmicas do estado:

- em primeiro lugar, o grau relativamente mais avançado de diversificação e integração de sua base produtiva, tanto da agricultura quanto das atividades urbanas. Gerou-se assim uma estrutura de acentuada divisão social do trabalho, um processo mais intenso de disseminação das relações mercantis de produção e uma potente dinâmica econômica inter-setorial e inter-regional.

- em segundo lugar, a função de centralidade que o município precocemente desenvolveu sobre uma ampla e rica região do estado. Essa função adquiriu feição própria em cada etapa do processo de acumulação, e foi sempre um importante fator de estímulo à base econômica e à urbanização locais.

- finalmente, como consequência das duas características anteriores, a cidade pôde sempre colocar-se como uma "interface" entre o interior e a capital, dividindo com esta as funções urbanas crescentemente complexas que o desenvolvimento econômico no território paulista engendrava, antecipando para o interior as transformações nos padrões sociais e urbanísticos próprios da industrialização em curso, transformações

essas que inicialmente manifestavam-se na capital.

A região de Campinas foi palco, a partir de meados do século XIX, das principais transformações que deram origem ao complexo cafeeiro capitalista de São Paulo. Do município partiram as duas principais ferrovias do café, estabelecendo-se também ali as primeiras indústrias de máquinas e equipamentos de beneficiamento. As primeiras experiências com o trabalho livre tiveram lugar em fazendas da região nas décadas de 1840 e 1850, a imigração em grande escala com a adoção do regime do colonato contou com a participação decisiva dos grandes fazendeiros locais.

A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a "herança cafeeira", foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/30 e o dinamismo posterior.

Com a industrialização pesada, a Região de Campinas iria se consolidar como o principal espaço econômico do estado fora da região metropolitana da capital. Como mostramos no capítulo 3, foi a única Região do interior a atrair desde o início, em escala considerável, as grandes empresas industriais que intensificaram sua implantação em São Paulo a partir dos anos 50.

Campinas ilustra claramente a complexidade do processo de "interiorização da indústria" no estado de São Paulo. No último capítulo, procuramos mostrar como são insuficientes para dar conta desse processo as interpretações de que a maior industrialização recente de algumas áreas do interior deveu-se ao simples "desbordamento" ou descentralização da indústria a partir da Grande São Paulo, provocada pelos maiores "custos de aglomeração" ali. Sem negar a importância desse movimento, destacamos outros determinantes essenciais do crescimento industrial interiorizado, ilustrado pelo caso de Campinas: em primeiro lugar, o desenvolvimento prévio da base produtiva local, de seu arcabouço urbano, da proximidade com a capital e da malha de transportes, condições que estimularam a atração de empresas de muitos ramos industriais diferentes; em segundo lugar, as transformações e modernização da agricultura, gerando fortes impactos sobre a agroindústria e sobre as indústrias fornecedoras de insumos e equipamentos, em terceiro lugar, a atuação do Estado. Marcantes, para Campinas, foram os investimentos na ampliação da rede rodoviária; a

instalação da Replan e do polo petroquímico em Paulínia; o impulso à constituição do polo de informática, microeletrônica e indústrias de tecnologia de ponta e a implementação do Próalcool, com efeitos de encadeamento sobre o setor de bens de capital.

A produção industrial da Região de Campinas em 1980 era inferior, apenas à do próprio estado de São Paulo à da Região Metropolitana de São Paulo e à do Rio de Janeiro. Trata-se de uma estrutura industrial diversificada, num grau muito superior ao das demais regiões industrializadas do interior, com presença significativa de empresas de grande porte, responsáveis por cerca de três quartos do emprego total.

Não se restringe à indústria a importância econômica da região. Ela forma com a Região de Ribeirão Preto o mais importantes "corredor agrícola" do estado, e quanto a seu setor de comércio e serviços, basta lembrar que constitui a terceira praça bancária do país e movimenta cerca de 20% das exportações totais, dispondo também de desenvolvido segmento de atividades de apoio à população, sobressaindo os complexos universitário, hospitalar e cultural.

Estudamos, ao longo da tese, o processo de urbanização em Campinas. Vimos em particular como desde cedo se desenvolveu ali um aparato de serviços que colocava a cidade na vanguarda entre os principais municípios brasileiros. Até a década de 60, mantiveram-se essas boas condições; a cidade continuava a primeira, ou uma das primeiras do estado na cobertura das redes de água e de esgoto, serviços de saúde e educação, e na oferta de outros equipamentos.

Com a industrialização pesada, a cidade foi palco de uma urbanização extremamente dinâmica, do ponto de vista da oferta de novos serviços e sua sofisticação, e da diferenciação em seu tecido social. Mas esse processo foi acompanhado por acentuada deterioração nos padrões médios de qualidade de vida para a grande maioria da população urbana.

Entre as razões principais que explicam isso, destacam-se em primeiro lugar os elevadíssimos fluxos migratórios que demandaram a cidade e a região. Entre 1970 e 1980, ali se fixaram 21% do total de migrantes do estado, e a relação migração/população total superou a da capital. Esses fluxos foram responsáveis pelo acentuado aumento dos níveis de pobreza, situação agravada pelas perversas condições sociais que caracterizaram a industrialização recente: cerca de 25.000 famílias (ou mais de 100.000

pessoas) viviam em 1980 abaixo da linha de pobreza na cidade.

Embora não estejam disponíveis dados de renda pessoal e familiar para datas anteriores, que permitam comparações precisas, outras evidências deixam claro que a pobreza acentuou-se dramaticamente nos anos 70. O número de favelados, que era de menos de 1% de uma população de 350.000 pessoas em 1970, passou a 8% de um total de cerca de 600.000, em 1980, acentuando-se ainda mais nos últimos anos. Apesar do dinamismo local em todos os setores produtivos, foi impossível absorver o aumento populacional nos mesmos níveis médios de qualidade de vida anteriormente vigentes.

Ainda no que se refere às condições de vida, o exame do caso de Campinas permitiu identificar com clareza os efeitos perversos das transformações urbanísticas que acompanharam o crescimento da cidade.

A articulação dos interesses do capital imobiliário, construtor e loteador, com o poder público pôde ser reconhecida desde a década de 30, quando se implantaram os primeiros planos de urbanização. A partir dos anos 50, e mais intensamente nas duas últimas décadas, os esquemas de valorização desse capital envolveram dois processos principais de crescimento físico da cidade e de mudanças urbanísticas.

O primeiro deles foi o de formação dos novos bairros residenciais e polos de comércio e serviços destinados aos segmentos de maior renda, cujo peso na cidade é considerável, como vimos. Impuseram-se transformações no sistema viário, grandes obras como viadutos, pontes e vias expressas e o impulso à maior verticalização com redobradas exigências quanto à infra-estrutura de equipamentos e serviços. Comprometeram-se pesadamente as finanças municipais, estreitando-se a capacidade de ação do poder público no atendimento às prioridades sociais.

O segundo processo, a "horizontalização" com desmensurado parcelamento do solo em loteamentos com acentuada descontinuidade em relação à malha urbana existente, foi o responsável pela estruturação de uma vasta periferia carente. Como consequência, Campinas tem hoje bairros distantes mais de 30 km do centro, cuja população enfrenta problemas seríssimos de transporte coletivo, habitação e serviços públicos, e ao mesmo tempo, uma proporção superior a 50% de vazios na área urbana. A horizontalização em curso, se por um lado proporcionou significativos ganhos especulativos ao capital imobiliário, por outro elevou o preço dos terrenos e o custo dos equipamentos e da infra-estrutura.

Nesse contexto de crescimento da pobreza urbana, e de ação especulativa do capital imobiliário, o poder público em Campinas revelou-se incapaz de conter a deterioração das condições de vida na cidade, apesar da receita real municipal per capita ter crescido após a reforma tributária de meados dos anos 60.

Entre outros indicadores, verificamos que o déficit habitacional ampliou-se, atingindo cerca de 50.000 moradias no começo da última década; aumentou o número absoluto de residências sem cobertura das redes de água e esgotos, de acordo com o Censo de 1980; deterioraram-se agudamente os serviços de transportes, e a educação pública. Ainda, devem ser lembrados os crescimentos da violência, criminalidade e mendicância, para atestar o forte contraste entre os padrões atuais da vida urbana na cidade e aqueles vigentes até fins dos anos 60. Comparativamente, comprovamos que Campinas perdeu sua posição de liderança quanto à qualidade de vida entre os principais municípios paulistas.

A atuação do poder público sancionou os interesses de valorização do capital, promovendo impressionante conjunto de obras, na segunda metade da década de 60 e primeira metade da de 70, relegando ao mesmo tempo prioridades sociais. A ação da Cohab serviu como "vetor" da especulação com a terra e da horizontalização. A privatização de antigos serviços elevou seu custo e afastou a fiscalização do legislativo e do executivo sobre eles. E a ausência de instrumentos efetivos e democráticos de controle e planejamento do processo de uso e ocupação do solo na prática liberou a atuação do capital imobiliário.

O exame da urbanização recente de Campinas mostra assim, como adiantamos na introdução desta tese, a reprodução do perverso padrão de crescimento característico da capital.

No item final do capítulo 4, ocupamo-nos do processo de metropolização em curso na área de Campinas.

Reconhecemos nesse processo características típicas, como a avançada conurbação estabelecida com municípios vizinhos, os intensos deslocamentos pendulares diários da população na área, a maior concentração na cidade das estruturas administrativas, gerenciais e de serviços das grandes empresas da região, seu papel no atendimento de comércio e serviços para uma vasta área, e a crescente diferenciação e sofisticação de sua oferta terciária. A área metropolitana de Campinas tem atualmente

1.350.000 habitantes, e seu potencial produtivo e estrutura econômica colocam-na à frente da maioria das Regiões Metropolitanas reconhecidas institucionalmente no país.

Esse processo desenvolveu-se como ampliação e extensão das funções tradicionais da cidade. O pano de fundo foi o crescimento econômico do interior paulista, e sua continuidade fará de Campinas uma metrópole inserida na mais desenvolvida região brasileira, depois da Grande São Paulo.

Como conclusão geral deste trabalho, notamos que o fim do regime autoritário no país não tem levado à substituição dos processos tradicionais de administração pública.

Durante a transição e com a Constituinte, consideramos que deveriam colocar-se questões como o desenvolvimento da participação democrática na gestão das cidades, e a criação de instrumentos legais para disciplinar o processo especulativo, promover uma ocupação física mais racional e um crescimento mais equilibrado.

Essas questões, aliás, adquirem enorme relevância, face à maior descentralização fiscal e ao aumento de recursos aos municípios promovido pela nova Constituição. Os políticos e os responsáveis pela administração urbana, já não poderão valer-se da justificativa da centralização de recursos nas mãos do governo federal.

Nunca como agora se fez tão necessária uma revisão no planejamento urbano.*

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE**, Rui Henrique P.L. Capital Comercial, indústria têxtil e produção agrícola. São Paulo, Ed. Hucitec - CNPq, 1983.
- ALMEIDA**, Vicente Unzer e **MENDES SOBRINHO**, Otávio Teixeira. Migração rural-urbana: aspectos da convergência da população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo (com um estudo sobre zonas de colonização de Estado de São Paulo). São Paulo, IEA, 1951.
- ALMANACH** Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para anno de 1857. Typ. Imparcial de J.R. de Azevedo Marques, SP, 1856. **MARQUES**, J.R. de Azevedo e irmão (org.).
- ALMANACH** da Província de São Paulo, 1858. **MARQUES** e Irmão. Edição Fac-similar. Convênio IMESP/DAESP, SP, 1983.
- ALMANACH** de Campinas para 1873. Campinas, Typ da Gazeta de Campinas, 1872. **LISBOA**, José Maria (org.).
- ALMANACH** da Província de São Paulo para 1873. Typographia Americana, SP, 1873. **LUNÉ**, Antonio J.B. e **FONSECA**, Paulo D. (orgs.).
- ALMANACH** Popular para o ano de 1878. José Hipólito da Silva. Typografia da Gazeta de Campinas. Campinas, 1877.
- ALMANACH** de Campinas para o ano de 1879. Carlos Ferreira e Hipólito da Silva (orgs.). Campinas, Typ. da "Gazeta de Campinas", 1878.
- ALMANACH** da Província de São Paulo, para o anno de 1883. Jorge Seckler e Cia, SP, 1882.
- ALMANACH** Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o ano bissexto de 1884. Jorge Seckler e Cia, SP, 1883.
- ALMANACH** Administrativo, Comercial e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1886. Jorge Seckler e Cia, SP, 1886.

ALMANACH do Correio de Campinas. Henrique de Barcellos (org.). Campinas, Typ. a vapor do "Correio de Campinas", 1886.

ALMANACH do Estado de São Paulo para 1890. Jorge Seckler, SP, s.d.

ALMANACH de Campinas (Literário e Estatístico) para 1892. Francisco Cardona e José Rocha (orgs.). Typografia Cardona. Campinas, 1892.

A cidade de Campinas em 1900. **AMARAL**, Leopoldo (org.). Typ. Casa do Livro Azul, Campinas, 1900.

A cidade de Campinas em 1901. **AMARAL**, Leopoldo (org.). Idem, Campinas, 1901.

ALMANACH de Campinas para 1908. Campinas, Typ da Casa Mascote, 1907.
LADEIRA, José M. e **OTÁVIO**, Benedito (org.).

ALMANACH Histórico e Estatístico de Campinas - 1912. Benedito Otávio e Vicente Mellilo (orgs.). Typ. Casa Mascotte, Campinas, 1911.

ALMANACH Histórico e Estatístico de Campinas para 1914. Benedito Otávio e Vicente Mellilo (orgs.). Typ. "Mascotte", Campinas, 1913.

AMARAL, Plínio do (compilador). Monografia de Campinas. Campinas, 1950.

AMERICANA, Prefeitura Municipal. Edição Histórica comemorativa do aniversário do município. Americana, 1975.

AMENDOLA, João. O comércio de Campinas. In: IBGE, Monografia Histórica do município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.

AURELIANO DA SILVA, Liana Maria Lafayette. No limiar da industrialização: Estado e acumulação de capital (1919-1937). Campinas, IFCH/UNICAMP, 1976. Tese de Doutorado.

AZEVEDO, Fernando de. Um trem corre para o Oeste. 2ª ed., São Paulo, Melhoramentos, s.d., v. 12 (Obras Completas).

AZZONI, Carlos Roberto. Incentivos municipais e localização industrial no Estado de São Paulo. São Paulo, FIPE/USP, 1981 (Série Ensaio Econômico nº 6).

- BANDEIRA JR, Antonio Francisco. A indústria no estado de São Paulo em 1901. Typ Diário Oficial, SP, 1901.
- BERGQ, Maria Estela de Abreu. Estudo geográfico da Cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. III, SP, 1952.
- CAMARGO, Candido Procopio Ferreira, et alii. São Paulo, 1975, Crescimento e Pobreza. Ed. Loyola, SP, 1976.
- CAMARGO, José Francisco de. Crescimento da população do Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos. FFCL, USP, SP, 1952 (3 vols.).
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Relatórios de 1913, 1917, 1920, 1921, 1922, 1924, 1926, 1928, 1932, 1934, 1942.
- CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, 1969.
- Cidade Industrial e Diagnóstico do Município, EMDEC/6EPAM, 1977.
- Prefeitura Municipal, Secretaria de Planejamento e Coordenação. Diagnóstico das Características e Tendências do Desenvolvimento de Campinas. Campinas, 1983.
- CANABRAVA, Alice P. O desenvolvimento da cultura de algodão na província de São Paulo, 1861-1875. Gráfica Siqueira, SP, 1951.
- CANO, Wilson. Problemas de concentração urbana: caso de São Paulo. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, (4), 1968.
- Raízes da concentração industrial em São Paulo, 2ª ed., São Paulo, T.A. Queiroz, 1977.
- Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970. Ed. Global/Ed. UNICAMP, SP, 1985.
- Dinâmica da economia urbana de São Paulo: uma proposta de investigação. Campinas, DEPE/UNICAMP, 1984, mimeo.

- e NEGRI, Barjas. "A interiorização da indústria paulista nos anos 70". UNICAMP, IE, mimeo. Texto apresentado ao Congresso da ANPEC, XV, 1987.
- Subsídios para a Reformulação das Políticas de Descentralização Industrial e de Urbanização no Estado de São Paulo. Convênio FECAMP/SEPLAN, SP, Fundação SEADE, 1988.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. O Capitalismo tardio. Tese de doutoramento. Campinas, DEPE/UNICAMP, 1975 (mimeo).
- e BELLUZZO, L.B.M. Reflexões sobre a crise atual. Revista Escrita/Ensaio. Ed. Vertente, 1(2), 1977.
- CARPINTERO, Antonio Carlos. Notas sobre a formação e evolução da rede urbana da Região de Campinas. Campinas, mimeo, s.d.
- Notas sobre o sítio urbano e a região de Campinas. Campinas, mimeo, s.d.
- CARVALHO, Edemir de. Conjuntos Habitacionais ou Espaços Operários. Uma Trajetória da espoliação urbana, Campinas, 1940/1960. Tese de Mestrado, versão preliminar, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1988.
- CASTRO, Antonio Barros de. Sete ensaios sobre economia brasileira. Rio de Janeiro, Forense, 1971. v.2.
- CENTRO INDUSTRIAL do Brasil. O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias (Censo de 1907). Vol. 3. Rio de Janeiro, 1908.
- CETESB. Efeitos da industrialização sobre as receitas municipais no estado de São Paulo, 1970/1980", SP, 1985.
- CONVÊNIO FECAMP/SEP. Pesquisa "A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920/1980". Relatórios Finais nºs 1 a 8. Campinas, IE/UNICAMP, 1987.

CONVÂNIO FECAMP/SEP. Pesquisa "Explosão Urbana e Demandas Sociais no Estado de São Paulo, 1970/1985"; Relatório Parcial nº 3, "Indicadores Sociais para Municípios Seleccionados", Campinas, Novembro de 1987 e Relatório Final, Jan. 1988.

COSTA E SILVA, Sérgio Milliet da. Roteiro do Café e outros ensaios. Ed. Hucitec/INL, São Paulo, 1982.

CTAE/DEPE/UNICAMP. "Cadastro Industrial da Sub Região de Campinas", 1976 e "Cadastro Industrial de Campinas", 1982.

DAVATZ, Thomaz. Memórias de um colono no Brasil. Livraria Martins/Edusp, SP, 1972.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo, 1880/1945. Difusão Européia do Livro/Edusp, SP, 1971.

----- Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DEBES, Celio. A caminho do Oeste: história da Cia Paulista de estrada de ferro (1ª parte, 1832-1869). São Paulo, Ed. Comemorativa do centenário de fundação da Cia Paulista, 1968.

DEFFONTAINES, Pierre. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo (Primeiro esboço da divisão regional). Boletim Geográfico (24 e 25), 1945.

DEL FIORENTINO, Terezinha Aparecida. O processo de industrialização em Campinas, origem e evolução: 1850-1930. Campinas, mimeo, 1972.

DEL FIORENTINO, Terezinha Aparecida. O operariado campineiro de 1930 a 1945. Revista da SBPH, nº 1, São Paulo, 1983.

DELGADO, Guilhemre da Costa. Capital Financeiro e Agricultura no Brasil, 1965/1985. Ed. Icone/Ed. UNICAMP, 1985.

DRAIBE, Sonia Miriam. Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/1960. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985.

- EGAS, Eugenio. Os municípios paulistas. Secretaria da Agricultura, São Paulo, 1925.
- EISENBERG, Peter L. Sugar and Social Change in Brazil: Campinas, São Paulo, 1767-1830. Anais da 4ª Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo, 1986.
- ELLIS JR., Alfredo. A evolução da economia paulista e suas causas. Ed. Nacional, SP, 1937.
- FAJWZYLBER, Fernando. La industrialización trunca de América Latina. Editorial Nueva Imagem, México, 1983.
- FARIA, Vilmar. O processo de urbanização no Brasil: algumas notas para seu estudo e interpretação. In: Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Campos de Jordão - 1978. ABEP, s.d.
- Desenvolvimento, Urbanização e Mudanças na Estrutura do Emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos in M.A. Tavares de Almeida e B. Sorj (orgs.), Sociedade e Política no Brasil Pós 64. SP, Ed. Brasiliense, 1983.
- FEITOSA, Miguel Alves. A volta da exposição (descrição da exposição industrial de Campinas de 1885). Campinas, s.ed., 1886.
- FIBGE. Censos Demográficos e Econômicos 1940, 1950, 1960, 1970, 1975 e 1980.
- Atlas Econômico do Estado de São Paulo. RJ, 1940.
- Monografia Histórica do Município de Campinas, RJ, 1952.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro, 1958.
- Divisão do Brasil em Micro-Regiões Homogêneas - 1968. Rio de Janeiro, 1970.
- Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas. Rio de Janeiro, 1972.
- FUNDAÇÃO SEADE/FIBGE. Pesquisa Industrial de 1956, Estado de São Paulo.

- Informe Demográfico. São Paulo (1), 1981; (6), 1982; (8), 1984; (19), 1986.
- Anuário Estatístico do Estado de São Paulo. SP, 1982.
- Análise Demográfica Regional. SP, 1985.
- Características gerais do processo de industrialização paulista. São Paulo, versão preliminar, mimeo, 1987.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 14^a ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1976.
- GEBARA, Ademir et alii. História Regional: uma discussão. Editora da Unicamp, Campinas, 1987.
- GONÇALVES, Maria Flora. O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces. São Paulo, 1982. Dissertação-Mestrado, PUC/SP, mimeo.
- GONÇALVES, Maria Flora e SEMEGHINI, Ulysses Cidade. "Campinas, segunda metrópole paulista? Texto apresentado ao II^a Congresso da Anpur, Teresópolis, RJ, 1987.
- GNACCARINI, J.C. Estado, ideologia e ação empresarial na agro-indústria açucareira do Estado de São Paulo. Tese de doutoramento, FFCL da USP, S. Paulo, 1972.
- GODOI, Silvino de. A indústria em Campinas. In: Monografia Histórica do Município de Campinas, RJ, IBGE, 1952.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. A guerra do Paraguai e o capitalismo no Brasil. Ed. Hucitec. São Paulo, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura paulista. São Paulo, HUCITEC, 1981.
- GUILHERME DOS SANTOS, Wanderlei. A Pós-Revolução Brasileira, in Brasil. Sociedade Democrática Hélio Jaguaribe (org.). Ed. José Olímpio, RJ, 1985.

GUIMARÃES, Alair Malta. Guia de Campinas. Campinas, 1937.

----- Monografias de Campinas. Campinas 1940, 1945, 1950, 1957 e 1960.

HERRMANN, Lucila et alii. Alterações da estrutura demográfico-profissional de São Paulo num período de catorze anos: 1920-1934. Revista do Arquivo Municipal, vol. LXXXIX, SP, 1943.

HERRMANN, Lucila. Areas ecológicas de São Paulo. Revista do Arquivo Municipal São Paulo, 89: 29-104, mar-abril, 1943.

HOLLOWAY, Thomaz H. Imigrantes para o café. Ed. Paz e Terra, SP, 1984.

JAGUARIBE, Hélio et alii. "Brasil 2000. Para um novo pacto social". Ed. Paz e Terra, RJ, 1986.

KAGEYAMA, Angela. Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, Campinas, 1985.

KELLER, Elza Coelho de Souza. As funções regionais e a zona de influência de Campinas. Revista Brasileira de Geografia, 31 (2), 1969.

LAPA, José Roberto do Amaral. A economia cafeeira. Edit. Brasiliense, Coleção Tudo é História, SP, 1983.

LESSA, Carlos. Quinze anos de política econômica. Campinas, mimeo (Cadernos IFCH, UNICAMP, nº 4, 1975).

----- A crise urbana e o circuito imobiliário. Salvador, s.d. mimeo.

LIMA, Heitor F. Evolução Industrial de São Paulo. Ed. Martins, São Paulo, 1954.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Zonas ecológicas do Estado de São Paulo. Educação e Ciências Sociais, 2(5): 81-176, ag. 1957.

MATOS, Odilon Hogueira de. Café e ferrovias. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

- Um pouco da história de Campinas. Rev. Notícia Bibliográfica e Histórica, Ano XVII, nº 117, PUCC, Campinas, 1985.
- Campinas no recenseamento do Mal Muller. Rev. Notícia Bibliográfica e Histórica, Ano XVII, nº 117, PUCC, Campinas, 1985.
- MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. Ed. HUCITEC, SP, 1976.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de e SAES, Flavio A.M. de. Características dos Núcleos Urbanos em São Paulo. Rev. Estudos Econômicos, FIPE/USP, 15(2), Maio/Ago, 1985, SP, 1985.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. Questionários sobre as condições da agricultura: município de Campinas. Abril/1910 a Jan/1912. Rio de Janeiro, 1913.
- MINISTÉRIO da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento Geral do Brasil (1ª setembro de 1920). RJ, 1930.
- MONTEIS, Pierre. A divisão regional do Estado de São Paulo. In: ANAIS DA ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRAFOS BRASILEIROS. 1945-1946, v. 1.
- Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. São Paulo, HUCITEC/Polis, 1984.
- MORSE, Richard M. Formação histórica de São Paulo: da comunidade à metrópole. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970.
- MULLER, D.P. Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. São Paulo, 1923. (Reedição literal de obras d'O Estado de São Paulo).
- NEGRI, B. Um estudo de caso da indústria nacional de equipamentos: análise do Grupo Dedini (1920-1975). Dissertação de Mestrado apresentada ao DEPE/UNICAMP, Campinas, 1977, mimeo.
- A indústria de São Paulo no período 1928-1937. IE/UNICAMP, mimeo, 1987a.

- A interiorização da indústria paulista, 1920/1980. Convênio Fecamp/SEP, Pesquisa "A interiorização do desenvolvimento no estado de São Paulo", Relatório Final de Pesquisa nº 5, IE/UNICAMP, 1987b.
- Balanço das políticas de descentralização industrial, in Relatório Final da Pesquisa "Explosão Urbana e Demandas Sociais no Estado São Paulo, 1960/1980", Convênio Fecamp/Seplan, Unicamp, 1988.
- NEGRI, Barjas; GONÇALVES, Maria Flora e CANO, Wilson. O processo de interiorização do Desenvolvimento e a Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). Convênio Fecamp/Seplan, Relatório final nº 1. SP, Fundação SEADE, 1988.
- NOGUEIRA NETO, Thomaz de Aquino. A Crise de 1929 e a diversificação da agricultura no Estado de São Paulo. In: História Econômica, Ensaios IPE/USP, SP, 1983.
- OLIVEIRA, Maria Coleta F.A. Questões demográficas no período cafeeiro em São Paulo. UNICAMP, textos NEPD nº 1, Campinas, 1986.
- Mercantilização e Urbanização em São Paulo. NEPD/UNICAMP, mimeo, 1987.
- OLIVEIRA, Osvaldo Luiz e TARTAGLIA, José Carlos. "Agricultura e interiorização do desenvolvimento em São Paulo". Unesp, ILCSE, Departamento de Economia, Araraquara, 1987, mimeo.
- PACHECO, Carlos Américo. Análise Demográfica. In: Pesquisa "A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo, 1920/1980". Convênio Fecamp/Seplan, 1º Relatório Parcial, Campinas, 1986.
- PESTANA, Paulo R. O café em São Paulo (notas históricas). Secretaria Agricultura, Ind. e Comércio São Paulo, 1927.
- PETRONE, Maria Tereza S. A lavoura canavieira em São Paulo. Difusão Européia do Livro, SP, 1968.

- PINTO, Anibal. Heterogeneidade Estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In SERRA, José (org.) América Latina: Ensaio de Interpretação Econômica. Ed. Paz e Terra, RJ, 1976.
- PIZA, Marcello. Os municípios do estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo, 1924.
- PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil. Ed. Brasiliense, SP, 13ª edição, 1970.
- QUADROS, Waldir. A nova classe média brasileira: 1950-1980. Campinas, 1985. Dissertação-Mestrado, Instituto de Economia/UNICAMP.
- QUEIROZ, Vitorino e ARANTES Jr., Lourenço. Os municípios do estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo, 1933.
- RAMOS, Pedro. Um estudo da evolução e da estrutura da agroindústria canavieira do estado de São Paulo, 1930-1982. EAESP/USP, Tese de Mestrado, mimeo, 1983.
- RICCI, Maria Lucia de Souza Rangel. Campinas vista por alguns viajantes estrangeiros no século XIX. Rev. Notícias Bibliográficas e Histórias, ano XIV, nº 105, PUCC/Campinas, 1982.
- RIZZIERI, Juarez A.B. Desenvolvimento econômico e urbanização (produtividade das cidades e custos de serviços públicos por ordem de tamanho urbano). São Paulo, IPE-USP, 1982, (Ensaio Econômico nº 18).
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana: 1870-1940. Ed. Hucitec/INL, SP, 1981.
- A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. Ed. Hucitec, São Paulo, 1986.
- SANTOS, Antonio da Costa. "O ato de morar: uma oficina Urbana de posseiros". Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Arquitetura e Planejamento da Escola de Engenharia de São Carlos da USP, mimeo, 1985.

- S30 PAULO (Estado) - Arquivo Público E.S.P. Relatórios ao presidente da Província. 1895, 1896, 1897, 1898.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Anuários Estatísticos do Estado de São Paulo, vários anos.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas de 1905, 1931, 1932, 1933, 1935, 1936, 1938.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Revista "O Café". Estatísticas de produção 1911 a 1915, 1920 a 1925, 1926 a 1930.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Boletins da Agricultura 1917, 1919, 1920, 1921.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Recenseamento de Campinas (1918). in Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, nº 9, Set/1919. Tipografia Levy, SP, 1919.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. Estatística Industrial de Campinas, 1920. in Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, julho/1920. Tip. Levy, SP, 1920.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. A expansão econômica do Estado de São Paulo num século: 1822-1922. São Paulo, 1923.
- S30 PAULO (Estado). Departamento Estadual de Estatística. Divisão Judiciária e Administrativa do Estado de São Paulo. São Paulo, 1939.
- S30 PAULO (Estado) - Departamento Estadual de Estatística. Estatísticas Industriais - 1928 a 1937.
- S30 PAULO (Estado) - Secretaria dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio. Recenseamento Agrícola e Zootécnico de 1934. SP, 1936.
- S30 PAULO (Estado) - Departamento Estadual de Estatística. Catálogo das indústrias do Estado de São Paulo. São Paulo, 1945.

- SÃO PAULO (Estado) - Secretaria de Economia e Planejamento. Diagnóstico - (Várias Regiões), São Paulo, agosto, 1972.
- SÃO PAULO (Estado) - Plano Regional de Campinas. São Paulo, dez., 1978.
- SÃO PAULO (Estado) - Perfil da indústria do interior paulista. São Paulo, 1981.
- SÃO PAULO (Estado) - Diretrizes para a política de desenvolvimento e descentralização industrial. São Paulo, 1982.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Interior. Organização regional do Estado de São Paulo: polarização e hierarquia dos centros urbanos. São Paulo, 1982.
- SÃO PAULO (Estado), SEP/CAR, e Presidência da República, SEPLAN/SAREM - Hierarquia das Regiões e dos Municípios do Estado de São Paulo. São Paulo, 1987.
- SEMEGHINI, Ulysses Cidade e PACHECO, Carlos Américo. Estudos de caso de urbanização: Campinas e Araraquara. Relatório Parcial da Pesquisa "A interiorização do desenvolvimento econômico no estado de São Paulo", Convênio Fecamp/Sep. Campinas, 1986.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia Brasileira do pós-guerra. In: BELLUZZO, L.S.M. e COUTINHO, R. (orgs.). Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. São Paulo, Brasiliense, 1982, v.1.
- SILVA, Sergio. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.
- SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Ed. Nacional/Edusp, 1973.
- SPINDEL, Cheywa R. Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- SUZIGAN, Wilson. A Industrialização de São Paulo - 1930-1945. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 25: 92). abr./jun. 1971.

- Indústria Brasileira, origens e desenvolvimento. Ed. Brasiliense, SP, 1986.
- SZMRECSÁNYI, T. O planejamento da agroindústria canavieira no Brasil, 1930/75. São Paulo, Hucitec. Univ. Estadual de Campinas, 1979.
- TAVARES, Maria da Conceição. "Problemas de industrialización avanzada en capitalismos tardios y perifericos" - Documento preparado para o Seminário sobre "Políticas para el Desarrollo Latinoamericano", México, 1981.
- Maria da Conceição. Acumulação de capital e industrialização no Brasil. Tese de Livre-Docência, UFRJ. Ed. UNICAMP, Campinas, 1986.
- VALLIM, Pedro E. Album dos municípios do Estado de São Paulo. São Paulo, s.d., 1940.
- VIOTTI DA COSTA, Emilia. Da senzala à colônia. Livraria Editora Ciências Humanas, SP, 1982.
- ZALUAR, Emilio Augusto. Peregrinação pela província de São Paulo. Livraria Martins Editora, SP, 1953.
- ZIMMERMANN, Gustavo. Finanças Públicas Municipais: o caso de Campinas. Dissertação de Mestrado, IE/UNICAMP, 1987.
- e SEMEGNINI, Ulysses Cidade. "Campinas". in Relatório Final da Pesquisa "Explosão Urbana e Demandas Sociais no Estado de São Paulo", Campinas, Janeiro de 1980.